

Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas



GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS

SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

RICARDO EUSTÁQUIO DE SOUZA

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

JOSÉ PEDRO DIAS LEITE

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO

JUVENAL GOMES DOS SANTOS

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

CLEBER BARROS ARRAES

DIRETOR DE AVALIAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS

LUCIA HELENA QUEIROZ LIMA CAMARA

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS

PAULO ROBERTO RODRIGUES

EQUIPE TÉCNICA

FABIANE OLIVEIRA MASCARENHAS

FLEURY PEREIRA DOS SANTOS

RAIMUNDO ABREU WANDERLEY

EQUIPE DE APOIO

FLORIANO RODRIGUES ALVES

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA

SUZI NELLY ALVES MATIAS SAITO

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	2606
1 ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO	2609
1.1 CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO:	2610
ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO	
1.2 FORTALECIMENTO DO CONTROLE GOVERNAMENTAL	2611
1.2.1 Acompanhamento do Cadastro Único de	2611
Convênios – CAUC	
1.2.2 Realização de Tomada de Contas Especial	2611
1.2.3 Acompanhamento das Contas Consolidadas	2611
Governo Estadual	
1.2.4 Elaboração de Check List	2612
1.2.5 Emissão de Notas de Orientação Técnica	2612
1.2.6 Elaboração de Minutas de Normas e Regulamentos	2612
1.2.7 Edição de Instruções Normativas	2613
1.2.8 Elaboração de Manuais	2613
1.3 CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	2614
1.3.1 Capacitação e treinamento de servidores	2614
1.3.1.1 Acordos e Parcerias	2615
1.3.1.2 Reuniões Técnicas	2615
1.3.2 Aprimoramento das Técnicas de Controle	2615
1.4 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS (SOFTWARES)	2616
1.5 ACESSO À INFORMAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	2616
1.5.1 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e	2616
Controle Social	
1.5.2 Diretrizes de Políticas de Acesso à Informação	2617
1.5.3 Portal da Transparência	2617

1.5.4	Ouvidoria.....	2617
2	ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DA DESPESA DO EXERCÍCIO DE 2012.....	2619
2.1	ORÇAMENTO GERAL AUTORIZADO.....	2621
2.2	ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.....	2627
3	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO ESTADO POR GESTÃO E POR PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO.....	2629
3.1	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	2630
3.2	GESTÃO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO POR ADMINISTRAÇÃO E POR PODERES DO ESTADO.....	2650
3.2.1	Resumo Geral do Balanço Consolidado.....	2650
3.2.2	Resumo Geral dos Balanços Patrimoniais por Gestão.....	2652
3.2.3	Resumo Geral do Balanço Patrimonial por Poder.....	2657
3.3	GESTÃO FINANCEIRA.....	2661
3.3.1	Resumo do Balanço Financeiro Consolidado – Geral do Estado.....	2662
3.3.2	Resumo do Balanço Financeiro Consolidado – Poder Executivo.....	2663
3.3.3	Resumo do Balanço Financeiro Consolidado – Poder Legislativo.....	2664
3.3.4	Resumo do Balanço Financeiro Consolidado – Poder Judiciário.....	2665
3.3.5	Resumo do Balanço Financeiro Consolidado – Ministério Público.....	2666
3.3.6	Resumo do Balanço Financeiro Consolidado – Administração Direta.....	2667
3.3.7	Resumo do Balanço Financeiro Consolidado – Autarquias.....	2668
3.3.8	Resumo do Balanço Financeiro Consolidado – Fundações.....	2669

3.3.9	Resumo do Balanço Financeiro Consolidado	2670
	– Fundos	
3.4	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	2671
	(ARRECADAÇÃO E DESEMBOLSO) E RESUMO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA – EXERCÍCIO - 2012	
3.4.1	Metas de Arrecadação por Fonte de Recursos.....	2671
3.4.2	Execução da Receita e Despesa – Todas as Fontes.....	2672
3.4.3	Resumo da Disponibilidade Financeira.....	2673
3.4.4	Resumo Consolidado dos Restos a Pagar – Geral do Estado.....	2674
4	ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	2675
	E FINANCEIRA DOS LIMITES LEGAIS	
4.1	DESPESAS DE PESSOAL.....	2676
4.2	APLICAÇÕES NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	2678
	DO ENSINO	
4.3	APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES DE SAÚDE.....	2679
4.4	SITUAÇÃO DA DÍVIDA E DAS GARANTIAS	2681
4.5	RESTOS A PAGAR.....	2685
5	PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E SUA EXECUÇÃO	2689
5.1	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL QUE DESENVOLVERAM.....	2691
	ATIVIDADES PARA A CONSECUÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	
5.1.1	Unidades da Administração Direta.....	2692
5.1.2	Unidades da Administração Indireta e Fundos Especiais.....	2693
5.2	EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS.....	2695
5.2.1	Execução por Matéria e Eixo Estruturante.....	2698
5.3	AÇÕES PRIORITÁRIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	2704
6	RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	2828
	– CONTAS CONSOLIDADAS DE 2011	
6.1	RECOMENDAÇÕES/MEDIDAS ADOTADAS.....	2829
	Recomendação nº1.....	2829

Recomendação nº2.....	2834
Recomendação nº3.....	2838
Recomendação nº4.....	2840
Recomendação nº5.....	2842
Recomendação nº6.....	2844
Recomendação nº7.....	2846
Recomendação nº8.....	2847
Recomendação nº9.....	2848
Recomendação nº10.....	2850
Recomendação nº11.....	2851
Recomendação nº12.....	2854
Recomendação nº13.....	2855
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	2857
ANEXO.....	2873

QUADROS

QUADRO 1	Resumo Sintético da Receita e Despesa Orçamentárias – LOA.....	2622
QUADRO 2	Resumo da Receita e Despesa Orçamentárias – Todas as Fontes.....	2623
QUADRO 3	Resumo Geral da Receita Atualizada – Recursos do Tesouro e de Outras Fontes.....	2625
QUADRO 4	Resumo Geral da Despesa Autorizada – Recursos do Tesouro e de Outras Fontes.....	2625
QUADRO 5	Resumo da Despesa Autorizada – Esfera Orçamentária e Fonte.....	2626
QUADRO 6	Demonstrativo das Alterações Orçamentárias.....	2627
QUADRO 7	Demonstrativo do Aumento Orçamentário e Origens.....	2628
QUADRO 8	Comparativo da Receita Arrecadada Geral do Estado – 2012/2011.....	2630
QUADRO 9	Receitas - Recursos de Todas as Fontes – 2012.....	2631
QUADRO 10	Balanco Orçamentário do Estado – Discriminação Receitas – 2012.....	2632
QUADRO 11	Desempenho da Receita Corrente do Estado – 2012/2011.....	2633
QUADRO 12	Desempenho da Receita Tributária do Estado (Principais Impostos/Taxas).....	2633
QUADRO 13	Desempenho da Receita de Capital do Estado - Exercícios 2012/2011.....	2633
QUADRO 14	Balanco Geral Orçamentário – Despesa por tipo de crédito - 2012.....	2634
QUADRO 15	Análise Comparativa da Despesa por Categoria Econômica.....	2635
QUADRO 16	Resumo da Despesa Realizada – Fonte e Esfera Orçamentária.....	2636
QUADRO 17	Orçamento da Despesa Inicial e Realizada – Por Fonte.....	2637
QUADRO 18	Execução por Programa Temático de Governo – Exercício 2012.....	2639

QUADRO 19	Execução por Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Exercício 2012	2640
QUADRO 20	Demonstrativo de Despesa Realizada por Poderes e Ministério Público/Categoria e Grupo	2642
QUADRO 21	Resumo Comparativo das Despesas Realizadas por Categoria/Grupo	2642
QUADRO 22	Demonstrativo da Despesa Executada por Função	2643
QUADRO 23	Comparativo da Despesa Executada por Função de Governo	2644
QUADRO 24	Resumo da Execução da Receita e da Despesa – 2012	2645
QUADRO 25	Despesa Realizada por Gestão - Administração Direta	2646
QUADRO 26	Despesa Realizada por Gestão – Autarquias	2647
QUADRO 27	Despesa Realizada por Gestão – Fundações	2647
QUADRO 28	Despesa Realizada por Gestão – Fundos	2647
QUADRO 29	Demonstrativo da Receita Primária Líquida Biênio 2011/2012	2648
QUADRO 30	Demonstrativo da Despesa Primária Líquida Biênio 2011/2012	2648
QUADRO 31	Resumo da Despesa Autorizada e Executada por Poder do Estado – 2012	2649
QUADRO 32	Resumo dos Balanços Patrimoniais Geral do Estado – 2011/2012	2650
QUADRO 33	Análise de Participação do Balanços Patrimoniais Geral do Estado – 2011 e 2012	2651
QUADRO 34	Evolução Patrimonial – Geral do Estado – 2012/2011	2652
QUADRO 35	Resumo dos Balanços Patrimoniais Administração Direta – 2012/2011	2652
QUADRO 36	Resumo dos Balanços Patrimoniais Autarquias – 2011 e 2012	2653
QUADRO 37	Resumo dos Balanços Patrimoniais Fundações – 2011 e 2012	2654

QUADRO 38	Resumo dos Balanços Patrimoniais.....	2655
	Fundos – 2011 e 2012	
QUADRO 39	Resumo dos Balanços Patrimoniais.....	2657
	Poder Executivo – 2011 e 2012	
QUADRO 40	Resumo dos Balanços Patrimoniais.....	2658
	Poder Legislativo – 2011 e 2012	
QUADRO 41	Resumo dos Balanços Patrimoniais.....	2659
	Poder Judiciário – 2011 e 2012	
QUADRO 42	Resumo dos Balanços Patrimoniais.....	2660
	Ministério Público – 2011 e 2012	
QUADRO 43	Resumo Financeiro da Receita e da Despesa.....	2661
	– Geral do Estado	
QUADRO 44	Participação da Receita e da Despesa.....	2662
	– Geral do Estado – em percentual	
QUADRO 45	Resumo das Receitas e Despesas.....	2662
	– Geral do Estado – 2012	
QUADRO 46	Resumo das Receitas e Despesas.....	2663
	– Poder Executivo – 2012	
QUADRO 47	Resumo das Receitas e Despesas.....	2664
	– Poder Legislativo – 2012	
QUADRO 48	Resumo das Receitas e Despesas.....	2665
	– Poder Judiciário – 2012	
QUADRO 49	Resumo das Receitas e Despesas.....	2666
	– Ministério Público – 2012	
QUADRO 50	Resumo das Receitas e Despesas.....	2667
	– Administração Direta – 2012	
QUADRO 51	Resumo das Receitas e Despesas.....	2668
	– Autarquias – 2012	
QUADRO 52	Resumo das Receitas e Despesas.....	2669
	– Fundações – 2012	
QUADRO 53	Resumo das Receitas e Despesas.....	2670
	– Fundos – 2012	
QUADRO 54	Meta de Arrecadação – Fonte de Recurso.....	2671
	– Exercício de 2012	

QUADRO 55	Arrecadação e Desembolso – Por Fonte.....	2672
	– Exercício de 2012	
QUADRO 56	Resumo das Disponibilidades Financeiras.....	2673
	– Consolidado 2012	
QUADRO 57	Demonstrativo dos Restos a Pagar	2674
	– Consolidado 2012	
QUADRO 58	Demonstrativo da Despesa de Pessoal em relação	2676
	à Receita Corrente Líquida – Geral do Estado - 2012	
QUADRO 59	Demonstrativo da Despesa de Pessoal em relação	2677
	à Receita Corrente Líquida – Poder Executivo - 2012	
QUADRO 60	Evolução do Gasto Comparativo de Pessoal.....	2677
	e Limites sobre a RCL	
QUADRO 61	Comparativo das Despesas Realizadas	2678
	com Educação – 2012/2011	
QUADRO 62	Comparativo das Despesas Realizadas.....	2679
	com Saúde – 2012/2011	
QUADRO 63	Resumo Comparativo da Receita Corrente.....	2681
	Líquida 2012/2011	
QUADRO 64	Demonstrativo de Apuração da Receita.....	2681
	Corrente Líquida	
QUADRO 65	Evolução da Receita Corrente Líquida.....	2681
	– exercícios 2010 a 2012	
QUADRO 66	Demonstrativo dos Limites da Dívida e	2682
	Operações de Crédito – 2011 e 2012	
QUADRO 67	Comparativo da Dívida Fundada.....	2683
	(exceto regime previdenciário)	
QUADRO 68	Demonstrativos das Transações da Dívida Interna.....	2684
	e Externa em 2012	
QUADRO 69	Demonstrativo Comparativo de pagamento.....	2684
	da Dívida e seus encargos	
QUADRO 70	Situação dos Restos a Pagar dos.....	2685
	exercícios de 2012/2012	
QUADRO 71	Demonstrativo da Movimentação da Dívida Ativa – 2012.....	2686

QUADRO 72	Demonstrativo da Despesa reconhecida como.....	2687
	Despesa de Exercícios Anteriores – Geral do Estado – 2012	
QUADRO 73	Comparativo das Operações de Créditos.....	2687
	Realizadas nos exercícios 2011 e 2012	

GRÁFICOS

GRÁFICO 01	Estimativa do Orçamento da Receita e Despesa - 2012.....	2623
GRÁFICO 02	Despesa Realizada por Esfera Orçamentária – 2012.....	2637
GRÁFICO 03	Despesas Executadas por Função de Governo.....	2644
GRÁFICO 04	Orçamento Realizado em 2012 (Receita e Despesa).....	2646
GRÁFICO 05	Despesa Executada por Gestão..... (Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos)	2647
GRÁFICO 06	Execução da Despesa por Poder do Estado..... e Ministério Público	2649
GRÁFICO 07	Limites de Despesas com Educação e Cultura.....	2679
GRÁFICO 08	Limites de Despesas com Saúde.....	2680
GRÁFICO 09	Situação da Dívida Fundada e seus Encargos.....	2683
GRÁFICO 10	Dívida Fundada em Função da Receita Corrente Líquida.....	2684
GRÁFICO 11	Execução de Restos a Pagar em 2012.....	2686
GRÁFICO 12	Percentual de utilização dos recursos por..... área Econômica, Administrativo-Financeira e Social	2698

APRESENTAÇÃO

Em obediência às disposições legais vigentes e, em especial, à Constituição Estadual, à Medida Provisória nº 4/2013, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei Orgânica e ao Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado, a Controladoria Geral do Estado do Tocantins apresenta o Relatório sobre as contas do Governo, referente ao exercício de 2012, observando as matérias econômica, administrativa, financeira e social, concernentes às informações apuradas nas descrições analíticas das diversas atividades das unidades gestoras do Poder Executivo.

A Prestação de Contas do Governo é ato privativo do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto na Constituição Estadual, artigo 40, inciso VII, e atende aos princípios basilares do Direito Administrativo, tais como, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Nesse sentido, a Lei Orgânica do TCE/TO, no artigo 74, inciso I, assim define prestação de contas:

“Art. 74. Para os efeitos desta Lei, conceituam-se:

I – prestação de contas, o procedimento pelo qual pessoa física, órgão ou entidade, por final de gestão ou por execução de contrato formal, no todo ou em parte, ou convênio, prestarão contas ao órgão competente da legalidade, legitimidade e economicidade da utilização dos recursos orçamentários e extra-orçamentários, da fidelidade funcional e do programa de trabalho.”.

Dessa forma, o Relatório Gerencial das Contas do Governo, emitido por esta Controladoria, expõe uma análise circunstanciada dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das empresas estatais, executados no exercício de 2012, abrangendo os Poderes: Executivo, que contempla a Defensoria Pública; Legislativo; Judiciário e o Ministério Público, mencionando os recursos e as fontes vinculadas. Sintetiza-se, também, as atividades desenvolvidas pela Controladoria Geral do Estado que tiveram impacto no acompanhamento e controle da gestão, bem como consolida as informações prestadas pelos órgãos e entidades em atendimento às recomendações exaradas por essa Corte no parecer conclusivo sobre a prestação de contas do Governo, referente ao exercício 2011.

Para melhor entendimento, os temas estão apresentados de forma contextual e técnica, especificando as execuções das Gestões: Orçamentária, Financeira e Patrimonial. A realização das despesas está demonstrada por categorias, grupos, funções, programas, ações e outros indicadores, a exemplo do índice de participação de cada função em relação à aplicação dos recursos arrecadados, bem como os orçamentos autorizados e o cumprimento das metas fiscais, que garantem a manutenção do equilíbrio das contas públicas, evidenciando assim os limites legais e constitucionais.

No que se refere à composição das contas, procurou-se demonstrar o desempenho dos Programas e Ações realizados pelas Unidades Orçamentárias, bem como a aplicabilidade dos recursos, mensurando a efetividade, economicidade e eficácia dos seus resultados físicos e financeiros.

Pelos dados, detalhadamente apresentados nesta prestação de contas, constata-se que, no decorrer do exercício de 2012, procurou-se manter o equilíbrio das contas públicas, tomando medidas de contenção de gastos em razão da frustração na arrecadação da receita que foi de 13,94% em relação à previsão atualizada, mantendo-se de forma regular as principais políticas públicas do governo como: educação, saúde, assistência social, segurança pública e transporte.

Os balanços e demais demonstrações contábeis, apresentados pela Secretaria da Fazenda, estão divididos em 7 (sete) volumes assim distribuídos:

Volume I e II – Balanço Geral do Estado: - 1ª parte - Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Gestão Fiscal (LRF);

Volume III e IV – Balanço Geral por Poder: Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público;

Volume V e VI - Balanço Geral por Gestão: Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos;

Volume VII – Balanço Geral do Estado – 2ª parte - Relatórios Gerenciais; Nota Explicativa; Relatório da Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Fiscal e Balanço Social.



Capítulo 1

ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

CAPITULO 1

ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

1.1 CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO: ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

A Controladoria Geral do Estado, como órgão central do Sistema de Controle Interno, teve sua organização instituída pela Lei n.º 1.415, de 20 de novembro de 2003, com reestruturação amparada pela Lei n.º 2.434, de 31 de março de 2011, exerce suas atribuições por força dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal e pelos artigos 32 e 36 da Constituição Estadual. No que concerne aos Núcleos Setoriais de Controle Interno - NUSCIN, a organização, composição e funcionamento dos mesmos foram estabelecidos por meio da Lei n.º 2.459, de 05 de julho de 2011, regulamentada pelo Decreto n.º 4.359, de 25 de julho de 2011, tem como missão aumentar a eficiência e a eficácia na aplicação de recursos públicos pelo Poder Executivo Estadual em prol da sociedade.

Apesar das dificuldades encontradas, no que diz respeito à escassez de recursos orçamentários e as limitações na recomposição do efetivo, impostas pelos limites de despesas com pessoal, estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, foi possível a realização de relevantes atividades, em face do dinamismo dispensado à produtividade técnico-administrativa alcançada por suas unidades de direção, supervisão e assessoramento, conforme elencadas abaixo:

As atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo são desenvolvidas por meio das 03 (três) Supervisões de Controle Interno da CGE, acompanhando o desempenho dos Núcleos Setoriais de Controle Interno e de seus componentes, mediante a utilização de técnicas próprias de trabalho, que se constituem em auditorias, inspeções, fiscalizações e avaliações de resultados, bem como apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, comprovando a legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficiência e a eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos operacionais, existentes nos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Nesse contexto, a CGE buscou intensificar os trabalhos junto aos gestores, mediante postura proativa, com intervenções preventivas sobre questões verificadas ao longo do exercício, por intermédio do acompanhamento permanente da realização dos gastos. As verificações são discutidas e tratadas, de forma tempestiva, evitando a continuidade dos problemas, com a definição compartilhada das medidas a serem adotadas, cujas recomendações visaram, em especial, a melhoria do processo de trabalho para o fortalecimento dos controles internos.

1.2 FORTALECIMENTO DO CONTROLE GOVERNAMENTAL

Com o objetivo de fortalecer o controle sobre a gestão governamental foram implementadas diversas atividades pelo Sistema de Controle Interno, podendo destacar:

1.2.1 Acompanhamento do Cadastro Único de Convênios – CAUC

Foi realizada diariamente a verificação da situação do Governo do Estado do Tocantins perante o Cadastro Único de Convênios – CAUC, sendo solicitada aos órgãos e entidades a regularização das pendências, porventura, existentes junto ao Governo Federal.

1.2.2 Realização de Tomada de Contas Especial

No exercício de 2012 foram instauradas 95 (noventa e cinco) Tomadas de Contas Especial, sendo 30 (trinta) por iniciativa da Controladoria Geral do Estado e 65 (sessenta e cinco) no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo. Vale ressaltar que, no período sob análise, foram concluídos 93 (noventa e três) processos e 48 (quarenta e oito) continuam na fase de instrução. É oportuno frisar que das ações desenvolvidas, resultou em dano ao Erário o montante de R\$ 19.292.742,00 (dezenove milhões, duzentos e noventa e dois mil, setecentos e quarenta e dois reais), sendo atribuída responsabilidade a 60 (sessenta) pessoas pelos danos causados.

1.2.3 Acompanhamento das Contas Consolidadas do Governo Estadual

A atividade de acompanhamento das contas consolidadas do Governo Estadual é feita mensalmente, mediante elaboração de Relatórios Gerenciais, contemplando: comparativo da receita arrecadada; comparativo e análise de gastos com pessoal geral do Estado, do Poder Executivo e por unidade orçamentária; comparativo dos gastos do Estado por elemento de despesa; comportamento do orçamento pelos estágios da despesa; demonstrativo da execução orçamentária do Estado por grupo de despesa e fonte; demonstrativo da receita arrecadada e despesa realizada por categoria econômica; gastos com pessoal por elemento de despesa – geral do Estado; outras despesas correntes por elemento de despesa; quadro de investimentos por elemento de despesa; receita corrente arrecadada – por categoria e origem; resumo demonstrativo da movimentação orçamentária e resumo do balanço orçamentário.

Ressalta-se que, além dos demonstrativos supracitados, outros relatórios gerenciais são elaborados com o objetivo de contribuir efetivamente com o controle e a eficiência dos gastos públicos, destacando-se: demonstrativo dos gastos públicos estaduais que não atingiram integralmente as metas propostas e/ou ultrapassaram os limites legais; demonstrativo mensal dos índices, limites e metas exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, concernentes à despesa com pessoal, aplicações em educação e saúde, operações de crédito, dívida consolidada, resultado nominal e primário; execução orçamentária dos fundos estaduais, por programas e ações; execuções orçamentária, financeira e patrimonial do Estado e saldo de adiantamentos.

1.2.4 Elaboração de *Check List*

Com o intuito de orientar os gestores e agentes públicos estaduais quanto à uniformização de procedimentos, práticas e rotinas relacionadas à formalização e análise processual foram elaborados e revisados 17 (dezessete) *check lists* (roteiros), abrangendo: adesão à ata de registro de preços – “carona”; análise de termo de contrato e alteração contratual; análise de documentos contábeis (nota de empenho, nota de lançamento e programação de desembolso); compra direta com dispensa e inexigibilidade de licitação; concessão e prestação de contas de adiantamentos; concessão e pagamento de diárias; formalização e análise de procedimentos licitatórios na modalidade de concorrência, concurso, convite, pregão (presencial e eletrônico) e tomada de preços.

1.2.5 Emissão de Notas de Orientação Técnica

Buscando, ainda, nortear a gestão dos órgãos e entidades do Poder Executivo foram elaboradas 14 (quatorze) Notas de Orientação Técnica, versando sobre os seguintes contextos: repasses financeiros e contribuições a entidades privadas de natureza religiosa; obrigatoriedade de realização de licitação por entidades privadas receptoras de repasse de convênio; incidência de imposto de renda sobre premiações pagas em dinheiro a pessoas físicas e jurídicas; exigência da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT em contratos vigentes; pagamento de diárias para servidores residentes em outros domicílios e a utilização de veículos particulares em viagens oficiais; assinatura de contrato com empresa matriz, com execução do objeto e emissão das notas fiscais realizados por filiais; novas regras trazidas ao ordenamento jurídico nacional pela Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011); contratação de empresa ou profissional especializado em comportamento e clima organizacional no ambiente de trabalho; execução orçamentário-financeira no âmbito do Poder Executivo do Estado do Tocantins, sob a égide das disposições do Decreto nº 4.576, de 21 de junho de 2012; não comprovação de regularidade fiscal pelas empresas contratadas durante a execução do contrato; pagamento por parte da Administração Pública de anuidades devidas a conselhos profissionais pelos servidores;

repactuação contratual motivada por alterações salariais de profissionais, seus efeitos financeiros e termo final para seu requerimento; custeio de transporte a colaborador eventual; prazos de duração dos contratos administrativos relativos a serviços contínuos; assinatura de contratos de permuta pela Fundação Radiodifusão Educativa – REDESAT que envolva disponibilização de espaço em sua grade de programação e custeio de despesas por órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual com viagens oficiais de Secretários-Extraordinários, no desenvolvimento de atividades de interesse das Pastas.

1.2.6 Elaboração de Minutas de Normas e Regulamentos

Visando assistir direta e imediatamente ao Governador do Estado em assuntos inerentes ao Controle Interno, à auditoria pública e à transparência da gestão no âmbito do Poder Executivo, foram elaboradas, a título de sugestão, minutas de normas e regulamentos, abordando sobre os seguintes temas: reestruturação da Controladoria Geral do Estado; regulamentação do Controle Interno do Poder Executivo Estadual; abertura de créditos especiais para o Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público; concessão e pagamento de diárias; regime de adiantamentos; diretrizes e execução orçamentárias; aquisição de bens e serviços em tecnologia da informação e comunicação; transferências de recursos do Estado do Tocantins mediante convênios, acordos e instrumentos congêneres; criação de grupo de trabalho e regulamentação da lei de acesso à informação e criação do Sistema Estadual de Informação para o Planejamento – SEIP.

1.2.7 Edição de Instruções Normativas

Com o intuito de normatizar as ações a serem desenvolvidas no âmbito do Sistema de Controle Interno, foram editadas 5 (cinco) instruções normativas, delimitando sobre: formalização de consultas e utilização de instrumentos administrativos; análise de procedimentos de despesas; aprovação de papéis de trabalho atualizados para utilização na análise processual de despesas e Sistema Informatizado de Acompanhamento da Gestão Orçamentário-Financeira dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual.

1.2.8 Elaboração de Manuais

Em razão de recomendações exaradas por esse Tribunal e fragilidades detectadas quando da realização de auditorias, inspeções e fiscalizações por este Órgão Central de Controle Interno, foram elaborados manuais de instrução e orientação sobre: regime de adiantamento; tomada de contas especial; organização e controle de almoxarifados, além de apoio à gestão municipal.

É oportuno lembrar, que a disponibilização pela Controladoria Geral do Estado de todo o acervo normativo de controle e acompanhamento da gestão acima percorrido, faz parte da estratégia da instituição de trabalhar de forma proativa, oferecendo apoio e condições técnicas de trabalho aos servidores do Estado, que pode ser acessado por meio do *site* da CGE, no endereço eletrônico <http://www.cge.to.gov.br>, na barra de ferramentas do menu, localizado na parte superior da página.

1.3 CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

A autonomia e independência do Controle Interno são essenciais para a perfeita execução e orientação nas ações dos gestores públicos e o percurso menos longo e traumático permeia a estrada da capacitação continuada do elenco envolvido, por meio de treinamentos, atualizações e troca de experiências bem sucedidas.

1.3.1 Capacitação e treinamento de servidores

No tocante ao aperfeiçoamento do corpo técnico, com a finalidade de melhorar a capacidade de execução de rotinas afetas as suas funções, os servidores em exercício no Sistema de Controle Interno participaram de 77 (setenta e sete) capacitações continuadas, de forma individual e personalizada, abrangendo diversas áreas da Administração Pública, por meio dos cursos de: aperfeiçoamento para secretária; atendimento ao público; atualização e organização de arquivo; combate a corrupção e à lavagem de dinheiro; como falar em público com estilo e segurança; conduzindo com ética e excelência; controle interno; direção defensiva; Direito Administrativo, com ênfase no Estatuto do Servidor Público do Tocantins, na Lei de Licitações e Contratos e ciclo de debates; elaboração de projetos, termos de referência e editais; fiscalização da execução de contratos e gestão e prestação de contas de convênios; etiqueta e serviço de copa; Excel, básico e avançado; gerenciamento de projetos e de planejamento estratégico básico; gestão e execução do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM; gestão financeira no setor público; gestão para resultados; informática básica; Lei de Responsabilidade Fiscal; línguas espanhola e inglesa; mapeamento da estratégia com o *Balanced Scorecard*; metodologias de utilização dos Sistemas Informatizados de Acompanhamento da Gestão Orçamentário-Financeira dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual; Formulário de Acompanhamento de Resultados – FARES e Sistema Unificado de Planejamento e Orçamento – UNI; orçamento público/execução orçamentária; os Tribunais de Contas e a Lei de Acesso à Informação; prática em tomada de contas especial; redação oficial – acordo ortográfico e sistema de compras.

1.3.1.1 Acordos e Parcerias

Com o propósito de desenvolver habilidades e competências gerenciais aos servidores públicos, além de ampliar o intercâmbio dentro da esfera estadual, foram celebrados, no exercício de 2012, Termos de Cooperação Técnica por este Órgão Central de Controle Interno com a Egrégia Corte de Contas, com as Secretarias de Estado da Educação e da Segurança Pública, estabelecendo interesses mútuos entre os partícipes na capacitação de integrantes do Sistema de Controle Interno e da gestão administrativa e financeira dos órgãos e entidades do Governo do Estado do Tocantins.

1.3.1.2 Reuniões Técnicas

Por iniciativa desta CGE, realizou-se reunião técnica envolvendo 200 (duzentos) servidores do Controle Interno, planejamento e contabilidade, com o objetivo de orientar sobre a formalização da prestação de contas do ordenador de despesa de cada órgão ou entidade e da Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2012, discorrendo-se sobre as especificações das peças que compõem a prestação de contas, tais como o relatório de gestão, os demonstrativos contábeis e o parecer do órgão de Controle Interno.

Ressalta-se, ainda, a realização de atividades de capacitação e informação para atuais e futuros gestores municipais consorciados, vereadores, técnicos e comunidades, por meio de palestras proferidas por servidores desta CGE em “Seminários Regionais de Gestão Consorciada para Resultados”, organizados pela Secretaria das Cidades e do Desenvolvimento Urbano, visando orientar sobre a transição municipal e melhoria dos processos de gestão dos municípios e das entidades autárquicas, com foco no desenvolvimento regional sustentável.

1.3.2 Aprimoramento das Técnicas de Controle

Almejando o fortalecimento das atividades de Controle Interno na seara estadual, esta Controladoria se fez presente por meio de seus servidores em cursos, palestras, reuniões técnicas, encontros e eventos, nos quais participaram representantes de órgãos e entidades estaduais, bem como das administrações municipais e sociedade do Estado do Tocantins, destacando-se: 1º Encontro do Governo do Estado do Tocantins com os Prefeitos Eleitos; 2º Encontro de Controle Interno da Região Norte do Tocantins – COECI; 2º Encontro Estadual de Planejamento e Orçamento Público – gestão para resultados, desafios e oportunidades; 3ª Edição do Libertas XXI – Liberdade e Democracia no Novo Século; 3ª Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI, em Fortaleza - CE; 5ª Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI, em São Luís - MA; Conferência Internacional Anticorrupção (*International Anti-Corruption Conference* – IACC), principal fórum mundial sobre o combate à

corrupção, em Brasília - DF; Fórum de Combate à Corrupção no Tocantins - FOCCO-TO; Semana Acadêmica da UNITINS – palestras sob o tema “Transparência Ativa” e “Impactos da 1ª CONSOCIAL no Controle Social dos Gastos Públicos”; Reunião técnica com o Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCON, em Brasília-DF; além de várias reuniões técnicas para elaboração da minuta de Decreto sobre a criação do Sistema Estadual de Informação para o Planejamento – SEIP, do Programa de Eficiência do Gasto, do sistema informatizado UNI – Sistema Unificado de Planejamento e Orçamento, para implementação das diretrizes de políticas de acesso à informação da Administração Pública Estadual, implantação do Sistema Previdenciário de Gestão de RPPS/SIPREV, sobre a Mensagem do Governador, o Sistema Integrado de Controle de Auditoria Pública – Atos de Pessoal – SICAP – AP, o protocolo de Cisão Parcial da SANEATINS, as diligências apontadas por esse Tribunal, exercício 2011, sobre as Tomadas de Contas Especiais em tramitação nos diversos Órgãos e orientações gerais para a Revisão do Plano Plurianual e do Orçamento 2013.

1.4 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS (SOFTWARES)

Com o intuito primordial de aperfeiçoar as ferramentas de controle, dinamizando tarefas e canais de comunicação, propiciando à inserção do órgão e corpo técnico no mundo informatizado, foram desenvolvidos programas e respectivos módulos, possibilitando ao Sistema de Controle Interno visão panorâmica acerca das atividades institucionais desempenhadas, destacando: Controle Interno – Contratos, Convênios e Adiantamentos; e Sistema Informatizado de Acompanhamento da Gestão Orçamentário-Financeira dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual – Indicadores, Objetivos, Iniciativas, Metas Físicas e Financeiras, além de Ações de Governo e Relatórios Gerenciais.

1.5 ACESSO À INFORMAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Visando assegurar à sociedade tocantinense o direito constitucional de acesso à informação, a participação e o controle social dos gastos públicos como instâncias de controle à prevenção e combate à corrupção, a Controladoria Geral do Estado realizou diversas ações, com destaque para a Conferência Estadual e participação na Nacional, à orientação técnica sobre prática da transparência ativa e do Serviço de Informação ao Cidadão-SIC aos órgãos e entidades do Poder Executivo.

1.5.1 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social

Como contribuição à participação na 1ª Conferência Nacional, em Brasília-DF, foi realizada, em março de 2012, a 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social, totalizando 357 (trezentos e cinquenta e sete) participantes. Naquela ocasião foram priorizadas 20 (vinte) propostas e eleitos 28 (vinte e oito) delegados, a partir de deliberações e debates ocorridos entre os 204 (duzentos e quatro) representantes escolhidos nas 15 (quinze) Conferências Regionais acerca das 300 (trezentas) propostas nelas selecionadas. É oportuno mencionar que das propostas priorizadas e enviadas ao evento nacional, 9 (nove) contribuíram na composição do Plano Nacional sobre Transparência e Controle Social, constituído por 80 (oitenta) proposições.

1.5.2 Diretrizes de Políticas de Acesso à Informação

Com a finalidade de cumprir os ditames da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Controladoria Geral do Estado coordenou grupo de trabalho designado pelo Chefe do Poder Executivo para diagnosticar, organizar e propor alternativas para a implementação das diretrizes de políticas de acesso à informação no âmbito do Governo Estadual, resultando na elaboração de minutas de regulamentação do referido Diploma Legal, de guia e cartilha de acesso à informação, além do desenvolvimento e disponibilização de sistema de acesso à informação (www.ai.to.gov.br), onde o cidadão, após avaliar o conteúdo das informações disponibilizadas no Portal da Transparência e na página de acesso à informação de cada órgão ou entidade e não encontrar a informação buscada, realiza eletronicamente o pedido de acesso à informação diretamente ao órgão ou entidade de seu interesse. Essa ferramenta caracteriza-se de primordial importância como meio de comunicação entre a sociedade e a gestão pública, pois o quantitativo de acessos supera o do Estado do Ceará, segundo evidenciou pesquisa realizada pelo Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno.

Outra ação de grande relevância diz respeito à orientação técnica dispensada, de forma individualizada, às equipes multidisciplinares, designadas pelos gestores dos órgãos e entidades do Poder Executivo, responsáveis pela implementação da Lei de Acesso à Informação – LAI, no âmbito de cada Pasta, totalizando cerca de 250 (duzentos e cinquenta) servidores.

1.5.3 Portal da Transparência

Caracterizou-se de extrema importância a reestruturação do Portal da Transparência, a capacitação da sociedade tocantinense promovida por esta Controladoria durante a realização das etapas regionais e estadual preparatórias à 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, a disponibilização da remuneração de servidores e a atualização constante das informações nele postadas, em cumprimento às exigências do regramento jurídico pátrio, resultando

em acréscimo da ordem de 460% (quatrocentos e sessenta por cento), totalizando 129 (cento e vinte e nove) mil novos acessos após a reestruturação, com destaque para os números de acesso aos dados remuneratórios dos servidores públicos do Poder Executivo Estadual, em cumprimento a Lei de Acesso à Informação – LAI, registrando a marca de aproximadamente 6 mil acessos no dia da disponibilização.

Os números são considerados positivos e contribuíram para que o Tocantins fosse apontado como o 2º Estado mais transparente da Região Norte, de acordo com o *ranking* divulgado pela Associação Contas Abertas. O índice avaliou os portais de transparência da União e dos Governos Estaduais, onde o Tocantins ocupa o 2º (segundo) lugar em nível regional e 15º (décimo quinto) em âmbito nacional.

1.5.4 Ouvidoria

Com o intuito de ampliar a participação social no controle da gestão pública, foi disponibilizada mais uma ferramenta de comunicação com a sociedade. Trata-se do telefone [0800-645-0808](tel:0800-645-0808) (ligação gratuita) da Ouvidoria, constituindo-se num canal direto entre a comunidade e o poder público que propõe uma maior participação da sociedade no que diz respeito ao acompanhamento e fiscalização das ações da administração pública, permitindo a qualquer cidadão apresentar reclamações, questionamentos, denúncias ou elogios, cujo número está disponível no site da CGE e no Portal da Transparência do Governo do Estado.

Nesta seara, fica sob a responsabilidade da Ouvidoria desta Controladoria o acompanhamento dos pedidos de acesso à informação, registrados pelo sistema eletrônico de acesso à informação (www.ai.to.gov.br) e nos Serviços de Informação ao Cidadão-SIC, disponíveis nos órgãos e entidades do Poder Executivo, e o cumprimento dos prazos legais estabelecidos para o respectivo atendimento, recomendando, formalmente, a celeridade na emissão da resposta quando, excepcionalmente, ocorrer algum atraso.



Capítulo 2

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DA DESPESA DO EXERCÍCIO DE 2012

CAPITULO 2

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DA DESPESA DO EXERCÍCIO DE 2012

A análise consiste em demonstrar o desempenho da execução orçamentária da Receita e da Despesa do Estado, conferindo maior confiabilidade às contas públicas e justifica os conceitos técnicos e práticos pertinentes aos instrumentos de gestão, a exemplo do PPA, LDO e LOA que orientam:

- a) o orçamento geral autorizado;
- b) a execução orçamentária e financeira;
- c) o resultado patrimonial e financeiro no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

É importante destacar o orçamento público como instrumento de planejamento que o governo utiliza para materializar seus planos e programas de trabalho em determinado período, por meio da previsão da receita e fixação da despesa.

O processo de planejamento obedece à formalidade definida na Constituição Federal, tendo início no primeiro ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, quando é elaborado o plano plurianual para quatro exercícios, com vigência a contar do segundo ano de seu mandato até o primeiro ano do mandato seguinte.

Nesse contexto, a Constituição Federal estabelece os seguintes instrumentos de planejamento que deverão ser instituídos por lei de iniciativa do Poder Executivo:

- a) Plano Plurianual (PPA);
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- c) Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA é um instrumento de planejamento governamental, que define diretrizes, objetivos e metas com a finalidade de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir à ação governamental e orientar a definição de prioridades para buscar o desenvolvimento sustentável, a infraestrutura econômica e social e o cuidado com as pessoas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, em conformidade com o disposto no § 2º, inciso II, do art. 80 da Constituição Estadual e na Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000, compreende as metas e prioridades da administração pública estadual, a estrutura e organização dos orçamentos, as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações e as disposições relativas à dívida pública e as despesas com pessoal e encargos sociais. Compreende também a política de aplicação dos recursos da agência oficial de fomento, a disposição sobre alterações na legislação e sua adequação orçamentária e as disposições gerais.

A Lei Orçamentária Anual é o instrumento de planejamento operacional que estima as receitas e autoriza as despesas do Governo de acordo com a previsão de arrecadação. A LOA é utilizada para gerenciar as receitas e despesas públicas, em cada exercício financeiro, com fundamento nos princípios norteadores do orçamento público.

A receita pública é o recebimento de recursos financeiros efetuados por pessoas de direito público, para atender à cobertura das despesas necessárias aos investimentos, às operações e à manutenção da administração. Distingue-se em receita orçamentária e receita extraorçamentária.

A receita extraorçamentária compreende os recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos, enquanto a receita orçamentária pertence de fato ao Estado e se classifica economicamente em receitas correntes e de capital.

A despesa pública é o gasto programado, na forma da lei autorizativa, que se realiza por ato de empenho, liquidação e pagamento das obrigações financeiras para consecução dos objetivos da Administração Pública.

Consideram-se recursos orçamentários todos aqueles contemplados pela Lei de Orçamento Anual - LOA e recursos extraorçamentários aqueles que não dependem de prévia autorização legislativa para seu recebimento ou pagamento.

2.1 ORÇAMENTO GERAL AUTORIZADO

O Orçamento Geral do Estado do Tocantins, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, compreendendo os orçamentos: fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais, referente ao exercício financeiro de 2012, tem suas diretrizes na Lei Estadual nº 2.530 de 30 de novembro de 2011 (LDO) e aprovado pela Lei nº 2.547, de 22 de dezembro de 2011 (LOA), que estimou a receita no valor de **R\$ 7.696.067.394,00** e fixou a despesa em igual valor, na forma a seguir:

- a) Recursos do Tesouro (Ordinários): R\$ 4.005.746.497,00;
- b) Recursos de Outras Fontes: R\$ 3.690.320.897,00.

O valor do orçamento inicial foi acrescido de R\$ 186.373.975,00 em decorrência das seguintes alterações: Suplementações, Reduções, Créditos Especiais, Remanejamentos, Transposições e Transferências, passando o orçamento autorizado para R\$ 7.882.441.369,00, assim distribuído:

a) Recursos do Tesouro (Ordinários): R\$ 4.056.713.449,00;

b) Recursos de Outras Fontes: R\$ 3.825.727.920,00.

Ressalta-se que, este acréscimo contou com recursos disponíveis originários do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício (2011), no valor de R\$ 107.501.747,00 e R\$ 78.872.228,00 do excesso de arrecadação. Esses valores justificam a diferença entre o orçamento inicial e o autorizado.

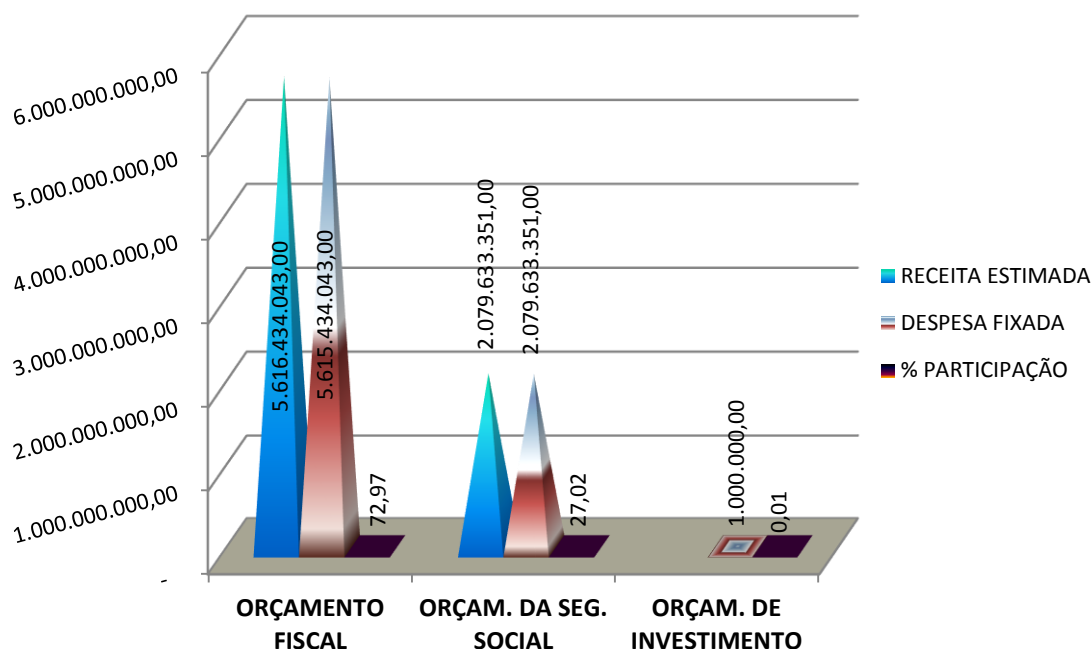
Do total de R\$ 7.882.441.369,00, valor que representa o Orçamento Geral do Estado, autorizado no exercício de 2012, foram consignados R\$ 5.087.537.386,00 na Administração Direta e R\$ 2.794.903.983,00 na Administração Indireta, correspondentes a 64,54% e 35,46%, respectivamente.

QUADRO 1 – Resumo Sintético da Receita e Despesa Orçamentárias - LOA

ESTIMATIVA DA RECEITA		
ÍTEM	VALOR	% PARTIC.
ORÇAMENTO FISCAL	5.616.434.043,00	72,98
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	2.079.633.351,00	27,02
TOTAL	7.696.067.394,00	100,00
FIXAÇÃO DA DESPESA		
ÍTEM	VALOR	% PARTIC.
ORÇAMENTO FISCAL	5.615.434.043,00	72,97
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	2.079.633.351,00	27,02
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.000.000,00	0,01
TOTAL	7.696.067.394,00	100,00

Fonte: Lei 2.547, de 22 de dezembro de 2011.

O quadro acima espelha, de forma resumida, a Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2012 e análise vertical da participação de cada orçamento em relação ao todo.

GRÁFICO 01 – Estimativa do Orçamento da Receita e Despesa – 2012

A receita estimada para o orçamento fiscal na Lei Orçamentária Anual de 2012 foi R\$ 5.616.434.043,00 e no orçamento da seguridade social foi de R\$ 2.079.633.351,00.

A despesa fixada para o orçamento fiscal foi de R\$ 5.615.434.043,00, no orçamento da seguridade social R\$ 2.079.633.351,00 e no orçamento de investimento foi de R\$ 1.000.000,00 e seus índices percentuais foram: 72,97%, 27,02% e 0,01% respectivamente.

QUADRO 2 - Resumo da Receita e Despesa Orçamentárias – Todas as Fontes

RECEITAS	ORÇ. INICIAL	PREV. ATUALIZADA	% EVOL.
RECEITAS CORRENTES	6.759.622.643,00	6.790.147.513,00	0,45
Receita Tributária	1.828.589.909,00	1.842.076.022,00	0,74
» ICMS	1.440.320.000,00	1.440.320.000,00	-
» Outras	388.269.909,00	401.756.022,00	3,47
Receita de Contribuições	305.808.162,00	306.623.736,00	0,27
Receita Patrimonial	364.127.201,00	365.330.068,00	0,33
Receita de Serviços	5.011.000,00	5.674.998,00	13,25
Transferências Correntes	4.200.340.481,00	4.203.166.412,00	0,07
» FPE	2.985.456.548,00	2.985.456.548,00	-
» Outras	1.214.883.933,00	1.217.709.864,00	0,23
Outras Receitas Correntes	55.745.890,00	67.276.277,00	20,68

RECEITAS DE CAPITAL	1.474.962.002,00	1.523.309.360,00	3,28
Operações de Crédito	850.208.000,00	907.536.349,00	6,74
Alienação de Bens	9.565.783,00	12.023.222,00	25,69
Amortização de Empréstimos	32.720.000,00	21.946.501,00	- 32,93
Transferências de Capital	582.468.219,00	581.803.288,00	- 0,11
TOTAL DAS RECEITAS	8.234.584.645,00	8.313.456.873,00	0,96
(-) RESTITUIÇÃO	-(506.803,00)	- (506.803,00)	-
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEB	- 828.421.818,00	- 828.421.818,00	-
Receitas de C. Intraorçamentaria	290.411.370,00	290.411.370,00	-
TOTAL	7.696.067.394,00	7.774.939.622,00	1,02

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADA	
DESPESAS CORRENTES	4.751.321.685,00	5.016.430.042,00	5,58
Pessoal e Encargos Sociais	2.536.211.379,00	2.708.309.369,00	6,79
Juros e Encargos da Dívida	81.337.207,00	76.072.163,00	- 6,47
Outras Despesas Correntes	2.133.773.099,00	2.232.048.510,00	4,61
DESPESAS DE CAPITAL	2.079.531.517,00	2.026.239.257,00	- 2,56
Investimentos	1.919.936.828,00	1.845.313.949,00	- 3,89
Inversões Financeiras	34.348.000,00	22.693.780,00	- 33,93
Amortização da Dívida	125.246.689,00	158.231.528,00	26,34
Reserva de Contingência	591.126.465,00	484.414.465,00	- 18,05
TOTAL DESP. ORÇAMENTÁRIAS	7.421.979.667,00	7.527.083.764,00	1,42
Desp. de C. Intraorçamentárias	274.087.727,00	355.357.605,00	29,65
TOTAL	7.696.067.394,00	7.882.441.369,00	2,42

FONTE – Anexo 10 – volume I, fl. 0031 e Anexo 11 – volume fl. 0322 do Balanço Geral do Estado

Neste quadro demonstra-se, por categoria, a receita prevista e atualizada, a despesa inicialmente fixada e autorizada como também os índices da evolução com as movimentações ocorridas durante o exercício. As receitas alteraram positivamente 1,02%, com destaque para as receitas de serviços, outras receitas correntes e alienação de bens com 13,25%, 20,68% e 25,69%, e as despesas aumentaram 2,42%, destacando a amortização da dívida e as contribuições intraorçamentárias com 26,34% e 29,65%, respectivamente.

QUADRO 3 - Resumo Geral da Receita Atualizada – Recursos do Tesouro e de Outras Fontes

RECEITAS	RECURSOS ORDINÁRIOS (1)	RECURSOS DE OUTRAS FONTES (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	4.007.999.817,00	1.953.219.075,00	5.961.218.892,00
Receita Tributária	1.742.049.783,00	100.026.239,00	1.842.076.022,00
Receita de Contribuições	-	306.623.736,00	306.623.736,00
Receita Patrimonial	33.369.552,00	331.960.516,00	365.330.068,00
Receita de Serviços	-	5.674.998,00	5.674.998,00
Transferências Correntes	3.023.037.260,00	1.180.129.152,00	4.203.166.412,00
Outras Receitas Correntes	38.471.843,00	28.804.434,00	67.276.277,00
Restituição	- 506.803,00	-	- 506.803,00
Dedução para o FUNDEB	- 828.421.818,00	-	- 828.421.818,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	1.523.309.360,00	1.523.309.360,00
Operações de Crédito	-	907.536.349,00	907.536.349,00
Alienação de Bens	-	12.023.222,00	12.023.222,00
Transferências de Capital	-	21.946.501,00	21.946.501,00
Amortização de Empréstimos	-	581.803.288,00	581.803.288,00
REC. INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	290.411.370,00	290.411.370,00
TOTAL	4.007.999.817,00	3.766.939.805,00	7.774.939.622,00

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2012 – Receita Atualizada.

QUADRO 4 – Resumo Geral da Despesa Autorizada – Recursos do Tesouro e de Outras Fontes

DESPESAS	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	3.496.761.481,00	1.519.668.561,00	5.016.430.042,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.183.243.438,00	525.065.931,00	2.708.309.369,00
Juros e Encargos da Dívida	76.072.163,00	-	76.072.163,00
Outras Despesas Correntes	1.237.445.880,00	994.602.630,00	2.232.048.510,00
REC. CORR. INTRAORÇAMENTÁRIA	266.581.926,00	88.775.679,00	355.357.605,00
Pessoal e Encargos Sociais	266.081.926,00	65.360.047,00	331.441.973,00
Outras Despesas Correntes	500.000,00	23.415.632,00	23.915.632,00
DESPESAS DE CAPITAL	293.370.042,00	1.732.869.215,00	2.026.239.257,00
Investimentos	133.221.935,00	1.712.092.014,00	1.845.313.949,00
Inversões Financeiras	1.927.279,00	20.766.501,00	22.693.780,00
Amortização da Dívida	158.220.828,00	10.700,00	158.231.528,00
RES. DE CONTINGENCIA	-	484.414.465,00	484.414.465,00
TOTAL	4.056.713.449,00	3.825.727.920,00	7.882.441.369,00

FONTE – Anexo 11 por fonte - Geral do Estado – dezembro/2012 - Orçamento Autorizado.

Comparando o total da receita prevista atualizada no valor de R\$ 7.774.939.622,00 com o total da despesa autorizada de R\$ 7.882.441.369,00 demonstradas no Quadro 02, constata-se que o orçamento da despesa autorizada

apresenta diferença a maior no valor de R\$ **107.501.747,00**. Esse fato ocorre em função da utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior mediante Decreto do Poder Executivo conforme prevê o art. 7º da Lei Orçamentária Anual nº 2.547, de 22 de dezembro de 2011 e o art. 43 § I da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

QUADRO 5 - Resumo da Despesa Autorizada – Fonte e Esfera Orçamentária

FONTE DE RECURSO		ORÇAMENTO FISCAL	ORÇAMENTO DA SÉG. SOCIAL	ORÇAMENTO INVESTIMENTO
		AUTORIZADO (a)	AUTORIZADO (b)	AUTORIZADO (c)
0100	RECURSOS ORDINARIOS	2.945.609.880,00	39.726.190,00	100.000,00
0101	TESOURO – MAN. DO DESENV. ENSINO - MDE	260.133.549,00	-	-
0102	REC. DO TES. – AÇÕES SERV. PÚBL. DE SAÚDE	9.127,00	787.751.139,00	-
0104	RECURSOS DO TESOURO – EMENDA PARLAMENTAR	20.791.564,00	2.592.000,00	-
0210	COTA-PARTE INST.NAC.DESENV. DESPORTO-INDESP	2.231.696,00	-	-
0211	CONTRIB. DO FUNDO NAC.DESENVOLV.EDUCACAO	28.645.000,00	-	-
0214	FUNDO MANUT.DES. EDUC.BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB	617.562.829,00	-	-
0216	COTA-PARTE DO SALARIO-EDUCACAO	12.579.000,00	-	-
0223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	4.021.518,00	203.136,00	-
0224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	46.664.332,00	-	-
0225	REC. DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	687.751.956,00	36.313.124,00	-
0226	ALIENACAO DE BENS	23.193.545,00	-	-
0227	COTA PARTE DO CONV. DETRAN/SSP/POL.MILITAR	4.103.000,00	-	-
0228	OPER. FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTER	3.257.826,00	-	-
0229	OPER. FINACEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS- EXTER	9.854.670,00	1.000,00	-
0230	RECURSOS DE CONV. ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS	560.915,00	-	-
0235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	12.096.970,00	-	-
0237	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FNAS	154.600,00	991.337,00	-
0240	RECURSOS PROPRIOS	188.774.913,00	1.141.718,00	-
0241	RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS	-	762.209.465,00	-
0242	ASSISTENCIA MEDICA	147.305.270,00	-	-
0246	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	-	4.493.327,00	-
0247	ATENÇÃO BÁSICA	-	1.487.000,00	-
0248	GESTÃO DO SUS	-	21.463.000,00	-
0249	INVESTIMENTOS SAÚDE	-	11.068.387,00	-
0250	MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBIL. E HOSPITALAR	-	261.030.000,00	-
0251	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	-	18.010.000,00	-
4219	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS – EM MOEDA	439.708.216,00	60.000.000,00	17.037.394,00
4220	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS – EM MOEDA	223.951.231,00	-	-
4221	OPERACAO DE CREDITO VINCULADA-PIRMC	112.647.000,00	-	-
4222	OPERAÇÕES DE CRÉD. INT. EM BENS E/OU SERVIÇOS	57.328.349,00	-	-
5236	DOACAO	7.886.196,00	-	-
TOTAIS POR ESFERA		5.856.823.152,00	2.008.480.823,00	17.137.394,00
TOTAL GERAL ORÇAMENTO AUTORIZADO (a + b + c)		7.882.441.369,00		

O quadro acima espelha o orçamento autorizado do Estado, por esfera orçamentária e suas respectivas fontes de recursos. Destaca-se com maiores

dotações, no orçamento fiscal, as fontes: 0100, 0214, 0225, e 4219 com R\$ 2.945.609.880,00, R\$ 617.562.829,00, R\$ 687.751.956,00 e R\$ 439.708.216,00; e no orçamento da seguridade social as fontes 0102 e 0241 com R\$ 787.751.139,00 e R\$ 762.209.465,00 respectivamente.

2.2 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Entende-se por alterações orçamentárias as movimentações e os créditos adicionais abertos mediante autorizações legislativas ao Poder Executivo, para atendimento das necessidades previstas ou de fatos novos que surgem durante o exercício financeiro.

Valendo-se de autorização constante da própria LOA e obedecendo aos ditames da Lei n.º 4.320/64 e da LDO, foram abertos os créditos suplementares e especiais demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 6 – Demonstrativo das Alterações Orçamentárias

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Orçamento (Lei 2.547/2011)	
Orçamento Inicial	7.696.067.394,00
(+) Créditos Suplementares	766.459.074,00
(+) Remanejamento	23.831.756,00
(+) Transposição	847.460.438,00
(+) Transferência	660.298.144,08
(+) Créditos Especiais	17.625.084,00
(-) Reduções	2.129.088.721,08
(-) Reduções Créditos Especiais	211.800,00
= Créditos Orçamentários Autorizados	7.882.441.369,00

FONTE – Lei 2.547/11 e Balanço Geral do Estado e Anexo 11 A - Volume I, fl. 0326

O Orçamento Geral do Estado, inicialmente no valor de R\$ 7.696.067.394,00, aprovado pela Lei nº 2.547/2011, foi alterado pelos créditos adicionais: suplementares R\$ 766.459.074,00; remanejamento R\$ 23.831.756,00; transposição R\$ 847.460.438,00; transferência R\$ 660.298.144,08; especiais e/ou extraordinários R\$ 17.625.084,00, e sofreu reduções de R\$ 2.129.300.521,08, constituindo-se no orçamento autorizado de R\$ 7.882.441.369,00, para o exercício financeiro de 2012.

Para oficializar a abertura dos créditos na forma demonstrada, editaram-se decretos e portarias, conforme indicação às fls. 326 a 385 do Balanço Geral, Volume I.

Os créditos adicionais foram previamente autorizados por Leis, abertos por Decretos do Poder Executivo e Portarias de autoridade designada, em consonância com os limites previstos no inciso III do art. 7º, da Lei nº 2.547, de 22 de dezembro de 2011. Já as movimentações por intermédio de transferência, transposição e remanejamento foram efetuadas pelo Executivo com autorização dada pela Lei nº 2.530, de 30 de novembro de 2011 em seu artigo 37.

QUADRO 7 – Demonstrativo do Aumento Orçamentário e Origens

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
(+) Excesso de Arrecadação	78.872.228,00
(+) Superávit Financeiro	107.501.747,00
TOTAL DOS ACRÉSCIMOS ORÇAMENTÁRIOS	186.373.975,00

FONTE – Balanço Geral do Estado - Volume I, fl. 0326

O orçamento geral para o exercício de 2012 foi acrescido de R\$ 186.373.975,00, ou seja, 2,42% sobre a dotação inicial assim distribuído: 1,02% do excesso de arrecadação e 1,40% do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior. (vide quadro acima).



Capítulo 3

**GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO
ESTADO POR GESTÃO E POR PODERES E
MINISTÉRIO PÚBLICO**

CAPITULO 3

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO ESTADO POR GESTÃO E POR PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO

A gestão orçamentária, patrimonial e financeira é entendida como processo de formular diretrizes para elaboração das propostas de programação setorial de desembolso, e procura manter, durante o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, por meio da Gestão dos recursos de modo a reduzir eventuais insuficiências financeiras.

3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Gestão Orçamentária é o ato que compreende a execução e o gerenciamento do fluxo dos recursos, sua origem e aplicação, mediante registro da receita e despesa pública, na forma de créditos e dotações orçamentárias, liberadas por cotas ou duodécimos, obedecendo à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso.

A execução da despesa é o processo pelo qual os créditos orçamentários consignados na LOA são aplicados na realização das ações governamentais.

Como se observa, a Gestão Orçamentária obedeceu à programação, às diretrizes, aos objetivos e metas do PPA, bem como às prioridades estabelecidas pela LDO, sendo evidenciada pelos atos que resultem da arrecadação da receita, na realização da despesa, no nascimento e/ou extinção de direitos e obrigações do Estado.

A arrecadação da receita foi realizada por meio das agências do Banco do Brasil, com o recolhimento à Conta Única do Tesouro Estadual, havendo efetivação de 86,94% comparada com a previsão inicial.

A Receita e a Despesa Orçamentárias se desdobram nas categorias econômicas Correntes e de Capital. Nesse sentido, o Balanço Orçamentário tem por objetivo apresentar as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com os valores realizados, permitindo, assim, a apuração do resultado orçamentário.

QUADRO 8 - Comparativo da Receita Arrecadada Geral do Estado – 2012/2011

RECEITAS CORRENTES ARRECADADAS	VALOR R\$		%	% PARTICIPAÇÃO	
	2011	2012		2011	2012
RECEITAS CORRENTES	5.865.530.009,60	6.432.340.349,43	9,66	91,91	86,02
Receita Tributária	1.695.192.580,58	1.912.664.808,05	12,83	26,56	25,58
Receita de Contribuições	296.252.903,41	327.554.842,86	10,57	4,64	4,38

Receita Patrimonial	340.949.559,75	520.788.842,00	52,75	5,34	6,96
Receita de Serviços	2.324.834,77	5.195.237,25	123,47	0,04	0,07
Transferências Correntes	3.472.980.417,40	3.591.758.670,07	3,42	54,42	48,03
Outras Receitas Correntes	57.829.713,69	74.377.949,20	28,62	0,91	0,99
RECEITA DE CAPITAL	239.776.655,62	704.260.611,66	193,72	3,76	9,42
Operações de Crédito	167.710.850,62	564.134.937,13	236,37	2,63	7,54
Alienação de Bens	13.246.073,70	15.706.247,32	18,57	0,21	0,21
Amortização de Empréstimos	5.494.823,98	10.342.749,67	88,23	0,09	0,14
Transferências de Capital	53.324.907,32	114.076.677,54	113,93	0,84	1,53
Rec. de Cont. Intragovernamental	276.484.878,30	341.227.854,24	23,42	4,33	4,56
TOTAL - RECEITA BRUTA	6.381.791.543,52	7.477.828.815,33	17,17	100,00	100,00
(-) RESTITUIÇÃO	(10.983.237,35)	(11.081.532,54)	0,89	(0,17)	(0,15)
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEB	(737.645.560,56)	(775.614.326,23)	5,15	(11,56)	(10,37)
TOTAL - RECEITA LÍQUIDA	5.633.162.745,61	6.691.132.956,56	18,78	88,27	89,48

No quadro acima se verifica que houve neste exercício uma evolução nas receitas de 18,78% em comparação com o exercício de 2011, demonstrando crescimento bem superior a inflação do período.

QUADRO 9 - Receitas - Recursos de Todas as Fontes - 2012

RECEITAS	ORÇAMENTO INICIAL	ARRECADADA	% REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	6.759.622.643,00	6.432.340.349,43	95,16
Receita Tributária	1.828.589.909,00	1.912.664.808,05	104,60
» ICMS	1.440.320.000,00	1.464.853.977,15	101,70
» Outras	388.269.909,00	447.810.830,90	115,33
Receita de Contribuições	305.808.162,00	327.554.842,86	107,11
Receita Patrimonial	364.127.201,00	520.788.842,00	143,02
Receita de Serviços	5.011.000,00	5.195.237,25	103,68
Transferências Correntes	4.200.340.481,00	3.591.758.670,07	85,51
» FPE	2.985.456.548,00	2.688.873.354,81	90,07
» Outras	1.214.883.933,00	902.885.315,26	74,32
Outras Receitas Correntes	55.745.890,00	74.377.949,20	133,42
RECEITAS DE CAPITAL	1.474.962.002,00	704.260.611,66	47,75
Operações de Crédito	850.208.000,00	564.134.937,13	66,35
Alienação de Bens	9.565.783,00	15.706.247,32	164,19
Amortização de Empréstimos	32.720.000,00	10.342.749,67	31,61
Transferências de Capital	582.468.219,00	114.076.677,54	19,59
TOTAL DAS RECEITAS	8.234.584.645,00	7.136.600.961,09	86,67
(-) RESTITUIÇÃO	(506.803,00)	(11.081.532,54)	2.186,56
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEB	(828.421.818,00)	(775.614.326,23)	93,63
Receitas de C. Intragovernamental	290.411.370,00	341.227.854,24	117,50
TOTAL	7.696.067.394,00	6.691.132.956,56	86,94

FONTE - Anexo 10 - Geral do Estado - volume I, fl. 0031

QUADRO 10 - Balanço Orçamentário do Estado – Discriminação Receitas – 2012

RECEITAS					
RECEITAS	PREVISTA ATUALIZADA	REALIZADA	% REALIZADA	% S/MONTANTE REALIZADO	DIFERENÇA (REALIZADA - PREVISTA)
RECEITAS CORRENTES	6.790.147.513,00	6.432.340.349,43	94,73	90,13	(357.807.163,57)
Receita Tributária	1.842.076.022,00	1.912.664.808,05	103,83	26,80	70.588.786,05
» ICMS	1.440.320.000,00	1.464.853.977,15	101,70	20,53	24.533.977,15
» Outras	401.756.022,00	447.810.830,90	111,46	6,27	46.054.808,90
Receita de Contribuições	306.623.736,00	327.554.842,86	106,83	4,59	20.931.106,86
Receita Patrimonial	365.330.068,00	520.788.842,00	142,55	7,30	155.458.774,00
Receita de Serviços	5.674.998,00	5.195.237,25	91,55	0,07	(479.760,75)
Transferências Correntes	4.203.166.412,00	3.591.758.670,07	85,45	50,33	(611.407.741,93)
» FPE	2.985.456.548,00	2.688.873.354,81	90,07	37,68	(296.583.193,19)
» Outras	1.217.709.864,00	902.885.315,26	74,15	12,65	(314.824.548,74)
Outras Receitas Correntes	67.276.277,00	74.377.949,20	110,56	1,04	7.101.672,20
RECEITAS DE CAPITAL	1.523.309.360,00	704.260.611,66	46,23	9,87	(819.048.748,34)
Operações de Crédito	907.536.349,00	564.134.937,13	62,16	7,90	(343.401.411,87)
Alienação de Bens	12.023.222,00	15.706.247,32	130,63	0,22	3.683.025,32
Amortização de Empréstimos	21.946.501,00	10.342.749,67	47,13	0,14	(11.603.751,33)
Transferências de Capital	581.803.288,00	114.076.677,54	19,61	1,60	(467.726.610,46)
TOTAL DAS RECEITAS	8.313.456.873,00	7.136.600.961,09	85,84	100,00	(1.176.855.911,91)
(-) RESTITUIÇÃO	(506.803,00)	(11.081.532,54)	2.186,56	(0,16)	(10.574.729,54)
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEB	(828.421.818,00)	(775.614.326,23)	93,63	(10,87)	(52.807.491,77)
Receitas de Cont. Intragovernamental	290.411.370,00	341.227.854,24	117,50	4,78	50.816.484,24
TOTAL	7.774.939.622,00	6.691.132.956,56	86,06	93,76	(1.083.806.665,44)

FONTE – Anexo 10 - Geral do Estado - Volume I - fl. 0031

QUADRO 11 – Desempenho da Receita Corrente do Estado – 2012/2011

RECEITAS CORRENTES ARRECADADAS	VALOR R\$		% 2012/2011	% S/TOTAL	
	2011	2012		2011	2012
Receita Tributária	1.695.192.580,58	1.912.664.808,05	12,83	28,90	29,73
Receita de Contribuições	296.252.903,41	327.554.842,86	10,57	5,05	5,09
Receita Patrimonial	340.949.559,75	520.788.842,00	52,75	5,81	8,10
Receita de Serviços	2.324.834,77	5.195.237,25	123,47	0,04	0,08
Transferências Correntes	3.472.980.417,40	3.591.758.670,07	3,42	59,21	55,84
Outras Receitas Correntes	57.829.713,69	74.377.949,20	28,62	0,99	1,16
TOTAL	5.865.530.009,60	6.432.340.349,43	9,66	100,00	100,00

FONTE – Anexo 10 - Geral do Estado - exercícios de 2011 e 2012 – incluídas as deduções.

QUADRO 12 - Desempenho da Receita Tributária do Estado (Principais Impostos/Taxas)

IMPOSTO - ARRECADADO	2011	2012	% 2012/2011
Impostos sobre a Renda e Prov. de Qualquer Natureza	246.682.771,22	245.642.297,14	-0,42
IPVA – Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores	85.963.228,92	99.182.616,55	15,38
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas a Mercadorias e Prestação de Serviços	1.275.497.404,35	1.464.853.977,15	14,85
TOTAL	1.608.143.404,49	1.809.678.890,84	12,53

FONTE – Anexo 10 - Geral do Estado - exercícios de 2011 e 2012.

QUADRO 13 - Desempenho da Receita de Capital do Estado - Exercícios 2012/2011

RECEITAS EFETIVADAS					
RECEITAS DE CAPITAL - ARRECADADA	VALOR R\$		% 2012/2011	% PARTICIPAÇÃO	
	2011	2012		2011	2012
Operações de Crédito	167.710.850,62	564.134.937,13	236,37	69,94	80,10
Alienação de Bens	13.246.073,70	15.706.247,32	18,57	5,52	2,23
Amortização de Empréstimos	5.494.823,98	10.342.749,67	88,23	2,29	1,47
Transferências de Capital	53.324.907,32	114.076.677,54	113,93	22,24	16,20
TOTAL	239.776.655,62	704.260.611,66	193,72	100,00	100,00

FONTE - Anexo 10 - Geral do Estado - exercícios 2011 e 2012.

As Receitas realizadas, contidas no quadro 9 alcançaram a importância de R\$ 6.691.132.956,56 e representaram 86,94% da previsão inicial do orçamento total do Estado.

Conforme demonstra o quadro 10 constata-se que a arrecadação da receita, neste exercício, manteve-se abaixo da previsão atualizada, antes de efetuar as deduções, ou seja, 85,84%. Verifica-se excesso de arrecadação nas origens:

“Receitas Tributárias, Receitas de Contribuições, Receita Patrimonial, Outras Receitas Correntes e Receita de Alienação de Bens” com os índices de 3,83%, 6,83%, 42,55%, 10,56% e 30,63%, respectivamente; e constatou-se insuficiência na arrecadação em: “Receita de Serviços, Transferências Correntes, Operações de Crédito, Amortização de Empréstimos e Transferência de Capital” com índices de (8,45%), (14,55%), (37,84%), (52,87%) e (80,39%), respectivamente.

Destaca-se no quadro 12, por espécie, os três impostos com maior volume de arrecadação do Estado em 2012, totalizando a importância de R\$ 1.809.678.890,84. Esses impostos juntos superaram as receitas do ano de 2011 em 12,53% de média e, dentre eles, o “imposto sobre a renda de qualquer natureza” apresentou uma ligeira redução de 0,42% em relação ao ano anterior.

As Receitas de Capital líquidas, no valor de **R\$ 704.260.611,66**, demonstradas no Quadro 13, aumentaram em 193,72%, se comparadas ao ano anterior, destacando as operações de crédito e as transferências de capital com maior expressividade.

QUADRO 14 - Balanço Geral Orçamentário - Despesa por tipo de crédito – 2012

DESPESAS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXEC/ AUTORIZADA	% PARTIC/ EXECUTADO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	7.527.083.764,00	5.431.263.451,93	72,16	93,92	2.095.820.312,07
Despesas Correntes	5.016.430.042,00	4.712.890.935,84	93,95	81,50	303.539.106,16
Pessoal e Enc. Sociais	2.708.309.369,00	2.691.376.753,87	99,37	46,54	16.932.615,13
Juros E Enc. da Dívida	76.072.163,00	72.727.098,02	95,60	1,26	3.345.064,98
Outras Desp. Correntes	2.232.048.510,00	1.948.787.083,95	87,31	33,70	283.261.426,05
Despesas de Capital	2.026.239.257,00	718.372.516,09	35,45	12,42	1.307.866.740,91
Investimentos	1.845.313.949,00	547.797.975,92	29,69	9,47	1.297.515.973,08
Inversões Financeiras	22.693.780,00	13.398.240,91	59,04	0,23	9.295.539,09
Amortização da Dívida	158.231.528,00	157.176.299,26	99,33	2,72	1.055.228,74
Res. de Contingência	484.414.465,00	-	-	-	484.414.465,00
CRÉDITOS INTRAORÇAMENTÁRIOS	355.357.605,00	351.497.335,47	98,91	6,08	3.860.269,53
Despesas Correntes	355.357.605,00	351.497.335,47	98,91	6,08	3.860.269,53
Pessoal e Enc. Sociais	331.441.973,00	327.711.397,45	98,87	5,67	3.730.575,55
Outras Desp. Correntes	23.915.632,00	23.785.938,02	99,46	0,41	129.693,98
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
TOTAL	7.882.441.369,00	5.782.760.787,40	73,36	100,00	2.099.680.581,60

FONTE – Balanço Orçamentário – Geral do Estado - Volume I, fl. 0029

O quadro acima revela as análises horizontal e vertical dos créditos orçamentários e intraorçamentários deste exercício. Nele constata-se que a despesa

executada no valor de R\$ 5.782.760.787,40 manteve-se em 73,36% em relação à autorizada, provocada principalmente pelo déficit de capital cuja realização atingiu 35,45% do orçamento autorizado para a categoria.

As despesas de capital, neste exercício financeiro, somaram **R\$ 718.372.516,09**, destacando-se apenas o grupo “amortização da dívida” que atingiu 99,33% em relação à despesa autorizada no referido grupo, ficando os demais bem abaixo do planejado.

QUADRO 15 – Análise Comparativa da Despesa por Categoria Econômica

CATEGORIAS ECONÔMICAS	2011		2012		% 2012/2011
	DESPESA	%PART	DESPESA	%PART	
Pessoal e Encargos Sociais	2.756.599.383,54	53,28	3.019.088.151,32	52,21	9,52
Juros e Encargos da Dívida	60.435.190,28	1,17	72.727.098,02	1,26	20,34
Outras Despesas Correntes	1.668.000.977,06	32,24	1.972.573.021,97	34,11	18,26
DESPESAS CORRENTES	4.485.035.550,88	86,69	5.064.388.271,31	87,58	12,92
Investimentos	536.839.577,52	10,38	547.797.975,92	9,47	2,04
Inversões Financeiras	25.733.477,42	0,50	13.398.240,91	0,23	- 47,93
Amortização da Dívida	125.858.093,32	2,43	157.176.299,26	2,72	24,88
DESPESAS DE CAPITAL	688.431.148,26	13,31	718.372.516,09	12,42	4,35
TOTAL	5.173.466.699,14	100,00	5.782.760.787,40	100,00	11,78

Fonte – IMPBY - Volume I – fl. 93 de 2011 e IMPBY – Volume I, fl. 98 de 2012

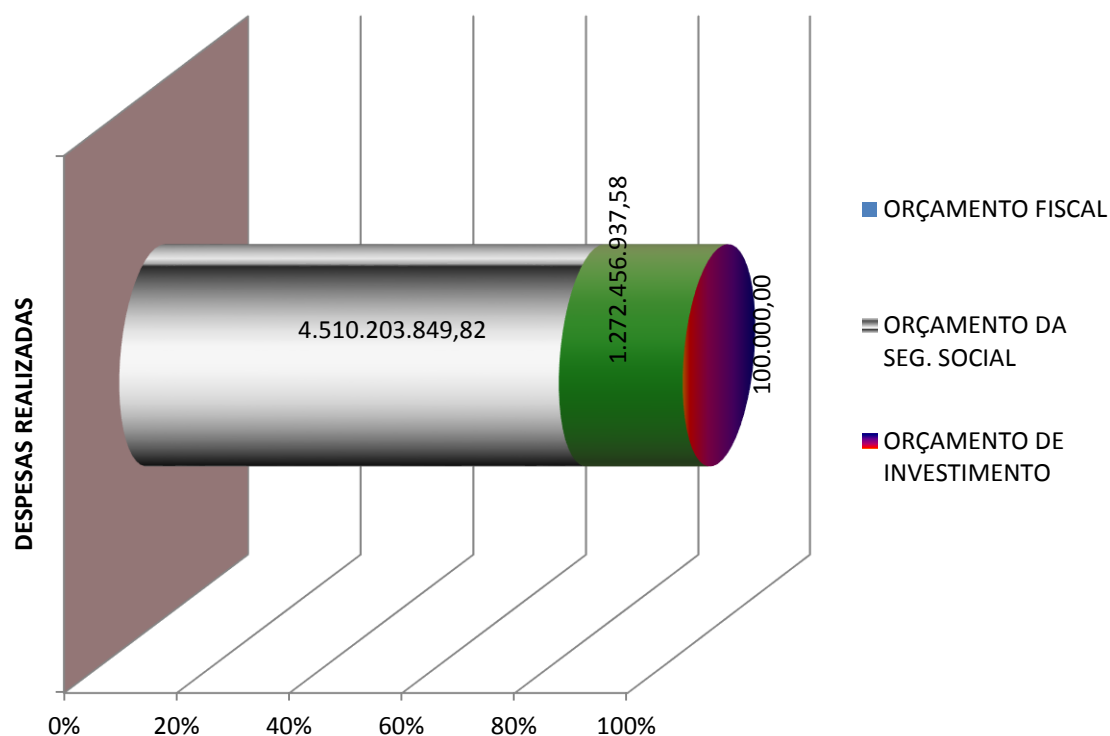
No exercício de 2012, o volume de despesas correntes atingiu um valor de R\$ 5.064.388.271,31, representando 87,58% de participação sobre a despesa total realizada. As despesas de capital, na importância de R\$ 718.372.516,09, representando 12,42%, índice considerado baixo, se comparado à receita corrente e, principalmente, em relação ao montante autorizado para a categoria.

Avaliando o volume de despesas realizadas entre 2011 e 2012, evidencia-se uma evolução de 11,78%, todavia o grupo das “inversões financeiras” apresentou queda substancial de 47,93%.

QUADRO 16 - Resumo da Despesa Realizada – Fonte e Esfera Orçamentária

FONTE DE RECURSO		ORÇAMENTO FISCAL	ORÇAMENTO SEG. SOCIAL	ORÇAMENTO INVESTIMENTO
		EMPENHADO (a)	EMPENHADO (b)	EMPENHADO (c)
0100	RECURSOS ORDINARIOS	2.898.946.387,01	37.550.807,58	100.000,00
0101	TESOURO – MAN. DO DESENV. DO ENSINO - MDE	259.097.713,09	-	-
0102	REC. DO TESOURO – AÇÕES SERV. PÚB. DE SAÚDE	9.126,76	787.267.095,68	-
0104	REC. DO TESOURO – EMENDA PARLAMENTAR	11.452.858,32	440.000,00	-
0210	COTA-PARTE INST.NAC.DESENV. DESPORTO-INDESP	1.736.965,30	-	-
0211	CONTRIB. DO FUNDO NAC.DESENVOLV. EDUCACAO	27.265.176,70	-	-
0214	FUNDO MAN. DESENV. ED. BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB	606.288.235,72	-	-
0216	COTA-PARTE DO SALARIO-EDUCACAO	12.578.910,00	-	-
0223	RECURSOS DE CONV. COM A INICIATIVA PRIVADA	1.824.601,27	10.454,77	-
0224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	24.403.893,79	-	-
0225	REC. DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	113.937.666,17	3.923.546,83	-
0226	ALIENACAO DE BENS	12.996.897,73	-	-
0227	COTA PARTE DO CONV. DETRAN/SSP/POL.MILITAR	3.304.943,08	-	-
0228	OPER. FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTER	1.778.834,62	-	-
0229	OPER. FINACEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS- EXTER	2.087.817,20	-	-
0230	RECURSOS DE CONV. ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS	2.601,33	-	-
0235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	11.147.076,85	-	-
0237	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FNAS	154.600,00	142.401,76	-
0240	RECURSOS PROPRIOS	146.600.134,38	747.895,62	-
0241	RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS	-	253.130.207,98	-
0242	ASSISTENCIA MEDICA	146.471.427,20	-	-
0246	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	-	3.041.964,68	-
0247	ATENÇÃO BÁSICA	-	228.314,33	-
0248	GESTÃO DO SUS	-	3.414.968,39	-
0249	INVESTIMENTOS SAÚDE	-	3.870.904,10	-
0250	MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBUL. E HOSPITALAR	-	172.144.670,60	-
0251	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	-	6.543.705,26	-
4219	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	163.303.641,19	-	-
4220	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	-	-	-
4221	OPERACAO DE CREDITO VINCULADA-PIRMC	6.657.830,23	-	-
4222	OPER. DE CRÉD. INT. EM BENS E/OU SERVIÇOS	57.328.348,28	-	-
5236	DOACAO	828.163,60	-	-
TOTAL POR ESFERA		4.510.203.849,82	1.272.456.937,58	100.000,00
TOTAL GERAL ORÇAMENTO REALIZADO (a + b + c)		5.782.760.787,40		

O quadro acima demonstra a realização da despesa por fonte de recurso nas três esferas orçamentárias. No “orçamento fiscal”, por maior volume de recurso empenhado, destaca-se as fontes: 0100 e 0214 com R\$ 2.898.946.387,01 e R\$ 606.288.235,72, respectivamente; e no “orçamento da seguridade social” as fontes 0102 e 0241 com realização de R\$ 787.267.095,68 e R\$ 253.130.207,98.

GRÁFICO 02 – Despesa Realizada por Esfera Orçamentária – 2012**QUADRO 17 - Orçamento da Despesa Inicial e Realizada - Por Fonte**

FONTE RECURSO		ORÇ. INICIAL (a)	REALIZADA (b)	PARTIC. (a)	PARTIC. (b)
0100	RECURSOS ORDINARIOS	2.889.755.593,00	2.936.597.194,59	37,55	50,78
0101	TESOURO MAN. DO DESENV. ENSINO - MDE	257.696.549,00	259.097.713,09	3,35	4,48
0102	REC. DO TESOURO - AÇÕES SERV. PÚBL. DE SAÚDE	834.294.355,00	787.276.222,44	10,84	13,61
0104	REC. TESOURO - EMENDA PARLAMENTAR	24.000.000,00	11.892.858,32	0,31	0,21
0210	COTA-PARTE INST.NAC.DESENV.DO DESPORTO-INDESP	1.543.433,00	1.736.965,30	0,02	0,03
0211	CONTRIB. DO FUNDO NAC.DESENVOLV.EDUCACAO	25.050.247,00	27.265.176,70	0,33	0,47
0214	FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB	614.062.829,00	606.288.235,72	7,98	10,48
0216	COTA-PARTE DO SALARIO-EDUCACAO	12.120.000,00	12.578.910,00	0,16	0,22
0223	RECURSOS DE CONV. COM A INICIATIVA PRIVADA	3.822.820,00	1.835.056,04	0,05	0,03
0224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	46.664.332,00	24.403.893,79	0,61	0,42
0225	REC. DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	718.984.600,00	117.861.213,00	9,34	2,04

0226	ALIENACAO DE BENS	9.565.783,00	12.996.897,73	0,12	0,22
0227	COTA PARTE DO CONVENIO DETRAN/SSP/POL.MILITAR	2.400.000,00	3.304.943,08	0,03	0,06
0228	OPER. FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTER	1.380.000,00	1.778.834,62	0,02	0,03
0229	OPER. FINACEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS- EXTER	9.855.670,00	2.087.817,20	0,13	0,04
0230	RECURSOS DE CONV. ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS	558.314,00	2.601,33	0,01	0,00
0235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	11.164.148,00	11.147.076,85	0,15	0,19
0237	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FNAS	1.145.937,00	297.001,76	0,01	0,01
0240	RECURSOS PROPRIOS	168.114.379,00	147.348.030,00	2,18	2,55
0241	RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS	762.209.465,00	253.130.207,98	9,90	4,38
0242	ASSISTENCIA MEDICA	127.150.099,00	146.471.427,20	1,65	2,53
0246	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	3.600.000,00	3.041.964,68	0,05	0,05
0247	ATENÇÃO BÁSICA	1.487.000,00	228.314,33	0,02	0,00
0248	GESTÃO DO SUS	21.463.000,00	3.414.968,39	0,28	0,06
0249	INVESTIMENTOS SAÚDE	8.522.000,00	3.870.904,10	0,11	0,07
0250	MÉDIA E ALTAS COMPLEX. AMBUL. E HOSPITALAR	261.030.000,00	172.144.670,60	3,39	2,98
0251	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	18.010.000,00	6.543.705,26	0,23	0,11
4219	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	516.745.610,00	163.303.641,19	6,71	2,82
4220	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	223.951.231,00	-	2,91	-
4221	OPERACAO DE CREDITO VINCULADA-PIRMC	112.647.000,00	6.657.830,23	1,46	0,12
4222	OPERAÇÕES DE CRÉD. INT. EM BENS E/OU SERVIÇOS	-	57.328.348,28	-	0,99
5236	DOACAO	7.073.000,00	828.163,60	0,09	0,01
TOTAL		7.696.067.394,00	5.782.760.787,40	100,00	100,00

FONTE – Anexo 11 – Geral do Estado - Volume I, fl. 0101

Este quadro contém, resumidamente por fonte de recursos, uma análise vertical demonstrando a participação dos valores inicialmente fixados e também os realizados. As dotações iniciais com maior volume de recursos estão nas fontes: 0100, 0102, 0214, 0225 e 0241 com R\$ 2.889.755.593,00, R\$ 834.294.355,00, R\$ 614.062.829,00, R\$ 718.984.600,00 e R\$ 762.209.465,00, respectivamente. Destaca-se também, na execução, as fontes: 0100, 0102 e 0214 cujos valores são R\$ 2.936.597.194,59, R\$ 787.276.222,44 e R\$ 606.288.235,72, respectivamente.

QUADRO 18 – Execução por Programa Temático de Governo – Exercício 2012

	PROGRAMAS DE GOVERNO	AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% PARTIC.
1021	SAÚDE DIREITO DO CIDADÃO	1.127.622.717,00	906.139.473,49	221.483.243,51	37,64
1026	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.016.007.179,00	870.518.319,25	145.488.859,75	36,16
1016	TRANSPORTE E LOGÍSTICA	619.768.107,00	248.433.610,43	371.334.496,57	10,32
1020	SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO CIDADÃO	169.186.243,00	77.737.886,24	91.448.356,76	3,23
1015	SANEAMENTO	48.485.520,00	36.087.085,70	12.398.434,30	1,50
1005	INFRAESTRUTURA HÍDR. P/IRRIG. E USOS MÚLTIPLOS	86.779.078,00	31.900.857,43	54.878.220,57	1,33
1033	PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA	41.535.897,00	24.620.208,57	16.915.688,43	1,02
1030	JUSTIÇA	28.046.270,00	22.562.846,37	5.483.423,63	0,94
1034	GOVERNO E CIDADÃO	43.474.430,00	20.367.600,69	23.106.829,31	0,85
1046	MODERN. TEC. DE INFRAESTR. E GESTÃO DE RECURSOS	47.152.376,00	20.118.938,73	27.033.437,27	0,84
1025	CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE	29.315.285,00	17.360.500,58	11.954.784,42	0,72
1022	MERCADO, CRÉDITO E TRABALHO	24.856.340,00	13.900.194,77	10.956.145,23	0,58
1004	AGRICULTURA FAMILIAR	22.730.899,00	11.057.316,45	11.673.582,55	0,46
1014	HABITAÇÃO	144.099.853,00	10.503.228,36	133.596.624,64	0,44
1006	DEFESA AGROPECUÁRIA	19.766.558,00	10.471.952,78	9.294.605,22	0,44
1028	CULTURA	32.124.345,00	9.514.775,52	22.609.569,48	0,40
1010	MEIO AMBIENTE	47.319.839,00	7.952.264,08	39.367.574,92	0,33
1018	INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO	12.002.831,00	7.596.907,21	4.405.923,79	0,32
1023	ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.023.040,00	6.743.287,02	2.279.752,98	0,28
1001	AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABAST. E COMERCIALIZAÇÃO	11.663.595,00	6.495.646,72	5.167.948,28	0,27
1008	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO	45.329.811,00	6.338.574,12	38.991.236,88	0,26
1027	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TECNOLÓGICA E SUPERIOR	28.452.017,00	6.011.938,41	22.440.078,59	0,25
1086	EFICIÊNCIA E ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA	6.026.972,00	5.742.447,80	284.524,20	0,24
1024	ESPORTE E LAZER	14.779.951,00	5.291.625,61	9.488.325,39	0,22
1017	INFRAESTRUTURA PÚBLICA	24.158.773,00	4.817.919,17	19.340.853,83	0,20
1029	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	6.126.555,00	4.759.342,16	1.367.212,84	0,20
1009	TURISMO	77.832.682,00	4.408.601,41	73.424.080,59	0,18
1019	ENERGIA	10.596.158,00	2.233.487,19	8.362.670,81	0,09
1013	DESENVOLVIMENTO URBANO	126.356.023,00	1.975.847,56	124.380.175,44	0,08
1011	RECURSOS HÍDRICOS	3.391.563,00	1.894.218,07	1.497.344,93	0,08
1031	DIREITOS HUMANOS	6.291.473,00	1.577.259,24	4.714.213,76	0,07
1032	ENFRENTAMENTO AO ALCOOL E OUTRAS DROGAS	7.223.335,00	1.349.506,90	5.873.828,10	0,06
1007	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	3.052.227,00	501.663,55	2.550.563,45	0,02
1012	ATIVO AMBIENTAL	3.324.656,00	136.620,92	3.188.035,08	0,01
1002	AGRICULTURA E PESCA	75.816,00	75.811,46	4,54	0,00
1003	AGROINDÚSTRIA	99.430,00	39.879,53	59.550,47	0,00
	TOTAL	3.944.077.844,00	2.407.237.643,49	1.536.840.200,51	100,00

Destaca-se neste quadro a execução, por Programa Temático, os três com maior volume de realização em 2012: Saúde, Direito do Cidadão e Transporte e Logística, com R\$ 906.139.473,49, R\$ 870.518.319,25 e R\$ 248.433.610,43, respectivamente. Esses temas (políticas públicas) representam 84,13% do total da execução dos Programas Temáticos. O demonstrativo destaca também alguns temas com baixa execução tais como: Ativo Ambiental, Agricultura e Pesca e Agroindústria.

QUADRO 19 – Execução por Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Exercício 2012

	PROGRAMAS DE GOVERNO	AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% EMP/AUT.
1067	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA FAZENDA	937.765.331,00	924.909.360,99	12.855.970,01	98,63
1059	GESTÃO E MAN. DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO	359.022.358,00	355.217.353,04	3.805.004,96	98,94
1082	GESTÃO E MAN. DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	308.333.861,00	305.918.980,48	2.414.880,52	99,22
1039	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS	259.770.000,00	245.614.817,61	14.155.182,39	94,55
1074	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	187.634.731,00	185.336.456,43	2.298.274,57	98,78
1084	GESTÃO E MAN. DO PLANO E ASSIST. À SAÚDE S. PÚBLICOS	147.305.070,00	146.471.427,20	833.642,80	99,43
1038	ATUAÇÃO LEGISLATIVA	133.193.580,00	133.179.312,31	14.267,69	99,99
1066	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	124.102.099,00	122.318.249,34	1.783.849,66	98,56
1058	GESTÃO E MAN. DO MINISTÉRIO PÚBLICO	106.908.148,00	106.775.449,65	132.698,35	99,88
1081	GESETÃO E MAN. DO TRIBUNAL DE CONTAS	88.182.609,00	84.939.964,72	3.242.644,28	96,32
1073	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA SAÚDE	68.787.555,00	68.771.825,51	15.729,49	99,98
1060	GESTÃO E MAN. DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	63.114.157,00	62.485.181,10	628.975,90	99,00
1071	GESTÃO E MAN. DA SEC. DA JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	62.605.648,00	62.010.702,10	594.945,90	99,05
1044	GESTÃO E MAN. DA DEFENSORIA PÚBLICA	64.539.217,00	61.179.792,98	3.359.424,02	94,79
1061	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	59.355.919,00	57.712.475,57	1.643.443,43	97,23
1070	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	56.432.460,00	53.055.780,86	3.376.679,14	94,02
1035	GESTÃO E MAN. DA AG. DE DEFESA AGROPECUÁRIA	47.645.766,00	47.638.059,62	7.706,38	99,98
1045	GESTÃO E MAN. DO DEP. ESTADUAL DE TRÂNSITO	47.111.206,00	42.159.840,14	4.951.365,86	89,49
1043	GESTÃO E MAN. DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	35.973.019,00	35.961.566,51	11.452,49	99,97
1080	GESTÃO E MAN. DA SEC. DO TRABALHO E DA ASSIST. SOCIAL	30.357.985,00	29.261.293,05	1.096.691,95	96,39
1054	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. DESENV. RURAL DO ESTADO	27.988.249,00	26.098.460,74	1.889.788,26	93,25
1047	GESTÃO E MAN. DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS	25.877.420,00	25.664.632,48	212.787,52	99,18
1051	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. NATUREZA DO TOCANTINS	21.279.015,00	20.706.180,70	572.834,30	97,31
1062	GESTÃO E MAN. SEC. DA AGRIC. DA PEC. E DESENV. AGRÁRIO	19.542.269,00	19.240.960,67	301.308,33	98,46
1079	GESTÃO E MAN. DA SEC. DO PLANEJ. E MODERN DA GESTÃO PÚBLICA	17.610.049,00	17.048.186,77	561.862,23	96,81
1050	GESTÃO E MAN. DO GABINETE DO GOVERNADOR	12.417.569,00	12.417.352,26	216,74	100,00
1063	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	9.702.633,00	9.700.560,92	2.072,08	99,98

1072	GESTÃO E MAN. DA SEC. DA JUVENTUDE E DOS ESPORTES	8.769.837,00	8.677.335,77	92.501,23	98,95
1041	GESTÃO E MAN. DA CASA MILITAR	8.494.527,00	8.494.515,13	11,87	100,00
1068	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA HABITAÇÃO	7.960.404,00	7.930.811,51	29.592,49	99,63
1083	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO	502.559.465,00	7.616.903,92	494.942.561,08	1,52
1075	GESTÃO E MAN. DA SEC. DAS CIDADES DE DESENV. URBANO	6.903.665,00	6.804.648,83	99.016,17	98,57
1078	GESTÃO E MAN. DA SEC. DO MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL	6.691.880,00	6.679.440,02	12.439,98	99,81
1085	GESTÃO E MAN. DA AG. TOCANTINENSE DE SANEAMENTO	6.401.869,00	6.401.854,06	14,94	100,00
1064	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	5.849.083,00	5.634.120,70	214.962,30	96,32
1065	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA CULTURA	5.407.283,00	4.947.495,36	459.787,64	91,50
1055	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO	5.216.666,00	4.615.651,04	601.014,96	88,48
1053	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO	4.825.949,00	4.453.050,40	372.898,60	92,27
1087	GESTÃO E MAN. INSTIT. DE RÁDIO DE DIFUSÃO DO ESTADO	4.743.544,00	4.350.099,63	393.444,37	91,71
1069	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	4.789.614,00	4.345.072,33	444.541,67	90,72
1057	GESTÃO E MAN. DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO	4.826.980,00	4.197.904,71	629.075,29	86,97
1042	GESTÃO E MAN. DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	4.217.077,00	3.861.968,90	355.108,10	91,58
1049	GESTÃO E MAN. DA FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL	3.958.533,00	3.744.800,46	213.732,54	94,60
1037	GESTÃO E MAN. AG. TOC. DE REG. CONT. E FISC. S. PÚBLICOS	4.390.155,00	3.714.756,43	675.398,57	84,62
1056	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. DE TERRAS DO ESTADO	4.627.540,00	3.662.840,81	964.699,19	79,15
1077	GESTÃO E MAN. DA SEC. DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	3.408.932,00	3.117.424,82	291.507,18	91,45
1040	GESTÃO E MAN. DA CASA CIVIL	2.962.245,00	2.625.182,05	337.062,95	88,62
1036	GESTÃO E MAN. DA AG. DE DESENV. TURÍSTICO	3.077.015,00	2.489.795,54	587.219,46	80,92
1052	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. P. MIRINS AP. A C. E ADOLESCENTE	2.212.046,00	2.056.538,74	155.507,26	92,97
1048	GESTÃO E MAN. DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA	1.485.164,00	1.484.852,47	311,53	99,98
1090	GESTÃO E MAN. DA SEC. DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	929.283,00	837.344,14	91.938,86	90,11
1076	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DAS OPORTUNIDADES	566.550,00	566.545,56	4,44	100,00
1088	GESTÃO E MAN. DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO	530.296,00	417.966,83	112.329,17	78,82
TOTAL		3.938.363.525,00	3.375.523.143,91	562.840.381,09	85,71

O Quadro acima demonstra uma análise da execução, por Programa de Gestão Manutenção e Serviços ao Estado. Destaca-se com maior volume de realização Gestão e Manutenção da Secretaria da Fazenda, Gestão e Manutenção da Polícia Militar do Estado, Gestão e Manutenção do Tribunal de Justiça, com R\$ 924.909.360,99, R\$ 355.217.353,04 e R\$ 305.918.980,48, respectivamente.

QUADRO 20 – Comparativo de Despesa Realizada por Poderes e Ministério Público / Categoria e Grupo

2012								
PODER	PESSOAL	%	OUTROS CUSTEIOS	%	CAPITAL	%	TOTAL	%
Executivo	2.523.614.718,19	83,59	1.912.240.643,30	93,49	680.237.926,43	94,69	5.116.093.287,92	88,47
Legislativo	149.675.787,72	4,96	56.879.018,10	2,78	11.564.471,21	1,61	218.119.277,03	3,77
Judiciário	259.625.368,19	8,60	50.686.394,07	2,48	21.468.604,75	2,99	331.780.367,01	5,74
Ministério Público	86.172.277,22	2,85	25.494.064,52	1,25	5.101.513,70	0,71	116.767.855,44	2,02
TOTAL	3.019.088.151,32	100,00	2.045.300.119,99	100,00	718.372.516,09	100,00	5.782.760.787,40	100,00

2011								
PODER	PESSOAL	%	OUTROS CUSTEIOS	%	CAPITAL	%	TOTAL	%
Executivo	2.318.820.806,62	84,12	1.617.946.853,09	93,61	657.161.706,45	95,46	4.593.929.366,16	88,80
Legislativo	137.504.149,53	4,99	46.698.982,56	2,70	6.743.975,23	0,98	190.947.107,32	3,69
Judiciário	224.140.154,69	8,13	41.050.714,42	2,37	20.675.971,27	3,00	285.866.840,38	5,52
Ministério Público	76.134.272,70	2,76	22.739.617,27	1,32	3.849.495,31	0,56	102.723.385,28	1,99
TOTAL	2.756.599.383,54	100	1.728.436.167,34	100,00	688.431.148,26	100,00	5.173.466.699,14	100,00

PODER	PESSOAL			OUTROS CUSTEIOS			CAPITAL		
	2011	2012	%	2011	2012	%	2011	2012	%
Executivo	2.318.820.806,62	2.523.614.718,19	8,83	1.617.946.853,09	1.912.240.643,30	18,19	657.161.706,45	680.237.926,43	3,51
Legislativo	137.504.149,53	149.675.787,72	8,85	46.698.982,56	56.879.018,10	21,80	6.743.975,23	11.564.471,21	71,48
Judiciário	224.140.154,69	259.625.368,19	15,83	41.050.714,42	50.686.394,07	23,47	20.675.971,27	21.468.604,75	3,83
Ministério Público	76.134.272,70	86.172.277,22	13,18	22.739.617,27	25.494.064,52	12,11	3.849.495,31	5.101.513,70	32,52
TOTAL	2.756.599.383,54	3.019.088.151,32	9,52	1.728.436.167,34	2.045.300.119,99	18,33	688.431.148,26	718.372.516,09	4,35

QUADRO 21 - Resumo Comparativo das Despesas Realizadas por Categoria/Grupo

CATEGORIA/ GRUPO DE DESPESA	2011	% PART	2012	% PART	% 2012/2011
PESSOAL	2.756.599.383,54	53,28	3.019.088.151,32	52,21	9,52
CUSTEIO	1.728.436.167,34	33,41	2.045.300.119,99	35,37	18,33
CAPITAL	688.431.148,26	13,31	718.372.516,09	12,42	4,35
TOTAL	5.173.466.699,14	100	5.782.760.787,40	100,00	11,78

O Quadro 20 demonstra, por poder, a aplicação dos recursos no exercício de 2012, assim distribuídos: 88,47%, no Poder Executivo, 3,77% no Legislativo, 5,74% no Judiciário e 2,02% no Ministério Público, totalizando a importância de R\$ 5.782.760.787,40.

A execução da despesa dos grupos mencionados no Quadro 21, no exercício de 2012, apresentou índice de participação na aplicação dos recursos, em relação ao total destes, da seguinte forma: pessoal e encargos 52,21%, custeio 35,37% e capital 12,42%.

O comparativo espelhou como aumento mais significativo de gastos no exercício de 2012, em relação ao ano anterior, o aplicado em “custeio”, alcançando o índice de 18,33%.

As despesas com pessoal e encargos sociais (antes das deduções) tiveram um acréscimo nominal de 9,52% em 2012, comparado ao exercício de 2011. Sua participação, em relação ao total da despesa, demonstrou uma ligeira queda de 1,07% no exercício de 2012 em relação a 2011.

QUADRO 22 - Demonstrativo da Despesa Executada por Função

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR	%
	2012	PARTICIPAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO	1.382.937.702,77	23,91
EDUCAÇÃO	999.439.879,82	17,28
SAÚDE	978.903.560,22	16,93
SEGURANÇA PÚBLICA	623.882.887,19	10,79
JUDICIÁRIA	367.404.777,88	6,35
PREVIDÊNCIA SOCIAL	254.008.395,50	4,39
TRANSPORTE	249.200.336,05	4,31
ENCARGOS ESPECIAIS	224.172.601,63	3,88
LEGISLATIVA	218.119.277,03	3,77
AGRICULTURA	154.267.591,55	2,67
DIREITOS DA CIDADANIA	71.153.264,83	1,23
ASSISTÊNCIA SOCIAL	53.674.363,76	0,93
ESSENCIAL À JUSTIÇA	47.995.906,62	0,83
SANEAMENTO	36.156.765,70	0,63
GESTÃO AMBIENTAL	30.330.556,40	0,52
HABITAÇÃO	17.559.090,11	0,30
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	15.806.494,42	0,27
COMÉRCIO E SERVIÇOS	12.811.217,51	0,22
COMUNICAÇÕES	11.657.561,07	0,20
CULTURA	9.773.213,95	0,17
URBANISMO	8.780.496,39	0,15
DESPORTO E LAZER	5.291.625,61	0,09
INDÚSTRIA	4.931.453,71	0,09
ENERGIA	2.132.697,10	0,04
TRABALHO	1.867.407,03	0,03
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	501.663,55	0,01
TOTAL	5.782.760.787,40	100,00

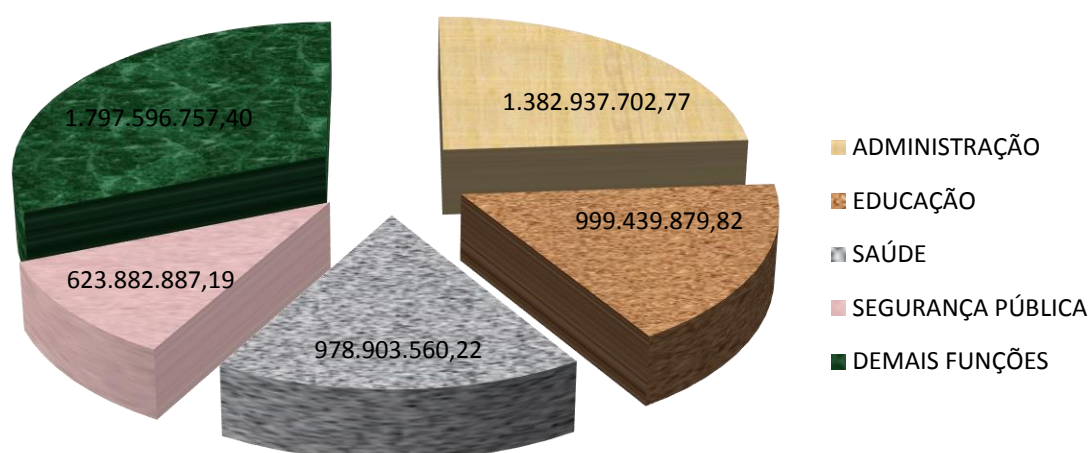
FONTE – Balanço Geral do Estado – Anexo 09 A – Volume I, fls. 0072

Os recursos aplicados no montante de R\$ 3.985.164.030,00, com destaque para as funções de Governo: Administração, Educação, Saúde e Segurança Pública, na importância de R\$ 1.382.937.702,77, R\$ 999.439.879,82, R\$ 978.903.560,22 e 623.882.887,19, respectivamente, representam 68,91% do total geral da execução do exercício que foi R\$ 5.782.760.787,40.

Verifica-se no Quadro 22 algumas funções com baixo índice de aplicação dos recursos durante o exercício em evidência, tais como: Cultura 0,17%,

Urbanismo 0,15%, Desporto e Lazer e Indústria, ambas com 0,09%, Energia 0,04%, Trabalho 0,03% e Organização Agrária 0,01%, perfazendo juntas, pouco mais de 0,5% do orçamento realizado no exercício de 2012.

GRÁFICO 03 – Despesas Executada por Função de Governo



QUADRO 23 – Comparativo da Despesa Executada por Função de Governo

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR	%	VALOR	%	%
	2011	PARTIC.	2012	PARTIC.	EVOL.
ADMINISTRAÇÃO	1.323.914.995,23	25,59	1.382.937.702,77	23,91	4,46
AGRICULTURA	39.748.803,60	0,77	154.267.591,55	2,67	288,11
ASSISTÊNCIA SOCIAL	40.543.689,64	0,78	53.674.363,76	0,93	32,39
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	9.812.994,78	0,19	15.806.494,42	0,27	61,08
COMÉRCIO E SERVIÇOS	3.273.834,45	0,06	12.811.217,51	0,22	291,32
COMUNICAÇÕES	14.641.678,29	0,28	11.657.561,07	0,20	- 20,38
CULTURA	16.478.502,49	0,32	9.773.213,95	0,17	- 40,69
DESPORTO E LAZER	3.992.713,40	0,08	5.291.625,61	0,09	32,53
DIREITOS DA CIDADANIA	9.999.022,57	0,19	71.153.264,83	1,23	611,60
EDUCAÇÃO	883.489.661,51	17,08	999.439.879,82	17,28	13,12
ENCARGOS ESPECIAIS	185.327.415,68	3,58	224.172.601,63	3,88	20,96
ENERGIA	3.475.470,71	0,07	2.132.697,10	0,04	- 38,64
ESSENCIAL À JUSTIÇA	52.181.895,33	1,01	47.995.906,62	0,83	- 8,02
GESTÃO AMBIENTAL	10.538.332,92	0,20	30.330.556,40	0,52	187,81

HABITAÇÃO	11.485.563,97	0,22	17.559.090,11	0,30	52,88
INDÚSTRIA	2.543.881,68	0,05	4.931.453,71	0,09	93,86
JUDICIÁRIA	300.013.274,78	5,80	367.404.777,88	6,35	22,46
LEGISLATIVA	190.947.107,32	3,69	218.119.277,03	3,77	14,23
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	4.175.899,62	0,08	501.663,55	0,01	- 87,99
PREVIDÊNCIA SOCIAL	190.601.409,25	3,68	254.008.395,50	4,39	33,27
SANEAMENTO	4.865.070,31	0,09	36.156.765,70	0,63	643,19
SAÚDE	904.586.898,56	17,49	978.903.560,22	16,93	8,22
SEGURANÇA PÚBLICA	589.997.337,11	11,40	623.882.887,19	10,79	5,74
TRABALHO	1.531.397,35	0,03	1.867.407,03	0,03	21,94
TRANSPORTE	367.150.975,97	7,10	249.200.336,05	4,31	- 32,13
URBANISMO	8.148.872,62	0,16	8.780.496,39	0,15	7,75
TOTAL	5.173.466.699,14	100,00	5.782.760.787,40	100,00	11,78
DIFERENÇA EM R\$	609.294.088,26				

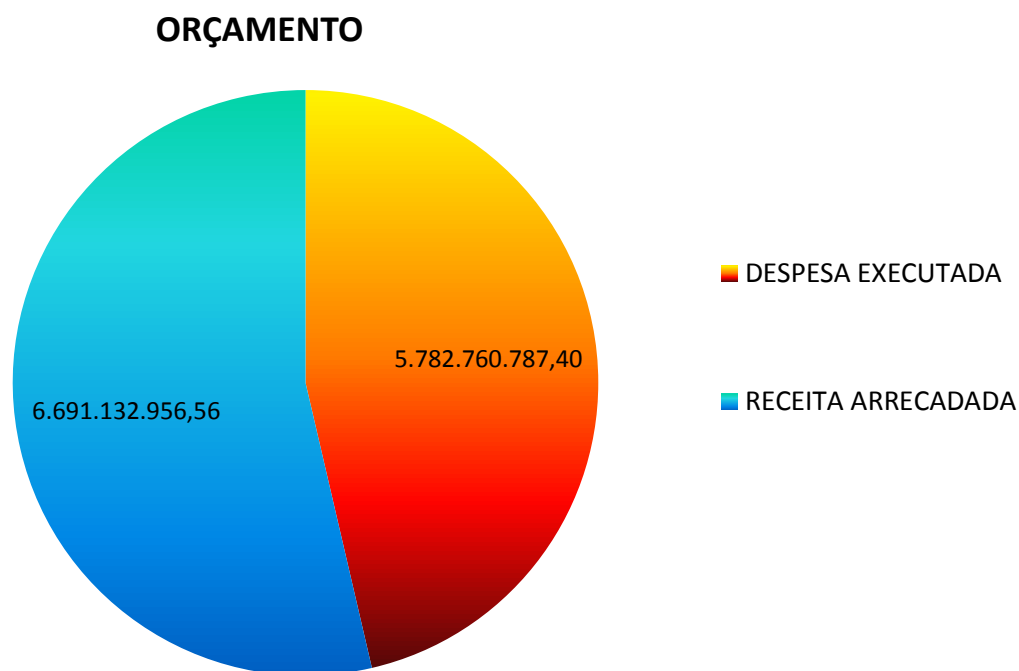
FONTE – Balanço Geral do Estado – Anexo 09 A – Volume I, fls. 0073/2011 e Volume 1, fls. 0072/2012

O quadro comparativo das funções de Governo, em 2012, revela percentual de crescimento médio de 11,78% em relação ao exercício anterior, que corresponde a R\$ 609.294.088,26.

Destaca-se os índices percentuais das funções que apresentaram expressiva evolução no período como: Agricultura 288,11%, Comércio e Serviços 291,32%, Direitos da Cidadania 611,60%, Gestão Ambiental 187,81% e Saneamento 643,19%. Ao contrário, houve redução significativa, em comparação com o exercício de 2011, nas funções: Cultura 40,69%, Energia 38,64%, Organização Agrária 87,99% e Transporte 32,13%.

QUADRO 24 - Resumo da Execução da Receita e da Despesa – 2012

DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
ARRRECADAÇÃO TOTAL NO EXERCÍCIO	6.691.132.956,56
APLICAÇÃO TOTAL DE RECURSOS NO EXERCÍCIO	5.782.760.787,40
SUPERÁVIT EM R\$	908.372.169,16
% SUPERÁVIT	13,58

GRÁFICO 04 – Orçamento Realizado em 2012 (Receita e Despesa).

O Quadro 24 demonstra o total da arrecadação de R\$ 6.691.132.956,56 e execução da despesa de R\$ 5.782.760.787,40, bem como o superávit orçamentário, que compreende a receita arrecadada menos a despesa realizada no exercício, no valor de R\$ 908.372.169,16, representando, 13,58% do total da receita.

A composição da despesa totalizada por Órgãos e Entidades do Estado, no exercício de 2012, levando-se em consideração as Gestões está evidenciada nos Quadros a seguir:

QUADRO 25 - Despesa Realizada por Gestão - Administração Direta

CATEGORIA	FIXADA (a)	REALIZADA (b)	DIFERENÇA (a - b)	% ECONOMIA OU EXCESSO	% S/MONTANTE REALIZADO
DESPESA CORRENTE	3.500.270.763,00	3.402.394.670,41	97.876.092,59	2,80	85,28
DESPESA DE CAPITAL	1.587.266.623,00	587.056.188,56	1.000.210.434,44	63,01	14,72
RES. DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-
TOTAL	5.087.537.386,00	3.989.450.858,97	1.098.086.527,03	21,58	100,00

FONTE – Balanço Geral por Gestão – IMPBY, fls. 1646

QUADRO 26 - Despesa Realizada por Gestão - Autarquias

CATEGORIA	FIXADA (a)	REALIZADA (b)	DIFERENÇA (a - b)	% ECONOMIA OU EXCESSO	% S/MONTANTE REALIZADO
DESPESA CORRENTE	231.234.426,00	198.508.018,62	32.726.407,38	14,15	81,46
DESPESA DE CAPITAL	133.373.124,00	45.180.038,85	88.193.085,15	66,13	18,54
TOTAL	364.607.550,00	243.688.057,47	120.919.492,53	33,16	100,00

FONTE – Balanço Geral por Gestão – IMPBY, fls. 1923

QUADRO 27 - Despesa Realizada por Gestão - Fundações

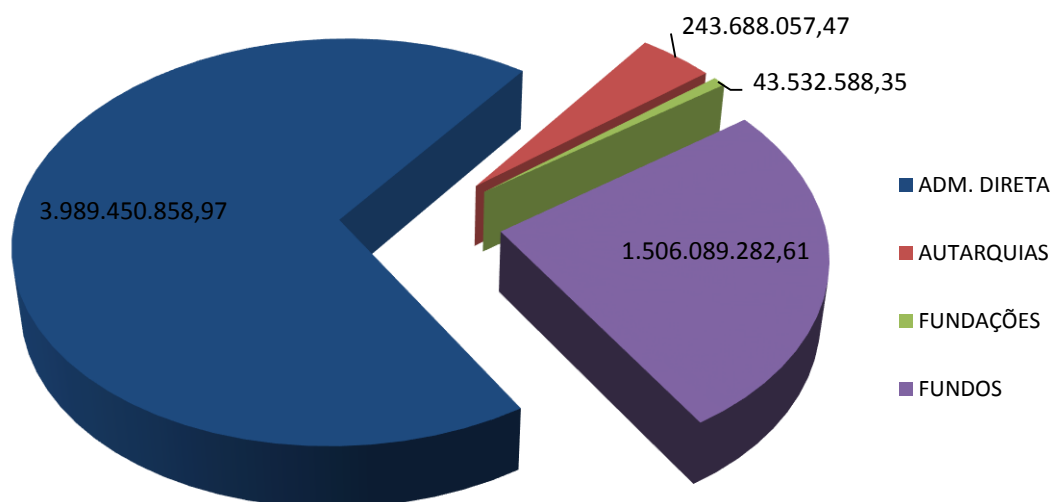
CATEGORIA	FIXADA (a)	REALIZADA (b)	DIFERENÇA (a - b)	% ECONOMIA OU EXCESSO	% S/MONTANTE REALIZADO
DESPESA CORRENTE	74.353.212,00	42.964.584,06	31.388.627,94	42,22	98,70
DESPESA DE CAPITAL	14.449.800,00	568.004,29	13.881.795,71	96,07	1,30
TOTAL	88.803.012,00	43.532.588,35	45.270.423,65	50,98	100,00

FONTE – Balanço Geral por Gestão – IMPBY, fls. 2047

QUADRO 28 - Despesa Realizada por Gestão – Fundos

CATEGORIA	FIXADA (a)	REALIZADA (b)	DIFERENÇA (a - b)	% ECONOMIA OU EXCESSO	% S/MONTANTE REALIZADO
DESPESA CORRENTE	1.565.929.246,00	1.420.520.998,22	145.408.247,78	9,29	94,32
DESPESA DE CAPITAL	291.149.710,00	85.568.284,39	205.581.425,61	70,61	5,68
RES. DE CONTINGÊNCIA	484.414.465,00	-	484.414.465,00	100,00	-
TOTAL	2.341.493.421,00	1.506.089.282,61	835.404.138,39	35,68	100,00

FONTE – Balanço Geral por Gestão – IMPBY, fls. 2143

GRÁFICO 05 – Despesas Executada por Gestão (Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos)

Os orçamentos autorizados estão distribuídos entre os Órgãos, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais, no âmbito dos poderes do Estado, demonstrados no Gráfico 05, contemplando os dispêndios executados no exercício. Chama-se atenção para as Fundações, estas, com a menor execução orçamentária, demonstrando recursos aplicados de apenas R\$ 43.532.588,35, representando um percentual de 0,75% de realização no orçamento geral do Estado. Já a Administração Direta, aplicou R\$ 3.989.450.858,97 que corresponde ao percentual de 68,99%.

QUADRO 29 – Demonstrativo da Receita Primária Líquida – Biênio 2011/2012

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS	
	2012	2011
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (I)	5.530.309.412,59	5.060.774.521,53
RECEITAS DE CAPITAL (II)	704.256.446,44	239.775.435,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS (III)	564.134.937,13	167.710.850,62
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (IV)	10.338.584,45	5.493.604,12
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (V)	15.706.247,32	13.246.073,70
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	114.076.677,54	53.324.907,32
RECEITAS PRIMÁRIAS LÍQUIDAS (VII) = (I + VI)	5.644.386.090,13	5.114.099.428,85

RREO – Anexo VII DA LRF – janeiro a dezembro/2011 e janeiro a dezembro/2012

Receita primária corresponde ao total das receitas orçamentárias, deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimento de aplicações financeiras, de amortizações de empréstimos concedidos e alienação de ativos.

QUADRO 30 – Demonstrativo da Despesa Primária Líquida Biênio 2011/2012

DESPESAS PRIMÁRIAS	DESPESAS LIQUIDADAS	
	2012	2011
DESPESAS CORRENTES (I)	5.029.416.408,73	4.460.476.639,49
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (II)	72.727.098,02	60.435.190,28
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)	4.956.689.310,71	4.400.041.449,21
DESPESAS DE CAPITAL (IV)	629.475.228,41	653.943.429,18
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS (V)	11.470.962,80	20.694.257,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (VI)	157.176.299,26	125.858.093,32
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VII) = (IV - V - VI)	460.827.966,35	507.391.078,13
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)	123.869.150,26	59.046.630,47
DESPESAS PRIMÁRIAS LÍQUIDAS (IX) = (III + VII + VIII)	5.541.386.427,32	4.966.479.157,81
RESULTADO PRIMÁRIO (X) = (VII QUADRO 2.1.18 – IX QUADRO 2.1.19)	102.999.662,81	147.620.271,04
META DO RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE 2012	- 720.849.000,00	

Despesa Primária Líquida corresponde ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e

externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

O Resultado Primário apurado no exercício de 2012 foi de R\$ 102.999.662,81, que, comparado com a meta de R\$ (720.849.000,00), fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o período, evidencia um déficit primário de 14,29%.

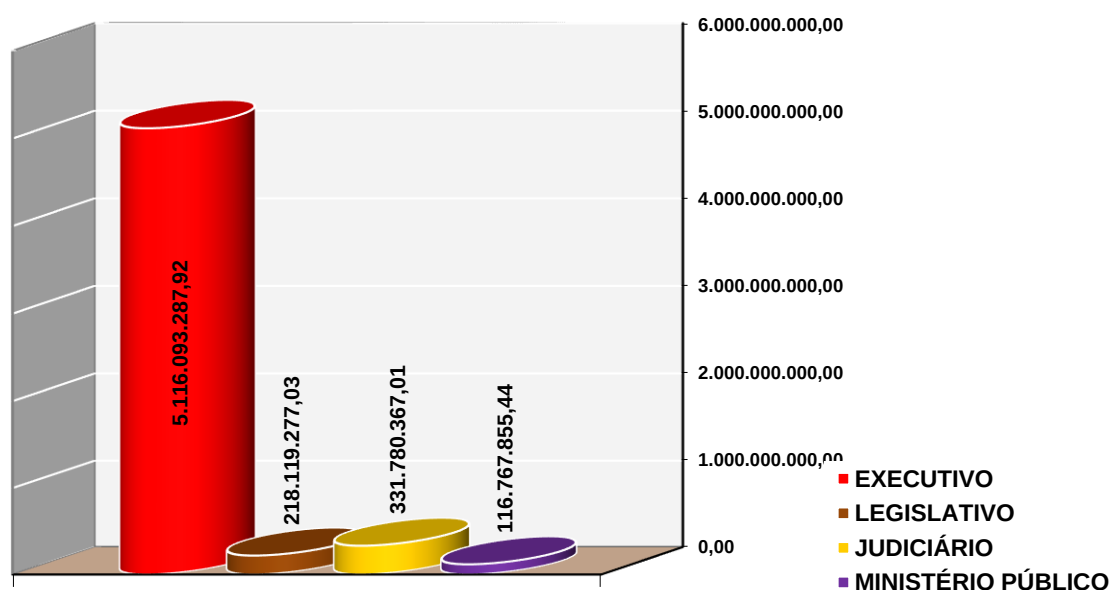
QUADRO 31 - Resumo da Despesa Autorizada e Executada por Poder do Estado – 2012

PODER	DESPESA			
	AUTORIZADA	EXECUTADA	% DE REALIZAÇÃO	% DE PARTICIPAÇÃO
EXECUTIVO	7.180.208.769,00	5.116.093.287,92	71,25	88,47
LEGISLATIVO	221.376.189,00	218.119.277,03	98,53	3,77
JUDICIÁRIO	361.513.209,00	331.780.367,01	91,78	5,74
MINISTÉRIO PÚBLICO	119.343.202,00	116.767.855,44	97,84	2,02
TOTAL	7.882.441.369,00	5.782.760.787,40	73,36	100,00

FONTE - Balanço Geral do Estado – Volume III fl. 1163; Volume IV fls. 1398, 1468; e 1540.

O orçamento geral do Estado evidencia no Quadro 31 um índice total de execução da despesa em relação à autorização, correspondente a 73,36%. Quando analisado por poder, verifica-se que o Executivo realizou 71,25% em função da baixa execução da despesa de capital (inferior a 36%) em relação à autorização exarada na respectiva categoria, fato já mencionado no Quadro 14 deste relatório.

GRÁFICO 06 – Execução da Despesa por Poder do Estado e Ministério



A execução da despesa, demonstrada por Poder, conforme Gráfico 06, apresentou o seguinte resultado: Executivo realizou dispêndio de R\$ 5.116.093.287,92, com participação de 88,47%, seguido do Judiciário com uma execução de R\$ 331.780.367,01, equivalente a 5,74%, na sequência o Legislativo com R\$ 218.119.277,03 e percentual de 3,77% e, por fim o Ministério Público com R\$ 116.767.855,44, equivalente a 2,02% do orçamento total executado, no valor de R\$ 5.782.760.787,40.

3.2 GESTÃO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO, POR ADMINISTRAÇÃO E POR PODERES DO ESTADO

3.2.1 – RESUMO GERAL DO BALANÇO CONSOLIDADO

A gestão patrimonial demonstra e controla a situação do patrimônio composto por bens móveis, imóveis, intangíveis, créditos, obrigações e valores, registrados nos ativos e passivos dos órgãos e entidades do Estado. Ela também mostra o resultado da execução orçamentária e extraorçamentária aumentando ou diminuindo quantitativa ou qualitativamente o patrimônio público na forma dos quadros e gráficos a seguir:

QUADRO 32 - Resumo dos Balanços Patrimoniais – Geral do Estado - 2011/2012

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2011	2012	TÍTULO	2011	2012
ATIVO FINANCEIRO	2.618.848.893,64	3.400.365.894,24	PASSIVO FINANCEIRO	129.354.996,30	343.381.207,65
DISPONÍVEL	2.583.476.644,43	3.391.482.556,25	DÍVIDA FLUTUANTE	128.991.731,24	342.381.722,11
REALIZÁVEL	35.372.249,21	8.883.337,99	VAL. PEND. CURTO PRAZO	363.265,06	999.485,54
ATIVO PERMANENTE	3.259.525.643,26	3.783.168.584,64	PASSIVO PERMANENTE	7.899.197.246,91	9.537.449.637,34
SOMA ATIVO REAL	5.878.374.536,90	7.183.534.478,88	SOMA PASSIVO REAL	8.028.552.243,21	9.880.830.844,99
PASSIVO REAL DESCOBERTO	2.150.177.706,31	2.697.296.366,11	ATIVO REAL LÍQUIDO	-	-
COMPENS. ATIVAS	2.356.834.914,47	2.970.514.436,53	COMPENS. PASSIVAS	2.356.834.914,47	2.970.514.436,53
TOTAL	10.385.387.157,68	12.851.345.281,52	TOTAL	10.385.387.157,68	12.851.345.281,52

FONTE – Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Geral do Estado – Volume I, fl. 0061

No Quadro 32, destaca-se que o passivo permanente, em 2011, no valor de R\$ 7.899.197.246,91 passou, em 2012, para R\$ 9.537.449.637,34 que representa em percentual um aumento de 20,74%, superior ao aumento dos ativos. Esta situação contribuiu significativamente para o aumento do Passivo Real Descoberto de R\$ 2.150.177.706,31 em 2011, para R\$ 2.697.296.366,11 neste exercício.

Destaca-se, na composição do Ativo Permanente, os bens móveis próprios em processo de localização no valor de R\$ 8.065.877,15, registrado nas contas contábeis 1.4.2.1.1.30.XX, cujos valores são provenientes das incorporações no SIAFEM a serem confirmadas no SISPAT. Ressalta-se que, no exercício de 2012 foi dada continuidade por parte dos órgãos e entidades do Poder Executivo, ao

levantamento contábil iniciado em 2007, objetivando a conformidade em ambos os sistemas. Ainda, com base no inventário patrimonial de 2012, foram contabilizados novos valores correspondentes aos bens móveis, próprios e de terceiros, não localizados. Quanto aos valores anteriormente registrados nestas rubricas foram remanejados para a conta, 1.9.6.6.1.10.00 – Bens Móveis em Processo de Localização, de modo a evitar duplicação de valores.

Na composição do Ativo Permanente, constam também os bens imóveis a cadastrar na conta contábil 1.4.2.1.1.4X.XX, que perfazem o valor de R\$ 108.775.367,17, cujos procedimentos de levantamento contábil e a determinação dos custos individualizados por imóveis encontram-se em andamento.

Ressalta-se que compõem ainda o total dos bens móveis e imóveis, os bens de terceiros no valor de R\$ 428.943.005,15, registrados na conta contábil 1.9.6.3.2.XX.XX.

No tocante aos créditos realizáveis, inscritos na Dívida Ativa do Estado, foi dada a continuidade nos trabalhos pelo Grupo de Trabalho de Atualização da Dívida Ativa - GTDA, instituído através da Portaria SEFAZ nº 1.189, de 18 de outubro de 2011, com o objetivo de desenvolver atividades que permitam conhecer os valores reais inscritos na Dívida Ativa e atender as Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Ressalta-se por oportuno que a Controladoria Geral do Estado, no exercício da sua missão institucional, expediu orientação a todos os órgãos e entidades do Poder Executivo no sentido de adotar as medidas necessárias à efetiva regularização dos bens patrimoniais do Estado.

QUADRO 33 – Análise de Participação dos Balanços Patrimoniais – Geral do Estado – 2011 e 2012

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2011	2012	TÍTULO	2011	2012
ATIVO FINANCEIRO	25,22	26,46	PASSIVO FINANCEIRO	1,25	2,67
DISPONÍVEL	24,88	26,39	DÍVIDA FLUTUANTE	1,24	2,66
REALIZÁVEL	0,34	0,07	VAL. PEND. A CURTO PRAZO	0,00	0,01
ATIVO PERMANENTE	31,39	29,44	PASSIVO PERMANENTE	76,06	74,21
SOMA DO ATIVO REAL	56,61	55,90	SOMA DO PASSIVO REAL	77,31	76,89
PASSIVO REAL DESCOBERTO	20,70	20,99	ATIVO REAL LÍQUIDO	-	-
COMPENSAÇÕES ATIVAS	22,69	23,11	COMPENSAÇÕES PASSIVAS	22,69	23,11
TOTAL	100,00	100,00	TOTAL	100,00	100,00

FONTE – Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Geral do Estado – Volume I, fl. 0061

O demonstrativo acima evidencia que a composição patrimonial sofreu mudanças no exercício de 2012, em comparação com o ano de 2011, nos grupos Ativo Permanente, com acréscimo R\$ 523,6 milhões, e Passivo Permanente, com aumento de R\$ 1,6 bilhões, principalmente pela contabilização das provisões

matemáticas previdenciárias, que ultrapassaram R\$ 1,2 bilhões, ocasionando para o Estado, um passivo real descoberto no valor de R\$ 2.697.296.366,11.

QUADRO 34 - Evolução Patrimonial – Geral de Estado – 2012/2011

ATIVO	% 2012/2011	PASSIVO	% 2012/2011
ATIVO FINANCEIRO	29,84	PASSIVO FINANCEIRO	165,46
ATIVO PERMANENTE	16,07	PASSIVO PERMANENTE	20,74
SOMA DO ATIVO REAL	22,20	SOMA DO PASSIVO REAL	23,07
PASSIVO REAL DESCOBERTO	25,45	ATIVO REAL LÍQUIDO	-

FONTE – Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Geral do Estado – Volume I, fl. 0061

Este quadro demonstra os percentuais de comportamento patrimonial no exercício financeiro de 2012 em relação a 2011 do Balanço Geral do Estado. Concernente aos direitos, o ativo financeiro cresceu 29,84%, correspondente a R\$ 781.517.000,60. Chama a atenção para as obrigações, haja vista que, o passivo financeiro aumentou em 165,46%, contribuindo para o aumento do passivo real descoberto em R\$ 547.118.659,80.

Verifica-se que o fator mais relevante para o aumento substancial do passivo permanente foi decorrente da contabilização das “provisões matemáticas previdenciárias”, com o objetivo de assegurar as obrigações futuras aos benefícios dos segurados do RPPS - Regime Próprio de Previdência dos Servidores, em contrapartida das respectivas contribuições. Referidas provisões, são realizadas, anualmente, por meio de criterioso trabalho especializado atuarial, em atendimento a Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998. Outro fator que também contribuiu para o aumento do passivo permanente foi a “dívida interna” no montante de R\$ 492.0 milhões.

O montante acumulado das provisões matemáticas previdenciárias no exercício de 2012 foi de R\$ 7.701.701.369,12. Por outro lado, no exercício de 2011, o saldo foi de R\$ 6.496.360.287,84, representando um aumento de mais de 1,2 bilhões.

3.2.2 – RESUMO GERAL DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS POR GESTÃO

QUADRO 35 – Resumo dos Balanços Patrimoniais - Administração Direta – 2012/2011

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2011	2012	TÍTULO	2011	2012
ATIVO FINANCEIRO	356.305.430,26	759.593.252,39	PASSIVO FINANCEIRO	106.100.590,79	259.322.870,59
DISPONÍVEL	328.933.613,17	756.534.528,58	DÍVIDA FLUTUANTE	105.792.408,97	258.446.018,75
REALIZÁVEL	27.371.817,09	3.058.723,81	VAL. PEND. CURTO PRAZO	308.181,82	876.851,84
PERMANENTE	2.835.612.719,41	3.354.022.865,05	PASSIVO PERMANENTE	1.393.500.669,71	1.829.549.362,34
SOMA DO ATIVO REAL	3.191.918.149,67	4.113.616.117,44	SOMA DO PASSIVO REAL	1.499.601.260,50	2.088.872.232,93

PASSIVO RREAL DESCOBERTO	-	-	ATIVO REAL LÍQUIDO	1.692.316.889,17	2.024.743.884,51
COMPENSAÇÕES ATIVAS	1.795.205.663,95	1.922.791.040,78	COMPENSAÇÕES PASSIVAS	1.795.205.663,95	1.922.791.040,78
TOTAL	4.987.123.813,62	6.036.407.158,22	TOTAL	4.987.123.813,62	6.036.407.158,22

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	% 2012/2011	% COMPOSIÇÃO 2012	TÍTULO	% 2012/2011	% COMPOSIÇÃO 2012
ATIVO FINANCEIRO	113,19	18,47	PASSIVO FINANCEIRO	144,41	6,30
DISPONÍVEL	130,00	18,39	DÍVIDA FLUTUANTE	144,30	6,28
REALIZÁVEL	- 88,83	0,07	VAL. PEND. CURTO PRAZO	184,52	0,02
PERMANENTE	18,28	81,53	PASSIVO PERMANENTE	31,29	44,48
SOMA DO ATIVO REAL	28,88	100,00	SOMA DO PASSIVO REAL	39,30	50,78
PASSIVO REAL DESCOBERTO	-		ATIVO REAL LÍQUIDO	19,64	49,22
COMPENSAÇÕES ATIVAS	7,11		COMPENSAÇÕES PASSIVAS	7,11	
TOTAL	21,04		TOTAL	21,04	

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume V, fl. 1625.

O demonstrativo constante do Quadro 35 evidencia a situação Patrimonial da Administração Direta Estadual, cujas contas, em 2012, estão assim compostas:

I – Ativo:

- a) Disponível – 18,39%;
- b) Ativo Realizável – 0,07%;
- c) Ativo Permanente – 81,53%;

II – Passivo:

- a) Passivo Financeiro – 6,30%;
- b) Passivo Permanente – 44,48%;
- c) Ativo Real Líquido – 49,22%.

A situação líquida em 2011 foi de R\$ 1.692.316.889,17, e em 2012 passou para R\$ 2.024.743.884,51, revelando um aumento de 19,64% em seu Patrimônio Líquido, representado pelo aumento do Ativo.

QUADRO 36 - Resumo dos Balanços Patrimoniais - Autarquias – 2011 e 2012

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2011	2012	TÍTULO	2011	2012
ATIVO FINANCEIRO	26.585.107,22	103.156.911,60	PASSIVO FINANCEIRO	5.111.169,70	45.137.499,27
DISPONÍVEL	21.800.498,06	98.705.277,16	DÍVIDA FLUTUANTE	5.111.079,31	45.137.408,88
REALIZÁVEL	4.784.609,16	4.451.634,44	VAL. PEND. CURTO PRAZO	90,39	90,39
PERMANENTE	213.614.140,30	213.721.457,12	PASSIVO PERMANENTE	2.292.645,30	1.461.202,97

SOMA DO ATIVO REAL	240.199.247,52	316.878.368,72	SOMA DO PASSIVO REAL	7.403.815,00	46.598.702,24
PASSIVO REAL DESCOBERTO	-	-	ATIVO REAL LÍQUIDO	232.795.432,52	270.279.666,48
COMPENSAÇÕES ATIVAS	76.733.467,82	213.619.991,57	COMPENSAÇÕES PASSIVAS	76.733.467,82	213.619.991,57
TOTAL	316.932.715,34	530.498.360,29	TOTAL	316.932.715,34	530.498.360,29

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	% 2012/2011	% COMPOSIÇÃO 2012	TÍTULO	% 2012/2011	% COMPOSIÇÃO 2012
ATIVO FINANCEIRO	288,03	19,45	PASSIVO FINANCEIRO	783,11	14,24
DISPONÍVEL	352,77	18,61	DÍVIDA FLUTUANTE	783,13	14,24
REALIZÁVEL	-	0,84	VAL. PEND. CURTO PRAZO	-	0,00
PERMANENTE	0,05	40,29	PASSIVO PERMANENTE	- 36,27	0,46
SOMA DO ATIVO REAL	31,92	59,73	SOMA DO PASSIVO REAL	529,39	14,71
PASSIVO REAL DESCOBERTO	-	-	ATIVO REAL LÍQUIDO	16,10	85,29
COMPENSAÇÕES ATIVAS	178,39	40,27	COMPENSAÇÕES PASSIVAS	178,39	
TOTAL	67,39	100,00	TOTAL	67,39	

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl.1911.

O Quadro de 36 evidencia a composição da situação patrimonial das autarquias, cuja aplicação de recursos está assim composta:

I – Ativo:

- a) Disponível – 18,61%;
- b) Ativo Realizável – 0,84%;
- c) Ativo Permanente – 40,29%;

II – Passivo:

- a) Passivo Financeiro – 14,24%;
- b) Passivo Permanente – 0,46%;
- d) Ativo Real Líquido – 85,29%.

Em 2012, a situação líquida atingiu o valor de R\$ 270.279.666,48, contra R\$ 232.795.432,52, em 2011, revelando um aumento do patrimônio líquido em 16,10%.

QUADRO 37 - Resumo dos Balanços Patrimoniais – Fundações – 2011 e 2012

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2011	2012	TÍTULO	2011	2012
ATIVO FINANCEIRO	675.331,42	816.746,95	PASSIVO FINANCEIRO	860.660,10	1.727.053,63
DISPONÍVEL	572.666,30	618.183,58	DÍVIDA FLUTUANTE	860.660,10	1.727.053,63
REALIZÁVEL	102.665,12	198.563,37	VAL. PEND. CURTO PRAZO	-	-
PERMANENTE	12.985.213,45	13.587.077,63	PASSIVO PERMANENTE	-	-
SOMA DO ATIVO REAL	13.660.544,87	14.403.824,58	SOMA DO PASSIVO REAL	860.660,10	1.727.053,63

PASSIVO REAL DESCOBERTO	-	-	ATIVO REAL LÍQUIDO	12.799.884,77	12.676.770,95
COMPENSAÇÕES ATIVAS	20.203.187,79	24.104.070,23	COMPENSAÇÕES PASSIVAS	20.203.187,79	24.104.070,23
TOTAL	33.863.732,66	38.507.894,81	TOTAL	33.863.732,66	38.507.894,81
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	% 2012/2011	% COMPOSIÇÃO 2012	TÍTULO	% 2012/2011	% COMPOSIÇÃO 2012
ATIVO FINANCEIRO	20,94	2,12	PASSIVO FINANCEIRO	100,67	11,99
DISPONÍVEL	7,95	1,61	DÍVIDA FLUTUANTE	100,67	11,99
REALIZÁVEL	93,41	0,52	VAL. PEND. CURTO PRAZO	-	-
PERMANENTE	4,63	35,28	PASSIVO PERMANENTE	-	-
SOMA DO ATIVO REAL	5,44	37,40	SOMA DO PASSIVO REAL	100,67	11,99
PASSIVO REAL DESCOBERTO	-	-	ATIVO REAL LÍQUIDO	- 0,96	88,01
COMPENSAÇÕES ATIVAS	19,31	62,60	COMPENSAÇÕES PASSIVAS	19,31	
TOTAL	13,71	100,00	TOTAL	13,71	

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume VI, fls. 2037.

Este demonstrativo evidencia a composição da situação patrimonial das Fundações, cuja aplicação de recursos está assim distribuída:

I – Ativo:

- a) Disponível – 1,61%;
- b) Ativo Realizável – 0,52%;
- c) Ativo Permanente – 35,28%;

II – Passivo:

- a) Passivo Financeiro – 11,99%;
- b) Ativo Real Líquido – 88,01%.

O Ativo Permanente apresentou acréscimo de 4,63%, no exercício de 2012, influenciado principalmente pelo Ativo Realizável. O passivo também cresceu em comparação com o do ano anterior, mantendo equilíbrio no saldo do Ativo Real Líquido, vez que houve redução de apenas 0,96%.

QUADRO 38 - Resumo dos Balanços Patrimoniais – Fundos 2011 e 2012

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2011	2012	TÍTULO	2011	2012
ATIVO FINANCEIRO	2.242.597.690,33	2.550.590.436,90	PASSIVO FINANCEIRO	24.597.241,30	50.985.237,76
DISPONÍVEL	2.232.169.866,90	2.535.624.566,93	DÍVIDA FLUTUANTE	24.542.248,45	50.862.694,45
REALIZÁVEL	10.427.823,43	14.965.869,97	VAL. PEND. CURTO PRAZO	54.992,85	122.543,31
ATIVO PERMANENTE	197.313.570,10	201.837.184,84	PASSIVO PERMANENTE	6.503.403.931,90	7.706.439.072,03
SOMA DO ATIVO REAL	2.439.911.260,43	2.752.427.621,74	SOMA DO PASSIVO REAL	6.528.001.173,20	7.757.424.309,79

PASSIVO REAL DESCOBERTO	4.088.089.912,77	5.004.996.688,05	ATIVO REAL LÍQUIDO	-	-
COMPENSAÇÕES ATIVAS	464.692.594,91	809.999.333,95	COMPENSAÇÕES PASSIVAS	464.692.594,91	809.999.333,95
TOTAL	6.992.693.768,11	8.567.423.643,74	TOTAL	6.992.693.768,11	8.567.423.643,74

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	% 2012/2011	% COMPOSIÇÃO 2012	TÍTULO	% 2012/2011	% COMPOSIÇÃO 2012
ATIVO FINANCEIRO	13,73	29,77	PASSIVO FINANCEIRO	107,28	0,66
DISPONÍVEL	13,59	29,60	DÍVIDA FLUTUANTE	107,25	0,66
REALIZÁVEL	43,52	0,17	VAL. PEND. CURTO PRAZO	122,83	0,00
PERMANENTE	2,29	2,36	PASSIVO PERMANENTE	18,50	99,34
SOMA DO ATIVO REAL	12,81	32,13	SOMA DO PASSIVO REAL	18,83	100,00
PASSIVO REAL DESCOBERTO	22,43	58,42	ATIVO REAL LÍQUIDO	-	
COMPENSAÇÕES ATIVAS	74,31	9,45	COMPENSAÇÕES PASSIVAS	74,31	
TOTAL	22,52	100,00	TOTAL	22,52	

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 2128.

O Quadro 38 mostra a composição da situação Patrimonial consolidada dos Fundos Estaduais, cuja aplicação de recursos está assim distribuída:

I – Ativo:

- a) Ativo Disponível – 29,60%;
- b) Ativo Realizável – 0,17%;
- c) Ativo Permanente – 2,36%;

II – Passivo:

- a) Passivo Financeiro – 0,66%;
- b) Passivo Permanente – 99,34%.

Em comparação com o ano anterior, o ativo disponível cresceu 13,43%, contribuindo efetivamente para o desempenho do ativo total. No passivo permanente houve substancial aumento das obrigações em função das provisões matemáticas previdenciárias, da ordem de R\$ 1,2 bilhão no exercício de 2012, registrando um Passivo Real Descoberto de R\$ 5.004.996.688,05.

3.2.3 – RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL - POR PODER

QUADRO 39 - Resumo dos Balanços Patrimoniais – Poder Executivo

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2011	2012	TÍTULO	2011	2012
ATIVO FINANCEIRO	2.564.410.319,49	3.348.405.216,65	PASSIVO FINANCEIRO	97.481.089,57	304.937.331,82
DISPONÍVEL	2.529.806.674,32	3.339.522.242,15	DÍVIDA FLUTUANTE	97.117.824,51	303.937.846,28
REALIZÁVEL	34.603.645,17	8.882.974,50	VAL. PEND. CURTO PRAZO	363.265,06	999.485,54
PERMANENTE	3.103.906.000,00	3.600.570.655,26	PASSIVO PERMANENTE	7.894.695.934,01	9.534.474.295,49
SOMA DO ATIVO REAL	5.668.316.319,49	6.948.975.871,91	SOMA DO PASSIVO REAL	7.992.177.023,58	9.839.411.627,31
PASSIVO REAL DESCOBERTO	2.323.860.704,09	2.890.435.755,40	ATIVO REAL LÍQUIDO	-	-
COMPENSAÇÕES ATIVAS	2.325.972.682,14	2.896.719.166,83	COMPENSAÇÕES PASSIVAS	2.325.972.682,14	2.896.719.166,83
TOTAL	10.318.149.705,72	12.736.130.794,14	TOTAL	10.318.149.705,72	12.736.130.794,14

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	% 2012/2011	% COMPOSIÇÃO 2012	TÍTULO	% 2012/2011	% COMPOSIÇÃO 2012
ATIVO FINANCEIRO	30,57	26,29	PASSIVO FINANCEIRO *	212,82	3,10
DISPONÍVEL	32,01	26,22	DÍVIDA FLUTUANTE	212,96	3,09
REALIZÁVEL	- 74,33	0,07	VAL. PEND. CURTO PRAZO	175,14	0,01
PERMANENTE	16,00	28,27	PASSIVO PERMANENTE	20,77	96,90
SOMA DO ATIVO REAL	22,59	54,56	SOMA DO PASSIVO REAL	23,11	100,00
PASSIVO REAL DESCOBERTO	24,38	22,69	ATIVO REAL LÍQUIDO	-	
COMPENSAÇÕES ATIVAS	24,54	22,74	COMPENSAÇÕES PASSIVAS	24,54	
TOTAL	23,43	100,00	TOTAL	23,43	

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume III, fl. 919.

O Quadro 39 evidencia a situação patrimonial do Poder Executivo, que em 2012, está assim composta:

I – Ativo:

- a) Disponível – 26,22%;
- b) Ativo Realizável – 0,07%;
- c) Ativo Permanente – 28,27%;
- d) Passivo Real Descoberto – 22,69%.

II - Passivo:

- a) Passivo Financeiro – 3,10%;
- b) Passivo Permanente – 96,90%;

O Ativo Financeiro em 2011 foi de R\$ 2.564.410.319,49 e em 2012 de R\$ 3.348.405.216,65, com crescimento de 30,57%. No passivo o aumento ocorreu de forma geral, com destaque para o passivo permanente, ocasionado pela contabilização das provisões matemáticas previdenciárias (RPPS), saindo de R\$ 7,8 bilhões em 2011 para 9,5 bilhões em 2012, aumentando, por conseguinte, o passivo real descoberto de 2,3 para 2,8 bilhões.

QUADRO 40 - Resumo dos Balanços Patrimoniais – Poder Legislativo – 2011 e 2012

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2011	2012	TÍTULO	2011	2012
ATIVO FINANCEIRO	13.742.424,42	11.005.165,43	PASSIVO FINANCEIRO	5.086.068,12	6.231.601,86
DISPONÍVEL	12.982.082,38	8.954.786,00	DÍVIDA FLUTUANTE	5.086.068,12	6.231.601,86
REALIZÁVEL	760.342,04	2.050.379,43	VAL. PEND. CURTO PRAZO	-	-
PERMANENTE	38.043.029,16	46.304.149,96	PASSIVO PERMANENTE	2.744.629,95	1.814.349,38
SOMA DO ATIVO REAL	51.785.453,58	57.309.315,39	SOMA DO PASSIVO REAL	7.830.698,07	8.045.951,24
PASSIVO REAL DESCOBERTO	-	-	ATIVO REAL LÍQUIDO	43.954.755,51	49.263.364,15
ATIVO COMPENSADO	5.906.808,80	5.950.616,39	PASSIVO COMPENSADO	5.906.808,80	5.950.616,39
TOTAL	57.692.262,38	63.259.931,78	TOTAL	57.692.262,38	63.259.931,78

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	% 2012/2011	% COMPOSIÇÃO 2012	TÍTULO	% 2012/2011	% COMPOSIÇÃO 2012
ATIVO FINANCEIRO	- 19,92	17,40	PASSIVO FINANCEIRO	22,52	10,87
DISPONÍVEL	- 31,02	14,16	DÍVIDA FLUTUANTE	22,52	10,87
REALIZÁVEL	169,67	3,24	VAL. PEND. CURTO PRAZO	-	-
PERMANENTE	21,72	73,20	PASSIVO PERMANENTE	- 33,89	3,17
SOMA DO ATIVO REAL	10,67	90,59	SOMA DO PASSIVO REAL	2,75	14,04
PASSIVO REAL DESCOBERTO	-	-	ATIVO REAL LÍQUIDO	12,08	85,96
ATIVO COMPENSADO	0,74	9,41	PASSIVO COMPENSADO	0,74	
TOTAL	9,65	100,00	TOTAL	9,65	

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1383.

O demonstrativo acima evidencia situação Patrimonial do Poder Legislativo Estadual, cujos grupos de contas, em 2012, estão assim compostos:

I – Ativo:

- a) Disponível – 14,16%;
- b) Realizável – 3,24%;
- c) Ativo Permanente – 73,20%;

II – Passivo:

- a) Passivo Financeiro – 10,87%;
- b) Passivo Permanente – 3,17%;

c) Ativo Real Líquido – 85,96%.

O Ativo Disponível do exercício 2012, comparado com o do ano anterior, apresentou redução de 31,02%. Quanto ao Ativo Realizável, mostrou um crescimento de 169,67% e a soma do Ativo Real uma média positiva de 10,67%.

O Passivo Financeiro cresceu 22,52% enquanto que o Passivo Permanente reduziu 33,89% e o Ativo Real Líquido manteve-se bastante favorável com acréscimo de 12,08%.

QUADRO 41 - Resumo dos Balanços Patrimoniais – Poder Judiciário – 2011 e 2012

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2011	2012	TÍTULO	2011	2012
ATIVO FINANCEIRO	38.442.519,91	46.475.392,04	PASSIVO FINANCEIRO	25.740.010,70	39.179.292,51
DISPONÍVEL	36.569.821,65	36.795.235,92	DÍVIDA FLUTUANTE	25.740.010,70	39.179.292,51
REALIZÁVEL	1.872.698,26	9.680.156,12	VAL. PEND. CURTO PRAZO	-	-
PERMANENTE	85.250.711,92	93.378.038,98	PASSIVO PERMANENTE	1.326.338,58	876.577,71
SOMA DO ATIVO REAL	123.693.231,83	139.853.431,02	SOMA DO PASSIVO REAL	27.066.349,28	40.055.870,22
PASSIVO REAL DESCOBERTO	-	-	ATIVO REAL LÍQUIDO	96.626.882,55	99.797.560,80
ATIVO COMPENSADO	20.205.702,53	63.711.107,20	PASSIVO COMPENSADO	20.205.702,53	63.711.107,20
TOTAL	143.898.934,36	203.564.538,22	TOTAL	143.898.934,36	203.564.538,22

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	% 2012/2011	% COMPOSIÇÃO 2012	TÍTULO	% 2012/2011	% COMPOSIÇÃO 2012
ATIVO FINANCEIRO	20,90	22,83	PASSIVO FINANCEIRO	52,21	28,01
DISPONÍVEL	0,62	18,08	DÍVIDA FLUTUANTE	52,21	28,01
REALIZÁVEL	416,91	4,76	VAL. PEND. CURTO PRAZO	-	-
PERMANENTE	9,53	45,87	PASSIVO PERMANENTE	- 33,91	0,63
SOMA DO ATIVO REAL	13,06	68,70	SOMA DO PASSIVO REAL	47,99	28,64
PASSIVO REAL DESCOBERTO	-	-	ATIVO REAL LÍQUIDO	3,28	71,36
ATIVO COMPENSADO	215,31	31,30	PASSIVO COMPENSADO	215,31	
TOTAL	41,46	100,00	TOTAL	41,46	

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1453.

O resumo acima evidencia a situação Patrimonial do Poder Judiciário Estadual, cujos grupos de contas, no exercício de 2012, estão assim distribuídos:

I – Ativo:

- a) Disponível – 18,08%;
- b) Ativo Realizável – 4,76%;
- c) Ativo Permanente – 45,87%;

II – Passivo:

- a) Passivo Financeiro – 28,01%;
- b) Passivo Permanente – 0,63%;
- c) Ativo Real Líquido – 71,36%.

O Ativo Financeiro e o Permanente aumentaram em 20,90% e 9,53%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Cresceu também o Passivo Financeiro 52,21%, já o Passivo Permanente reduziu em 33,91%, encerrando o exercício com um Ativo Real Líquido de R\$ 99.797.560,80, maior que o do ano anterior em 3,28%, revelando melhoria no patrimônio líquido do Judiciário em 2012.

QUADRO 42 - Resumo dos Balanços Patrimoniais – Ministério Público – 2011 e 2012

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2011	2012	TÍTULO	2011	2012
ATIVO FINANCEIRO	4.118.429,57	6.210.655,67	PASSIVO FINANCEIRO	2.912.627,66	4.763.517,01
DISPONÍVEL	4.118.066,08	6.210.292,18	DÍVIDA FLUTUANTE	2.912.627,66	4.763.517,01
REALIZÁVEL	363,49	363,49	VAL. PEND. CURTO PRAZO	-	-
PERMANENTE	32.325.902,18	36.583.212,16	PASSIVO PERMANENTE	430.344,37	284.414,76
SOMA DO ATIVO REAL	36.444.331,75	42.793.867,83	SOMA DO PASSIVO REAL	3.342.972,03	5.047.931,77
PASSIVO REAL DESCOBERTO	-	-	ATIVO REAL LÍQUIDO	33.101.359,72	37.745.936,06
ATIVO COMPENSADO	4.749.721,00	4.133.546,11	PASSIVO COMPENSADO	4.749.721,00	4.133.546,11
TOTAL	41.194.052,75	46.927.413,94	TOTAL	41.194.052,75	46.927.413,94

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	% 2012/2011	% COMPOSIÇÃO 2012	TÍTULO	% 2012/2011	% COMPOSIÇÃO 2012
ATIVO FINANCEIRO	50,80	13,23	PASSIVO FINANCEIRO	63,55	11,13
DISPONÍVEL	50,81	13,23	DÍVIDA FLUTUANTE	63,55	11,13
REALIZÁVEL	-	-	VAL. PEND. CURTO PRAZO	-	-
PERMANENTE	13,17	77,96	PASSIVO PERMANENTE	- 33,91	0,66
SOMA DO ATIVO REAL	17,42	91,19	SOMA DO PASSIVO REAL	51,00	11,80
PASSIVO REAL DESCOBERTO	-	-	ATIVO REAL LÍQUIDO	14,03	88,20
ATIVO COMPENSADO	-12,97	8,81	PASSIVO COMPENSADO	- 2,97	
TOTAL	13,92	100,00	TOTAL	13,92	

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1528.

O extrato acima evidencia a situação Patrimonial do Ministério Público Estadual, cujos grupos de contas estão, em 2012, assim compostos:

- I – Ativo:
 - a) Disponível – 13,23%;
 - b) Ativo Realizável – 0,00%

c) Ativo Permanente – 77,96%;

II – Passivo:

a) Passivo Financeiro – 11,13%;

b) Passivo Permanente – 0,66%;

c) Ativo Real Líquido – 88,20%.

O Ativo Disponível sofreu um acréscimo de 50,81% e o Ativo Permanente de 13,17% em relação ao ano anterior. O Passivo Financeiro aumentou 63,55% e o Ativo Real Líquido teve uma evolução de 14,03%, passando de R\$ 33.101.359,72 para R\$ 37.745.936,06.

3.3 GESTÃO FINANCEIRA

A Gestão Financeira cuida de registrar a movimentação de numerário, ou seja, os recebimentos de receitas e pagamentos despesas orçamentárias e extraorçamentárias, os ativos e passivos financeiros.

A Gestão Financeira tem como instrumento operacional o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, por força da Lei nº 1.115/1999, para o efetivo controle dos recursos financeiros movimentados na Conta Única do Tesouro Estadual e nas Contas Específicas, observando a programação financeira e respectivo cronograma mensal de desembolso, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF em seu art. 8º, art. 39 da Lei nº 2.530/2011 e Decreto n.º 4.478, de 18 de janeiro de 2012, resultando na disponibilidade financeira apurada no final do exercício.

Para maior evidenciação, demonstra-se resumidamente, nos quadros a seguir, os balanços financeiros apurados no exercício em análise:

QUADRO 43 – Resumo Financeiro da Receita e da Despesa – Geral do Estado

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	6.691.132.956,56	ORÇAMENTÁRIA	5.782.760.787,40
CORRENTES	5.645.649.684,60	CORRENTES	4.712.890.935,84
CAPITAL	704.256.446,44	CAPITAL	718.372.516,09
REC. CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIA	341.226.825,52	DESP. CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIA	351.497.335,47
EXTRAORÇAMENTÁRIAS	7.788.658.980,97	EXTRAORÇAMENTÁRIAS	7.894.220.185,35
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.589.920.871,50	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	3.392.731.836,28
TOTAL	17.069.712.809,03	TOTAL	17.069.712.809,03

FONTE – Balanço Financeiro - Volume I, fl. 0055 - Geral do Estado.

QUADRO 44 - Participação da Receita e da Despesa – Geral do Estado – em percentual

% RECEITA		% DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	39,20	ORÇAMENTÁRIA	33,88
CORRENTES	33,07	CORRENTES	27,61
CAPITAL	4,13	CAPITAL	4,21
REC. CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIA	2,00	DESP. CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIA	2,06
EXTRAORÇAMENTÁRIAS	45,63	EXTRAORÇAMENTÁRIAS	46,25
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	15,17	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	19,87
TOTAL	100,00	TOTAL	100,00

FONTE – Balanço Financeiro - Volume I, fl. 0055 - Geral do Estado.

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e pagamentos de recursos financeiros, destacando as receitas e despesas autorizadas por Lei (orçamentária) e os ingressos e dispêndios independentes da execução orçamentária (extraorçamentária), conjugando-se, ainda, com os saldos das disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passam para o exercício seguinte.

O ingresso de recursos está composto por 39,20% de receita orçamentária, 45,63% de receita extraorçamentária e 15,17% de saldo financeiro do exercício anterior.

O dispêndio de recursos orçamentários alcançou percentual de **33,88%** desdobrados em despesas correntes com 27,61%, despesas de capital com 4,21% e as despesas correntes intraorçamentárias com 2,06%. As despesas extraorçamentárias atingiram 46,25% e o saldo para o exercício seguinte corresponde a 19,87%.

3.3.1 – RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO - GERAL DO ESTADO**QUADRO 45** – Resumo das Receitas e Despesas - Valores em Reais - 2012

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	6.691.132.956,56	ORÇAMENTÁRIA	5.782.760.787,40
RECEITAS CORRENTES	5.645.649.684,60	DESPESAS CORRENTES	4.712.890.935,84
RECEITAS DE CAPITAL	704.256.446,44	DESPESAS DE CAPITAL	718.372.516,09
REC. CORR. INTRAORÇAMENTÁRIAS	341.226.825,52	DESP. CORR. INTRAORÇAMENTÁRIAS	351.497.335,47
EXTRAORÇAMENTÁRIA	7.788.658.980,97	EXTRAORÇAMENTÁRIA	7.894.220.185,35
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	7.114.171.297,72	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	6.889.244.919,22
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	673.851.462,77	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	652.429.163,63
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	636.220,48	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-

VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	28.697,14
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	352.517.405,36
REVERSÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	2.589.920.871,50	SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE	3.392.731.836,28
DISPONÍVEL	2.583.476.644,43	DISPONÍVEL	3.391.482.556,25
AGENTES ARRECADADORES	4.213.386,42	AGENTES ARRECADADORES	1.249.280,03
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	2.230.840,65	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	-
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	17.069.712.809,03	TOTAL	17.069.712.809,03

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume I, fl. 0055.

O Quadro 45 revela a situação financeira do Estado, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas do período, foi suficiente para atender as Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2013, no valor de R\$ 3.392.731.836,28.

3.3.2 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO – PODER EXECUTIVO

QUADRO 46 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2012

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	6.668.680.484,14	ORÇAMENTÁRIA	5.746.854.886,59
RECEITAS CORRENTES	5.623.667.092,18	ORÇAMENTÁRIAS	4.811.280.705,69
RECEITAS DE CAPITAL	703.786.566,44	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	630.761.598,67
REC. CORR. INTRAORÇAMENTÁRIAS	341.226.825,52	DESP. CORR. INTRAORÇAMENTÁRIAS	304.812.582,23
EXTRAORÇAMENTÁRIA	6.978.746.474,66	EXTRAORÇAMENTÁRIA	7.096.051.451,42
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	6.310.539.583,90	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	6.096.460.402,27
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	667.570.670,28	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	647.044.946,65
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	636.220,48	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	28.697,14
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	352.517.405,36
REVERSÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	2.536.250.901,39	SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE	3.340.771.522,18
DISPONÍVEL	2.529.806.674,32	DISPONÍVEL	3.339.522.242,15
AGENTES ARRECADADORES	4.213.386,42	AGENTES ARRECADADORES	1.249.280,03
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	2.230.840,65	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	-

INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	16.183.677.860,19	TOTAL	16.183.677.860,19

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume III, fl. 0913.

O quadro acima demonstra a situação financeira do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir todas as Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o exercício de 2013, no valor de R\$ 3.340.771.522,18.

3.3.3 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO – PODER LEGISLATIVO

QUADRO 47 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2011

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	213.651.036,86	ORÇAMENTÁRIA	218.119.277,03
RECEITAS CORRENTES	629.219,04	ORÇAMENTÁRIAS	205.835.099,13
RECEITAS DE CAPITAL	375.780,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS	212.646.037,82	DESP. CORR. INTRAORÇAMENTÁRIAS	12.284.177,90
REC. CORR. INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	EXTRAORÇAMENTÁRIA	234.504.663,47
EXTRAORÇAMENTÁRIA	236.995.986,69	EXTRAORÇAMENTÁRIA	234.504.663,47
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	235.590.891,53	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	233.988.245,31
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	1.405.095,16	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	516.418,16
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	12.982.082,38	SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE	11.005.165,43
DISPONÍVEL	12.982.082,38	DISPONÍVEL	8.954.786,00
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	-	RECURSOS PRÓPRIOS	2.050.379,43
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	-	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	-
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	463.629.105,93	TOTAL	463.629.105,93

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1378.

O Quadro 47 demonstra a situação financeira do Poder Legislativo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o exercício de 2013, no valor de R\$ 11.005.165,43.

3.3.4 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO – PODER JUDICIÁRIO

QUADRO 48 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2012

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	322.821.940,61	ORÇAMENTÁRIA	331.780.367,01
RECEITAS CORRENTES	18.369.001,76	ORÇAMENTÁRIAS	306.052.765,20
RECEITAS DE CAPITAL	-	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS	304.452.938,85		
REC. CORR. INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	DESP. CORR. INTRAORÇAMENTÁRIAS	25.727.601,81
EXTRAORÇAMENTÁRIA	442.338.807,23	EXTRAORÇAMENTÁRIA	425.339.610,19
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	440.584.414,48	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	423.593.115,95
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	1.754.392,75	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	1.746.494,24
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	38.434.621,40	SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE	46.475.392,04
DISPONÍVEL	36.569.821,65	DISPONÍVEL	36.795.235,92
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	1.864.799,75	RECURSOS PRÓPRIOS	9.680.156,12
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	-	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	-
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	803.595.369,24	TOTAL	803.595.369,24

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1448.

O Quadro 48 revela a situação financeira do Poder Judiciário Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para suportar as Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o exercício de 2013, no valor de R\$ 46.475.392,04.

3.3.5 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO – MINISTÉRIO PÚBLICO

QUADRO 49 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2012

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	116.741.093,62	ORÇAMENTÁRIA	116.767.855,44
RECEITAS CORRENTES	2.984.371,62	ORÇAMENTÁRIAS	108.094.881,91
RECEITAS DE CAPITAL	94.100,00	TRANSFERÊNCIAS	-
TRANSF. FINANCEIRAS	113.662.622,00	FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
RECEBIDAS	-	DESP. CORR.	8.672.973,53
REC. CORR.	-	INTRAORÇAMENTÁRIAS	-
INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	EXTRAORÇAMENTÁRIA	139.646.287,27
EXTRAORÇAMENTÁRIA	141.765.275,19	PAGAMENTO DA DÍVIDA	136.524.982,69
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	138.643.970,61	FLUTUANTE	-
RECEBIMENTO DE VALORES	3.121.304,58	INSCRIÇÃO DE VALORES	3.121.304,58
REALIZÁVEIS	-	REALIZÁVEIS	-
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	PRAZO	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	4.118.066,08	SALDO PARA O PERÍODO	6.210.292,18
DISPONÍVEL	4.118.066,08	SEGUINTE	
AGENTES ARRECADADORES	-	DISPONÍVEL	6.210.292,18
RECURSOS A RECEBER	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS PRÓPRIOS	-	RECURSOS A RECEBER	-
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	-	RECURSOS PRÓPRIOS	-
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS	-	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	-
DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO -	-	RECURSOS DO RPPS	-
RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO -	-
TOTAL	262.624.434,89	RECURSOS VINCULADOS	-
		TOTAL	262.624.434,89

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1523.

O Quadro 49 demonstra a situação financeira do Ministério Público Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para suprir as Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o exercício de 2013, no valor de R\$ 6.210.992,18.

3.3.6 – RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

QUADRO 50 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2012

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	5.201.269.886,75	ORÇAMENTÁRIA	4.956.801.966,84
RECEITAS CORRENTES	4.581.820.974,75	ORÇAMENTÁRIAS	3.748.674.695,01
RECEITAS DE CAPITAL	618.033.601,77	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	967.351.107,87
REC. CORR. INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.415.310,23	DESP. CORR. INTRAORÇAMENTÁRIAS	240.776.163,96
EXTRAORÇAMENTÁRIA	5.683.610.825,33	EXTRAORÇAMENTÁRIA	5.502.694.943,86
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	5.118.638.787,14	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	4.960.487.192,76
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	564.403.368,17	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	542.179.053,96
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	568.670,02	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	28.697,14
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
REVERSÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	331.415.538,53	SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE	756.799.339,91
DISPONÍVEL	328.933.613,17	DISPONÍVEL	756.534.528,58
AGENTES ARRECADADORES	251.084,71	AGENTES ARRECADADORES	264.811,33
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	2.230.840,65	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	-
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	11.216.296.250,61	TOTAL	11.216.296.250,61

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume V, fl. 1619.

O Quadro 50 indica a situação financeira da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas recebidas no período, foi suficiente para cobrir todas as Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o exercício de 2013, no valor de R\$ 756.799.339,91.

3.3.7 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO – AUTARQUIAS**QUADRO 51 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2012**

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	280.060.875,23	ORÇAMENTÁRIA	243.688.057,47
RECEITAS CORRENTES	90.956.667,55	ORÇAMENTÁRIAS	223.158.811,37
RECEITAS DE CAPITAL	66.918.659,34		
TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS	122.185.548,34	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
REC. CORR. INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	DESP. CORR. INTRAORÇAMENTÁRIAS	20.529.246,10
EXTRAORÇAMENTÁRIA	314.382.610,21	EXTRAORÇAMENTÁRIA	274.183.608,59
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	313.977.131,99	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	273.778.145,37
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	405.478,22	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	405.463,22
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
REVERSÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	26.562.951,10	SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE	103.134.770,48
DISPONÍVEL	21.800.498,06	DISPONÍVEL	98.705.277,16
AGENTES ARRECADADORES	3.962.301,71	AGENTES ARRECADADORES	984.468,70
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	800.151,33	RECURSOS PRÓPRIOS	3.445.024,62
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	-	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	-
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	621.006.436,54	TOTAL	621.006.436,54

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1906.

O Quadro 51 revela a situação financeira das Autarquias do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o exercício de 2013, no valor de R\$ 103.134.770,48.

3.3.8 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO – FUNDAÇÕES

QUADRO 52 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2012

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	42.740.757,97	ORÇAMENTÁRIA	43.532.588,35
RECEITAS CORRENTES	1.385.556,77	ORÇAMENTÁRIAS	43.249.708,29
RECEITAS DE CAPITAL	16.300,00	TRANSFERÊNCIAS	-
TRANSF. FINANCEIRAS	41.338.901,20	FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
RECEBIDAS	-	DESP. CORR.	282.880,06
REC. CORR.	-	INTRAORÇAMENTÁRIAS	-
INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	EXTRAORÇAMENTÁRIA	54.475.210,16
EXTRAORÇAMENTÁRIA	55.409.533,20	EXTRAORÇAMENTÁRIA	54.475.210,16
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	55.333.657,55	PAGAMENTO DA DÍVIDA	54.400.411,64
FLUTUANTE	-	FLUTUANTE	-
RECEBIMENTO DE VALORES	75.875,65	INSCRIÇÃO DE VALORES	74.798,52
REALIZÁVEIS	-	REALIZÁVEIS	-
VALORES PEND. A CURTO	-	VALORES PEND. A CURTO	-
PRAZO	-	PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA	-	PROVISÕES	-
FINANCEIRA	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
REVERSÕES	-	SALDO PARA O PERÍODO	816.746,95
SALDO DO PERÍODO	674.254,29	SEGUINTE	816.746,95
ANTERIOR	674.254,29	ANTERIOR	674.254,29
DISPONÍVEL	572.666,30	DISPONÍVEL	618.183,58
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	101.587,99	RECURSOS PRÓPRIOS	198.563,37
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	-	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	-
INVESTIMENTOS DOS	-	INVESTIMENTOS DOS	-
RECURSOS DO RPPS	-	RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO -	-
PRAZO - RECURSOS	-	RECURSOS VINCULADOS	-
VINCULADOS	-	TOTAL	98.824.545,46
TOTAL	98.824.545,46	TOTAL	98.824.545,46

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 2031.

O Quadro 52 demonstra a situação financeira das Fundações do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o exercício de 2013, no valor de R\$ 816.746,95.

3.3.9 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO – FUNDOS**QUADRO 53 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2012**

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	2.134.412.544,48	ORÇAMENTÁRIA	1.506.089.282,61
RECEITAS CORRENTES	971.486.485,53	ORÇAMENTÁRIAS	1.416.180.237,26
RECEITAS DE CAPITAL	19.287.885,33	TRANSFERÊNCIAS	-
TRANSF. FINANCEIRAS	803.826.658,33	FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
RECEBIDAS		DESP. CORR.	89.909.045,35
REC. CORR.	339.811.515,29	INTRAORÇAMENTÁRIAS	
INTRAORÇAMENTÁRIAS		EXTRAORÇAMENTÁRIA	2.202.063.279,99
EXTRAORÇAMENTÁRIA	1.880.929.657,49		
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	1.771.895.366,30	PAGAMENTO DA DÍVIDA	1.739.776.026,70
FLUTUANTE		FLUTUANTE	
RECEBIMENTO DE VALORES	108.966.740,73	INSCRIÇÃO DE VALORES	109.769.847,93
REALIZÁVEIS		REALIZÁVEIS	
VALORES PEND. A CURTO	67.550,46	VALORES PEND. A CURTO	-
PRAZO		PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	-	PROVISÕES	352.517.405,36
FINANCEIRA	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
REVERSÕES	-		
SALDO DO PERÍODO	2.238.582.793,17	SALDO DO PERÍODO SEGUINTE	2.545.772.432,54
ANterior			
DISPONÍVEL	2.232.169.866,90	DISPONÍVEL	2.535.624.566,93
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	6.412.926,27	RECURSOS PRÓPRIOS	10.147.865,61
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	-	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	-
INVESTIMENTOS DOS	-	INVESTIMENTOS DOS	-
RECURSOS DO RPPS	-	RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO -	-
- RECURSOS VINCULADOS	-	RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	6.253.924.995,14	TOTAL	6.253.924.995,14

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 2122.

O Quadro 53 mostra a situação financeira dos Fundos do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para suportar as Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o exercício de 2013, no valor de R\$ 2.545.772.432,54.

3.4 – PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (ARRECADAÇÃO E DESEMBOLSO) E RESUMO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA – EXERCÍCIO - 2012

3.4.1 Metas de Arrecadação por Fonte de Recursos

A posição financeira demonstra a previsão e o cumprimento das metas financeiras do Estado, com base na programação e no cronograma mensal de desembolso, em cumprimento ao art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, ao art. 39 da Lei nº 2.530/2011 e divulgados por meio do Decreto n.º 4.478, de 18 de janeiro de 2012, resultando na disponibilidade financeira apurada no final do exercício, apresentada a seguir nos quadros, resumos e balanços específicos:

QUADRO 54 – Meta de Arrecadação - Fonte de Recurso – Exercício de 2012

RECEITA PREVISTA E REALIZADA										
FT	DESCRIÇÃO	1º SEMESTRE		% DESEMP	2º SEMESTRE		% DESEMP	ACUMULADA. EXERCÍCIO		EXCESSO OU FRUSTRAÇÃO
		PREVISTA	REALIZADA		PREVISTA	REALIZADA		PREVISTA	REALIZADA	
100	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.955.998.689,00	1.954.450.985,00	99,92	2.049.747.808,00	1.945.060.744,00	94,89	4.005.746.497,00	3.899.511.729,00	- 106.234.768,00
210	INDESP	747.209,00	392.305,00	52,50	796.224,00	444.530,00	55,83	1.543.433,00	836.835,00	- 706.598,00
211	FNDE	9.718.284,00	5.937.560,00	61,10	15.331.963,00	21.387.780,00	139,50	25.050.247,00	27.325.340,00	2.275.093,00
214	FUNDEB	300.390.533,00	314.402.313,00	104,66	313.672.296,00	287.726.156,00	91,73	614.062.829,00	602.128.469,00	- 11.934.360,00
216	SALÁRIO EDUCAÇÃO	6.049.831,00	6.352.212,00	105,00	6.070.169,00	6.309.370,00	103,94	12.120.000,00	12.661.582,00	541.582,00
223	CONV. INICIATIVA PRIVADA	1.823.179,00	906.198,00	49,70	1.999.641,00	1.221.669,00	61,09	3.822.820,00	2.127.867,00	- 1.694.953,00
224	CIDE	22.496.529,00	15.114.625,00	67,19	24.167.806,00	7.789.723,00	32,23	46.664.335,00	22.904.348,00	- 23.759.987,00
225	CONV. ÓRGÃOS FEDERAIS	293.211.102,00	39.892.991,00	13,61	422.565.491,00	105.824.375,00	25,04	715.776.593,00	145.717.366,00	- 570.059.227,00
226	ALIENAÇÃO DE BENS	4.807.459,00	6.955.638,00	144,68	4.758.324,00	9.512.130,00	199,91	9.565.783,00	16.467.768,00	6.901.985,00
227	CONV. TRANSP/SS/PPM	1.211.299,00	257.671,00	21,27	1.188.698,00	1.312.722,00	110,43	2.399.997,00	1.570.393,00	- 829.604,00
228	OP. FIN. N/REENB. INTERNA	684.318,00	124.870,00	18,25	695.682,00	1.784.087,00	256,45	1.380.000,00	1.908.957,00	528.957,00
229	OP. FIN. N/REENB. EXTERNA	-	49.631,00	-	9.855.670,00	81.570,00	0,83	9.855.670,00	131.201,00	- 9.724.469,00
230	REC. CONV. EST. E/OU MUNICIPAIS	-	1,00	-	558.314,00	-	-	558.314,00	1,00	- 558.313,00
235	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRAS	5.376.025,00	5.548.251,00	103,20	5.788.123,00	5.427.261,00	93,77	11.164.148,00	10.975.512,00	- 188.636,00
237	TRANSFER. DE RECURSOS - FNAS	496.469,00	420.303,00	84,66	649.468,00	937.639,00	144,37	1.145.937,00	1.357.942,00	212.005,00
240	RECURSOS PRÓPRIOS	69.412.821,00	61.853.240,00	89,11	81.611.531,00	71.740.040,00	87,90	151.024.352,00	133.593.280,00	-17.431.072,00
241	RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS	290.282.509,00	429.031.981,00	147,80	471.926.956,00	480.498.417,00	101,82	762.209.465,00	909.530.398,00	147.320.933,00
242	ASSISTÊNCIA MÉDICA	60.326.172,00	59.140.381,00	98,03	66.823.927,00	82.049.369,00	122,78	127.150.099,00	141.189.750,00	14.039.651,00
246	ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	1.800.000,00	1.127.527,00	62,64	1.800.000,00	1.370.686,00	76,15	3.600.000,00	2.498.213,00	-1.101.787,00
247	ATENÇÃO BÁSICA	743.502,00	141.125,00	18,98	743.498,00	118.690,00	15,96	1.487.000,00	259.815,00	-1.227.185,00
248	GESTÃO DO SUS	10.731.498,00	4.745.587,00	44,22	10.731.502,00	702.883,00	6,55	21.463.000,00	5.448.470,00	-16.014.530,00
249	INVESTIMENTOS	4.261.002,00	3.236.283,00	75,95	4.260.998,00	1.334.455,00	31,32	8.522.000,00	4.570.738,00	- 3.951.262,00
250	MÉDIA E ALTA COMP. AMB. E HOSP	130.515.000,00	74.924.857,00	57,41	130.515.000,00	79.886.925,00	61,21	261.030.000,00	154.811.782,00	-106.218.218,00
251	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	9.004.998,00	3.832.227,00	42,56	9.005.002,00	3.310.123,00	36,76	18.010.000,00	7.142.350,00	-10.867.650,00
4219	OP. CRÉD. INTERNA EM MOEDA	107.586.791,00	2.307.822,00	2,15	375.811.136,00	499.991.878,00	133,07	483.397.927,00	502.299.700,00	18.901.773,00

4220	OP. CRÉD. EXTERNA EM MOEDA	23.683.943,00	-	-	200.167.288,00	-	-	223.851.231,00	-	- 223.851.231,00
4221	OP. C. EXT. EM BENS E/OU SERVIÇOS	28.162.000,00	4.158.005,00	14,76	84.485.000,00	2.499.826,00	2,96	112.647.000,00	6.657.831,00	-105.989.169,00
5236	DOAÇÃO	2.862.060,00	60.040,00	2,10	2.137.940,00	45.931,00	2,71	5.000.000,00	105.971,00	- 4.894.029,00
TOTAL		3.342.383.222,00	2.995.364.629,00	89,62	4.297.865.455,00	3.618.368.979,00	84,19	7.640.248.677,00	6.613.733.608,00	-1.026.515.069,00

FONTE - Balanço Geral do Estado – Volume VII, fls. 2456 e 2457.

3.4.2 Execução da Receita e Despesa – Todas as Fontes

QUADRO 55 – Arrecadação e Desembolso – Por Fonte – Exercício de 2012.

RECEITAS E DESPESAS									
FT	1º SEMESTRE			2º SEMESTRE			EXERCÍCIO 2012		
	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT OU DÉFICIT	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT OU DÉFICIT	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT OU DÉFICIT
100	1.954.450.985,00	1.856.572.028,00	97.878.957,00	1.945.060.744,00	2.138.291.956,00	-193.231.212,00	3.899.511.729,00	3.994.863.984,00	-95.352.255,00
210	392.305,00	1.372.012,00	- 979.707,00	444.533,00	364.955,00	79.578,00	836.838,00	1.736.967,00	-900.129,00
211	5.937.560,00	5.813.918,00	123.642,00	21.387.780,00	21.451.258,00	- 63.478,00	27.325.340,00	27.265.176,00	60.164,00
214	314.402.313,00	312.375.133,00	2.027.180,00	287.726.156,00	293.913.103,00	- 6.186.947,00	602.128.469,00	606.288.236,00	-4.159.767,00
216	6.352.212,00	5.392.292,00	959.920,00	6.309.370,00	7.186.618,00	- 877.248,00	12.661.582,00	12.578.910,00	82.672,00
223	906.198,00	97.583,00	808.615,00	1.221.669,00	1.737.473,00	- 515.804,00	2.127.867,00	1.835.056,00	292.811,00
224	15.114.625,00	16.371.785,00	-1.257.160,00	7.789.723,00	8.032.108,00	- 242.385,00	22.904.348,00	24.403.893,00	-1.499.545,00
225	39.892.991,00	28.043.805,00	11.849.186,00	105.824.375,00	88.550.988,00	17.273.387,00	145.717.366,00	116.594.793,00	29.122.573,00
226	6.955.638,00	1.963.526,00	4.992.112,00	9.512.130,00	10.946.033,00	-1.433.903,00	16.467.768,00	12.909.559,00	3.558.209,00
227	257.671,00	491.677,00	- 234.006,00	1.312.722,00	2.813.267,00	-1.500.545,00	1.570.393,00	3.304.944,00	-1.734.551,00
228	124.870,00	395.836,00	- 270.966,00	1.784.087,00	1.383.001,00	401.086,00	1.908.957,00	1.778.837,00	130.120,00
229	49.631,00	38.123,00	11.508,00	81.570,00	2.049.694,00	-1.968.124,00	131.201,00	2.087.817,00	-1.956.616,00
230	1,00	2.601,00	- 2.600,00	-	-	-	1,00	2.601,00	- 2.600,00
235	5.548.251,00	6.027.097,00	- 478.846,00	5.427.261,00	5.119.979,00	307.282,00	10.975.512,00	11.147.076,00	- 171.564,00
237	420.303,00	232.958,00	187.345,00	937.639,00	64.044,00	873.595,00	1.357.942,00	297.002,00	1.060.940,00
240	61.853.240,00	37.913.586,00	23.939.654,00	71.740.040,00	84.868.793,00	-13.128.753,00	133.593.280,00	122.782.379,00	10.810.901,00
241	429.031.981,00	107.196.647,00	321.835.334,00	480.498.417,00	145.933.562,00	334.564.855,00	909.530.398,00	253.130.209,00	656.400.189,00
242	59.140.381,00	64.415.392,00	- 5.275.011,00	82.049.369,00	82.056.035,00	- 6.666,00	141.189.750,00	146.471.427,00	- 5.281.677,00
246	1.127.527,00	2.022.868,00	- 895.341,00	1.370.686,00	1.019.097,00	351.589,00	2.498.213,00	3.041.965,00	- 543.752,00
247	141.125,00	68.674,00	72.451,00	118.690,00	159.640,00	- 40.950,00	259.815,00	228.314,00	31.501,00
248	4.745.587,00	1.290.556,00	3.455.031,00	702.883,00	2.124.412,00	-1.421.529,00	5.448.470,00	3.414.968,00	2.033.502,00
249	3.236.283,00	1.530.962,00	1.705.321,00	1.334.455,00	2.339.943,00	-1.005.488,00	4.570.738,00	3.870.905,00	699.833,00
250	74.924.857,00	85.846.585,00	-10.921.728,00	79.886.925,00	86.298.086,00	- 6.411.161,00	154.811.782,00	172.144.671,00	-17.332.889,00
251	3.832.227,00	2.155.405,00	1.676.822,00	3.310.123,00	4.388.300,00	-1.078.177,00	7.142.350,00	6.543.705,00	598.645,00
4219	2.307.822,00	30.324.146,00	- 28.016.324,00	499.991.878,00	118.702.468,00	381.289.410,00	502.299.700,00	149.026.614,00	353.273.086,00
4220	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4221	4.158.005,00	4.158.005,00	-	2.499.826,00	2.499.826,00	-	6.657.831,00	6.657.831,00	-
5236	60.040,00	110.000,00	- 49.960,00	45.931,00	77.270,00	- 31.339,00	105.971,00	187.270,00	- 81.299,00
TOT	2.995.364.629,00	2.572.223.200,00	423.141.429,00	3.618.368.982,00	3.112.371.909,00	505.997.073,00	6.613.733.611,00	5.684.595.109,00	929.138.502,00

Neste quadro estão demonstradas, de forma resumida, as receitas arrecadadas e as despesas executadas por fonte de recurso, bem como o superávit e déficit originários da diferença na coluna específica.

3.4.3 Resumo da Disponibilidade Financeira

QUADRO 56– Resumo das Disponibilidades Financeiras - Consolidado 2012

DESCRIÇÃO	DISPONIBILIDADE E BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE E LÍQUIDA
RECURSOS PRÓPRIOS (I)	143.614.333,33	96.069.607,34	47.544.725,99
0100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	94.897.279,35	87.383.826,83	7.513.452,52
0240 - RECURSOS PRÓPRIOS	48.717.053,98	8.685.780,51	40.031.273,47
RECURSOS VINCULADOS (II)	846.794.005,55	123.442.450,05	723.351.555,50
0101 – TESOURO – MAN. DESENV. ENSINO - MDE	14.949.780,58	11.904.621,95	3.045.158,63
0102 – REC. TESOURO – AÇÕES SERV. PÚB. SAÚDE	324.081,98	27.339.387,62	- 27.015.305,64
0104 – REC. DO TESOURO – EMENDA PARLAMENTAR	-	50.000,00	- 50.000,00
0210 - COTA-PARTE FUNDO DES. ESPORTE - INDESP	758.355,29	3.626,90	754.728,39
0211 - CONTRIB FUNDO NAC DE DES DA EDUCAÇÃO	13.387.926,82	76.587,10	13.311.339,72
0214 - FUNDEB	16.027.168,63	15.440.129,87	587.038,76
0216 - COTA-PARTE DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.056.656,43	994.841,96	61.814,47
0223 - REC DE CONV. COM A INICIATIVA PRIVADA	7.380.253,60	64.299,60	7.315.954,00
0224 - CONTRIB INTERV DO D. ECONÔMICO - CIDE	45.789,72	-	45.789,72
0225 - REC DE CONV COM ÓRGÃOS FEDERAIS	240.127.855,30	3.433.191,19	236.694.664,11
0226 - ALIENAÇÃO DE BENS	16.077.707,02	246.570,00	15.831.137,02
0227 - COTA-PARTE DO CONV DETRAN/SSP/PM	958.551,53	-	958.551,53
0228 - OP FINANC N/REEMBOLSÁVEIS - INTERNAS	3.250.811,03	3.000,00	3.247.811,03
0229 - OP FINANC N/REEMBOLSÁVEIS - EXTERNAS	328.257,85	194.277,86	133.979,99
0235 - COTA-PARTE DE COMP FINANCEIRAS	922.674,03	157.021,90	765.652,13
0237 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS - FNAS	1.660.530,25	-	1.660.530,25
0242 - ASSISTÊNCIA MÉDICA	1.889.523,46	5.850,41	1.883.673,05
0246 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	1.949.098,23	10.610,60	1.938.487,63
0247 – ASSISTÊNCIA MÉDICA	750.406,97	-	750.406,97
0248 – GESTÃO DO SUS	17.468.073,01	48.245,92	17.419.827,09
0249 – INVESTIMENTOS – SAÚDE	12.053.790,41	36.883,98	12.016.906,43
0250 – MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMB. E HOSPITALAR	7.963.904,34	486.270,89	7.477.633,45
0251 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE	11.500.837,99	65.659,86	11.435.178,13
4219 - OP DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	475.658.719,50	62.881.372,44	412.777.347,06
5236 - DOAÇÕES	303.251,58	-	303.251,58
TOTAL (III) = (I + II)	990.408.338,88	219.512.057,39	770.896.281,49
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	2.409.957.555,36	-	2.409.957.555,36
0241 - RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS	2.409.957.555,36	-	2.409.957.555,36

FONTE – Balancete Geral do Estado – Volume II, fl. 0853.

3.4.4 Resumo Consolidado dos Restos a Pagar – Geral do Estado

QUADRO 57 – Demonstrativo dos Restos a Pagar - Consolidado 2012

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		RESTOS A PAGAR				Disponibilidade de Caixa Líquida	Empenhos não Liquidados Cancelados
		Processados		Não Processados			
		Exercícios Anteriores	2012	Exercícios Anteriores	2012	(Antes da Inscrição em RPNP)	(Não Inscritos por Insuf. Financeira)
RECURSOS VINCULADOS							
0101	Tesouro -Man. do Desenv. do Ensino - MDE	-	11.891.672,06	-	5.895.280,96	3.045.158,63	-
0102	Rec. Tesouro - Ações Serv. Púb. De Saúde	458,09	27.338.929,53	-	5.070,92	- 27.015.305,64	-
0104	Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar	-	50.000,00	-	1.702.058,32	- 50.000,00	-
0210	Cota-Parte Fundo Desenv. do Esporte - INDESP	-	2.137,90	-	-	754.728,39	-
0211	Contrib. do Fundo Nac. Desenv. da Educação	-	57.720,58	-	9.033.280,43	13.311.339,72	-
0214	FUNDEB	-	15.219.730,46	-	719.452,76	587.038,76	-
0216	Cota-Parte do Salário Educação	-	994.841,96	-	2.330,97	61.814,47	-
0223	Recursos de Conv. com a Iniciativa Privada	-	64.299,60	-	-	7.315.954,00	-
0224	Contrib. de Int. do Domínio Econômico - CIDE	-	-	-	191.287,71	45.789,72	-
0225	Recursos de Conv. com Órgãos Federais	204.935,50	953.971,78	1.833.440,01	50.694.898,50	236.694.664,11	-
0226	Alienação de Bens	-	246.570,00	-	316.850,50	15.831.137,02	-
0227	Cota-Parte do Conv. DETRAN/SSP/PM	-	-	-	386.624,80	958.551,53	-
0228	Oper. Financ. não Reenbolsáveis - Internas	-	3.000,00	-	-	3.247.811,03	-
0229	Oper. Financ. não Reenbolsáveis - Externas	-	194.277,86	-	1.021.302,56	133.979,99	-
0235	Cota-Parte de Compensações Financeiras	-	157.021,90	-	2.302,40	765.652,13	-
0237	Transferências de Recursos FNAS	-	-	-	-	1.660.530,25	-
0242	Assistência Médica	166,66	5.683,75	-	849.987,61	1.883.673,05	-
0246	Assistência Financeira	-	10.610,60	-	-	1.938.487,63	-
0247	Atenção Básica	-	-	-	-	750.406,97	-
0248	Gestão do SUS	-	48.245,92	-	1.241,75	17.419.827,09	-
0249	Investimentos - Saúde	-	36.883,98	-	-	12.016.906,43	-
0250	Média e Alta Complex. Amb. e Hospitalar	-	486.270,89	-	307,16	7.477.633,45	-
0251	Vigilância em Saúde	-	65.659,86	-	-	11.435.178,13	-
4219	Operações de Créditos Internas - em Moeda	-	61.263.021,81	1.618.350,63	14.429.823,79	412.777.347,06	-
4220	Operações de Créditos Externas - em Moedas	-	-	-	-	-	-
5236	Doações	-	-	-	169.803,18	303.251,58	-
TOTAL DOS RECURSOS (I)		205.560,25	119.090.550,44	3.451.790,64	85.421.904,32	723.351.555,50	-
RECURSOS PRÓPRIOS							
0100	Recursos Ordinários	5.368.840,51	54.997.935,54	12.382.874,94	27.275.778,96	7.513.452,52	-
0240	Recursos Próprios	1.831.080,15	2.188.121,70	273.882,85	10.752.710,22	40.031.273,47	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		7.199.920,66	57.186.057,24	12.656.757,79	38.028.489,18	47.544.725,99	-
TOTAL (III) = (I + II)		7.405.480,91	176.276.607,68	16.108.548,43	123.450.393,50	770.896.281,49	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES							
0241	Recursos Previdenciários	-	-	-	418.756,76	2.409.957.555,36	-
TOTAL DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS		-	-	-	418.756,76	2.409.957.555,36	-

FONTE – Balancete Geral do Estado – Volume II, fl. 0854.

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - anexo VI

NOTA: A Disponibilidade de Caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial



Capítulo 4

ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS LIMITES LEGAIS

CAPITULO 4

ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS LIMITES LEGAIS

Os limites legais são aqueles previstos diretamente nas constituições Federal e Estadual, por esta razão devem ser rigorosamente observados sob pena de sanções políticas e administrativas.

4.1 DESPESAS DE PESSOAL

O Governo do Estado cumpriu os limites estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, exceto, quanto ao limite prudencial para a despesa com pessoal do Poder Executivo e do Legislativo, que excedeu 2,24% e 0,07%, respectivamente, motivada principalmente pela frustração de receita.

QUADRO 58 - Demonstrativo da Despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida – Geral do Estado – 2012

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.237.868.199,48
Pessoal Ativo	3.008.024.009,66
Pessoal Inativo e Pensionista	229.844.189,82
Outr. Desp. de Pessoal decorrentes de Contr. de Terceirização (art. 18 da LRF)	-
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	343.094.497,68
(-) Indenizações por Demissões e Incentivo à Demissão Voluntária	18.816.773,47
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	24.492.064,10
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	70.042.983,84
(-) Inativos com Recursos Vinculados	229.742.676,27
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - TDP (III) = (I - II)	2.894.773.701,80
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (IV)	810.992,63
(-) Indenização p/Demissão e Incentivo a Demissão Voluntária	17.034,75
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	43.608,27
Valor Líquido oriundo das Inscrições em RPNP (v)	750.349,61
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (VI) = (III + VI)	2.895.524.051,41
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	4.991.475.367,76
% TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO TDP/RCL	58,01
LIMITE MÁXIMO 60%	2.994.885.220,66
LIMITE PRUDENCIAL 57%	2.845.140.959,62

FONTE – Balanço Geral do Estado - Volume II, fl. 0852

Os gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito geral do Estado, representam 58,01% da Receita Corrente Líquida, situando-se acima do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – art. 22 que é de 57%.

QUADRO 59 - Demonstrativo da Despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida – Poder Executivo – 2012

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.743.428.478,70
Pessoal Ativo	2.513.584.288,88
Pessoal Inativo e Pensionista	229.844.189,82
Outr. Desp. de Pessoal decorrentes de Contr. de Terceirização (art. 18 da LRF)	-
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	308.700.100,28
(-) Indenizações por Demissões e Incentivo à Demissão Voluntária	17.269.664,84
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	2.510.701,91
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	59.177.057,26
(-) Inativos com Recursos Vinculados	229.742.676,27
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - TDP (III) = (I - II)	2.434.728.378,42
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (IV)	719.114,46
(-) Indenização p/Demissão e Incentivo a Demissão Voluntária	17.034,75
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	43.608,27
Valor Líquido oriundo das Inscrições em RPNP (V)	658.471,44
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (VI) = (III + VI)	2.435.386.849,86
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	4.991.475.367,76
% TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO TDP/RCL	48,79
LIMITE MÁXIMO 49%	2.445.822.930,20
LIMITE PRUDENCIAL 46,55%	2.323.531.783,69

FONTE – RGF – Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") e Balanço Geral Tabela 40, fls. 2539

Os gastos com pessoal e encargos sociais, relativos ao Poder Executivo, representam 48,79% da Receita Corrente Líquida, situando-se acima do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – art. 22 que é de 46,55%. Como prevenção sobre o fato ora citado, foram oficializadas por esta CGE orientações técnicas sobre os preceitos legais, resultando na não superação do limite máximo permitido.

QUADRO 60 – Evolução do Gasto Comparativo de Pessoal e Limites sobre a RCL

PODERES	DESPESA DE PESSOAL		% Gasto pessoal/ RCL 2011	% Limite Máximo da LRF	% Limite Prudencial	% Evolução da Despesa 2012 / 2011
	2011	2012				
Executivo (*)	2.140.308.384,21	2.435.386.849,86	48,79	49	46,55	13,79
Legislativo	127.003.716,28	145.503.278,80	2,92	3	2,85	14,57
Judiciário	195.667.285,43	234.809.968,07	4,70	6	5,7	20,00
Ministério Público	71.310.177,79	79.823.954,68	1,60	2	1,9	11,94
CONSOLIDADO (*)	2.534.289.563,71	2.895.524.051,41	58,01	60	57	14,25
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA			R\$ 4.991.475.367,76			

FONTE – Balanço Geral - Volume II, fls. 0852

A evolução dos gastos com pessoal e encargos sociais por poderes em 2012, em relação ao ano de 2011, atingiu média de 14,25%, destacando o Poder Judiciário com aumento de 20%.

4.2 APLICAÇÕES NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

A Constituição Federal, em seu artigo 212, estabelece que os Estados apliquem, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, no mínimo 25% da receita resultante de impostos, compreendidas as provenientes de transferências.

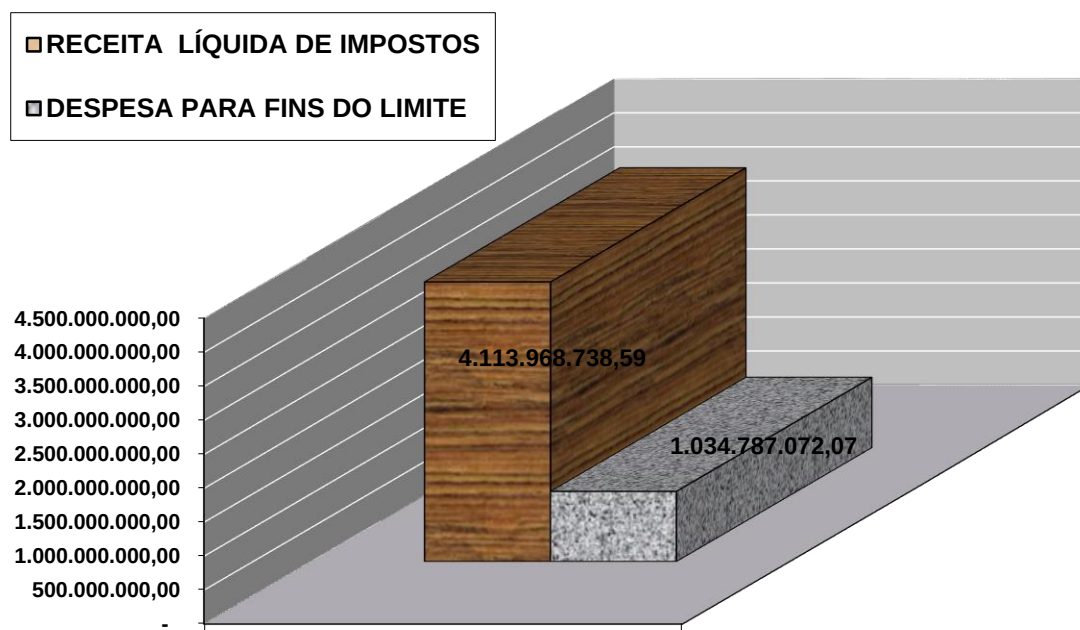
Considerando a legislação mencionada, apresentamos no Quadro 61, o Demonstrativo das despesas realizadas com Educação em 2012:

QUADRO 61 – Comparativo das despesas realizadas com Educação – 2012/2011

ESPECIFICAÇÃO	2012	2011	% 2012/2011
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	4.113.968.738,59	3.877.642.485,27	6,09
Aplicação na Educação	1.034.787.072,07	984.413.072,51	5,12
% de Aplicação Realizada	25,15	25,39	- 0,93
% LIMITE CONSTITUCIONAL MÍNIMO A APLICAR	25,00	25	

RREO – Art. 72 – Anexo X da Lei 9.394/96 – janeiro a dezembro - exercícios de 2011 e 2012.

Na aplicação de recursos destinados à educação, em 2012, constatou-se um acréscimo de 5,12% em relação ao exercício de 2011. Esse crescimento foi proveniente do aumento na arrecadação da Receita de impostos em 6,09%. Em cumprimento ao supracitado dispositivo constitucional, o Governo do Estado do Tocantins aplicou 25,15%, equivalente a R\$ 1.034.787.072,07, espelhado também no gráfico abaixo.

GRÁFICO 07 – Limite de Despesas com Educação e Cultura**4.3 APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES DE SAÚDE**

O disposto no artigo 198 da Constituição Federal e o artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, alterados pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, asseguraram os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

O inciso II do artigo 77 do ADCT determina que os Estados e o Distrito Federal devam aplicar nas ações e serviços públicos de saúde, 12% (doze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155, dos recursos de que tratam os artigos 157 e 159, inciso I, alínea “a”, e inciso II da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos seus Municípios.

Considerando a legislação mencionada, apresentamos a seguir, o demonstrativo das despesas de 2012 na área de saúde:

QUADRO 62 – Comparativo das despesas realizadas com Saúde – 2012/2011

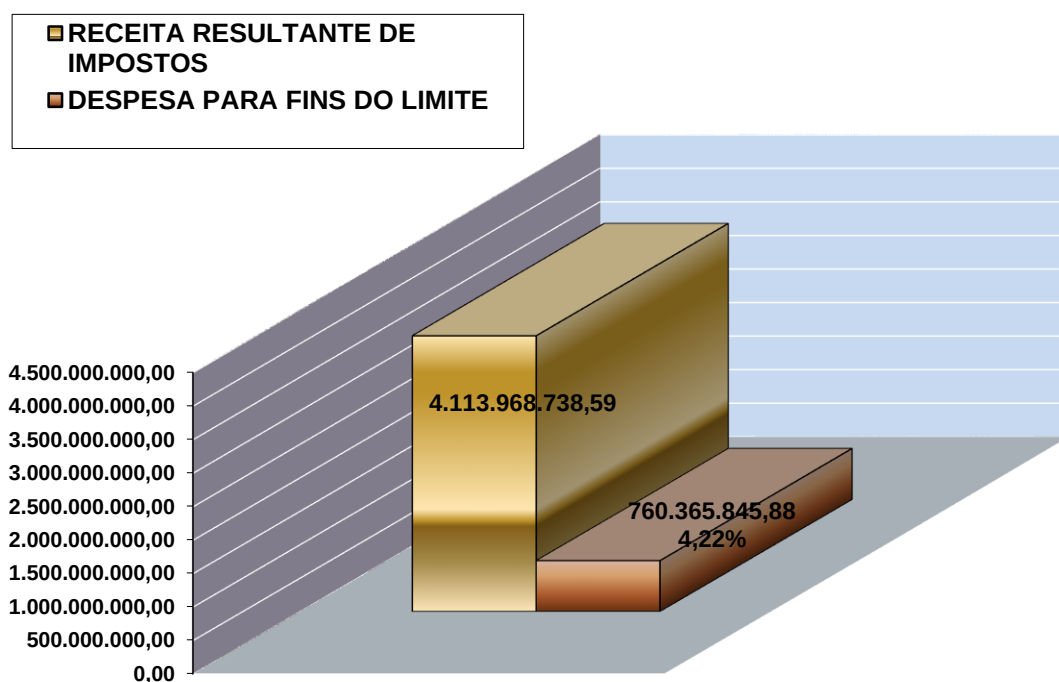
ESPECIFICAÇÃO	2012	2011	% 2012/2011
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	4.113.968.738,59	3.877.642.485,27	6,09
Aplicação na Saúde	760.365.845,88	729.584.460,62	4,22
% de Aplicação Realizada	18,48	18,82	-1,79
% LIMITE CONSTITUCIONAL	12,00	12,00	

RREO – Art. 77 – Anexo XVI da ADCT – janeiro a dezembro – Exercício de 2011 e 2012.

Conforme demonstrado no quadro acima foram gastos 18,48% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais, superando em 6,48% o limite constitucional.

Comparando o período 2012 com o de 2011, constata-se que, a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais, apresentou uma evolução de 6,09%, e a aplicação de recursos na Saúde teve um incremento de 4,22%.

GRÁFICO 08– Limite de Despesas com Saúde



O gasto com Saúde no valor de R\$ 760.365.845,88, correspondente a 18,48% da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais, supera o índice de 12% determinado pelo art. 77, inciso II dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, assegurando os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Outro conceito importante é o da Receita Corrente Líquida, que se constitui pelo somatório das receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais repassadas, as contribuições de servidores para o plano de seguridade social, bem como as receitas oriundas de compensação entre sistemas de previdência.

De acordo com o parágrafo 3º do artigo 2º da LRF, apura-se a receita corrente líquida somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

QUADRO 63 - Resumo Comparativo da Receita Corrente Líquida 2011/2012

DESCRIÇÃO	2011	2012
RECEITAS CORRENTES	5.854.548.704,09	6.421.264.010,83
DEDUÇÕES:		
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	(371.103.709,41)	(433.258.021,67)
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	(737.645.560,56)	(775.614.326,23)
CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL	(196.695.094,95)	(220.125.936,49)
COMP. FINANC. ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA	(308.941,38)	(790.358,68)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	4.548.795.397,79	4.991.475.367,76
DIFERENÇA EM VALOR (2012 – 2011)	442.679.969,97	
% EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9,73	

FONTE – Geral do Estado/2011 - volume II, fls. 0794 e Geral do Estado – volume II, fls. 0837

Verificou-se, também, no exercício em análise, a Receita Corrente Líquida teve um acréscimo de 9,73% em relação ao ano de 2011, valor correspondente a R\$ 442.679.969,97, confirmando melhoria acima de 3 (três) pontos percentuais se comparada com o índice de inflação IPC, que foi de 6,15% em 2012.

QUADRO 64 - Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida

ESPECIFICAÇÃO	2012
Receitas Correntes	6.421.264.010,83
(-) Transferências Constitucionais	433.258.021,67
(-) Contribuição - Plano Seguridade Social Servidor	220.125.936,49
(-) Compensação Financeira Entre Regimes de Previdência	790.358,68
(-) Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	775.614.326,23
Receita Corrente Líquida (A)	4.991.475.367,76

LRF – RREO, Art. 53, Anexo III, período JAN A DEZ/2012

QUADRO 65 – Evolução da Receita Corrente Líquida - exercícios 2010 a 2012

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA			
ANO DE 2010	ANO DE 2011	ANO DE 2012	% EVOL. PERÍODO
3.881.229.046,02	4.548.795.397,79	4.991.475.367,76	26,93

RREO – Art. 53 – Inciso I, Anexo III – exercícios 2010 a 2012.

4.4 - SITUAÇÃO DA DÍVIDA E DAS GARANTIAS

A Dívida Pública Consolidada se caracteriza pelas obrigações financeiras assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de

operações de crédito, com base no inciso I, art. 29 da Lei Complementar nº 101/2000.

Classificam-se como Dívida Consolidada ou Fundada os compromissos assumidos com vencimento superior a doze meses e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, com base na Lei Federal nº 4.320/64, artigos 98 e 105 § 4º.

O limite da dívida é fixado em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL) para cada esfera de governo e aplicado igualmente a todos os entes da Federação que façam parte de seu cálculo, constituindo, para cada um deles, limites máximos estabelecidos pela Resolução do Senado Federal nº 40.

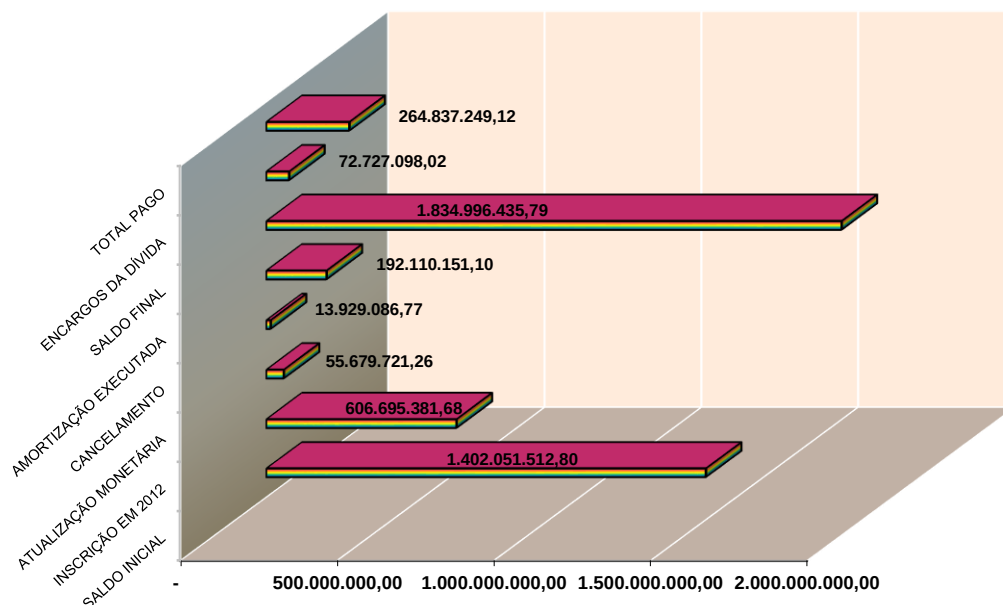
QUADRO 66 – Demonstrativo dos Limites da Dívida e Operações de Crédito – 2011 e 2012

ESPECIFICAÇÃO	ANO DE 2011		ANO DE 2012		LIMITE MÁXIMO
	VALOR	% sobre a RCL		% sobre a RCL	
RCL	4.548.795.397,79		4.991.475.367,76	-	-
Dívida Consolidada Líquida	939.302.775,78	20,65	1.028.809.150,82	20,61	200%
Operações de Crédito	167.710.850,62	3,69	65.531.212,62	1,31	16%

FONTE – RGF, ART. 48, Anexo VII e Anexo IV, art. 55, inciso I, alínea “d” e inciso III alínea “c”.

A Dívida Consolidada Líquida do Estado, no exercício de 2012, é de R\$ 1.028.809.150,82, que representou um aumento de 9,53% em relação ao exercício de 2011.

Conforme demonstrado no Quadro 66, o Estado encontra-se em situação bastante favorável em relação à dívida consolidada líquida e operações de crédito, as quais têm seus percentuais calculados com base na Receita Corrente Líquida. A dívida atingiu 20,61%, onde o limite máximo estabelecido é de 200%, enquanto as operações de crédito alcançaram 1,31% do limite de 16%, definidos pelas Resoluções nº 40 e 43 do Senado Federal, respectivamente.

GRÁFICO 09 – Situação da Dívida Fundada e seus Encargos

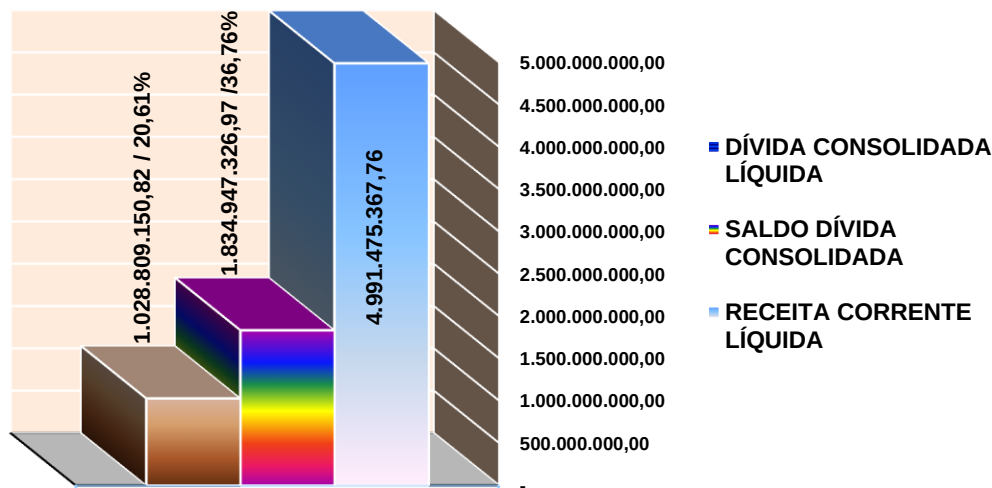
No exercício de 2012 os pagamentos com a amortização, juros e encargos da dívida fundada, demonstrados no Gráfico 09, atingiram a quantia de **R\$ 264.837.249,12**, restando um saldo a pagar no valor de **R\$ 1.834.947.326,97**.

QUADRO 67 - Comparativo da Dívida Fundada (exceto regime previdenciário)

ESPECIFICAÇÃO	2011	2012	Variação %
	Valor (R\$)	Valor (R\$)	2012/2011
Dívida consolidada	1.401.977.206,88	1.834.947.326,97	30,88
Deduções	462.674.431,10	806.138.176,15	74,23
Dívida Consolidada Líquida	939.302.775,78	1.028.809.150,82	9,53
Receita Corrente Líquida	4.548.795.397,79	4.991.475.367,76	9,73
Percentual Dívida Consolidada/RCL	30,82	36,76	19,27
Percentual Dívida Consolidada Líquida/RCL	20,65	20,61	- 0,19
Limite de Comprometimento Permitido 200%	9.097.590.795,58	9.982.950.735,52	9,73

FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume II, fl. 0814 de 2011 e Volume I, fls. 64 de 2012

É importante salientar que a Dívida Consolidada cresceu 30,88% e as deduções tiveram aumento de 74,23%, esta última, compreendida pelas disponibilidades e haveres financeiros (excluídos os restos a pagar processados), proporcionou à Dívida Consolidada Líquida um equilíbrio na comparação com o ano de 2011, mostrando uma variação positiva de 9,53%, próximo da inflação do período.

GRÁFICO 10 – Dívida Fundada em Função da Receita Corrente Líquida

O Gráfico 10 demonstra percentual de 20,61% da Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida, situação favorável quanto ao endividamento do Estado, considerando o limite de 200% definido pela Resolução nº 40 do Senado Federal.

QUADRO 68 – Demonstrativo das Transações da Dívida Interna e Externa em 2012

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA	2011	2012	Variação % 2012/2011
Inscrição (a)	362.869.718,47	606.695.381,68	67,19
*Atualização Monetária (b)	92.763.474,56	55.679.721,26	- 39,98
Amortização (c)	138.613.298,14	192.110.151,10	38,59
Transferência (d)		37.274.734,57	-
Cancelamento (e)	282.321,85	45.294,28	- 83,96
RESULTADO = a + b - c - d - e	316.737.573,04	432.944.922,99	36,69

FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume I, fl.64 a 70 e Volume VII, fl. 2527 a 2537.

*Observação: 1 - resultado positivo = aumento da dívida; 2 - resultado negativo = redução da dívida

Considerando as movimentações do quadro acima, verifica-se que a dívida, em 2012, apresenta números superiores aos de 2011, um índice percentual de 36,69, correspondente a R\$ 116.207.349,95. O principal reflexo desse crescimento foi a inscrição de novas operações atingindo 67,19%.

QUADRO 69 – Demonstrativo Comparativo de pagamento da Dívida e seus encargos

Composição da Dívida	2011	2012	Variação % 2012/2011
Juros e Encargos da Dívida	60.435.190,28	72.727.098,02	20,34
Amortização	138.613.298,14	192.110.151,10	38,59
TOTAL	199.048.488,42	264.837.249,12	33,05

O Estado, em 2012, pagou juros, encargos e amortização da dívida no valor de R\$ 264.837.249,12. No exercício em curso, se comparado com o ano de 2011, demonstra um crescimento de 33,05%.

4.5 RESTOS A PAGAR

QUADRO 70 – Situação dos Restos a Pagar dos exercícios de 2011/2012

Ano	Processados				Não Processados				Total Inscrito
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar	
2011	59.175.043,38	4.212.019,26	44.095.220,11	10.867.804,01	59.046.630,47	9.717.067,51	36.683.337,63	12.646.225,33	118.221.673,85
2012 (*)	123.869.150,26	-	-	-	176.276.607,68	-	-	-	300.145.757,94
2012/2011	109,33				198,54				153,88

FONTE – Balanço Geral do Estado, fls. 430 a 498 e 0842

As despesas inscritas em restos a pagar, processados e não processados, apresentou um crescimento de 153,88% em 2012 com relação a 2011.

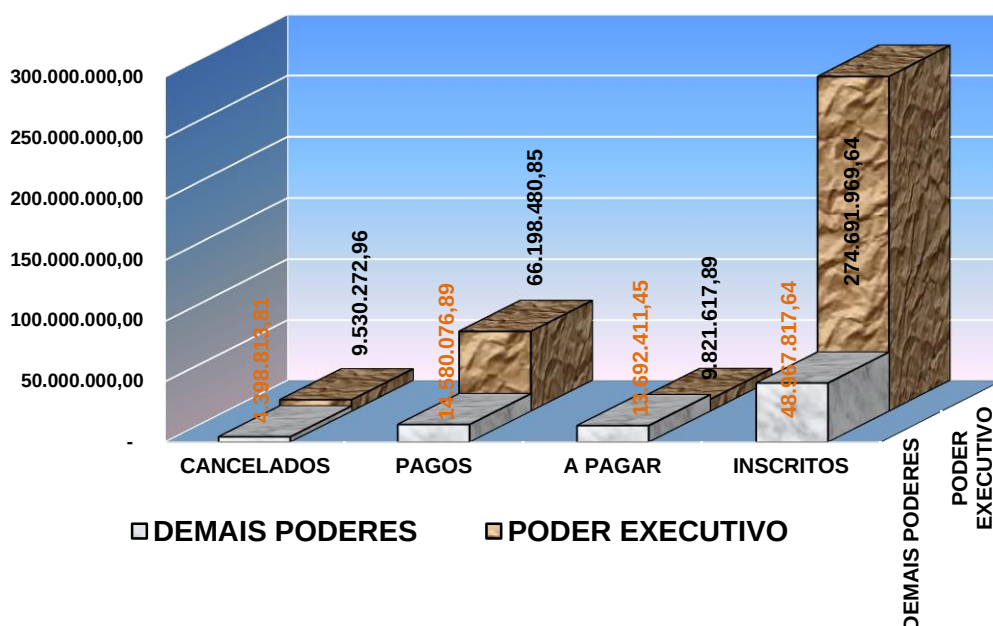
Em dezembro de 2011, existia um saldo inscrito de R\$ 118.221.673,85 em restos a pagar, dos quais R\$ 59.175.043,38 eram processados e R\$ 59.046.630,47 não processados. Durante o exercício de 2012 foram cancelados R\$ 13.929.086,77 e pagos R\$ 80.778.557,74, restando saldo de R\$ 23.514.029,34 para o exercício de 2013.

Os restos a pagar inscritos em 2012, mais o saldo remanescente de exercícios anteriores apresentaram um volume de R\$ 323.659.787,28, em que R\$ 134.736.954,27 referem-se a restos a pagar processados e R\$ 188.922.833,01 não processados, de modo que a quitação dos mesmos deverá ocorrer durante o exercício de 2013.

Para efeito de esclarecimento conceitual, a definição de restos a pagar processados e não processados está fundamentada no artigo 36, parágrafo único da Lei nº 4.320/64, transcritos a seguir:

“Art.36 – Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Parágrafo único – os empenhos que correm à conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.”

GRÁFICO 11 - Execução de Restos a Pagar em 2012

Os Restos a Pagar, regularmente registrados e demonstrados no Gráfico 11, estão assim detalhados:

a) A soma dos valores cancelados, pagos e a pagar totalizam R\$ 118.221.673,85, representando os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, sendo R\$ 103.276.608,07 em 2011 e R\$ 14.945.065,78 de saldo remanescente de 2010. Destaca-se também, que no Poder Executivo o montante foi de R\$ 85.550.371,70 e nos demais Poderes de R\$ 32.671.302,15, conforme Balanço Geral do Estado, fl. 0842.

b) No Exercício Financeiro de 2012, foram inscritos R\$ 300.145.757,94, somado ao saldo remanescente de R\$ 23.514.029,34, totalizando o valor de R\$ 323.659.787,28, distribuído R\$ 274.273.212,88 no Poder Executivo e R\$ 48.967.817,64 nos demais Poderes, conforme Balanço Geral do Estado, fl. 0811.

QUADRO 71 - DEMONSTRATIVO DA MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA – 2012

TRIBUTO	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÕES	RECEBIM. (-)	ANISTIA E PERDÃO (-)	AJUSTES FIN E N/FIN	ATUAL. MONETÁRIA	SALDO
ICMS	1.043.303.978,89	138.846.310,42	15.138.864,55	26.503.783,41	208.275.193,05	79.632.530,61	1.428.415.365,01
IPVA	23.209.434,63	-	831.175,64	-	5.086.043,41	1.655.811,60	29.120.114,00
N/TRIBUT	3.664.418,71	7.370.394,92	222.368,52	-	795.580,40	458.282,52	12.066.308,03
SUBTOTAL	1.070.177.832,23	146.216.705,34	16.192.408,71	26.503.783,41	214.156.816,86	81.746.624,73	1.469.601.787,04
PROCON	7.077.204,68	-	205.634,44	-	1.513.412,12	510.309,21	8.895.291,57
TOTAL	1.077.255.036,91	146.216.705,34	16.398.043,15	26.503.783,41	215.670.228,98	82.256.933,94	1.478.497.078,61

FONTE - Balanço Geral do Estado – Volume VII, fls. 2306 a 2309

Os direitos do Estado, provenientes da Dívida Ativa, em 2011, foi de R\$ 1.077.255.036,91. Durante o exercício de 2012 houve inscrição no valor de R\$ 146.216.705,34, recebimentos relativos ao principal mais juros e multas de R\$ (16.398.043,15), anistias e perdão de R\$ (26.503.783,41), ajustes financeiros e não financeiros da dívida de R\$ 215.670.228,98 e atualização monetária de R\$ 82.256.933,94, ficando, como créditos a receber, no final do exercício, a importância de R\$ 1.478.497.078,61. A diferença entre os saldos demonstrados revela um acréscimo da Dívida Ativa, em 2012, de 37,25% em relação ao ano anterior.

QUADRO 72 - Demonstrativo da Despesa reconhecida como Despesa de Exercícios Anteriores – Geral do Estado – 2012

DESPESAS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXECUTADA /AUTORIZADA	% S/MONTANTE EXECUTADA	DIFERENÇA
Despesas Correntes	241.873.876,94	234.323.723,50	96,88	67,53	7.550.153,44
Pessoal e Encargos	93.364.458,44	92.090.866,3	98,64	26,54	1.273.592,41
Outras Despesas Correntes	148.509.418,50	142.232.857,47	95,77	40,99	6.276.561,03
Despesas de Capital	155.988.703,53	112.680.216,01	72,24	32,47	43.308.487,52
Investimentos	154.161.424,53	110.852.937,90	71,91	31,95	43.308.486,63
Inversões Financeiras	1.827.279,00	1.827.278,11	100,00	0,53	0,89
TOTAL	397.862.580,47	347.003.939,51	87,22	100,00	50.858.640,96

FONTE – Anexo 11 – Geral do Estado - Volume I, fls. 101 a 321.

A execução de despesas de exercícios anteriores, demonstrada no quadro acima, no total de R\$ 347.003.939,51 é composta de 67,53% com despesas correntes e de 32,47% com despesas de capital.

QUADRO 73 – Comparativo das Operações de Créditos Realizadas nos exercícios – 2011 e 2012

Empréstimos e Financiamentos	2011	2012	% 2012/2011
Operações de Crédito	167.710.850,62	65.531.212,62	-60,93
Internas	91.283.698,35	58.873.382,39	-35,51
Externas	76.427.152,27	6.657.830,23	-91,29
Por Antecipação da receita	-	-	-
Total das Operações de Crédito (A)	167.710.850,62	65.531.212,62	-60,93
Receita Corrente Líquida – RCL (B)	4.548.795.397,79	4.991.475.367,76	9,73
% Operações de Créd. Int. e Externas sobre a RCL (A/B)	3,69	1,31	-64,42
Limite Constitucional para realização de Operações de Crédito Internas e Externas.	16%	16%	

FONTE – Geral do Estado - Volume II, fl. 0816 de 2011 e Volume II, fl. 0859 de 2012

Considera-se operação de crédito, na forma da LRF, art. 29, inciso III, como sendo compromisso financeiro assumido em razão de abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivados financeiros.

Segundo a LRF, em seu art. 12, § 2º, a contratação de operações de crédito em cada exercício fica limitada ao montante da despesa de capital.

Outro limite determinado pela Resolução nº 43, do Senado Federal, em seu art. 7º, inciso I, determina que o montante global das operações de créditos em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da Receita Corrente Líquida - RCL.

As informações acima registradas, referentes ao exercício de 2012, demonstram que as operações de crédito internas e externas foram responsáveis pela totalidade dos compromissos financeiros assumidos por intermédio desse procedimento.

Denota-se também que foi respeitada a regra constante na Constituição Federal, art. 167, inciso III, c/c a LRF, havendo redução das Operações de Crédito sobre a Receita Corrente Líquida, passando de 3,69%, no exercício anterior, para 1,31% em 2012.



Capítulo 5

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E SUA EXECUÇÃO

CAPÍTULO 5

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E SUA EXECUÇÃO

Com a visão estratégica de modernizar a gestão das políticas públicas do Estado, com a participação ativa da sociedade tocaninense durante a realização do projeto Agenda Tocantins, o Poder Executivo elaborou, em obediência ao disposto no art. 80, inciso I, da Constituição Estadual, o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, como instrumento de planejamento governamental definindo diretrizes, objetivos e metas por meio de eixos que orientam a produção, o desenvolvimento ambiental, a infraestrutura, a segurança pública, a saúde, a inclusão social, o conhecimento, a cidadania e a gestão pública, tendo como alicerces a ética, justiça social, sustentabilidade, transversalidade, participação social, gestão para resultados e transparência.

As mudanças introduzidas na metodologia do PPA advieram da necessidade de adoção de visão panorâmica e estratégica sobre a ação governamental no desenvolvimento de políticas públicas, organizada em Eixos Estruturantes e Macrodesafios, cuja dimensão tática é constituída por programas temáticos e de gestão, além de manutenção e serviços ao Estado, assim definidos:

- Programa Temático: expressa a agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços; e
- Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Sua estrutura organiza os programas em temas, com objetivos, metas e iniciativas, o que incorpora ao planejamento a lógica intersetorial e transversal das políticas públicas.

Os temas (políticas públicas) são áreas do conhecimento, compreendidos como relevantes e estratégicos para a atuação governamental. O entendimento é que os programas de governo públicos devem nascer de uma política de governo e de estado e que as ações são consequências dos compromissos assumidos pelo governante.

Dentro desse contexto, o PPA 2012-2015, agrega 36 programas temáticos e 52 programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado, executados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressaltando que não integram no PPA os programas destinados exclusivamente a operações especiais e no caso das ações orçamentárias de todos os programas são discriminadas nas leis orçamentárias anuais.

Assim, o novo modelo agregou vantagens ao Plano, resgatando a função planejamento, incorporando compromissos de governo e permitindo seu efetivo monitoramento, especialmente em relação aos três eixos estruturantes seguintes:

- Eixo I – Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura;
- Eixo II – Declaração de Direitos e Desenvolvimento Social;
- Eixo III – Gestão Pública e Estado.

Caracteriza-se de fundamental importância na gestão do PPA 2012-2015 a articulação dos meios necessários a viabilizar a consecução das suas metas, de maneira a aperfeiçoar os mecanismos de integração de políticas públicas, implementação, monitoramento, avaliação e revisão dos programas, carecendo, no entanto, de criação de um programa (software) que consiga realizar a gestão, o monitoramento e a avaliação do PPA, a cargo da Secretaria de Estado do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública.

Por outro lado, a Controladoria Geral do Estado não ficou inerte a situação, pois desenvolveu, por meio de seu corpo técnico, sistema de acompanhamento da execução orçamentária, o qual serviu de suporte à prestação de contas dos ordenadores de despesas e à análise das contas consolidadas do Governo do Estado.

Cabe destacar que a redução no repasse do Fundo de Participação do Estado – FPE e a frustração no recebimento de transferências voluntárias (recursos provenientes de convênios com a União) constituíram óbices ao incremento da capacidade de investimento do Estado, impactando negativamente no índice de execução dos programas governamentais.

Para demonstrar as atividades desenvolvidas pelo Poder Executivo Estadual utilizou-se, como espaço amostral, as ações compreendidas no Anexo IV - Metas e Prioridades da Administração Pública do PPA, salientado que a descrição analítica dos programas encontra-se acostada a este Relatório, em atendimento ao disposto na alínea “b” do inciso II, § 3º, da Instrução Normativa nº 07/2004, do TCETO.

5.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL QUE DESENVOLVERAM ATIVIDADES PARA A CONSECUÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

A estrutura básica e operacional do Poder Executivo foi estabelecida pela Lei n.º 2.434, de 31 de março de 2011, e respectivas alterações, permitindo, por ato do Chefe do Executivo, a promoção de reformas necessárias à adequação dos órgãos, entidades e unidades que a integram, compreendendo a Administração Direta e Indireta.

5.1.1 Unidades da Administração Direta

Com o intuito de alcançar as finalidades do Poder Executivo, obedecendo aos limites de atribuições e competências estabelecidas, balizados pelos nove macrodesafios definidos no Plano Plurianual 2012/2015, a Administração Direta é composta por:

1. Casa Civil
2. Casa Militar
3. Controladoria Geral do Estado
4. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins
5. Gabinete do Governador
6. Polícia Militar do Estado do Tocantins
7. Procuradoria-Geral do Estado
8. Secretaria da Administração
9. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário
10. Secretaria da Comunicação Social
11. Secretaria da Cultura
12. Secretaria da Educação
13. Secretaria da Fazenda
14. Secretaria da Habitação
15. Secretaria da Indústria e do Comércio
16. Secretaria da Infraestrutura
17. Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos
18. Secretaria da Juventude e dos Esportes
19. Secretaria da Saúde
20. Secretaria da Segurança Pública
21. Secretaria das Cidades e do Desenvolvimento Urbano
22. Secretaria das Oportunidades – extinta por meio da Lei nº 2.617/2012

23. Secretaria de Ciência e Tecnologia
24. Secretaria de Relações Institucionais
25. Secretaria do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
26. Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública
27. Secretaria do Trabalho e da Assistência Social

5.1.2. Unidades da Administração Indireta e Fundos Especiais

Com o propósito de desenvolver as funções do Governo, de forma descentralizada, nas áreas administrativa, financeira, econômica e social, a Administração Indireta do Estado do Tocantins é composta por:

AUTARQUIAS:

1. Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC
2. Agência de Desenvolvimento Turístico - ADTUR
3. Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização - ATR
4. Agência Tocantinense de Saneamento - ATS
5. Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
6. Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde - ETSUS
7. Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS
8. Instituto de Gestão Previdenciária do Tocantins - IGEPREV
9. Instituto de Natureza do Tocantins - NATURATINS
10. Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins - IPEM
11. Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS
12. Instituto Pioneiros Mirins, de Apoio à Criança e ao Adolescente – extinto pela Lei nº 2.562/2012
13. Instituto Social Divino Espírito Santo - PRODIVINO
14. Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS

FUNDOS ESPECIAIS:

1. Fundo Cultural do Tocantins
2. Fundo de Apoio a Moradia Popular e Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental
3. Fundo de Assistência a Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins
4. Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo
5. Fundo de Defesa Agropecuária
6. Fundo de Desenvolvimento Econômico
7. Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social
8. Fundo de Fardamento da Polícia Militar
9. Fundo de Gestão de Recursos Humanos e Patrimoniais - FUNGERP
10. Fundo de Habitação de Interesse Social
11. Fundo de Modernização da Polícia Militar
12. Fundo de Modernização e Aparelhamento CBMTO
13. Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário
14. Fundo de Previdência do Estado do Tocantins
15. Fundo Estadual de Assistência Social
16. Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia
17. Fundo Estadual de Meio Ambiente
18. Fundo Estadual de Modernização Jurídica
19. Fundo Estadual de Recursos Hídricos
20. Fundo Estadual de Saúde
21. Fundo Estadual de Saúde - FMT
22. Fundo Estadual de Saúde - Sup. Escola Tocantinense do SUS
23. Fundo Estadual dos Diretos da Mulher
24. Fundo Estadual sobre as Drogas
25. Fundo Fardamento - Corpo de Bombeiros

26. Fundo para a Criança, o Adolescente e o Jovem
27. Fundo para as Relações de Consumo
28. Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins
29. Fundo Estadual de Transportes
30. Fundo Estadual de Segurança, Justiça e Cidadania

FUNDAÇÕES:

1. Fundação Cultural do Estado do Tocantins
2. Fundação de Amparo a Pesquisa do Tocantins - FAPT
3. Fundação de Medicina Tropical do Tocantins

5.2 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Com vistas à consecução de seus objetivos, o Poder Executivo desenvolveu atividades por meio de ações estruturadas nos programas governamentais, em consonância com os macrodesafios, as prioridades e as metas definidos no Plano Plurianual 2012/2015, sendo autorizados para o exercício de 2012 recursos da ordem de **R\$ 7.239.796.199,00**, caracterizando bom nível de execução de **R\$ 5.146.204.632,44**, equivalente a **71,08%**, demonstrado no quadro a seguir.

	PROGRAMAS DE GOVERNO	AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXEC/ AUTORIZADO
1001	AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	11.663.595,00	6.495.646,72	55,69
1002	AGRICULTURA E PESCA	75.816,00	75.811,46	99,99
1003	AGROINDÚSTRIA	99.430,00	39.879,53	40,11
1004	AGRICULTURA FAMILIAR	22.730.899,00	11.057.316,45	48,64
1005	INFRAESTRUTURA HÍDRICA PARA IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS	86.779.078,00	31.900.857,43	36,76
1006	DEFESA AGROPECUÁRIA	19.766.558,00	10.471.952,78	52,98
1007	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	3.052.227,00	501.663,55	16,44
1008	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO	45.329.811,00	6.338.574,12	13,98
1009	TURISMO	77.832.682,00	4.408.601,41	5,66
1010	MEIO AMBIENTE	47.319.839,00	7.952.264,08	16,81
1011	RECURSOS HÍDRICOS	3.391.563,00	1.894.218,07	55,85

1012	ATIVO AMBIENTAL	3.324.656,00	136.620,92	4,11
1013	DESENVOLVIMENTO URBANO	126.356.023,00	1.975.847,56	1,56
1014	HABITAÇÃO	144.099.853,00	10.503.228,36	7,29
1015	SANEAMENTO	48.485.520,00	36.087.085,70	74,43
1016	TRANSPORTE E LOGÍSTICA	619.768.107,00	248.433.610,43	40,08
1017	INFRAESTRUTURA PÚBLICA	24.158.773,00	4.817.919,17	19,94
1018	INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO	12.002.831,00	7.596.907,21	63,29
1019	ENERGIA	10.596.158,00	2.233.487,19	21,08
1020	SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO CIDADÃO	169.186.243,00	77.737.886,24	45,95
1021	SAÚDE DIREITO DO CIDADÃO	1.127.622.717,00	906.139.473,49	80,36
1022	MERCADO, CRÉDITO E TRABALHO	24.856.340,00	13.900.194,77	55,92
1023	ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.023.040,00	6.743.287,02	74,73
1024	ESPORTE E LAZER	14.779.951,00	5.291.625,61	35,80
1025	CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE	29.315.285,00	17.360.500,58	59,22
1026	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.016.007.179,00	870.518.319,25	85,68
1027	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TECNOLÓGICA E SUPERIOR	28.452.017,00	6.011.938,41	21,13
1028	CULTURA	32.124.345,00	9.514.775,52	29,62
1029	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	6.126.555,00	4.759.342,16	77,68
1030	JUSTIÇA	28.046.270,00	22.562.846,37	80,45
1031	DIREITOS HUMANOS	6.291.473,00	1.577.259,24	25,07
1032	ENFRENTAMENTO AO ALCOOL E OUTRAS DROGAS	7.223.335,00	1.349.506,90	18,68
1033	PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA	41.535.897,00	24.620.208,57	59,27
1034	GOVERNO E CIDADÃO	43.474.430,00	20.367.600,69	46,85
1035	GESTÃO E MAN. DA AG. DE DEFESA AGROPECUÁRIA	47.645.766,00	47.638.059,62	99,98
1036	GESTÃO E MAN. DA AG. DE DESENV. TURÍSTICO	3.077.015,00	2.489.795,54	80,92
1037	GESTÃO E MAN. DA AG. TOC. DE REG. CONT. E FISC. SERV. PÚBLICOS	4.390.155,00	3.714.756,43	84,62
1039	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS	259.770.000,00	245.614.817,61	94,55
1040	GESTÃO E MAN. DA CASA CIVIL	2.962.245,00	2.625.182,05	88,62
1041	GESTÃO E MAN. DA CASA MILITAR	8.494.527,00	8.494.515,13	100,00
1042	GESTÃO E MAN. DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	4.217.077,00	3.861.968,90	91,58
1043	GESTÃO E MAN. DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	35.973.019,00	35.961.566,51	99,97
1044	GESTÃO E MAN. DA DEFENSORIA PÚBLICA	64.539.217,00	61.179.792,98	94,79
1045	GESTÃO E MAN. DO DEP. ESTADUAL DE TRÂNSITO	47.111.206,00	42.159.840,14	89,49
1046	MODERN. TEC. DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO DE RECURSOS	47.152.376,00	20.118.938,73	42,67
1047	GESTÃO E MAN. DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS	25.877.420,00	25.664.632,48	99,18
1048	GESTÃO E MAN. DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA	1.485.164,00	1.484.852,47	99,98
1049	GESTÃO E MAN. DA FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL	3.958.533,00	3.744.800,46	94,60
1050	GESTÃO E MAN. DO GABINETE DO GOVERNADOR	12.417.569,00	12.417.352,26	100,00
1051	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. NATUREZA DO TOCANTINS	21.279.015,00	20.706.180,70	97,31
1052	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. P. MIRINS DE AP. A C. E ADOLESCENTE	2.212.046,00	2.056.538,74	92,97

1053	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO	4.825.949,00	4.453.050,40	92,27
1054	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. DESENV. RURAL DO ESTADO	27.988.249,00	26.098.460,74	93,25
1055	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO	5.216.666,00	4.615.651,04	88,48
1056	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. DE TERRAS DO ESTADO	4.627.540,00	3.662.840,81	79,15
1057	GESTÃO E MAN. DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO	4.826.980,00	4.197.904,71	86,97
1059	GESTÃO E MAN. DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO	359.022.358,00	355.217.353,04	98,94
1060	GESTÃO E MAN. DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	63.114.157,00	62.485.181,10	99,00
1061	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	59.355.919,00	57.712.475,57	97,23
1062	GESTÃO E MAN. DA SEC. DA AGRIC. DA PEC. E DESENV. AGRÁRIO	19.542.269,00	19.240.960,67	98,46
1063	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	9.702.633,00	9.700.560,92	99,98
1064	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	5.849.083,00	5.634.120,70	96,32
1065	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA CULTURA	5.407.283,00	4.947.495,36	91,50
1066	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	124.102.099,00	122.318.249,34	98,56
1067	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA FAZENDA	937.765.331,00	924.909.360,99	98,63
1068	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA HABITAÇÃO	7.960.404,00	7.930.811,51	99,63
1069	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	4.789.614,00	4.345.072,33	90,72
1070	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	56.432.460,00	53.055.780,86	94,02
1071	GESTÃO E MAN. DA SEC. DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS	62.605.648,00	62.010.702,10	99,05
1072	GESTÃO E MAN. DA SEC. DA JUVENTUDE E DOS ESPORTES	8.769.837,00	8.677.335,77	98,95
1073	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA SAÚDE	68.787.555,00	68.771.825,51	99,98
1074	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	187.634.731,00	185.336.456,43	98,78
1075	GESTÃO E MAN. DA SEC. DAS CIDADES DE DESENV. URBANO	6.903.665,00	6.804.648,83	98,57
1076	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DAS OPORTUNIDADES	566.550,00	566.545,56	100,00
1077	GESTÃO E MAN. DA SEC. DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	3.408.932,00	3.117.424,82	91,45
1078	GESTÃO E MAN. DA SEC. DO MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL	6.691.880,00	6.679.440,02	99,81
1079	GESTÃO E MAN. DA SEC. DO PLANEJ. E MODERN DA GESTÃO PÚBLICA	17.610.049,00	17.048.186,77	96,81
1080	GESTÃO E MAN. DA SEC. DO TRABALHO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	30.357.985,00	29.261.293,05	96,39
1083	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO	502.559.465,00	7.616.903,92	1,52
1084	GESTÃO E MAN. DO PLANO E ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBLICOS	147.305.070,00	146.471.427,20	99,43
1085	GESTÃO E MAN. DA AG. TOCANTINENSE DE SANEAMENTO	6.401.869,00	6.401.854,06	100,00
1087	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. DE RÁDIO DE DIFUSÃO DO ESTADO	4.743.544,00	4.350.099,63	91,71
1088	GESTÃO E MAN. DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO	530.296,00	417.966,83	78,82
1090	GESTÃO E MAN. DA SEC. DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	929.283,00	837.344,14	90,11
TOTAL		7.239.796.199,00	5.146.204.632,44	71,08

5.2.1. Execução por Matéria e Eixo Estruturante

Visando garantir o cumprimento das políticas públicas, o Plano de Governo, composto por programas, objetivos, iniciativas e ações, foi elaborado dando prioridade a melhoria da gestão pública, a recuperação da infraestrutura de serviços essenciais e o desenvolvimento econômico e social.

Em estrita observância aos princípios da administração pública, direcionou-se a execução orçamentária no montante de **R\$ 5.146.204.632,44** às áreas administrativo-financeira, social e econômica, nos valores e percentuais a seguir demonstrados no Gráfico 12.

GRÁFICO 12 – Percentual de utilização dos recursos por área Econômica, Administrativo Financeira e Social



A Gestão da Política de Governo, no exercício de 2012, teve como ponto de partida o resgate do ***Estado da Livre Iniciativa e da Justiça Social***, baseando-se no instrumento de gestão para o quadriênio 2012-2015, que define a linha estratégica em três eixos estruturantes, envolvendo, por meio de macrodesafios, as diversas áreas administrativo-financeira, social e econômica.

EIXOS ESTRUTURANTES:

- ✳ Eixo 1. Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura
- ✳ Eixo 2. Declaração de Direitos e Desenvolvimento Social
- ✳ Eixo 3. Gestão Pública e Estado

EIXO I – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA**MACRODESAFIO**

Fortalecer a atividade econômica, as vocações regionais com ênfase na agregação de valor e desconcentração da produção.

PROGRAMA 1001	AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO
PROGRAMA 1002	AQUICULTURA E PESCA
PROGRAMA 1003	AGROINDÚSTRIA
PROGRAMA 1004	AGRICULTURA FAMILIAR
PROGRAMA 1005	INFRAESTRUTURA HÍDRICA PARA IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS
PROGRAMA 1006	DEFESA AGROPECUÁRIA
PROGRAMA 1007	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
PROGRAMA 1008	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO
PROGRAMA 1009	TURISMO

MACRODESAFIO

Garantir o desenvolvimento econômico, social, urbano e rural ambientalmente sustentável.

PROGRAMA 1010	MEIO AMBIENTE
PROGRAMA 1011	RECURSOS HÍDRICOS
PROGRAMA 1012	ATIVO AMBIENTAL

MACRODESAFIO

Expandir a infraestrutura econômica produtiva, urbana, rural e social, garantida a integração do território.

PROGRAMA 1013	DESENVOLVIMENTO URBANO
PROGRAMA 1014	HABITAÇÃO
PROGRAMA 1015	SANEAMENTO
PROGRAMA 1016	TRANSPORTE E LOGÍSTICA
PROGRAMA 1017	INFRAESTRUTURA PÚBLICA
PROGRAMA 1018	INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA 1019	ENERGIA

PROGRAMAS DE GOVERNO		AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXEC/ AUTORIZADO
1001	AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	11.663.595,00	6.495.646,72	55,69
1002	AGRICULTURA E PESCA	75.816,00	75.811,46	99,99
1003	AGROINDÚSTRIA	99.430,00	39.879,53	40,11
1004	AGRICULTURA FAMILIAR	22.730.899,00	11.057.316,45	48,64
1005	INFRAESTRUTURA HÍDRICA PARA IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS	86.779.078,00	31.900.857,43	36,76
1006	DEFESA AGROPECUÁRIA	19.766.558,00	10.471.952,78	52,98

1007	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	3.052.227,00	501.663,55	16,44
1008	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO	45.329.811,00	6.338.574,12	13,98
1009	TURISMO	77.832.682,00	4.408.601,41	5,66
1010	MEIO AMBIENTE	47.319.839,00	7.952.264,08	16,81
1011	RECURSOS HÍDRICOS	3.391.563,00	1.894.218,07	55,85
1012	ATIVO AMBIENTAL	3.324.656,00	136.620,92	4,11
1013	DESENVOLVIMENTO URBANO	126.356.023,00	1.975.847,56	1,56
1014	HABITAÇÃO	144.099.853,00	10.503.228,36	7,29
1015	SANEAMENTO	48.485.520,00	36.087.085,70	74,43
1016	TRANSPORTE E LOGÍSTICA	619.768.107,00	248.433.610,43	40,08
1017	INFRAESTRUTURA PÚBLICA	24.158.773,00	4.817.919,17	19,94
1018	INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO	12.002.831,00	7.596.907,21	63,29
1019	ENERGIA	10.596.158,00	2.233.487,19	21,08
TOTAL		1.306.833.419,00	392.921.492,14	30,07

EIXO II – DECLARAÇÃO DE DIREITOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MACRODESAFIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Tomar o Tocantins um Estado seguro para se viver e produzir, com redução da taxa de criminalidade, do tráfico de drogas e da prostituição.

PROGRAMA 1020

SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO CIDADÃO

MACRODESAFIO DA SAÚDE

Reestruturar e modernizar a saúde pública no Tocantins, garantindo ao cidadão o acesso às ações e serviços com qualidade, para assegurar a promoção, proteção, recuperação e reabilitação.

PROGRAMA 1021

SAÚDE DIREITO DO CIDADÃO

MACRODESAFIO DA INCLUSÃO SOCIAL

Promover a inclusão social das pessoas no mercado de trabalho, nas oportunidades de ocupação produtiva e aos direitos à assistência social.

PROGRAMA 1022

MERCADO, CRÉDITO E TRABALHO

PROGRAMA 1023

ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA 1024

ESPORTE E LAZER

PROGRAMA 1025

CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

MACRODESAFIO DO CONHECIMENTO

Garantir à população o acesso à educação, cultura, conhecimento científico e tecnológico.

PROGRAMA 1026	EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA 1027	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TECNOLÓGICA E SUPERIOR
PROGRAMA 1028	CULTURA
PROGRAMA 1029	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

MACRODESAFIO DA CIDADANIA

Fortalecer a cidadania e assegurar os direitos de todos à justiça.

PROGRAMA 1030	JUSTIÇA
PROGRAMA 1031	DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA 1032	ENFRENTAMENTO AO ALCOOL E OUTRAS DROGAS

	PROGRAMAS DE GOVERNO	AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXEC/ AUTORIZADO
1020	SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO CIDADÃO	169.186.243,00	77.737.886,24	45,95
1021	SAÚDE DIREITO DO CIDADÃO	1.127.622.717,00	906.139.473,49	80,36
1022	MERCADO, CRÉDITO E TRABALHO	24.856.340,00	13.900.194,77	55,92
1023	ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.023.040,00	6.743.287,02	74,73
1024	ESPORTE E LAZER	14.779.951,00	5.291.625,61	35,80
1025	CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE	29.315.285,00	17.360.500,58	59,22
1026	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.016.007.179,00	870.518.319,25	85,68
1027	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TECNOLÓGICA E SUPERIOR	28.452.017,00	6.011.938,41	21,13
1028	CULTURA	32.124.345,00	9.514.775,52	29,62
1029	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	6.126.555,00	4.759.342,16	77,68
1030	JUSTIÇA	28.046.270,00	22.562.846,37	80,45
1031	DIREITOS HUMANOS	6.291.473,00	1.577.259,24	25,07
1032	ENFRENTAMENTO AO ALCOOL E OUTRAS DROGAS	7.223.335,00	1.349.506,90	18,68
	TOTAL	2.499.054.750,00	1.943.466.955,56	77,77

EIXO III – GESTÃO PÚBLICA E ESTADO**MACRODESAFIO DA GESTÃO PÚBLICA**

Promover a modernização da gestão, a implantação da cultura orientada para resultado, a integração, transversalidade, desconcentração das ações de governo e a qualificação dos serviços prestados.

PROGRAMA 1033 PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA
PROGRAMA 1034 GOVERNO E CIDADÃO

PROGRAMAS DE GOVERNO		AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXEC/ AUTORIZADO
1033	PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA	41.535.897,00	24.620.208,57	59,27
1034	GOVERNO E CIDADÃO	43.474.430,00	20.367.600,69	46,85
TOTAL		85.010.327,00	44.987.809,26	52,92

PROGRAMAS DE GOVERNO		AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXEC/ AUTORIZADO
1035	GESTÃO E MAN. DA AG. DE DEFESA AGROPECUÁRIA	47.645.766,00	47.638.059,62	99,98
1036	GESTÃO E MAN. DA AG. DE DESENV. TURÍSTICO	3.077.015,00	2.489.795,54	80,92
1037	GESTÃO E MAN. DA AG. TOC. DE REG. CONT. E FISC. SERV. PÚBLICOS	4.390.155,00	3.714.756,43	84,62
1039	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS	259.770.000,00	245.614.817,61	94,55
1040	GESTÃO E MAN. DA CASA CIVIL	2.962.245,00	2.625.182,05	88,62
1041	GESTÃO E MAN. DA CASA MILITAR	8.494.527,00	8.494.515,13	100,00
1042	GESTÃO E MAN. DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	4.217.077,00	3.861.968,90	91,58
1043	GESTÃO E MAN. DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	35.973.019,00	35.961.566,51	99,97
1044	GESTÃO E MAN. DA DEFENSORIA PÚBLICA	64.539.217,00	61.179.792,98	94,79
1045	GESTÃO E MAN. DO DEP. ESTADUAL DE TRÂNSITO	47.111.206,00	42.159.840,14	89,49
1046	MODERN. TEC. DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO DE RECURSOS	47.152.376,00	20.118.938,73	42,67
1047	GESTÃO E MAN. DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS	25.877.420,00	25.664.632,48	99,18
1048	GESTÃO E MAN. DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA	1.485.164,00	1.484.852,47	99,98
1049	GESTÃO E MAN. DA FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL	3.958.533,00	3.744.800,46	94,60
1050	GESTÃO E MAN. DO GABINETE DO GOVERNADOR	12.417.569,00	12.417.352,26	100,00
1051	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. NATUREZA DO TOCANTINS	21.279.015,00	20.706.180,70	97,31
1052	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. P. MIRINS DE AP. A C. E ADOLESCENTE	2.212.046,00	2.056.538,74	92,97
1053	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO	4.825.949,00	4.453.050,40	92,27
1054	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. DESENV. RURAL DO ESTADO	27.988.249,00	26.098.460,74	93,25
1055	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO	5.216.666,00	4.615.651,04	88,48
1056	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. DE TERRAS DO ESTADO	4.627.540,00	3.662.840,81	79,15
1057	GESTÃO E MAN. DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO	4.826.980,00	4.197.904,71	86,97
1059	GESTÃO E MAN. DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO	359.022.358,00	355.217.353,04	98,94
1060	GESTÃO E MAN. DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	63.114.157,00	62.485.181,10	99,00
1061	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	59.355.919,00	57.712.475,57	97,23
1062	GESTÃO E MAN. DA SEC. DA AGRIC. DA PEC. E DESENV. AGRÁRIO	19.542.269,00	19.240.960,67	98,46
1063	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	9.702.633,00	9.700.560,92	99,98
1064	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	5.849.083,00	5.634.120,70	96,32
1065	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA CULTURA	5.407.283,00	4.947.495,36	91,50

1066	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	124.102.099,00	122.318.249,34	98,56
1067	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA FAZENDA	937.765.331,00	924.909.360,99	98,63
1068	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA HABITAÇÃO	7.960.404,00	7.930.811,51	99,63
1069	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	4.789.614,00	4.345.072,33	90,72
1070	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	56.432.460,00	53.055.780,86	94,02
1071	GESTÃO E MAN. DA SEC. DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS	62.605.648,00	62.010.702,10	99,05
1072	GESTÃO E MAN. DA SEC. DA JUVENTUDE E DOS ESPORTES	8.769.837,00	8.677.335,77	98,95
1073	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA SAÚDE	68.787.555,00	68.771.825,51	99,98
1074	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	187.634.731,00	185.336.456,43	98,78
1075	GESTÃO E MAN. DA SEC. DAS CIDADES DE DESENV. URBANO	6.903.665,00	6.804.648,83	98,57
1076	GESTÃO E MAN. DA SECRETARIA DAS OPORTUNIDADES	566.550,00	566.545,56	100,00
1077	GESTÃO E MAN. DA SEC. DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	3.408.932,00	3.117.424,82	91,45
1078	GESTÃO E MAN. DA SEC. DO MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL	6.691.880,00	6.679.440,02	99,81
1079	GESTÃO E MAN. DA SEC. DO PLANEJ. E MODERN DA GESTÃO PÚBLICA	17.610.049,00	17.048.186,77	96,81
1080	GESTÃO E MAN. DA SEC. DO TRABALHO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	30.357.985,00	29.261.293,05	96,39
1083	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO	502.559.465,00	7.616.903,92	1,52
1084	GESTÃO E MAN. DO PLANO E ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBLICOS	147.305.070,00	146.471.427,20	99,43
1085	GESTÃO E MAN. DA AG. TOCANTINENSE DE SANEAMENTO	6.401.869,00	6.401.854,06	100,00
1087	GESTÃO E MAN. DO INSTIT. DE RÁDIO DE DIFUSÃO DO ESTADO	4.743.544,00	4.350.099,63	91,71
1088	GESTÃO E MAN. DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO	530.296,00	417.966,83	78,82
1090	GESTÃO E MAN. DA SEC. DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	929.283,00	837.344,14	90,11
TOTAL		3.348.897.703,00	2.764.828.375,48	82,56

5.3. AÇÕES PRIORITÁRIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4048 - Capacitação de técnicos em tecnologias apropriadas para a agricultura familiar		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 34490 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1004 - Agricultura Familiar		
VINCULADA À INICIATIVA: Realização de capacitação de técnicos para atender o público da agricultura familiar de forma específica		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
265 capacitações realizadas	421	158,87
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
1.316.854,00	282.302,11	21,44
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Concluída		DEFINIÇÃO: Execução finalizada
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: As quantidades de técnicos capacitados superaram as expectativas em 38,87% da meta proposta, tendo como ponto forte as parcerias com outras instituições, proporcionando ao Escritório Central, as Unidades Regionais e Locais de Execução de Serviços do RURALTINS situadas em 91 municípios tocaninenses, corpo técnico qualificado para serviços de assistência técnica e extensão rural aos produtores rurais do Estado do Tocantins, priorizando o público da agricultura familiar. É importante enfatizar, que a transversalidade e as parcerias firmadas, destacando-se: EMBRAPA, SENAR e ASBRAER. Estes acordos contribuíram significativamente para obtermos êxito nesta ação, capacitando dentro do corpo técnico do RURALTINS, agentes multiplicadores nas mais diversas áreas de conhecimento que o Instituto atua frente a seu público. Estas parcerias contribuíram em duas frentes: no atingimento da meta física e na economia com gastos com qualificação de pessoal. Não obstante, dada a dinâmica do avanço tecnológico do setor, as capacitações deverão ocorrer de forma continuada ocorrer de forma continuada, sistemática utilizando metodologias de intercâmbios institucionais e interestaduais aproveitando expertises de outras instituições no aprimoramento do conhecimento.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4235 - Orientação e assistência técnica para os agric familiares de forma ambientalmente correta		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 34490 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1004 - Agricultura Familiar		
VINCULADA À INICIATIVA: Orientação e assistência técnica para os agricultores familiares de forma ambientalmente correta		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
21.000 Agricultores familiar orientados e as-sistidos	15.618	74,37
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
726.346,00	394.745,84	54,35
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).	
QUAL: Insuficiência de recursos humanos		PROBLEMA: SIM
ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A dotação orçamentária está indisponível para a realização da etapa, mas a cota financeira não é suficiente ou ainda não foi liberada		
NATUREZA: Administrativa	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a execução da etapa necessita de algum procedimento administrativo interno ou externo, de tomada de decisão administrativa ou ainda, quando a execução foi interrompida em consequência de alterações na organização administrativa do Governo	CAUSA: Licenciamento de técnicos para atividade política. Déficit de pessoal no quadro do órgão.
QUAL: Necessidade de ação de outros órgãos		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A etapa necessita para seu desenvolvimento de ação direta de outro órgão ou entidade externa
NATUREZA: Outra	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Necessidade de repactuação dos planos de trabalho	CAUSA: Cerca de 35% dos recursos financeiros são oriundos de convênios firmados com antes do Governo Federal
QUAL:		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA:
NATUREZA:	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO:	CAUSA:
ANÁLISE: Foram orientados e assistidos cerca de 74,3% dos agricultores planejados. Para atingir a meta programada, foram estabelecidos 80 agricultores por técnico, contudo, as parcerias com o Governo Federal reduziu este número para 63 agricultores assistido por técnico. Além disso, alguns servidores licenciaram para concorrerem a pleito eleitoral, deixando alguns municípios com assistência técnica reduzida. Ressalta-se ainda que parte dessas atividades foram planejadas para serem custeadas com recursos de convênios, que por razões de repactuação dos planos de trabalhos não foram executadas.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4038 - Capacitação de agric. familiares em tecnologias apropriadas para a agricultura familiar		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 34490 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1004 - Agricultura Familiar		
VINCULADA À INICIATIVA: Realização de capacitação de técnicos para atender o público da agricultura familiar de forma específica		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1.400 Agricultores capacitados	854	61,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
33.312,00	33.310,22	99,99
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).	PROBLEMA: SIM
QUAL: Necessidade de ação de outros órgãos	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A etapa necessita para seu desenvolvimento de ação direta de outro órgão ou entidade externa.	
NATUREZA: Outra	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Necessidade de repactuação dos planos de trabalhos	CAUSA: Cerca de 35% dos recursos financeiros são oriundos de convênios firmados com entes do Governo Federal
QUAL: Morosidade de Processos Administrativos	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A etapa apresenta interrupção ou atrasos no processo de licitação	
NATUREZA: Administrativa	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a execução da etapa necessita de algum procedimento administrativo interno ou externo, de tomada de decisão administrativa ou ainda, quando a execução foi interrompida em consequência de alterações na organização administrativa do Governo	CAUSA: Por motivos diversos as contratações de locação de auditórios, fornecimento de refeições, hospedagem e locação de transportes tem sido prejudicadas. Considerando a sazonalidade das atividades do setor produtivo, algumas atividades quando não realizadas na época oportuna, torna inviável sua execução.
QUAL:	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA:	
NATUREZA:	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO:	CAUSA:
ANÁLISE: Foram capacitados 61% dos produtores planejados, os cursos foram nas áreas produtivas, social e ambiental. A meta não teve seu objetivo alcançado em razão da alocação dos recursos financeiros terem cerca de 35% oriundos de convênios firmados com Entes do Governo Federal, ressalta-se que parte destes instrumentos apresentaram a necessidade de repactuação dos planos de trabalhos, que após concluídos, o tempo tornou-se inábil para atingimento dos objetivos pleiteados. Outro fator que merece destaque, refere-se aos processos licitatórios, que por motivos diversos tem tomado a contratação morosa, como locação de auditórios, fornecimento de refeições, hospedagem e locação de transporte. Considerando a sazonalidade das atividades do setor produtivo, algumas atividades quando não realizadas na época oportuna, torna inviável sua execução.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1031 - Apoio à implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM)		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 33010 - Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1003 - Agroindústria		
VINCULADA À INICIATIVA: Apoio à implantação do Serviço de Inspeção Municipal - SIM		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FÍSICA
10 SIM implantados	15	150,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
8.012,00	8.011,17	99,99
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Concluída		DEFINIÇÃO: Execução finalizada
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Apoio à implantação do serviço de inspeção municipal - SIM em 15(quinze) municípios do Estado, a saber: Araguaína, Palmas, Porto Nacional, Paraíso do TO, Guaraí, Colinas do TO, Miracema do TO, Aliança do TO, Crixás do TO; Dois Irmãos, Lagoa da Confusão, Wanderlândia, Miranorte, Lajeado e Augustinópolis. Visita técnica as agroindústrias com Serviço de Inspeção Municipal - SIM implantado, nos seguintes municípios: Lagoa da Confusão, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré, Aliança do Tocantins, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Dois Irmãos, Guaraí, Miracema do TO, Colinas do TO, Colmeia, Xambioá, Miranorte, Lajeado e Araguaína. Visita técnica aos municípios de Cariri do TO, Sucupira, Fátima, Oliveira de Fátima, Pugmil, Chapada de Areia, Monte Santo, Divinópolis, Abreulândia, Araguaçema, Caseara, Marianópolis, Presidente Kennedy, Brasilândia, Barrolândia, Bernardo Sayão, Juarina, Couto Magalhães, Pequizeiro, Goianorte, Fortaleza do Tabocão, Itaporã, Rio dos Bois, Piraquê, Wanderlândia, Darcinópolis, Angico, Ananás, Riachinho, Araguaianã, Tocantínia, Arapoema, Pau D'arco, Nova Olinda, Santa Fé, Muricilândia, Aragominas, Carmolândia, Filadélfia, Palmeirante, Cachoeirinha, São Bento, Buriti do TO, Bandeirantes do TO, Araguaína, Aragominas, Muricilândia, Santa Fé, Babaçulândia, Filadélfia, Axixá do TO, Augustinópolis, Praia Norte, Sampaio, Carrasco Bonito, Sítio Novo, São Miguel, Itaguatins, Maurilândia, Tocantinópolis, Aguiarnópolis, Santa Fé, Muricilândia, Aragominas, Almas, Rio da Conceição, Dianópolis, Porto Alegre, Natividade, Chapada de Natividade, Santa Rosa, Silvanópolis, Ipueiras, Monte Carmo, Figueirópolis, Talismã, Alvorada, Araguaçu, Sandoilândia, Formoso do Araguaia, Dueré, Santa Rita, Cristalândia, Pium, Cristalândia, Dueré, Araguaçu, Alvorada, Figueirópolis, Taipas, Conceição do Tocantins, Arraias, Novo Alegre, Combinado, Lavandeira, Aurora, Taguatinga, Ponte Alta do bom Jesus, Novo Jardim, Paranã, São Salvador, Palmeirópolis, Jaú do Tocantins, Peixe, São Salvério, Recursolândia, Centenário, Itacajá, Itapiratins, Tupiratins, Goiatins, Campos Lindos e Barra do Ouro. Visita ao matadouro local em fase de adequação, em Lagoa da Confusão - TO - 10/02/2012, para orientar a implantação do Serviço de Inspeção Municipal - SIM. Acompanhados pelo Prefeito municipal, os técnicos observaram a Agroindústria quanto aos aspectos de higiene, condições de trabalho, instalações elétricas e equipamentos. As atividades realizadas favoreceram a comercialização dos produtos de origem animal e vegetal pelos produtores, junto à população local e aos programas governamentais, como Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar - PAA / Compra Direta, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e outros, proporcionando alimento seguro.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2243 - Promoção de pesquisas agropecuárias		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 33010 - Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1001 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		
VINCULADA À INICIATIVA: Promoção de pesquisas agropecuárias		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
10 pesquisas promovidas	1	10,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
210.381,00	10.379,54	4,93
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Implantação de unidades de observação tecnológica; Implantação e manutenção de unidades de pesquisa e validação tecnológica animal e vegetal, propagação de mudas, sementes, alevinos e demais materiais genéticos, bem como, a realização de serviços laboratoriais e de diagnósticos. Monitoramento da produção integrada de frutas, em parceria com o Ministério da Agricultura/Embrapa/SFA-TO/Ruraltins/Adapec, com recursos próprios e de convênio.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1137 - Implantação e ampliação de centros de difusão agrotecnológicos		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 33010 - Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1001 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação e ampliação de centros de difusão agrotecnológicos		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
3 centros implantados	1	33,33
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
2.030.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Concluída		DEFINIÇÃO: Execução finalizada
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Implantação de 30 (trinta) unidades demonstrativas e vitrines tecnológicas no Centro Agrotecnológico de Palmas - Fruticultura, Grãos e Oleaginosas.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2063 - Capacitação de produtores do agronegócio		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 33010 - Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1001 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		
VINCULADA À INICIATIVA: Capacitação de produtores e técnicos		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
6.000 produtores capacitados	2.905	48,42
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
236.320,00	236.318,72	100,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Concluída		DEFINIÇÃO: Execução finalizada
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Capacitação de produtores por meio da participação em eventos, como: I Encontro de Produtores e técnicos do Balde Cheio, em Colméia, beneficiando 412 produtores rurais; II Simpósio Animal; III Seminário Estadual de Leite; III Encontro das Associações Apícolas, beneficiando 30 apicultores do Tocantins; VII Seminário Estadual de Apicultura; VII Encontro Estadual de Pastagens; Disponibilização de transporte, hospedagem, alimentação a 29 caravanas, totalizando 1.218 agricultores familiares e técnicos para participação em palestras, clínicas tecnológicas, cursos e demais atividades desenvolvidas durante a Feira de Tecnologia Agropecuária - Agrotins 2012, promovendo a difusão do conhecimento das tecnologias agropecuárias; Organização e realização de 06 palestras e eventos técnicos sobre cooperativismo e associativismo, conforme demandas solicitadas, seguidas de constituição de associações, beneficiando 212 pequenos agricultores Paranã, Pium, Almas, Gurupi, Aparecida do Rio Negro e Porto Nacional; Realização de visitas técnicas e intercâmbio (19º FEICOOP - Feira Estadual do Cooperativismo e 8ª Feira do ECOSOL-Feira de Economia Solidária do Mercosul em Santa Maria RS), visando a propagação de conhecimento e de novas tecnologias às atividades associativistas desenvolvidas no Estado, promovendo por meio do setor produtivo o desenvolvimento econômico e social; Realização de Dia de campo de Feijão Cauipi, no município de Lagoa da Confusão - TO Junho/2012; Reuniões de mobilização e realização do I Seminário da Cadeia Produtiva do Leite de Santa Terezinha e região, beneficiando 150 produtores; Feirão de Touros, na Agrotins, com mostra de animais de alto padrão para comercialização, incentivando a melhoria do rebanho tocaninense, beneficiando 12 pecuaristas; Realização do Dia Técnico de Confinamento, em Gurupi com palestras para 221 pecuaristas sobre Sistema de Produção integrada - SPI; Feira de Ovino e Caprino na Agrotins, com mostra de animais de alta linhagem para comercialização, por meio de 20 expositores, incentivando a melhoria do rebanho do Estado. A mostra contou com a presença de 10 mil visitantes; Clínicas tecnológicas com palestra sobre as técnicas de manejo de apiário, que beneficiou 30 produtores; Cursos de gestão de associações e cooperativas, que contou com a participação de 100 apicultores; Curso de Manejo para altas produtividades para 100 apicultores e Curso de Boas Práticas de Processamento, beneficiando 400 pessoas.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2215 - Melhoramento genético dos rebanhos		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 33010 - Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1001 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		
VINCULADA À INICIATIVA: Melhoramento genético dos rebanhos		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
50 propriedades com rebanho melhorado	88	176,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
122.000,00	121.708,02	99,76
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Concluída		DEFINIÇÃO: Execução finalizada
PROBLEMA: NÃO		
ANÁLISE: Realização do II Simpósio de Reprodução Animal, oficinas e supervisões a produtores, contribuindo para o aumento da competitividade dos rebanhos, e consequentemente, a melhoria dos indicadores de produção e produtividade.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2238 - Promoção de atividades de melhoria da extensão rural		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 33010 - Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1001 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		
VINCULADA À INICIATIVA: Promoção de atividades de melhoria da extensão rural		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
40 atividades promovidas	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
1.466.799,00	16.798,80	1,15
SITUAÇÃO DA AÇÃO:	DEFINIÇÃO:	PROBLEMA:
QUAL:	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA:	
NATUREZA:	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO:	CAUSA:
QUAL:	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA:	
NATUREZA:	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO:	CAUSA:
QUAL:	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA:	
NATUREZA:	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO:	CAUSA:
ANÁLISE: NÃO FEZ ANÁLISE - nem preencheu nenhum campo		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1023 - Apoio à criação de selo ambiental		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 33010 - Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1002 - Aquicultura e Pesca		
VINCULADA À INICIATIVA: Apoio à criação de selo ambiental e selo de certificação de origem		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FÍSICA
1 Selo Ambiental criado	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
0,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Não iniciada	DEFINIÇÃO: Sem execução física, nem financeira, não foi iniciada no prazo previsto ou por decisão do gestor da unidade, não há interesse, necessidade ou condições de executá-la (orçamento financeiro insuficiente ou não liberado). PROBLEMA: SIM	
QUAL: Alteração na programação da unidade gestora	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A etapa apresenta desvio em razão da mudança de prioridade por decisão interna, externa ou outra	
NATUREZA: Administrativa	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a execução da etapa necessita de algum procedimento administrativo interno ou externo, de tomada de decisão administrativa ou ainda, quando a execução foi interrompida em consequência de alterações na organização administrativa do Governo	CAUSA: A extinção da Subsecretaria de Aquicultura e Pesca
QUAL:	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA:	
NATUREZA:	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO:	CAUSA:
QUAL:	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA:	
NATUREZA:	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO:	CAUSA:
ANÁLISE: A extinção da Subsecretaria de Aquicultura e Pesca com posterior criação da Diretoria de Aquicultura e Pesca no Ruraltins, levaram a uma mudança de visão, pois a SUSAP fazia políticas públicas e o RURALTINS é um órgão executor. Com estas alterações os recursos oriundos desta ação foram realocados para outras ações prioritárias.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1024 - Apoio à criação de selo de certificação de origem		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 33010 - Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1002 - Aquicultura e Pesca		
VINCULADA À INICIATIVA: Apoio à criação de selo ambiental e selo de certificação de origem		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
Selo de Origem criado	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
0,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Não iniciada		DEFINIÇÃO: Sem execução física, nem financeira, não foi iniciada no prazo previsto ou por decisão do gestor da unidade, não há interesse, necessidade ou condições de executá-la (orçamento financeiro insuficiente ou não liberado).
QUAL: Alteração na programação da unidade gestora		PROBLEMA: SIM
		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A etapa apresenta desvio em razão da mudança de prioridade por decisão interna, externa ou outra
NATUREZA: Administrativa	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a execução da etapa necessita de algum procedimento administrativo interno ou externo, de tomada de decisão administrativa ou ainda, quando a execução foi interrompida em consequência de alterações na organização administrativa do Governo	CAUSA: A extinção da Subsecretaria de Aquicultura e Pesca
ANÁLISE: A extinção da Subsecretaria de Aquicultura e Pesca com posterior criação da Diretoria de Aquicultura e Pesca no Ruraltins, levaram a uma mudança de visão, pois a SUSAP fazia políticas públicas e o RURALTINS é um órgão executor. Com estas alterações os recursos oriundos desta ação foram realocados para outras ações prioritárias.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4059 - Capacitação em orientação alimentar e nutricional		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 42650 - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1023 - Assistência Social		
VINCULADA À INICIATIVA: Promoção da segurança alimentar e nutricional, incentivo as plantas não convencionais e o uso racional das plantas medicinais às famílias tocantinenses		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1.340 pessoas capacitadas	439	32,76
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
75.851,00	43.008,75	56,70
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).	PROBLEMA: SIM
QUAL: Insuficiência de crédito orçamentário	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: O crédito orçamentário destinado a etapa programada é insuficiente para sua total realização	
NATUREZA: Orçamentária	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a dotação orçamentária for cancelada ou insuficiente para a realização da etapa	CAUSA: O número da meta física foi superestimado.
ANÁLISE: Foram atendidos 18 municípios: Santa Maria, Arapoema, Porto Nacional, Novo Acordo, Aparecida do Rio Negro, Figueirópolis, Miranorte, Paraíso, Marianópolis, Silvanópolis, Sivinópolis, Caseara, Rio dos Bois, Lavandeira, Monte do Carmo, Taguatinga, Palmeirópolis e Carmolândia com Palestras sobre Educação Alimentar e Nutricional , higiene e conservação dos alimentos e oficinas práticas de Alimentação Saudável com Aproveitamento Integral dos Alimentos e Pães Enriquecidos beneficiando 439 multiplicadores Foram atendidos 18 municípios: Santa Maria, Arapoema, Porto Nacional, Novo Acordo, Aparecida do Rio Negro, Figueirópolis, Miranorte, Paraíso, Marianópolis, Silvanópolis, Sivinópolis, Caseara, Rio dos Bois, Lavandeira, Monte do Carmo, Taguatinga, Palmeirópolis e Carmolândia com Palestras sobre Educação Alimentar e Nutricional , higiene e conservação dos alimentos e oficinas práticas de Alimentação Saudável com Aproveitamento Integral dos Alimentos e Pães Enriquecidos beneficiando 439 multiplicadores		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4322 - Suplementação alimentar e nutricional – Tocantins sem fome		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 42650 - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1023 - Assistência Social		
VINCULADA À INICIATIVA: Promoção da segurança alimentar e nutricional, incentivo as plantas não convencionais e o uso racional das plantas medicinais às famílias tocaninenses		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
20 municípios atendidos	3	15,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
433.940,00	218.940,00	50,45
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).	PROBLEMA: SIM
QUAL: Outras causas	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela	
NATUREZA: Jurídica	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: A execução da etapa depende da definição ou decisão jurídica	CAUSA: Suspensão dos programas Tocantins sem Fome e Tocantins sem Miséria conf. Decreto 4.575 de 21/06/12.
ANÁLISE: Formalização de convênios com a Prefeitura Municipal de Araguacema e Fortaleza do Tabocão, Emenda Parlamentar direcionada à Associação de Mães Solteiras e Mães Carentes do Norte e Extremo norte do ocantins AMAS, destinados a atender familias em vulnerabilidade social. Em função do Decreto 4.575, de 21 de junho de 2012 , suspendeu todos os Programas Tocantins Sem Fome e Tocantins Sem Miséria em todo o Estado, o recurso foi remanejado para atender despesas administrativas desta Pasta.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4130 - Fomento às pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 20290 - Fundo Estadual da Ciencia e Tecnologia		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1029 - Ciência, Tecnologia e Inovação		
VINCULADA À INICIATIVA: Fomento a projetos de pesquisas científicas e tecnológicas		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
22 pesquisas fomentadas	31	140,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
793.782,00	791.945,73	99,77
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto). PROBLEMA: SIM		
QUAL: Insuficiência de recursos humanos		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Número de servidores insuficientes para executar a quantidade de projetos.
NATUREZA:	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO:	CAUSA:
QUAL: Indefinição ou reavaliação de projetos técnicos		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A etapa está em desvio em razão da necessidade de revisão ou redefinição do projeto técnico
NATUREZA:	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO:	CAUSA: Os projetos de pesquisas sofrem constantes mudanças devido as suas peculiaridades
QUAL: Morosidade de Processos Administrativos		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A etapa apresenta interrupção ou atrasos no processo de licitação
NATUREZA: Administrativa	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a execução da etapa necessita de algum procedimento administrativo interno ou externo, de tomada de decisão administrativa ou ainda, quando	CAUSA: Desorganização administrativa.
ANÁLISE: Nesta ação são desenvolvidos 06 (seis) projetos/programas, quais sejam: Programa Primeiros Projetos/PPP - tem como objetivo o financiamento de projetos de jovens pesquisadores doutores, vinculados a instituições públicas e privadas de ensino e/ou pesquisa, em diversas áreas do conhecimento. É desenvolvido em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq, onde já foram firmados 03 convênios no valor total de R\$ 1.064.000,00 (hum milhão e sessenta e quatro mil reais), sendo R\$ 732.000,00 (setecentos e trinta e dois mil reais) através da fonte CNPq e R\$ 332.000,00 (trezentos e trinta e dois mil reais) de Contrapartida Estadual: 1º Convênio (2004) - finalizado em 2010 e apoiou 15 projetos de pesquisa; 2º Convênio (2006) - finalizado em 2011 com 15 projetos apoiados; e, 3º Convênio (2008) - com vigência até junho de 2013, onde estamos apoiando 11 projetos, os quais têm finalização prevista para o primeiro semestre de 2013. Ações desenvolvidas em 2012: foram realizadas visitas técnicas aos 15 projetos finalizados em 2011 para elaboração do relatório técnico final do convênio, o qual foi encaminhado em setembro/12, assim como visitas técnicas aos 11 projetos que encerrarão em 2013. Programa de Pesquisa para o SUS/PPSUS - tem como objetivo financiar pesquisas voltadas para problemas prioritários de saúde e o fortalecimento da gestão do SUS no Estado do Tocantins. É desenvolvido em parceria com o Ministério da Saúde/MS, com Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e com a Secretaria Estadual da Saúde, onde já foram firmados 02 (dois) convênios no valor total de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), sendo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) da fonte CNPq e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) de contrapartida estadual. 1º Convênio (2004) - finalizado em fevereiro de 2011 e apoiou 10 projetos de pesquisas; e, 2º Convênio (2008) - com vigência até outubro/2013, onde estamos apoiando 12 projetos de pesquisa. Ações desenvolvidas em 2012: foram realizadas visitas técnicas aos 11 projetos que estão ainda em andamento e aos que 10 que finalizaram para elaboração do Relatório Técnico Final que foi encaminhado ao CNPq em outubro. Foi realizado o Seminário de Acompanhamento e Avaliação Final do PPSUS/2006 nos dias 08 e 09 de novembro, no Auditório Colunas Prestes, na Praça dos Girassóis, Palmas/TO, oportunidade onde os pesquisadores apresentaram os resultados das pesquisas financiadas. PROJETO ESTRUTURANTE - tem como objetivo o fortalecimento das estruturas de ciência, tecnologia e inovação no		

Estado do Tocantins É desenvolvido em parceria com a Financiadora FINEP, onde prevê a execução de projetos de pesquisa básica, aplicada e de desenvolvimento tecnológico, de natureza multidisciplinar e horizonte de execução de longo prazo, que tenham caráter estruturante para o Sistema Estadual de CT&I e que estejam em consonância com o planejamento estratégico do Estado. Temos também como parceiras as seguintes instituições: UNITINS, UFT, UNIRG, FMT e ULBRA. Foram firmados 02 (dois) convênios, um em 2006 e outro em 2008 no valor total de R\$ 11.610.094,00 (onze milhões, seiscentos e dez mil e noventa e quatro reais), sendo R\$ 8.662.384,73 (oito milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais e setenta e três centavos) da FINEP e R\$ 2.947.710,30 (dois milhões, noventa e quarenta e sete mil, setecentos e dez reais e trinta centavos). Ações desenvolvidas em 2012: EQUIPAMENTOS: vários equipamentos importantes de pesquisa importantes foram entregues as IES parceiras, onde alguns laboratórios foram equipados e estão em pleno desenvolvimento. OBRAS: Foi inaugurado em setembro os Laboratórios Multiusuários para a UFT/Campus Palmas. Outros 03 prédios estão em execução, todos em favor da UFT: Bloco de Laboratórios Temáticos, situado no Campus Palmas, o qual está em fase de infraestrutura, com previsão de entrega em julho de 2013; Laboratório de Cultura de Tecidos, Estudos Genéticos e Moleculares, situado no Campus de Gurupi, o qual está em fase de vedação; Laboratório de Controle de Qualidade de Plantas Medicinais do Cerrado, situado no Campus de Palmas, o qual está em fase de vedação/laje, com previsão de entrega em fevereiro de 2013.

Programa - Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal - REDE BIONORTE - tem como objetivo a concessão de apoio financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação que visem integrar competências para a consolidação da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal. Esta rede é integrada por instituições que atuam em biodiversidade e biotecnologia, visando a formação de recursos humanos e desenvolvimento científico e tecnológico que possibilite acelerar o processo de desenvolvimento da Amazônia brasileira, produzindo impactos socioeconômicos permitindo a melhoria da qualidade de vida da população. É desenvolvido em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq, onde foi firmado o convênio em 2009, mas que somente teve a 1ª parcela liberada aos pesquisadores apoiados em novembro de 2011. Estão sendo financiadas 02 (duas) pesquisas no valor total de R\$ 1.603.429,03 (um milhão, seiscentos e três mil, quatrocentos e vinte e nove reais e três centavos), sendo R\$ 400.857,26 (quatrocentos mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos), da fonte Contrapartida Estadual e R\$ 1.202.571,77 (um milhão, duzentos e dois mil, quinhentos e setenta e um reais e setenta e sete centavos). Estas pesquisas também tem previsão de término em novembro de 2013, onde suas metas serão 100% executadas. Ações desenvolvidas em 2012: Este foi somente realizado visita técnica com o objetivo de acompanhar o andamento das pesquisas.

Projeto SUDAM - tem como objetivo dar suporte ao funcionamento e à dinamização da Rede BIONORTE no Estado do Tocantins, por meio de apoio à mobilidade de seus integrantes, realização de encontros de divulgação científica, transferência de tecnologias e aquisição de equipamentos multiusuários de grande porte com vistas a: oferecimento de disciplina de pós-graduação; participação em disciplinas de pós-graduação; participação em cursos de atualização de alto nível; realização de estágios de curta duração em laboratórios de excelência; participação em congresso e reuniões científicas e técnicas; participação em reuniões dos Colegiados da Rede; divulgação das pesquisas e projetos através de encontro científico; transferência das tecnologias geradas através da produção de cartilhas de boas práticas de produção e/ou novos produtos; aquisição de equipamentos multiusuários de grande porte para dar suporte às teses que serão desenvolvidas. É desenvolvido em parceria com o Ministério da Integração Nacional/MI no valor global de R\$ 623.000,00, sendo R\$ 63.000,00 de contrapartida do Governo Estadual. Ações desenvolvidas em 2012: Este foi somente instruído os processos de diária e passagens.

Programa de Apoio a Núcleos de Excelência/PRONEX - tem como objetivo o financiamento de atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação de grupos de pesquisa de excelência reconhecida, que tenham liderança e papel nucleador em sua área de atuação. É desenvolvido em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq, onde foi firmado 01 convênio em 2008 no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), sendo R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) através da fonte CNPq e R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) de Contrapartida Estadual. O edital foi aberto em dezembro de 2010 e o depósito a 1ª parcela na conta dos 05 (cinco) pesquisadores somente ocorreu no final de 2011. Ações desenvolvidas em 2012: Foi realizada, pela equipe da secretaria, visita técnica nas cidades onde as pesquisas são executadas (Palmas, Araguaína e Gurupi) com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento dos projetos. Foi observado que grande parte dos equipamentos já foram adquiridos, assim como, as metas físicas previstas estão bem adiantadas. Provavelmente em 2013 serão repassados a 2ª parcela do convênio para a conta dos pesquisadores, onde poderão adquirir o restante dos itens previstos no cronograma financeiro para posterior finalização das pesquisas. Atualmente esta ação apóia 31 projetos, destes 9 projetos referentes ao PPSUS que estavam planejados para ser encerrados em 2011 foram prorrogados, sendo necessário a continuidade em 2012.

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2241 - Promoção de cursos profissionalizantes para a juventude		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 43010 - Secretaria da Juventude e dos Esportes		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1025 - Criança, Adolescente e Juventude		
VINCULADA À INICIATIVA: Aperfeiçoamento e ampliação de qualificação profissional para a juventude		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
150 jovens capacitados	150	100,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
617.295,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal		DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Foi executada a meta física prevista para 2012, sem orçamento desta ação, pois foi realizado parceria com Associação Pérola, onde foram atendidos 240 jovens e adultos para capacitação na área de informática. A SEJUVES ofereceu as instalações físicas da Escolinha Nilton Santos em Palmas e as despesas com água e energia, despesa realizadas por meio da ação 2195 - Manutenção das Unidades esportivas e a Associação Pérola ficou responsável pela contratação dos profissionais e aquisição dos materiais necessários para a capacitação em informática básica, com as despesas com monitores, equipamentos e materiais.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
3040 - Construção de espaços culturais multifuncionais		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 54710 - Fundacao Cultural do Estado do Tocantins		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1028 - Cultura		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação de Espaços Culturais Multifuncionais		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 espaço construído	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
13.614.265,00	170.000,00	1,25
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada		DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).
QUAL: Insuficiência de crédito orçamentário		PROBLEMA: SIM
NATUREZA: Financeira		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: O crédito orçamentário destinado a etapa programada é insuficiente para sua total realização
		ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando o recurso financeiro não foi liberado ou liberado parcialmente, impossibilitando a realização da etapa programada
		CAUSA: A demora no repasse do recurso previsto para a construção
ANÁLISE: O projeto do Centro Cultural foi submetido à análise e parecer da Superintendência do Patrimônio Material e Imaterial no dia 19/06/2012 e foi encaminhado a SEINFRA para ser avaliado o projeto da estrutura metálica e o cálculo estrutural. Após as análises e pareceres a Fundação Cultural do Tocantins acordou convênio com a Prefeitura de Sítio Novo, em 14/05/2012, e foi repassado ao Município o valor de R\$ 170.000,00, em 20/12/2012, destinado a construção do prédio do Centro Cultural, para iniciar as obras em 2013.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4303 - Realização do controle sanitário das doenças dos animais de produção		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 34430 - Agencia de Defesa Agropecuaria do Estado do Tocantins - ADAPEC		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1006 - Defesa Agropecuária		
VINCULADA À INICIATIVA: Realização do controle sanitário das doenças dos animais de produção		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
796 atividades de vigilâncias realizadas	3.760	472,36
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
7.150.826,00	670.759,68	9,38
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Concluída		DEFINIÇÃO: Execução finalizada
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: As atividades relacionadas à ação de realização do controle sanitário das doenças dos animais de produção são realizadas de forma contínua, através da execução de nove programas sanitários de controle e/ou erradicação das doenças dos animais nas várias espécies domésticas. As metas físicas da ação 4303 são cumulativas, referentes aos doze meses do ano. A meta física estimada em 796 vigilâncias foi superada, sendo realizadas 3.760, fato este devido ao maior número de médicos veterinários contratados no ano de 2012, que viabilizaram a realização dos trabalhos de campo, e em virtude da otimização realizada nas visitas técnicas, onde foram concentradas diversas atividades em interface com ações de outros projetos, otimizando desta forma o uso dos recursos. Ressaltamos que na revisão do PPA para 2013 a meta para esta ação foi modificada, aumentando-se o número de vigilâncias por programas. Quanto a execução orçamentária/financeira cabe salientar que esta ação é composta por recursos oriundos da Fonte Estadual (100) e Federal (0225), onde a realização desta segunda obedece a lógica do Plano de Trabalho contidos nos Convênios e aprovados pelo Ministério da Agricultura, bem como da liberação dos recursos, fato este que só ocorreu no mês de dezembro de 2012, justificando-se o não pagamento da contrapartida estimada na ação e nem utilização dos recursos fonte 0225. A execução orçamentária não foi atingida em sua plenitude por entraves burocráticos nos tramites dos processos de licitação, incompatibilidade dos produtos apresentados para a aquisição, bem como dificuldades financeiras.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4242 - Prevenção, controle e/ou erradicação de pragas dos vegetais com importância econômica		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 34430 - Agencia de Defesa Agropecuaria do Estado do Tocantins - ADAPEC		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1006 - Defesa Agropecuária		
VINCULADA À INICIATIVA: Prevenção, controle e/ou erradicação de pragas dos vegetais com importância econômica, bem como a fiscalização e vigilância fitossanitária		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
20.000 ha de área monitorada	20.000	100,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
46.329,00	46.326,62	99,99
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Concluída		DEFINIÇÃO: Execução finalizada
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Para o planejamento firmado em um programa de governo plurianual 2012-2015, as metas estão concluídas, na observância que as iniciativas são contínuas e ininterruptas, e que fazem parte dos procedimentos de defesa sanitária nacional. Como conquistas na execução desta ação, podemos citar: Plantio de soja nas várzeas tropicais tocaninenses dentro do período de vazio sanitário (mais de R\$ 200 milhões) safra 2012/2012; Adequação das áreas de produção de banana para a comercialização entre estados brasileiros através da mitigação de risco para Sigatoka negra no Tocantins. Houve dificuldades na execução, bem como a necessidade de suprir outras ações com transferência de recursos para as prioridades dos procedimentos de tecnologia de informação. Há necessidade de manutenção do orçamento programado para o ano de 2013, em função dos possíveis prejuízos acarretados na não tomada de decisão fitossanitária para o controle de pragas. Também vale salientar que o convênio firmado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA foi firmado no ano de 2012, mas prorrogado sua execução física e financeira para o pleito de 2013, portanto qualquer redução orçamentária para 2013 poderá comprometer a execução das metas propostas no convênio, principalmente, que o montante maior de recursos foram aportados para a reestruturação da agência para aquisição de veículos e computadores, onde a manutenção está a cargo desta autarquia. Para a execução da meta a complexidade foi comprometida em função dos problemas orçamentários, bem como a condição do convênio com o MAPA.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4120 - Fiscalização do comércio de sementes e mudas no Estado		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 34530 - Fundo de Defesa Agropecuária - FUNPEC		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1006 - Defesa Agropecuária		
VINCULADA À INICIATIVA: Fiscalização dos processos de comércio dos insumos agrícolas		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
628 atividades de fiscalização realizadas	651	103,66
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
87.075,00	5.617,80	6,45
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Concluída	DEFINIÇÃO: Execução finalizada	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Para o planejamento firmado em um programa de governo plurianual 2012-2015, as metas estão concluídas conforme previsto, pois superamos em 3,66% da meta física planejada para 2012, garantindo assim a correta comercialização de sementes e mudas, visando manter a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais, bem como a conformidade dos padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética. A execução orçamentária não foi atingida em sua plenitude por entraves burocráticos nos tramites dos processos de licitação, bem como dificuldades financeiras, porém há necessidade de manutenção e fortalecimento do orçamento programado para os demais anos.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4121 - Fiscalização do uso correto e seguro de agrotóxicos, seus componentes e afins		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 34430 - Agencia de Defesa Agropecuaria do Estado do Tocantins - ADAPEC		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1006 - Defesa Agropecuária		
VINCULADA À INICIATIVA: Fiscalização dos processos de comércio dos insumos agrícolas		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1.132 fiscalizações realizadas	1.186	104,77
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
7.913,00	7.912,50	99,99
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Concluída		DEFINIÇÃO: Execução finalizada
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Para o planejamento firmado em um programa de governo plurianual 2012-2015, as metas estão concluídas, na observância que as iniciativas são contínuas e ininterruptas, e que fazem parte dos procedimentos de defesa sanitária nacional. Como conquista é possível citar: a implementação de mais uma unidade de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos em Tocantinópolis, aumento da devolução das embalagens vazias no Estado através da atuação dos Inspetores e Fiscais "in loco" e o licenciamento de mais de 200 estabelecimentos que comercializam insumos agrícolas no Tocantins. Superamos em 4,77% da meta física planejada para 2012. A execução orçamentária não foi atingida em sua plenitude por entraves burocráticos nos tramites dos processos de licitação, bem como dificuldades financeiras, porém há necessidade de manutenção e fortalecimento do orçamento programado para os demais anos.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4013 - Apoio a projetos federais e estaduais da educação profissional		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 20290 - Fundo Estadual da Ciencia e Tecnologia		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1026 - Educação Básica		
VINCULADA À INICIATIVA: Fortalecimento e expansão dos Projetos de Educação Profissional		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
2 projetos apoiados	1	50,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
57.335,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: A ser iniciada	DEFINIÇÃO: Prevista para ser iniciada em data futura	PROBLEMA: SIM
QUAL: Outras causas	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela	
NATUREZA: Outra	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Especificar	CAUSA: Atraso na liberação do recurso do convênio Nº 400021/2011 do Programa e-Tec Brasil

ANÁLISE: Nesta ação, temos dois projetos em andamento: Programa e-Tec Brasil e Acerte os ponteiros com ENEM. O Programa Rede e-Tec Brasil visa equipar 13 polos de EaD e implantar dois cursos Técnicos, a saber: Curso Técnico em Agronegócio e Curso Técnico em Aquicultura. Com esse, serão mais 1.000 técnicos habilitados para o mercado de trabalho. O projeto está na fase de confecção dos Termos de Referência para aquisição de equipamentos e materiais, pois o recurso só foi liberado em 16 de novembro de 2012. O projeto Acerte os ponteiros com ENEM foi desenvolvido em função da importância de uma boa colocação no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM para o aluno que pretende a universidade. Foi implantado no segundo semestre de 2011 em parceria com a Seduc, Unitins e Redesat, tendo como principal objetivo democratizar cursinhos preparatórios à população em geral, principalmente aos alunos mais carentes. O programa foi formulado em 142 aulas ministradas por professores da Unitins e exibidas com duração de 30 minutos, das segundas às sextas-feiras, das 05h30min a 06h00min e aos sábados das 06h50min às 07h50min, apresentadas com resoluções de questões explicativas das disciplinas e conteúdos cobrados no ENEM. No exercício de 2012 foram lançadas a 2ª e 3ª edição.

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1012 - Ampliação de unidade escolar		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 27010 - Secretaria da Educacao		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1026 - Educação Básica		
VINCULADA À INICIATIVA: Adequação da estrutura predial e de equipamentos da rede estadual de educação, dotando-a dos meios necessários à segurança dos usuários e de elementos favoráveis à aprendizagem		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
104 ampliações realizadas	10	9,62
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
21.912.975,00	896.509,04	4,09
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada e comprometida	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada e comprometida em relação ao cronograma previsto (com atraso superior a 41% do tempo previsto).	PROBLEMA: SIM
QUAL: Outras causas	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela	
NATUREZA: Financeira	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando o recurso financeiro não foi liberado ou liberado parcialmente, impossibilitando a realização da etapa programada	CAUSA: Não assinatura dos convênios previstos e contingenciamento orçamentário
ANÁLISE: Foram planejadas 104 obras de ampliações, porém em razão da assinatura de somente 2 convênios (cobertura de 11 quadras) dos previstos, apenas 10 foram concluídas, 26 estão em andamento, 10 em fase de licitação, 03 aguardando autorização para licitar (recurso do convênio liberado no final do exercício) e 55 não foram firmados os convênios. A suplementação na ação foi oriunda da ação 1178.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2011 - Aparelhamento de unidade escolar		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 27010 - Secretaria da Educacao		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1026 - Educação Básica		
VINCULADA À INICIATIVA: Adequação da estrutura predial e de equipamentos da rede estadual de educação, dotando-a dos meios necessários à segurança dos usuários e de elementos favoráveis à aprendizagem		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
561 unidades aparelhadas	450	80,21
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
83.049.316,00	41.359.235,57	49,80
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal	DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: A ação foi executada a contento com a distribuição de bens a mais de 80% das unidades escolares, dentre os quais se destaca: 15.000 carteiras escolares, 500 conjuntos para professor, 200 armários de aço 2 portas, 300 armários tipo escaninho, 350 arquivos de aço 4 gavetas, 200 freezers, 200 geladeiras, 200 fogões, 100 liquidificadores, 400 ventiladores de parede, 400 aparelhos de ar condicionado, 600 conjuntos para refeitório, 26 fanfarras, 4 bandas sinfônicas, 3 orquestras sinfônicas, 2 orquestras sanfônicas, móveis sob medida (prateleiras para biblioteca, depósito de alimentos e depósito de utensílios, mesas com banquetas para laboratórios de informática e matemática, porta de correr para pias), computadores do Projeto UCA - Um Computador por Aluno, para 279 unidades escolares atendendo 43.678 alunos do 1º ao 5º ano. Dessa forma, se implementou medidas administrativas com o objetivo de garantir, aos educadores e educandos, recursos básicos para a melhoria das condições do processo de ensino e aprendizagem, que culminarão na elevação dos indicadores educacionais. Foi previsto inicialmente a aquisição dos computadores do Projeto UCA através da fonte de recurso 4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda, porém a aquisição dos mesmos ocorreu através de Operações de Crédito Internas - Em Bens e/ou Serviços - fonte 4222, justificando assim, a suplementação nesta fonte (R\$ 26.242.349,00) e a não utilização do recurso na fonte 4219 (R\$ 34.432.000,00), que resultou no alto saldo orçamentário.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1051 - Construção de unidade escolar		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 27010 - Secretaria da Educacao		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1026 - Educação Básica		
VINCULADA À INICIATIVA: Adequação da estrutura predial e de equipamentos da rede estadual de educação, dotando-a dos meios necessários à segurança dos usuários e de elementos favoráveis à aprendizagem		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
39 unidades escolares construídas	6	15,38
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
46.157.467,00	15.761.012,19	34,15
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).	PROBLEMA: SIM
QUAL: Outras causas	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela	
NATUREZA: Administrativa	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a execução da etapa necessita de algum procedimento administrativo interno ou externo, de tomada de decisão administrativa ou ainda, quando a execução foi interrompida em consequência de alterações na organização administrativa do Governo	CAUSA: Readequações de projetos das Escolas de Tempo Integral - ETIs, rescisão de contratos, dentre outros problemas de ordem administrativa
ANÁLISE: A ação está em execução sendo que das 39 obras previstas, 06 foram concluídas, 15 estão em andamento, 06 estão paralisadas e as 12 restantes serão construídas apenas 09 Escolas de Tempo Integral - ETIs (07 em fase de licitação), em virtude da reformulação do convênio nº 700230/2008 com o MEC/FNDE. Parte da execução orçamentário-financeira das obras concluídas e em andamento foi contabilizada em saldo de empenho de exercícios anteriores, inscritos em restos a pagar, justificando assim o baixo valor executado nessa ação. As obras em andamento e as a serem iniciadas terão suas execuções garantidas no exercício seguinte, tendo em vista serem financiadas com recursos de convênios. As reduções orçamentarias destinaram atender dispêndios com a folha de pagamento, ação 2200.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1178 - Reforma de unidade escolar		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 27010 - Secretaria da Educacao		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1026 - Educação Básica		
VINCULADA À INICIATIVA: Adequação da estrutura predial e de equipamentos da rede estadual de educação, dotando-a dos meios necessários à segurança dos usuários e de elementos favoráveis à aprendizagem		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
65 unidades reformadas	73	112,31
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
2.543.797,00	1.746.587,20	68,66
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal	DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.	PROBLEMA: SIM
QUAL: Outras causas	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela	
NATUREZA: Outra	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Contingenciamento orçamentário	CAUSA: Atender despesas com a folha de pagamento
ANÁLISE: A ação foi executada a contento, superando a meta prevista em 12,31% com pequenas e médias reformas, apesar do contingenciamento orçamentário para atender despesas com a folha de pagamento (ação 2200) e ampliação de unidade escolar (ação 1012).		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4014 - Apoio e cooperação à elaboração de empreendimentos inovadores		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 20320 - Fundacao Universidade do Tocantins - UNITINS		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1027 - Educação Profissional, Tecnológica e Superior		
VINCULADA À INICIATIVA: Desenvolvimento de estudos e incentivo a inovação tecnológica, pesquisa e desenvolvimento sustentável		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
10 inovações apoiadas	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
150.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Paralisada	DEFINIÇÃO: Teve início e por decisão interna, por entrave burocrático, orçamentário, financeiro ou situação técnica, foi interrompida.	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: A execução dessas metas encontra-se paralisada devido ao não repasse de recursos previstos na fonte 225 (recurso federal).		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
3052 - Elaboração de planos e estudos da educação profissional no Estado		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 20290 - Fundo Estadual da Ciencia e Tecnologia		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1027 - Educação Profissional, Tecnológica e Superior		
VINCULADA À INICIATIVA: Modernização e promoção da Educação Profissional no sistema estadual, visando a inserção dos educandos nas cadeias produtivas do Estado		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
3 planos/estudos elaborados	1	33,33
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
0,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Não iniciada	DEFINIÇÃO: Sem execução física, nem financeira, não foi iniciada no prazo previsto ou por decisão do gestor da unidade, não há interesse, necessidade ou condições de executá-la (orçamento financeiro insuficiente ou não liberado).	
QUAL: Indefinição ou reavaliação de projetos técnicos		PROBLEMA: SIM
ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A etapa está em desvio em razão da necessidade de revisão ou redefinição do projeto técnico		
NATUREZA: Técnica	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Depende de avaliação ou estudos técnicos para realização da etapa programada	CAUSA: Não conseguir proposta de preços para atender o objeto da ação
ANÁLISE: A execução dessas metas encontra-se paralisada devido ao não repasse de recursos previstos na fonte 225 (recurso federal).		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4228 - Oferta de cursos de graduação e tecnológicos presenciais e na modalidade EaD		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 20320 - Fundacao Universidade do Tocantins - UNITINS		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1027 - Educação Profissional, Tecnológica e Superior		
VINCULADA À INICIATIVA: Oferta de cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
3 cursos ofertados	4	133,33
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
7.155.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal	DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: O atendimento da meta superou o previsto, pois o Projeto Universidade Aberta do Brasil - UAB propiciou a abertura de mais 2 cursos superiores letras/Portugues-Espanhol e Pedagogia nas cidades de Palmas, Cristalândia e Araguacema. A execução financeira se deu por meio de recursos próprios, assim não houve execução da fonte 0100.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
3112 - Oferta de cursos de pós-graduação lato sensu e strictu sensu		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 20320 - Fundacao Universidade do Tocantins - UNITINS		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1027 - Educação Profissional, Tecnológica e Superior		
VINCULADA À INICIATIVA: Oferta de cursos de pós-graduação nas modalidades presencial e a distância		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
5 cursos implantados	1	20,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
2.900.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Apesar de apenas 1 curso de pós-graduação lato sensu ter sido realizado, nos demais cursos previstos houve atraso pois os Projetos de Curso ainda estão pendente de análise por parte dos órgãos interessados. A execução financeira se deu por meio de recursos próprios, assim não houve execução da fonte 0100.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2094 - Criação do programa de certificação em energias limpas		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 33010 - Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1019 - Energia		
VINCULADA À INICIATIVA: Criação de programa de certificação de energias limpas		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
Programa de Certificação criado	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
0,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Não iniciada	DEFINIÇÃO: Sem execução física, nem financeira, não foi iniciada no prazo previsto ou por decisão do gestor da unidade, não há interesse, necessidade ou condições de executá-la (orçamento financeiro insuficiente ou não liberado).	
QUAL: Outras causas		PROBLEMA: SIM ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Revendo as competências foi identificado que não compete ao estado a certificação de produtos e serviços, portanto esta ação não foi executada , e será cancela no exercício seguinte.
NATUREZA: Política	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO:	CAUSA:
ANÁLISE: Revendo as competências foi identificado que não compete ao Estado a certificação de produtos e serviços, portanto esta ação não foi executada, e será cancela no exercício seguinte.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4008 - Apoio à implantação e estruturação dos conselhos municipais sobre drogas		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 18910 - Fundo Estadual sobre Drogas		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1032 - Enfrentamento ao Alcool e outras Drogas		
VINCULADA À INICIATIVA: Fortalecimento dos Conselhos Municipais sobre Drogas		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
20 conselhos apoiados	04	20,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
32.546,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Devido a ação prioritária conter dois produtos sendo um a implantação de Conselhos Municipais e outro a estrutura dos mesmos, a meta executada é sensibilizar os municípios para criar conselhos municipais. Assim, para a estruturação o Projeto está em andamento, aguardando recurso de convênio. Já a implantação foram sensibilizados os municípios de Itacajá, dois Irmãos, Pium e Pugmil. A não utilização dos recursos financeiros para cumprimento da meta física justifica-se pois foi utilizado a estrutura da ação 4041 – Capacitação de conselheiros municipais sobre drogas para o seu alcance.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4041 - Capacitação de conselheiros municipais sobre drogas		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 18910 - Fundo Estadual sobre Drogas		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1032 - Enfrentamento ao Alcool e outras Drogas		
VINCULADA À INICIATIVA: Fortalecimento dos Conselhos Municipais sobre Drogas		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
450 conselheiros capacitados	379	84,22
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
30.000,00	15.429,00	51,43
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal		DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Os conselheiros municipais sobre drogas, conselheiros de conselhos setoriais e técnicos que atuam na política sobre drogas foram capacitados em 12 municípios. Gurupi, Araguaína, Araguatins, Formoso do Araguaia, Ananás, Guaraí, Presidente Kennedy, Lageado, Natividade, Dianópolis, Peixe, Aliança, no total de 379 participante.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4277 - Realização de campanha de comunicação permanente sobre o uso de álcool e drogas		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 18910 - Fundo Estadual sobre Drogas		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1032 - Enfrentamento ao Álcool e outras Drogas		
VINCULADA À INICIATIVA: Realização de eventos e articulação de ações conjuntas e integradas de enfrentamento ao uso abusivo de álcool e outras drogas		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
4 campanhas realizadas	3	75,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
57.800,00	37.344,56	64,61
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal	DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Foram realizadas palestras, lançamento de cartazes, confecção de agendas informativas de prevenção e tratamento de drogas.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2099 - Desenvolvimento de atividades de iniciação esportiva		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 43010 - Secretaria da Juventude e dos Esportes		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1024 - Esporte e Lazer		
VINCULADA À INICIATIVA: Desenvolvimento de atividades de iniciação esportiva		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
7.000 estudantes beneficiados	5.000	71,43
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
2.092.298,00	517.237,65	24,72
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal		DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.
		PROBLEMA: NÃO

ANÁLISE: Para o desenvolvimento de atividades de iniciação esportiva a SEJUVES mantém a Escolinha Nilton Santos em Palmas, que atende cerca de 350 crianças e adolescentes oriundos da comunidade carente local; além de diversos apoios com a doação de materiais esportivos para outras entidades que também promovem a iniciação esportiva de comunidades carentes em diversas cidades do Estado. A meta física planejada não foi totalmente executada, pois foi previsto a formalização de convênio com o Ministério do Esporte para a execução do Programa Segundo Tempo, portanto o Ministério não abriu chamada pública em 2012 para o Programa. Por meio desta ação está previsto a execução do Programa Segundo Tempo Navegar, que tem por objetivo democratizar o acesso ao esporte náutico para crianças e adolescentes, principalmente aqueles em regiões de vulnerabilidade social, a SEJUVES assinou convênio com o Ministério do Esporte para a execução deste Programa. A execução das atividades de iniciação esportivas estão sendo realizadas atendo principalmente a demanda da sociedade, apresentada por meio do Agenda Tocantins, realizada no exercício de 2011 para a elaboração do Plano Plurianual 2012-2015. A sociedade demandou da SEJUVES maior apoio aos municípios e outras entidades que desenvolve atividades voltadas para a iniciação esportiva, a SEJUVES fez a doação de material esportivo para diversas entidades.

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1150 - Modernização da administração tributária fiscal		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 25010 - Secretaria da Fazenda		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1034 - Governo e Cidadão		
VINCULADA À INICIATIVA: Modernização da administração tributária e contencioso fiscal - PROFISCO		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
10 % da adm. tributária modernizada	35	350,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
2.741.984,00	762.875,00	27,82
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada		DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).
QUAL: Outras causas		PROBLEMA: SIM
		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela
NATUREZA: Administrativa	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a execução da etapa necessita de algum procedimento administrativo interno ou externo, de tomada de decisão administrativa ou ainda, quando a execução foi interrompida em consequência de alterações na organização administrativa do Governo	CAUSA: Ação do projeto PROFISCO com baixa execução em função da demora da assinatura do convênio que só aconteceu em outubro/2012. Houve aquisição de 355 computadores, um projetor LCD, 13 laptops, todos com recursos próprios
ANÁLISE: Com a finalidade de estabelecer mecanismos para melhoria da eficiência e eficácia da no que se refere aos recursos da fonte 04220 (BID) os investimentos previstos para 2012 foram reprogramados para realização no exercício de 2013 em virtude da assinatura do contrato de empréstimo ter se dado no dia 19 de outubro de 2012. Com a finalidade de estabelecer mecanismos para melhoria da eficiência e eficácia da administração tributária para aumento da arrecadação e utilização dos resultados nas ações fiscais, foram adquiridos 355 Desktops e 13 notebooks com recursos da fonte 0100 na condição de contrapartida, despesa que será apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID como contrapartida antecipada. O percentual atingido dentro do exercício foi de 3,5%.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1154 - Modernização e aperfeiçoamento dos serviços de tecnologia da informação e comunicação – PROFISCO		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 25010 - Secretaria da Fazenda		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1034 - Governo e Cidadão		
VINCULADA À INICIATIVA: Gestão de recursos corporativos - PROFISCO		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
20% dos serviços de tecnologia modernizado	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
6.675.034,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Não iniciada	DEFINIÇÃO: Sem execução física, nem financeira, não foi iniciada no prazo previsto ou por decisão do gestor da unidade, não há interesse, necessidade ou condições de executá-la (orçamento financeiro insuficiente ou não liberado).	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: As ações previstas nesta ação foram reprogramadas para o exercício 2013 em virtude da assinatura do contrato de empréstimo ter se dado somente em 19 de outubro de 2012.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1140 - Implementação dos sistemas tributário, administrativo e financeiro		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 25010 - Secretaria da Fazenda		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1034 - Governo e Cidadão		
VINCULADA À INICIATIVA: Modernização e manutenção da SEFAZ		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
10% dos sistemas implementados	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
7.000.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: A ser iniciada	DEFINIÇÃO: Prevista para ser iniciada em data futura	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: A meta prevista para esta ação não foi executada em função de que a fonte de todos os seus recursos fora prevista com base em um projeto de financiamento junto ao BNDES que, por dificuldades burocráticas, não evoluiu, tendo sido abortada sua implantação.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1187 - Regularização fundiária de glebas e/ou lotes		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 51010 - Secretaria da Habitacao		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1014 - Habitação		
VINCULADA À INICIATIVA: Promoção da regularização fundiária de glebas e/ou lotes para construção de unidades habitacionais e outros de interesse social em áreas de propriedade do Estado		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
6.594 lotes regularizados	3.618	54,87
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
102.701,00	102.699,45	100,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO:	DEFINIÇÃO:	PROBLEMA:
ANÁLISE: 3.618 lotes regularizados nos Lizarda, Ponte Alta do TO, Palmas, Araguaína, Xambioá, Gurupi, Miranorte, beneficiando 3.618 famílias com a titularização dos lotes.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4040 - Capacitação de beneficiários dos projetos de geração de renda		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 42650 - Fundo Estadual de Assistencia Social - FEAS		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1014 - Habitação		
VINCULADA À INICIATIVA: Promoção de capacitações e assessoramento para a inclusão produtiva das famílias beneficiadas nos programas sociais de habitação no contexto da economia solidária		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
3.500 beneficiários capacitados	1.186	33,89
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
107.259,00	86.850,85	80,97
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Concluída		DEFINIÇÃO: Execução finalizada
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: A meta proposta foi superior a realidade orçamentária, a meta será revisada no próximo exercício. Foram capacitados 1.186 beneficiários em 11 municípios: Pindorama, Silvanópolis, Monte do Carmo, Pium, Dianópolis, Miracema do Tocantins, Porto Nacional, Aparecida do Rio Negro, Goiatins, Wanderlândia e Palmas, onde ocorreram cursos de Geração de Renda: Corte e costura, cabeleireiro, panificação, bijuterias e artesanatos diversos.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1092 - Elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 51010 - Secretaria da Habitacao		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1014 - Habitação		
VINCULADA À INICIATIVA: Elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 Plano Elaborado	100	10.000
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
576.085,00	278.193,59	48,29
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Concluída		DEFINIÇÃO: Execução finalizada
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Articulação dos entes públicos e privados, com a participação da sociedade civil organizada na aprovação do PEHIS pelo Conselho Gestor do FEHIS e Conselho das Cidades. População dos 139 (cento e trinta e nove municípios do Estado do Tocantins).		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2232 - Produção, reforma e/ou ampliação de habitação de interesse social		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 51010 - Secretaria da Habitacao		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1014 - Habitação		
VINCULADA À INICIATIVA: Produção, reforma e/ou ampliação de habitações de interesse social		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
8.000 unidades habitacionais	300	3,75
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
127.289.683,00	5.122.306,61	4,02
SITUAÇÃO DA AÇÃO:		DEFINIÇÃO:
		PROBLEMA:
ANÁLISE: Concluídas 300 unidades nos municípios de Porto Nacional, Pium, Ananás e Fortaleza do Tabocão, com recursos do Pró Moradia, Resolução 460 e FNHIS; Em andamento no interior do Estado, com média de evolução de 64,21% das obras, correspondendo a 1.101 unidades; Em fase de licitação 3.241 unidades em Palmas, referente a contratos reprogramados junto à Caixa Econômica Federal; Em andamento à conta do Programa Minha Casa Minha Vida, 3.539 unidades habitacionais. Beneficiando 8.181 famílias de baixa renda de até 3 (três) salários mínimos.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1036 - Aquisição de áreas para a produção de habitações de interesse social		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 51010 - Secretaria da Habitacao		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1014 - Habitação		
VINCULADA À INICIATIVA: Aquisição de áreas para a produção de habitações de interesse social		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
130.000 m² adquiridos	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
0,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Cancelada		DEFINIÇÃO: Dotação orçamentária foi cancelada por força de decreto, sem perspectiva de execução
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: As dificuldades na negociação das áreas de propriedades de terceiros, cujo valor no mercado imobiliário supera os limites da capacidade do Estado e agregada às restrições orçamentárias que o Estado enfrentou em 2012, face à redução da receita oriunda dos repasses constitucionais, efetivamente inviabilizaram a consecução da respectiva meta.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1141 - Incentivo à Implantação de Empreendimentos Estratégicos		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 35010 - Secretaria da Industria e do Comercio		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1008 - Indústria, Comércio e Mineração		
VINCULADA À INICIATIVA: Incentivo à Implantação de Empreendimentos Estratégicos		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 Infraestrutura básica implantada	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
6.987.500,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Não iniciada	DEFINIÇÃO: Sem execução física, nem financeira, não foi iniciada no prazo previsto ou por decisão do gestor da unidade, não há interesse, necessidade ou condições de executá-la (orçamento financeiro insuficiente ou não liberado).	PROBLEMA: NÃO
	ANÁLISE: As atividades priorizadas nesta ação foram executadas com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico na Unidade Gestora 36600, considerando que os recursos financeiros e orçamentários disponibilizados na fonte 100, foram contingenciados tornando inviável a realização e o cumprimento das metas propostas nesta ação.	

AÇÃO PRIORITÁRIA		
3105 - Incentivo à Implantação de Empreendimentos Estratégicos		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 36600 - Fundo de Desenvolvimento Economico		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1008 - Indústria, Comércio e Mineração		
VINCULADA À INICIATIVA: Incentivo à Implantação de Empreendimentos Estratégicos		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 Infraestrutura básica implantada	1	100,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
7.299.026,00	778.489,64	10,67
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal		DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: As principais atividades desenvolvidas nesta ação envolvem principalmente a indução e o apoio ao desenvolvimento econômico por meio da atração e assessoria de novos empreendimentos que representam grandes avanços nos setores da infraestrutura produtiva, indústria, comércio e serviços. Cabe destacar a parceria com o Estado da Amazônia visando a instalação do entreposto fiscal do Ecoporto de Praia Norte.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
3099 - Implantação e Revitalização de Distritos Empresariais ou Áreas		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 36600 - Fundo de Desenvolvimento Economico		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1008 - Indústria, Comércio e Mineração		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação e Revitalização de Distritos Empresariais		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
2 distritos implantados	2	100,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
9.803.274,00	3.226.690,94	32,91
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal		DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Distritos empresariais implantados e revitalizados com disponibilização de áreas dotadas de infraestrutura básica. A revitalização do Parque Industrial Alvaro Milhomem em Paraíso do TO e o Parque Industrial Asa Norte em Aguiarnópolis.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4145 - Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 36600 - Fundo de Desenvolvimento Economico		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1008 - Indústria, Comércio e Mineração		
VINCULADA À INICIATIVA: Consolidação dos Arranjos Produtivos Locais		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
2 arranjos produtivos locais fortalecidos	1	50,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
250.000,00	1.181,25	0,47
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal	DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Foi implantado o núcleo estadual de apoio aos arranjos produtivos locais do Tocantins- NEAPL-TO. No exercício de suas competências o núcleo atua em sintonia com o MDIC para fins de projetar, programar e implantar ações voltadas ao desenvolvimento das principais cadeias produtivas do Estado, buscando apoio administrativo, financeiro e técnico necessários para subsidiar a sua atuação e viabilizar o alcance dos seus objetivos. Foi elaborado carta consulta e encaminhada ao Fundo Social do BNDES no valor de R\$ 20milhões.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
3092 - Implantação de unidades produtivas		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 36600 - Fundo de Desenvolvimento Economico		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1008 - Indústria, Comércio e Mineração		
VINCULADA À INICIATIVA: Consolidação dos Arranjos Produtivos Locais		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
2 unidades produtivas implantadas	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
60.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Cancelada		DEFINIÇÃO: Dotação orçamentária foi cancelada por força de decreto sem perspectiva de execução.
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Foram proposta mudanças para o PPA 2012-2015, para que fossem agrupadas algumas ações para mensurar melhor o desempenho e as principais entregas da estruturação e fortalecimento e capacidade produtiva com efetiva demanda do Estado.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
3032 - Consolidação das cadeias produtivas		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 36600 - Fundo de Desenvolvimento Economico		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1008 - Indústria, Comércio e Mineração		
VINCULADA À INICIATIVA: Consolidação das cadeias produtivas		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
2 cadeias produtivas consolidadas	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
160.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Cancelada		DEFINIÇÃO: Dotação orçamentaria foi cancelada por força de decreto, sem perspectiva de execução.
		PROBLEMA: Não
ANÁLISE: Foram propostas mudanças na revisão do PPA 2012-2015, para que fossem agrupadas as ações de Cadeias, Arranjos produtivos, associativismo e cooperativismo, para melhor mensurar o desempenho e as principais entregas de estruturação, fortalecimento e capacidade produtiva com efetiva demanda do Estado.		

AÇÃO PRIORITÁRIA			
4108 - Estruturação e manutenção do Sistema de Informação ao Empreendedor			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 36600 - Fundo de Desenvolvimento Economico			
VINCULADA AO PROGRAMA: 1008 - Indústria, Comércio e Mineração			
VINCULADA À INICIATIVA: Estruturação e Manutenção do Sistema de Informação ao empreendedor			
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA	
1 Sistema de Informação implantado	0	0,00	
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO	
50.000,00	0,00	0,00	
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Não iniciada		DEFINIÇÃO: Sem execução física, nem financeira, não foi iniciada no prazo previsto ou por decisão do gestor da unidade, não há interesse, necessidade ou condições de executar (orçamento financeiro insuficiente ou não liberado)	PROBLEMA: SIM
QUAL: Insuficiência de recursos materiais		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Software	
NATUREZA: Administrativa	ESPECIFICAÇÃO DO Acompanhamento e prioridade do gestor	DETALHAMENTO: licitatório e	CAUSA:
ANÁLISE:			

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1128 - Implantação do Projeto de aproveitamento hidroagrícola Manuel Alves		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 33010 - Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1005 - Infraestrutura Hídrica para Irrigação e Usos Múltiplos		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação de projetos de irrigação visando o aumento da produção agrícola		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 projeto totalmente implantado	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
18.848.042,00	916.435,37	4,86
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal		DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Elaboração do projeto executivo na fase de instalação das obras civis; gerenciamento, fiscalização, supervisão e assessoria técnica durante a execução das obras civis; execução dos planos e programas básicos ambientais destinados a mitigação dos impactos ambientais provenientes da execução das obras civis e construção de obras estruturantes de aproveitamento hidroagrícola na irrigação, com o objetivo de proporcionar a exploração de uma área de 4.200 ha.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1131 - Implantação do Projeto de aproveitamento hidroagrícola São João		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 33010 - Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1005 - Infraestrutura Hídrica para Irrigação e Usos Múltiplos		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação de projetos de irrigação visando o aumento da produção agrícola		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 projeto totalmente implantado	1	100,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
15.188.406,00	13.894.619,99	91,48
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Concluída		DEFINIÇÃO: Execução finalizada
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Implantação do projeto de aproveitamento hidroagrícola São João. Elaboração do projeto executivo na fase de instalação das obras civis; gerenciamento, fiscalização, supervisão e assessoria técnica durante a execução das obras civis; execução dos planos e programas básicos ambientais destinados a mitigação dos impactos ambientais provenientes da execução das obras civis e construção de obras estruturantes de aproveitamento hidroagrícola na irrigação, com o objetivo de proporcionar a exploração de uma área de 3.200 ha.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1130 - Implantação do projeto de aproveitamento hidroagrícola Sampaio		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 33010 - Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1005 - Infraestrutura Hídrica para Irrigação e Usos Múltiplos		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação de projetos de irrigação visando o aumento da produção agrícola		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
Projeto implantado	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
10.861.035,00	4.387.154,22	40,39
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal		DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Visitas técnicas às áreas dos projetos e a sede do Ministério da Integração Nacional para realização de reuniões; Elaboração do projeto executivo na fase de instalação das obras civis; gerenciamento, fiscalização, supervisão e assessoria técnica durante a execução das obras civis; execução dos planos e programas básicos ambientais destinados a mitigação dos impactos ambientais provenientes da execução das obras civis e construção de obras estruturantes de aproveitamento hidroagrícola na irrigação, com o objetivo de proporcionar a exploração de uma área de 1.050 ha.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2128 - Elaboração de estudos de mercado consumidor dos produtos da agricultura irrigada		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 33010 - Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1005 - Infraestrutura Hídrica para Irrigação e Usos Múltiplos		
VINCULADA À INICIATIVA: Gestão de perímetros irrigados		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 estudo elaborado	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
300.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO:		
DEFINIÇÃO:		PROBLEMA:
ANÁLISE:		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4178 - Licenciamento de atividades, obras e empreendimentos		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 40330 - Fundo Estadual de Meio Ambiente - FUEMA		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1010 - Meio Ambiente		
VINCULADA À INICIATIVA: Licenciamento Ambiental de Atividades, Obras e Empreendimentos, expedição de licença de prévia, licença de instalação, licença de operação, autorização ambiental, elaboração de termos de referência para regularização ambiental, formalização de termos de c		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1.750 unidades de licenciamento	2.278	130,17
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
408.149,00	398.392,60	97,61
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal	DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Principais Realizações: A análise das condicionantes da licença de Instalação (LI), análise dos relatórios de execução dos Planos Básicos Ambientais (PBAs) e emissão de Autorizações Ambientais para enchimento das barragens de rejeito e de captação de água e para levantamento e resgate de fauna da Itafós Mineração; Análise das condicionantes da licença de instalação do aterro sanitário particular Base Fortins Ltda, no município de Porto Nacional, o qual se encontra em fase de emissão de licença de operação; que está em fase de emissão de licença de operação no município de Arraias; Foram elaborados pareceres técnicos para emissão de 08 Lis de blocos produtivos de silvicultura em diferentes municípios, além de vistorias de novos blocos produtivos e antigos blocos para emissão de Licença de Operação da Ecobrasil Florestas; Análise para emissão de LI para estação de transbordo de cargas no município de Praia Norte; Foram ainda realizadas as análises das condicionantes da LI, elaborado um Termo de Referência (TR) para ampliação de empreendimento e emissão de AA para levantamento de fauna do empreendimento Rio Novo Mineração, no município de Almas-TO, onde serão retomadas as atividades de exploração de ouro; A BRAXCEL, empreendimento de fabricação celulose, foi analisado o EIA/RIMA e emitida a licença prévia; e, em termos de obras governamentais, as mais significativas, tivemos as obras do Programa de Desenvolvimento Integrado Sustentável - PDRIS, tais como: Licenciamentos e autorizações ambientais de Construção de pontes até 30m; Bueiros tubulares e celulares; e, Melhorias de alguns graidões, nos municípios de Miracema, Miranorte, Dois Irmãos, Abreulândia, Divinópolis, Marianópolis, Barrolândia e Araguacema, licenciamento de pavimentação asfáltica da rodovia de acesso a AGROTINS; Licença prévia do Hospital Geral de Gurupi; Li e LP da nova ponte de Porto Nacional, sobre o Rio Tocantins, entre outras; Emissão de diversos atos para empreendimentos de pequeno e médio porte, onde se destacam projetos imobiliários, agrossilvipastoris, avicultura, carvoarias e mineração, foram realizadas vistorias finais e emissão de licenças de Operação de alguns empreendimentos agrícolas localizados no município de Lagoa da Confusão, referente à regularização Termos de Ajuste de Conduta (TAC) entre os empreendedores, IBAMA, Ministério Público Federal e NATURATINS; Revisão da resolução do COEMA No 07/2005, respectivamente referente ao licenciamento ambiental; Implementação da Licença Ambiental Única - LAU; Elaboração de uma proposta, à presidência, de dispensa de licenciamento de algumas atividades e empreendimentos.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4076 - Controle e ordenamento do uso dos recursos florestais		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 40330 - Fundo Estadual de Meio Ambiente - FUEMA		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1010 - Meio Ambiente		
VINCULADA À INICIATIVA: Controle e Ordenamento do Uso dos Recursos Florestais, execução, adequação, desenvolvimento e operacionalização dos sistemas de controle e ordenamento florestal, implementação do programa TO-LEGAL, licenciamento florestal da propriedade rural, autorização		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
2.230 propriedades rurais regularizadas	6.533	292,96
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
293.655,00	291.327,32	99,21
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal	DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Principais Realizações: Vistorias com a finalidade de: concessão de créditos de reposição florestal; suplementação de material lenhoso; aproveitamento de material lenhoso; autorização de corte de floresta plantada. Gerenciamento do Sistema DOF: cadastro de requerimentos diversos; vistorias conjunta com o IBAMA de monitoramento das empresas consumidoras e dos detentores da AEF e fiscalização de carvoarias.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4225 - Monitoramento e fiscalização dos recursos naturais		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 40330 - Fundo Estadual de Meio Ambiente - FUEMA		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1010 - Meio Ambiente		
VINCULADA À INICIATIVA: Monitoramento e Fiscalização Ambiental para Controle e Ordenamento do Uso dos Recursos Naturais no Estado do Tocantins		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
6.030 ações desenvolvidas	6.250	103,65
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
1.917.864,00	777.068,15	40,52
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal	DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Descrição das atividades realizadas: Monitoramento e fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos; Monitoramento e fiscalização ambiental em propriedades rurais com Termos de Compromisso para Recuperação de Danos Ambientais visando averiguar o cumprimento dos TECORDAS e demais exigências ambientais; Elaboração de parecer técnico visando a emissão da renovação de Licença de Operação - LO de atividades e empreendimentos; Elaboração de parecer técnico visando embasar a emissão de declaração de bioma amazônico; Elaboração de termo de referência para aquisição de serviços de análise laboratorial de água e efluentes; Planejamento das atividades de monitoramento ambiental das propriedades rurais licenciadas; Elaboração de Termos de Referência para contratação de consultoria para realização do mapeamento das áreas de risco com acidentes com produtos químicos perigosos na BR-153, trecho Paraíso do Tocantins / Guaraí, plano de contingência e banco de dados, parte integrante do convênio com o Ministério de Meio Ambiente - MMA; Realização de fiscalização ambiental através das 16 Gerências Regionais distribuídas no Estado visando coibir crimes ambientais, como: pesca predatória, caça, desmatamento ilegal, extração e comercialização ilegal de produtos e sub-produtos florestais, instalação e operação de atividades e empreendimentos sem licença e outros; Realização de fiscalização no Parque Estadual da Ilha do Bananal/Cantão e Parque Estadual do Jalapão em apoio à Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas - DBAP; Blitz em pontos estratégicos visando prestar orientações à sociedade sobre o uso racional dos recursos naturais e as sanções previstas em lei, bem como aplicar as penalidades em casos de identificação de crimes contra o meio ambiente; Atendimento de denúncias registradas no Linha Verde e formalizadas diretamente no NATURATINS; Recolhimento de animais silvestres para soltura ou encaminhamento para tratamento e/ou reabilitação para soltura; Atendimento a demandas dos Ministérios Públicos estaduais e federal, poder judiciário e outras instituições; Emissão de autos de infração, notificações, termos de apreensões, termos de liberações e termos de desembargos, termos de recolhimento; Elaboração de pareceres para embasar a emissão de Autorizações para Transporte e Comercialização de Pescado; Julgamento de processos de Autos de Infração; Avaliação de processos para doação de bens apreendidos; Emissão de licenças para pesca amadora, em parceria com instituições e estabelecimentos comerciais conveniados; Participação em reuniões com os servidores da Diretoria para definir estratégia, repasse de orientações, alinhamento de expectativas, definir procedimento e outros; Participação em reuniões com outros setores do NATURATINS para tratar de assuntos como: solicitação de parceria, definição de estratégia de ações conjuntas, repasse de informações e outros. Participação de reuniões externas com várias empresas, instituições e órgão público como: INVESTCO, Ministério Público Estadual, MPE, IBAMA, Poder judiciário, CETESB e outras; Participação em cursos, seminários e palestras; totalizando capacitação de 35 Servidores.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2164 - Implantação e gerenciamento do Centro de Inteligência em Gestão e Monitoramento Ambiental		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 39010 - Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentavel		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1010 - Meio Ambiente		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação e gerenciamento do Centro de Inteligência em Gestão e Monitoramento Ambiental do Estado		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 centro implantado e gerenciado	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
7.406.880,00	29.880,00	0,40
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: A meta desta ação está atrasada, visto que para atingi-la é necessário seguir várias etapas que foram realizadas, como treinamento de técnicos de diversos órgãos do Estado em análise de imagens orbitais e produção de informações especializadas e mapas temáticos, bem como a elaboração do termo de referência para contratação de consultoria, que fará a implantação do Centro de Inteligência em Gestão e Monitoramento Ambiental do Tocantins - i-GAMA em 2013.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4070 - Concessão de empréstimo a pequenos empreendedores urbanos e rurais		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 10110 - Fundo de Desenvolvimento Economico e Social -FUNDES		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1022 - Mercado, Crédito e Trabalho		
VINCULADA À INICIATIVA: Concessão de empréstimo a população que possui empreendimento ou dono de pequenos negócios formais ou informais, micro produtores urbanos e rurais		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
17.000 empréstimos concedidos	5.428	31,96
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
8.316.501,00	6.192.323,60	74,46
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).	PROBLEMA: SIM
QUAL: Insuficiência de crédito orçamentário	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: O crédito orçamentário destinado a etapa programada é insuficiente para sua total realização	
NATUREZA: Financeira	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando o recurso financeiro não foi liberado ou liberado parcialmente, impossibilitando a realização da etapa programada	CAUSA: Órgão não possui recursos financeiros suficientes para demanda.
ANÁLISE: Ação em andamento normal. O órgão não possui recursos financeiros suficientes para a demanda de mutuários interessada em todo território do Estado. Trata-se do programa "Nossa Oportunidade" que concede empréstimos a empreendedores urbanos e rurais, formais e informais com valor limitado a R\$1.000,00 (1º empréstimo) a uma taxa de juros de 0,5% a.m e com prazo de até 24 meses. O valor do empréstimo aumenta à medida que o mutuário paga todas as parcelas do empréstimo não ultrapassando o limite de R\$5.000,00, ou seja, pagando o 1º empréstimo de R\$1.000,00 ele pode pleitear o 2º empréstimo com valor máximo de R\$2.000,00, assim até R\$5.000,00. No ano de 2012 foram realizados empréstimos a 5.428 empreendedores, ou seja, 5.428 famílias beneficiadas em todo o estado do Tocantins. Ainda não foram realizados empréstimos com valor maior que R\$1.000,00.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4249 - Promoção da economia solidária e do empreendedorismo		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 42660 - Fundo Tocantinense de Economia Solidaria - FTES		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1022 - Mercado, Crédito e Trabalho		
VINCULADA À INICIATIVA: Fortalecimento das políticas voltadas para a inclusão produtiva considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção a população em condição de extrema pobreza		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
30 empreendimentos contemplados	3	10,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
1.750.078,00	387.846,35	22,16
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada e comprometida	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada e comprometida em relação ao cronograma previsto (com atraso superior a 41% do tempo previsto).	PROBLEMA: SIM
QUAL: Outras causas	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela	
ANÁLISE: Realização junto às comunidades dos 13 municípios com a participação de 9.179 pessoas para criação do Comitê Gestor. E convenio com 3 entidades para atender famílias em vulnerabilidade social. A meta não foi executada como o planejado devido a necessidade da Institucionalização do Comitê Gestor Estadual do Plano Estadual Tocantins Sem Miséria e a regulamentação dos Conselhos Regionais de Economia Solidária, as atividades serão desenvolvidas no próximo exercício.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2247 - Qualificação profissional		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 41010 - Secretaria do Trabalho e da Assistência Social		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1022 - Mercado, Crédito e Trabalho		
VINCULADA À INICIATIVA: Promoção do acesso do trabalhador ao mercado de trabalho		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
500 trabalhadores qualificados	232	46,40
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
852.127,00	422.101,14	49,54
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).	PROBLEMA: SIM
QUAL: Morosidade de Processos Administrativos	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A etapa apresenta interrupção ou atrasos no processo de licitação A etapa apresenta interrupção ou atrasos no processo de licitação A etapa apresenta interrupção ou atrasos no processo de licitação	
ANÁLISE: De janeiro a novembro de 2012 foram qualificados 232 trabalhadores no município de Palmas, Gurupi e Araguaina nos cursos de balconista de farmácia, recepcionista de serviços de saúde, vendedor, auxiliar de pessoal, operador de telemarketing, auxiliar de crédito e cobrança, auxiliar administrativo, operador de caixa, manicure/pedicure e frentista para o mercado de trabalho. As dificuldades de execução se deram devido os entraves na licitação.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2157 - Gestão do Sistema Estadual de Convênios		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 13010 - SEPLAN		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1033 - PLANEJAMENTO E GESTAO PUBLICA		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação e gestão do Sistema Estadual de Gestão de Convênios		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 sistema implantado	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
1.400.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: A ser iniciada		DEFINIÇÃO: Prevista para ser iniciada em data futura
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Não houve execução devido ao Empréstimo com o Banco Mundial ter sido contratado em dezembro de 2012. Não havendo tempo hábil para execução.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2121 - Divulgação de informações socioeconômicas do Estado do Tocantins via interface web		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 13010 - SEPLAN		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1033 - PLANEJAMENTO E GESTAO PUBLICA		
VINCULADA À INICIATIVA: Divulgação das Informações Sócio-econômicas do Estado do Tocantins via Interface Web		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 sistema implantado	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
0,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada		DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).
QUAL: Insuficiência de crédito orçamentário		PROBLEMA: SIM
		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: O crédito orçamentário destinado a etapa programada é insuficiente para sua total realização
NATUREZA: Orçamentária	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a dotação orçamentária for cancelada ou insuficiente para a realização da etapa	CAUSA: Dotação orçamentária insuficiente para aquisição de software para a Divulgação de informações socioeconômicas via interface Web.
ANÁLISE: A ação de Divulgação de Informações sócioeconômicas do Estado do Tocantins via interface Web está atrasada, em razão de insuficiência de recurso orçamentário para aquisição de ferramentas de software. Alternativamente, se está a espera de que o Estado do Tocantins adquira com recursos do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável - PDRIS, uma licença corporativa de um Sistema de Informações Geográficas - GIS, para avaliar se uma de suas ferramentas é funcional para fazer a divulgação de informações sócioeconômicas via interface web.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1112 - Implantação da metodologia do escritório de gerenciamento de projetos e ferramentas de acompanhamento		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 13010 - SEPLAN		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1033 - PLANEJAMENTO E GESTAO PUBLICA		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação do escritório de projetos - PDRIS		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
70% da metodologia e ferramentas do EGP implantado	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
2.000.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: A ser iniciada	DEFINIÇÃO: Prevista para ser iniciada em data futura	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Não houve recursos para sua inicialização em 2012.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2064 - Capacitação de servidores em planejamento, orçamento e gestão		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 13010 - SEPLAN		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1033 - PLANEJAMENTO E GESTAO PUBLICA		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação da Gestão para Resultados		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
200 servidores capacitados	90	45,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
202.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal		DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Realização de Oficina de projeção da receita da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 90 servidores da administração pública e outros poderes. Realização de palestras com as práticas do Programa de Eficiência do Gasto Público, para 30 servidores das seguintes instituições Seplan, Secad, Sefaz, Semades, Cge, Saúde, Infraestrutura, Agricultura e Educação. Os recursos previstos de operações de crédito da fonte 20, no montante de R\$ 200 mil não foram aplicados em decorrência do adiamento da assinatura do contrato de empréstimo com o Banco Mundial para financiamento do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável - PDRIS.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2166 - Implementação da Gestão para Resultados		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 13010 - SEPLAN		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1033 - PLANEJAMENTO E GESTAO PUBLICA		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação da Gestão para Resultados		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
Modelo implantado em 1 Órgão	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
1.010.467,00	16.000,00	1,58
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Paralisada		DEFINIÇÃO: Teve início e por decisão interna, por entrave burocrático, orçamentário, financeiro ou situação técnica, foi interrompida
QUAL: Necessidade de ação de outros órgãos		PROBLEMA: SIM
		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A etapa necessita para seu desenvolvimento de ação direta de outro órgão ou entidade externa.
NATUREZA: Financeira	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando o recurso financeiro não foi liberado ou liberado parcialmente, impossibilitando a realização da etapa programada.	CAUSA: Não houve liberação de recursos contatado junto ao Banco Mundial (PDRIS).
ANÁLISE: Foram realizadas várias ações preparatórias para o lançamento oficial da Gestão para Resultados, mas devido aos procedimentos em curso, inclusive referente à liberação de recursos contratados junto ao Banco Mundial (PDRIS), não se conseguiu viabilizar a implantação no presente ano.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2278 - Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Tocantins		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 13010 - SEPLAN		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1033 - PLANEJAMENTO E GESTAO PUBLICA		
VINCULADA À INICIATIVA: Atualização e elaboração de zoneamentos ambientais no Estado do Tocantins		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 zoneamento realizado	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
950.460,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal		DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Foi elaborado e discutido Termo de Referência para contratação dos serviços de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins. Este documento foi submetido ao Banco Mundial e não houve objeção quanto a sua execução. Houve início do processo de licitação, com a elaboração e publicação de Manifestação de Interesse para empresas interessadas na sua execução.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2089 - Construção de Indicadores Sócio Econômicos do Estado do Tocantins		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 13010 - SEPLAN		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1033 - PLANEJAMENTO E GESTAO PUBLICA		
VINCULADA À INICIATIVA: Construção de Indicadores Sócio-Econômicos do Estado do Tocantins		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 indicador construído	1	100,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
10.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Concluída		DEFINIÇÃO: Execução finalizada
QUAL: Outras causas		PROBLEMA: SIM
		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela
NATUREZA: Financeira	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando o recurso financeiro não foi liberado ou liberado parcialmente, impossibilitando a realização da etapa programada	CAUSA: Demora e erros na diagramação, bem como problemas financeiros impediram a publicação dos Indicadores socioeconômicos.
ANÁLISE: Os Indicadores Socioeconômicos do Estado do Tocantins foi atualizado e entregue no mês de março para a Agência de Publicidade PUBLIC para efetuar a diagramação e publicação, todavia em razão da demora e erros na diagramação, e por problemas financeiros não foi feita a publicação.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2218 - Modernização da Gestão e do Planejamento		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 13010 - SEPLAN		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1033 - PLANEJAMENTO E GESTAO PUBLICA		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação da Gestão para Resultados		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 gestão pública modernizada	1	100,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
4.195.219,00	2.679.564,62	63,87
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal		DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.
QUAL: Insuficiência de recursos materiais		PROBLEMA: SIM
		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A unidade não dispõe de material básico suficiente ou adequado para realizar a etapa.
NATUREZA: Financeira	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando o recurso financeiro não foi liberado ou liberado parcialmente, impossibilitando a realização da etapa programada	CAUSA: Em virtude da 3ª parcela do convênio não ser desembolsada pelo Ministério, a ação não será executada em sua totalidade.
ANÁLISE: Nesta ação está sendo executado o convênio entre Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e SEPLAN, que tem por objetivo a modernização da gestão pública - PNAGE. Foram realizados cursos de capacitação em Planejamento na Administração Pública pelo Método BSC, Gerenciamento de Projetos e Gestão por Competência; implantação de sistema de recursos humanos e folha de pagamento - ERGON; aquisição de equipamentos de informática para a secretaria; Contratação de instituição educacional - UNITINS - para realização do MBA em gerenciamento de Projetos Governamentais, com 40 vagas para técnicos das diversas secretarias do estado; participação em Congressos, Workshop's, Visitas Técnicas em diversos Estados, visando o conhecimento e aprendizado nas áreas de planejamento, orçamento e gestão.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1082 - Elaboração de planos regionais para as regiões administrativas e cidades de fronteiras		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 13010 - Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1033 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA		
VINCULADA À INICIATIVA: Planejamento, Desenvolvimento e desconcentração regional		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FÍSICA
2 planos elaborados	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
450.204,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: A ser iniciada		DEFINIÇÃO: Prevista para ser iniciada em data futura.
QUAL: Indefinição ou reavaliação de projetos técnicos		PROBLEMA: SIM
		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A etapa está em desvio em razão da necessidade de revisão ou redefinição do projeto técnico.
NATUREZA: Administrativa	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a execução da etapa necessita de algum procedimento administrativo interno ou externo, de tomada de decisão administrativa ou ainda, quando a execução foi interrompida em consequência de alterações na organização administrativa do Governo.	CAUSA: Demora na assinatura no termo de contrato com o BIRD.
ANÁLISE: A assinatura do contrato de empréstimo com o BIRD somente foi realizado dia 5 de dezembro de 2012, impossibilitando a execução dos trabalhos programados. Aguardando a efetivação da PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional para dar início aos planos regionais.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2226 - Operacionalização das regiões administrativas e unidades técnicas regionais		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 13010 - Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1033 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA		
VINCULADA À INICIATIVA: Planejamento, Desenvolvimento e desconcentração regional		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FÍSICA
2 regiões administrativas e 4 unidades regionais	4	66,67
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
304.117,00	244.057,85	80,25
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada		DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).
QUAL: Insuficiência de recursos humanos		PROBLEMA: SIM
NATUREZA: Técnica		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A dotação orçamentária está indisponível para a realização da etapa, mas a cota financeira não é suficiente ou ainda não foi liberada.
QUAL: Insuficiência de recursos materiais		ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Depende de avaliação ou estudos técnicos para realização da etapa programada.
NATUREZA: Administrativa		CAUSA: Falta complementar o quadro técnico administrativo nas UTR e Regiões Administrativas.
QUAL: Pendência de decisão		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A unidade não dispõe de material básico suficiente ou adequado para realizar a etapa.
NATUREZA: Política		ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a execução da etapa necessita de algum procedimento administrativo interno ou externo, de tomada de decisão administrativa ou ainda, quando a execução foi interrompida em consequência de alterações na organização administrativa do Governo.
QUAL: Pendência de decisão		CAUSA: Faltou estratégia para organização administrativa em cada UTR e Região Administrativa.
NATUREZA: Política		ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Depende de vontade ou decisão política para viabilização da etapa prevista.
NATUREZA: Política		CAUSA: A decisão de implantação e implementação necessitava de autorização superior.
ANÁLISE: Manutenção das Unidades Técnicas Regionais de Araguatins, Ponte Alta do Tocantins, Pedro Afonso e Dianópolis. (aluguel, água, luz, telefone e funcionários); Realização de consultas públicas em 42 municípios da área de abrangência do PDRIS - Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável, para iniciar a elaboração de Agendas de Desenvolvimento Municipal, escolher os trechos e pontos críticos a serem beneficiados com pequenas obras hidráulicas (pontes até 30 metros, bueiros, galerias e gabiões).		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1136 - Implantação dos É Pra Já		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 13010 - Secretaria do Planejamento e da Modernizacao da Gestao Publica		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1033 - PLANEJAMENTO E GESTAO PUBLICA		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação de unidades de É PRA JÁ		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
5 unidades implantadas	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
1.885,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: A ser iniciada		DEFINIÇÃO: Prevista para ser iniciada em data futura
QUAL: Insuficiência de crédito orçamentário		PROBLEMA: SIM
		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: O crédito orçamentário destinado a etapa programada é insuficiente para sua total realização.
NATUREZA: Financeira	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando o recurso financeiro não foi liberado ou liberado parcialmente, impossibilitando a realização da etapa programada.	CAUSA: Procura de parceiros privados para arcar com os desembolsos.
ANÁLISE: O recurso a ser liberado pela contratação pela modalidade PPP - Parcerias Públicas Privadas precisa de algumas ações antecedentes tais como: Convocação o comitê e apresentação da proposta de contratação abertura de novos É PRA JÁ pela modalidade de PPP; e, Aprovação do Termo de Referência.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2093 - Criação de Comitê de Bacia Hidrográfica		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 39010 - Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentavel		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1011 - Recursos Hídricos		
VINCULADA À INICIATIVA: Criação de Comitê de Bacia Hidrográfica		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 comitê de bacia criado	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
0,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Não iniciada		DEFINIÇÃO: Sem execução física, nem financeira, não foi iniciada no prazo previsto ou por decisão do gestor da unidade, não há interesse, necessidade ou condições de executá-la (orçamento financeiro insuficiente ou não liberado). PROBLEMA: SIM
QUAL: Outras causas		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela.
NATUREZA: Outra	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Nesta meta física estava prevista a criação de um comitê de bacia hidrográfica, devido à falta de corpo técnico para execução do processo de criação do mesmo foi transferido para o ano de 2013, na UG do Fundo Estadual de Recursos Hídricos.	CAUSA: Contingenciamento de despesas na fonte 100 Unidade Gestora da SEMADES.
ANÁLISE: Foi instalado o Comitê das Bacias Hidrográficas do Entorno do Lago da UHE - Luís Eduardo Magalhães, porém, a criação do comitê previsto para este ano nesta ação não foi realizado devido o contingenciamento de despesas da fonte 100, vale ressaltar que esta ação foi transferida a sua realização para o ano de 2013 na UG do Fundo Estadual de Recursos Hídricos.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
3047 - Desenvolvimento e financiamento de planos, projetos, estudos e pesquisas de recursos hídricos		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 40590 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1011 - Recursos Hídricos		
VINCULADA À INICIATIVA: Desenvolvimento e financiamentos de planos, projetos, estudos e pesquisas de recursos hídricos		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
2 propostas financiadas	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
1.002.086,00	1.002.085,75	100,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).	
QUAL: Morosidade de Processos Administrativos		PROBLEMA: SIM
QUAL: Morosidade de Processos Administrativos		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A etapa apresenta interrupção ou atrasos no processo de licitação
NATUREZA: Administrativa	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a execução da etapa necessita de algum procedimento administrativo interno ou externo, de tomada de decisão administrativa ou ainda, quando a execução foi interrompida em consequência de alterações na organização administrativa do Governo.	CAUSA: O processo com o Edital de contratação de ONG's e OSCIP's para revitalização/recuperação de nascentes encontra-se em andamento entre a SEMADES e a PGE-TO.
QUAL: Necessidade de ação de outros órgãos		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A etapa necessita para seu desenvolvimento de ação direta de outro órgão ou entidade externa.
NATUREZA: Administrativa	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a execução da etapa necessita de algum procedimento administrativo interno ou externo, de tomada de decisão administrativa ou ainda, quando a execução foi interrompida em consequência de alterações na organização administrativa do Governo.	CAUSA: Por se tratar de empresa estrangeira, a formalização do convênio entre a SEMADES e a TRAGSA S.A foi submetida à trâmites jurídicos/administrativos que independiam da tomada de decisão da SEMADES.
ANÁLISE: Dois editais publicados pela FAPT (Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins) estão sendo financiados com recursos do FERH (Fundo Estadual de Recursos Hídricos). Um acordo firmado entre a Semades (Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e a FAPT lançados em 03 de dezembro de 2012. Um dos editais irá contemplar até 10 projetos de pesquisa científica e tecnológica, voltados à racionalização do uso e melhoria dos recursos hídricos, no valor de R\$ 100 mil cada, incluindo ainda 10 bolsas de iniciação científica (nível graduação), para cada projeto citado acima. Já o outro edital contemplará até 07 Bolsas de Doutorado em Biologia e Ecologia das Alterações Globais junto à Universidade de Aveiro, em Portugal. Além disso, foi firmado convênio com a empresa TRAGSA S.A em 28 de novembro de 2012, este convênio tem como objetivo o apoio técnico à Gestão de Recursos Hídricos junto aos Comitês das Bacias Hidrográficas do Rio Formoso, do Rio Manuel Alves e do Entorno do Lago da UHE - Lajeado (Lago de Palmas). Para o ano de 2013 está previsto o lançamento de mais um edital para ONGs e OSCIP's visando à execução de projetos de recuperação/revitalização de nascentes em Bacias Hidrográficas do Estado.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2093 - Criação de Comitê de Bacia Hidrográfica		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 39010 - Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentavel		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1011 - Recursos Hídricos		
VINCULADA À INICIATIVA: Criação de Comitê de Bacia Hidrográfica		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 comitê de bacia criado	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
0,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Não iniciada		DEFINIÇÃO: Sem execução física, nem financeira, não foi iniciada no prazo previsto ou por decisão do gestor da unidade, não há interesse, necessidade ou condições de executá-la (orçamento financeiro insuficiente ou não liberado). PROBLEMA: SIM
QUAL: Outras causas		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela.
NATUREZA: Outra	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Nesta meta física estava prevista a criação de um comitê de bacia hidrográfica, devido à falta de corpo técnico para execução do processo de criação do mesmo foi transferido para o ano de 2013, na UG do Fundo Estadual de Recursos Hídricos.	CAUSA: Contingenciamento de despesas na fonte 100 Unidade Gestora da SEMADES.
ANÁLISE: Nesta meta física foi instalado o Comitê das Bacias Hidrográficas do Entorno do Lago da UHE - Luís Eduardo Magalhães, porem, a criação do comitê previsto para este ano nessa ação não foi realizado devido o contingenciamento de despesas da fonte 100, vale ressaltar que essa ação foi transferida a sua realização para o ano de 2013 na UG do Fundo Estadual de Recursos Hídricos.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1081 - Elaboração de planos e estudos de recursos hídricos		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 39010 - Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentavel		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1011 - Recursos Hídricos		
VINCULADA À INICIATIVA: Elaboração de planos e estudos de recursos hídricos		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 plano elaborado	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
440.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).	
QUAL: Alteração na programação da unidade gestora		PROBLEMA: SIM
ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Alteração na programação da unidade gestora		
NATUREZA: Administrativa	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a execução da etapa necessita de algum procedimento administrativo interno ou externo, de tomada de decisão administrativa ou ainda, quando a execução foi interrompida em consequência de alterações na organização administrativa do Governo.	CAUSA: Aguardando análise dos documentos (Termos de Referência) enviados pela SEMADES -TO ao Banco Mundial (agente financiador).
ANÁLISE: Foram elaborados dois (2) Termos de Referência para contratação de consultoria a fim de realizar os estudos na área de interesse (Estudo de metodologia e avaliação dos impactos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Formoso e Elaboração de projeto demonstrativo de gestão sustentável da Microbacia Hidrográfica do Rio Providência). O convênio entre o Governo do Estado do e o Banco Mundial foi assinado em dezembro de 2012. Os documentos supracitados foram enviados para análise e avaliação do Banco Mundial pela SEMADES que está aguardando o parecer deste órgão para a execução das ações. Após aprovação do Banco Mundial será dado encaminhamentos aos trâmites pertinentes, a fim de se contratar as consultorias para a realização dos trabalhos.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1193 - Revitalização de bacias hidrográfica em situação de vulnerabilidade e degradação ambiental		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 39010 - Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentavel		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1011 - Recursos Hídricos		
VINCULADA À INICIATIVA: Revitalização de bacias hidrográficas em situação de vulnerabilidade e degradação ambiental		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
4 bacias hidrográficas revitalizadas	1	25,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
1.133.511,00	80.429,48	7,10
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).	PROBLEMA: SIM
QUAL: Outras causas	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela.	
NATUREZA: Outra	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Cronograma de execução do Projeto de 2 anos.	CAUSA: O Projeto de Revitalização de Ipucas na planície do Araguaia, Estado do Tocantins é fruto de um Convênio celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do Tocantins através da SEMADES e tem duração de dois anos, estando o cronograma de
QUAL: Outras causas	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela.	
NATUREZA: Financeira	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando o recurso financeiro não foi liberado ou liberado parcialmente, impossibilitando a realização da etapa programada.	CAUSA: Os 3 (três) Projetos de revitalização de bacias hidrográficas que serão financiados pelo Banco Mundial (PDRIS): 1. Aquisição e instalação de equipamentos de laboratório para análise e conservação de sementes para implementação do CRAD e 2.
ANÁLISE: Projeto Revitalização de Ipucas na planície do Araguaia, Estado do Tocantins: este projeto terá duração de dois anos, está sendo executado nos municípios de Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia e pretende atingir além dos produtores rurais, toda a comunidade local. Já ocorreram reuniões com gestores públicos, produtores rurais e sociedade civil organizada. Está ocorrendo coleta de sementes das espécies nativas de Ipucas e logo em seguida estas são cultivadas no viveiro. A maioria dos materiais que estão sendo e que serão utilizados no projeto já foram adquiridos. Termos de adesão ao Projeto estão sendo assinados pelos produtores rurais que terão as áreas de Ipucas dentro de suas propriedades recuperadas. Enfim, o Projeto está sendo executado normalmente, conforme previsto no cronograma de execução. Aquisição e instalação de equipamentos de laboratório para análise e conservação de sementes para implementação do Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas - CRAD; Aquisição e instalação de equipamentos do viveiro para produção de mudas para implementação do Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas - CRAD; e Construção de 330 Barraginhas na região sudeste do Estado do Tocantins: estes 3 projetos de revitalização de bacias serão financiados pelo Banco Mundial (PDRIS). Os Termos de Referência referente a cada Projeto já foram elaborados e encaminhados para o Banco para análise.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
3067 - Fortalecimento dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 40590 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1011 - Recursos Hídricos		
VINCULADA À INICIATIVA: Fortalecimento dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 Instrumento fortalecido	1	100,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
513.237,00	512.635,33	99,88
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Concluída		DEFINIÇÃO: Execução finalizada
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Nesta ação foram realizadas todas as metas previstas como: Apoio em participação de eventos estaduais, nacionais e internacionais (RIO +20) para fins de conhecimentos técnicos e trocas de experiências; Aquisição de materiais permanentes (carros) para uso da SEMADES; Aquisição de bens para manutenção das Plataformas de Coleta de Dados hidrometereológicas; Aquisição, reposição e instalação da Plataforma de Coleta de Dados Hidrometereológica no município de Porto Nacional; Participação dos membros dos Comitês dos rios Manuel Alves e Formoso em workshop, cursos, minifóruns e no XIV Encontro Nacional de Comitê de Bacias Hidrográficas; Realização da 3ª Semana Estadual da Água; Apoio na realização dos minifóruns das Águas realizados nos municípios de Araguaína, Peixe, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Porto Nacional e Palmas; e, Processo em fase de licitação para a contratação de serviços de consultoria para apoiar o Instituto Natureza do Tocantins na integração do Sistema de Apoio à Decisão para Outorga com o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4166 - Implementação de ações de adaptação e mitigação de situações de emergência ambiental		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 40590 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1011 - Recursos Hídricos		
VINCULADA À INICIATIVA: Implementação de ações de adaptação e mitigação de situações de emergência ambiental		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 Situação emergencial atendida	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
64.447,00	64.446,55	100,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).	PROBLEMA: SIM
QUAL: Morosidade de Processos Administrativos	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A etapa apresenta interrupção ou atrasos no processo de licitação.	
NATUREZA: Administrativa	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a execução da etapa necessita de algum procedimento administrativo interno ou externo, de tomada de decisão administrativa ou ainda, quando a execução foi interrompida em consequência de alterações na organização administrativa do Governo.	CAUSA: O Processo para os tramites licitatórios da empresa que iria realizar as obras de construção das barraginhas teve início em março de 2012, finalizando somente em setembro de 2012.
ANÁLISE: Projeto Barraginhas: Este projeto visa a construção de 480 barraginhas na Região Sudeste do Estado do Tocantins, sendo 240 na zona rural do município de Conceição do Tocantins e 240 do Paranã, atendendo comunidades quilombolas e agricultores familiares. Foram realizadas capacitações voltadas aos técnicos do RURALTINS para acompanhamento e fiscalização das obras de construção das Barraginhas. As obras de construção das barraginhas estão em andamento, até o final de dezembro de 2012 foram construídas 40 barraginhas na zona rural de Conceição do Tocantins, beneficiando cerca de 16 famílias.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4267 - Promoção do levantamento da situação fundiária estadual		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 34510 - Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1007 - Regularização Fundiária		
VINCULADA À INICIATIVA: Realização de diagnóstico fundiário		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
42.000 ha analisados	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
7.013,00	7.012,5	99,99
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Não iniciada	DEFINIÇÃO: Sem execução física, nem financeira, não foi iniciada no prazo previsto ou por decisão do gestor da unidade, não há interesse, necessidade ou condições de executá-la (orçamento financeiro insuficiente ou não liberado).	
QUAL: Alteração na programação da unidade gestora		PROBLEMA: SIM
ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A etapa apresenta desvio em razão da mudança de prioridade por decisão interna, externa ou outra		
NATUREZA: Orçamentária	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a dotação orçamentária for cancelada ou insuficiente para a realização da etapa	CAUSA: Necessidade de utilização dos recursos em outras ações consideradas prioritárias
ANÁLISE: O orçamento inicial desta ação (R\$ 103.000,00) foi cancelado quase que na sua totalidade, restando autorizado somente R\$ 9.000,00, sendo que deste valor foi gasto R\$ 6.000,00 com aluguel de GPS e R\$ 1.012,50. O cancelamento acima noticiado ocorreu em razão de ter sido dado prioridade a outras ações que foram consideradas de maior relevância para o processo de regularização fundiária.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4284 - Realização de demarcação de terras públicas		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 34510 - Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1007 - Regularização Fundiária		
VINCULADA À INICIATIVA: Realização de diagnóstico fundiário		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
404.500 ha de demarcações públicas realizadas	278.700,69	68,90
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
2.942.820,00	396.877,17	13,49
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).	PROBLEMA: SIM
QUAL: Alteração na programação da unidade gestora	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A etapa apresenta desvio em razão da mudança de prioridade por decisão interna, externa ou outra	
NATUREZA: Financeira	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando o recurso financeiro não foi liberado ou liberado parcialmente, impossibilitando a realização da etapa programada	CAUSA: Falta de recursos financeiros provenientes de convênios com órgãos federais
ANÁLISE: A demarcação de terras estaduais para o exercício de 2012 teve uma meta física prevista de 403.500,0000 hectares, sendo que da referida meta foi cumprido 69,05%, ou seja, foi medida e demarcada uma área de 278.626,6711 hectares. A meta física não foi atingida na sua totalidade em razão de que dos recursos orçamentários iniciais (R\$ 3.268.076,00), cerca de 87,5%, ou seja, o valor de R\$ 2.860,076,00 eram recursos de convênios com órgãos federais. Ocorre que a celebração do convênio para medição e demarcação de terras com tal fonte de recursos somente ocorreu em 13/12/2012, com execução para os exercícios seguintes.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
3084 - Implantação de sistemas de abastecimento de água		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 34970 - Agencia Tocantinense de Saneamento - ATS		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1015 - Saneamento		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
2 sistemas implantados	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
1.598,00	1.597,50	99,97
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Paralisada		DEFINIÇÃO: Teve início e por decisão interna, por entrave burocrático, orçamentário, financeiro ou situação técnica, foi interrompida.
QUAL: Insuficiência de crédito orçamentário		PROBLEMA: SIM
QUAL: Insuficiência de crédito orçamentário		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: O crédito orçamentário destinado a etapa programada é insuficiente para sua total realização
NATUREZA: Técnica	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Depende de avaliação ou estudos técnicos para realização da etapa programada	CAUSA: Estruturação logística, corpo técnico insuficiente, e principalmente recursos autorizados não atendem as demandas
QUAL: Outras causas		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela
NATUREZA: Jurídica	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: A execução da etapa depende da definição ou decisão jurídica	CAUSA: Depende de autorização legal, ou seja concessões por parte dos municípios com vistas à operacionalização dos sistemas de saneamento. E ainda assunção dos ativos e passivos oriundos do Pacto Parcial de Cisão entre o governo do Estado do Tocantins
ANÁLISE: Considerando que o serviço de abastecimento de água no Estado do Tocantins se encontra universalizado, esta ação priorizou a realização de visitas técnicas de mapeamento de áreas, levantamento populacional e logístico, nos municípios de Luzinópolis, Angico e Goianorte (Povoado da Esperança Bendita), em conjunto com a ação 3084 - ampliação de sistemas de abastecimento de água – e acompanhamentos de processos licitatórios de expansão de redes paralisados de exercícios anteriores. No entanto, dificuldades foram detectadas no que se refere às autorizações legais por parte dos municípios e o pleno atendimento da legislação do setor de saneamento quanto à sua operacionalização. Outro fator limitante diz respeito ao orçamento insuficiente autorizado.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
3085 - Implantação de sistemas de esgotamento sanitário		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 34970 - Agencia Tocantinense de Saneamento - ATS		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1015 - Saneamento		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação e Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
2 sistemas implantados	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
479.605,00	29.604,75	6,17
SITUAÇÃO DA AÇÃO: A ser iniciada		DEFINIÇÃO: Prevista para ser iniciada em data futura
QUAL: Insuficiência de crédito orçamentário		PROBLEMA: SIM
		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: O crédito orçamentário destinado a etapa programada é insuficiente para sua total realização
NATUREZA: Orçamentária	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a dotação orçamentária for cancelada ou insuficiente para a realização da etapa	CAUSA: Estruturação logística, corpo técnico insuficiente, e principalmente recursos autorizados não atendem as demandas
QUAL: Outras causas		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela
NATUREZA: Jurídica	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: A execução da etapa depende da definição ou decisão jurídica	CAUSA: Depende de autorização legal, ou seja, concessões por parte dos municípios com vistas à operacionalização dos sistemas de saneamento. E ainda assunção dos ativos e passivos oriundos do Pacto Parcial de Cisão entre o governo do Estado do Tocantins
ANÁLISE: Ao contrário do serviço de abastecimento de água, o de esgotamento sanitário, no âmbito dos municípios que estarão sob a responsabilidade desta agência; não são providos de redes urbanas de esgoto, indicativo da necessidade de se priorizar na forma da lei, investimentos e oferecimento de serviços técnicos na sua operacionalização. Em 2012, realizaram-se visitas técnicas para mapeamento, levantamento populacional e logístico para implantação e ampliação de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) nos municípios de Abreulândia, Marianópolis, Divinópolis, Monte Santo, Aparecida do Rio Negro, Santa Tereza do Tocantins, Novo Acordo, Bernardo Sayão, Couto Magalhães, Itaporã do Tocantins, Juarina, Pequizeiro, Recursolândia, Centenário, e Lizarda. Resultaram dessas visitas, o devido mapeamento e dados técnicos que resultaram nos projetos estruturantes de investimentos em sistemas de esgotamento sanitário e estações elevatórias. As maiores dificuldades encontradas nas referidas ações foram à falta de equipamentos e ferramentas, áreas legalizadas para implementação nos municípios, pessoal qualificado e ou treinado, bem como orçamento aprovado insuficiente para investimento na área de esgotamento sanitário.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
3073 - Implantação de aterros sanitários		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 34970 - Agencia Tocantinense de Saneamento - ATS		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1015 - Saneamento		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação, Ampliação e Aparelhamento de Sistema de Resíduos Sólidos		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
2 aterros sanitários construídos	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
90.000,00	90.000,00	100,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: A ser iniciada		DEFINIÇÃO: Prevista para ser iniciada em data futura
QUAL: Insuficiência de crédito orçamentário		PROBLEMA: SIM
		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: O crédito orçamentário destinado a etapa programada é insuficiente para sua total realização
NATUREZA: Orçamentária	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a dotação orçamentária for cancelada ou insuficiente para a realização da etapa	CAUSA: Estruturação logística, corpo técnico insuficiente, e principalmente recursos autorizados não atendem as demandas
QUAL: Outras causas		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela
NATUREZA: Jurídica	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: A execução da etapa depende da definição ou decisão jurídica	CAUSA: Depende de autorização legal, arranjos institucionais (consórcios públicos intermunicipais) e de cunho ambiental e fundiário com vistas à implantação e operacionalização de sistema de resíduos sólidos.
ANÁLISE: Ressaltamos que esta ação executou a demanda proveniente de convênio concedido ao município de Couto Magalhães, através de transferência de recursos na ordem de R\$90.000,00 (noventa mil reais) para a aquisição de 1 (um) caminhão (3/4) basculante de 4.000 Kg para operacionalizar o transporte e limpeza urbana dos resíduos sólidos daquele município; via emenda parlamentar da Dep. Amália Santana. Ressaltamos que durante este exercício, em cumprimento aos cronogramas de desembolso e expedientes formais, foram executados através de repasse os saldos dos convênios celebrados no exercício 2011, a seguir: a) Objeto: aquisição de 01 caminhão compactador, Prefeitura Municipal de Colméia - TO, Convênio Nº. 001/2011, valor R\$200.000,00; e, b) Objeto: construção de módulos sanitários residenciais, Prefeitura Municipal de Tocantinópolis - TO, Convênio Nº. 003/2011, valor R\$ 150.000,00. As atividades inerentes à construção de aterros sanitários sofreram com o contingenciamento orçamentário, e ainda face às exigências legais e institucionais de complexa execução; haja vista a necessidade de arranjos institucionais (consórcios intermunicipais, legalização ambiental de áreas para instalação) comprometeu o devido alcance das metas ora estipuladas no PPA 2012.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4164 - Implementação das atividades de informação em saúde em medicina tropical e saúde pública		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 30550 - Fundo Estadual de Saude		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1021 - Saúde Direito do Cidadão		
VINCULADA À INICIATIVA: Desenvolvimento de atividades de Informação em Saúde em Medicina Tropical e Saúde Pública		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
30 atividades implementadas	7	23,33
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
4.330,00	2.584,25	59,68
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal	DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Desenvolvido e implementado o sistema de "Podcast", um canal de comunicação informal de grande utilidade, que permite a transmissão e distribuição de notícias, áudios, vídeos e informações diversas na internet, o que contribui para a disseminação da informação de maneira fácil, rápida e gratuita. Implementado os serviços de comunicação através das Redes Sociais (Twitter e Facebook), mais dois canais de comunicação que contribui ainda mais para a disseminação da informação em saúde. Administração do portal da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins quanto ao lançamento de chamadas, notícias e a editoração de fotos. Assim como a administração e manutenção dos sistemas do Patrimônio, do Almoxarifado e do sistema de controle de compostos químicos da Fundação de Medicina Tropical.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4147 - Gerenciamento do risco sanitário		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 30550 - Fundo Estadual de Saude		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1021 - Saúde Direito do Cidadão		
VINCULADA À INICIATIVA: Vigilância sanitária de produtos, serviços alimentos e controle de infecção em serviços de saúde		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
905 riscos gerenciados	924	102,10
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
1.396.756,00	687.745,89	49,24
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal		DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.
		PROBLEMA: NÃO

ANÁLISE: A ação de Gerenciamento do Risco Sanitário foi eficiente, realizou-se 102% da meta física programada para 2012, utilizando-se 49,23 % do recurso autorizado. Cabe destacar que em relação à fonte 240 houve frustração de receita, visto à expectativa do recebimento de recursos oriundo da arrecadação das taxas de vigilância sanitária, o que não se concretizou. Ainda, em relação à fonte 251 existem processos empenhados e processos aguardando empenho, sendo que a execução do recurso deve ser realizada em 2013. Feitas essas observações, conclui-se que a execução do recurso alocado para essa ação foi satisfatória quando comparado ao montante disponibilizado e a meta física alcançada.

Das 905 atividades programadas para o ano, foram realizadas 924. Sendo: 445 inspeções sanitárias: 178 em serviços de saúde e de interesse a saúde, 88 em produtos (farmácias de manipulação, indústria de medicamentos e de saneantes e distribuidoras de medicamentos, correlatos, saneantes e cosméticos) e 179 em estabelecimentos de alimentos (indústrias de gelados comestíveis e de alimentos dispensados de registro). Realizou-se 169 coletas de produtos alimentícios para análises físico-químicas, microbiológicas e de resíduos de agrotóxicos conforme Programas de Monitoramento de Alimentos; investigou-se 4 surtos de Infecção Hospitalar nos municípios de Palmas e Araguaína e 01 surto de origem alimentar; atendeu-se há 59 denúncias, foram analisados 260 projetos arquitetônicos de estabelecimentos sujeitos a Vigilância Sanitária; realizou-se 23 ações de intervenção no risco sanitário em parceria com áreas da SESA e órgãos de atividades afins tais como Sec. Agricultura, Educação, Meio ambiente, Instituições de Ensino, MP, Procon, ADTUR dentre outras; 04 atividades educativas para a população; implantou-se em 19 VISA's municipais o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SINAVISA; cadastrou-se o SNGPC e o NOTIVISA em 11 VISA's municipais; concluiu-se a revisão do Código Sanitário. No que se refere às ações de aparelhamento e manutenção da VISA podemos ressaltar a viabilização de passagens aéreas, pagamento de diárias de técnicos da VISA, confecção de materiais gráficos e a instrução e encaminhamentos de procedimentos licitatórios para subsidiar as atividades programadas. Observa-se, ainda, que a VISA Estadual adquiriu dois veículos.

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4060 - Capacitação profissional em temas de vigilância no âmbito estadual e municipal		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 30550 - Fundo Estadual de Saúde		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1021 - Saúde Direito do Cidadão		
VINCULADA À INICIATIVA: Aprimoramento dos profissionais da vigilância em saúde no âmbito estadual e municipal		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
100 profissionais capacitados	120	120,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
3.361.668,00	1.231.684,35	36,64
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal	DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.	PROBLEMA: NÃO

ANÁLISE: A ação foi eficiente no ano de 2012, sendo autorizado como valor para a realização da ação de capacitação recurso anual de R\$ 3.361.668,00 para a Diretoria Geral de Vigilância e Proteção a Saúde. Liquidou-se neste ano a importância de R\$ 1.242.099,60 que corresponde a 37 % do valor programado como meta financeira. Como produto da meta física vinculou-se profissionais capacitados, sendo que o correto é capacitações realizadas sendo programadas como descritas na meta física 100 e executadas 120 correspondendo a 120% da meta. A incompatibilidade entre meta física e financeira justifica-se, pois as capacitações com alto custo não foram executadas devido aos entraves burocráticos oriundo dos processos educacionais.

Com o intuito de reduzir e superar as dificuldades encontradas, o Núcleo de Educação Permanente – NEP realizou reunião em todas as diretorias a fim de esclarecer sobre os processos educacionais em saúde /SETSUS. O monitoramento e acompanhamento de processos que influenciam diretamente a qualidade das capacitações estão sendo checados com constância. Abertura de processos para viabilização de diárias, hora aula, passagens, contratação de consultoria técnica, elaboração e confecção de material gráfico, locação de auditório, e/ou salas para realização de eventos, locação de equipamentos de informática e multimídia, hospedagem, coffee-break, alimentação. Diretoria de Informação e Operacionalização da Vigilância em Saúde / Coordenação do Sistema de Informação de Vigilância em Saúde: Gerência SIM/SINASC: No ano de dois mil e doze foram realizadas (02) capacitações para os municípios que haviam substituído seus digitadores, no período de 25 a 29 de junho do corrente ano, com municípios de Araguaína, Centenário, Formoso do Araguaia, Cachoeirinha, Gurupi, Lizarda, com participação dos digitadores (06), orientando-os sobre as atribuições dos digitadores municipais, manuseio e fluxo dos Sistemas Sobre Mortalidade - SIM e Nascidos Vivos - SINASC. Realizada capacitações em Implantação do livro de registro de sepultamento no período de 16 a 20 de abril do ano corrente, com participação de enfermeiros, digitadores, agentes comunitários de saúde, Secretários Municipais de Saúde, responsáveis pelos cemitérios, representantes de cartórios, responsáveis pelas funerárias, com seguintes municípios: Araguaína, Darcinópolis, Luzinópolis, Nazaré, Palmeiras, Santa Terezinha e Tocantinópolis. Realizado Georreferenciamento dos locais de sepultamento dos seguintes municípios: Aguiarnópolis, Arapoema, Bandeirantes, Bernardo Sayão, Babaçulândia, Darcinópolis, Filadélfia, Goatins, Itapiratins, Itaporã, Juarina, Luzinópolis, Nazaré, Nova Olinda, Palmeiras, Palmeirante, Pequizeiro, Santa Terezinha e Tupiratin. Gerência SINAN: Foram realizadas duas (02) capacitações no primeiro quadrimestre do ano para os municípios que haviam substituído seus digitadores, e no segundo quadrimestre foi realizada uma capacitação no período de 25 a 29/06/2012 com a presença de 1 coordenador (a), 3 enfermeiros (as) e 9 digitadores as quais foram realizadas no município de Palmas com objetivos de instruir os novos profissionais sobre manuseio, fluxo e periodicidade do envio das informações. Gerência de Vigilância do Óbito: No ano de 2012 a Vigilância do Óbito participou de eventos externos como: I Curso de Codificadores para a Região Norte (período de 12 a 18/08); 12º EXPOEPI (período de 15 a 20/10) e 1º Encontro Nacional de Codificadores: Em Busca da Qualidade da Causa Definida (período de 03 a 08/12). Coordenação de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde: Foram realizadas: 05 oficinas com as Áreas Técnicas da Vigilância por Diretoria (LACEN, DIOVS, VISA, DDTNT, DVASt e DVCRZ) para apresentação da proposta da PAVS para o biênio 2012/2013 no período de 31/07 a 03/08/2012; Apresentação na CIB da proposta de Programação das Ações de Vigilância em Saúde, no dia 29/08/2012. Participação de 2 técnicos na Oficina dos CGI Demográficos, Mortalidade, Morbidade e fatores de Risco, Recursos e Cobertura da RIPSa no Estado do Tocantins; Participação de 3 técnicos no Curso em Codificação de Causas de Óbito; Participação de 02 técnicos na Reunião da Oficina de Trabalho Interagencial - OTI/2012 da RIPSa/TO; Participação de técnicos nas Reuniões para orientação quanto ao Planejamento Estratégico da SESA; participação de técnico no Seminário de Planejamento estratégico; Participação de 2 técnicos na Oficina de Matriz do IDB/2011 e construção das fichas de qualificação dos Indicadores da RIPSa no Estado do Tocantins; Participação

de técnico no I Workshop em Projeto Básico e Gestão de Contratos; participação de 2 técnicos na Capacitação dos Recursos Básicos do ECO e BVS RIPS; Participação de 01 técnico na Especialização em Epidemiologia para o Monitoramento de Emergências em Saúde Pública; Participação de 02 técnicos no Curso de Interpretação do Algoritmo de Decisão de Emergências em Saúde Pública; Participação de 01 técnico na 1ª Oficina para discussão dos procedimentos de detecção e monitoramento das emergências em saúde pública no âmbito do CIEVS/Reunião Nacional do CIEVS; Participação de 01 técnico no 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva da ABRASCO; Participação de técnicos dos Núcleos de Gurupi, Dianópolis, Miracema, Porto Nacional, Palmas (HMDR, HGPP e HIP) e Araguaína (Dom Orione, HRA e HDT) na Oficina de Construção dos Parâmetros relativos aos indicadores do Programa de Vigilância, Prevenção e Controle de Chagas; Participação de 01 técnico na 12ª Expoepi em Brasília/DF. Realização da Oficina em Vigilância Epidemiológica de Doenças Transmissíveis e Zoonoses e Reunião mensal com representantes dos 14 NHE em Palmas/TO. Participação de 02 técnicos no Curso de Necropsia no Serviço de Verificação de Óbito em Palmas/TO; Participação de 01 técnico no Curso em Aperfeiçoamento da Vigilância Hospitalar Epidemiológica em São Paulo/SP. ; Participação de 01 técnico no curso de TABWIN nos dias 25 e 26 de junho; Participação de 01 técnico na capacitação de Investigação de Epizootias em primatas não Humanos. Serviço de Verificação de Óbito: no ano de 2012 realizado o acompanhamento do processo para a contratação de Curso de Capacitação em Técnicas de Necropsia e Tanatopraxia para os auxiliares de Necropsia do SVO do Estado. Diretoria de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador: DVAST: Vigilância Ambiental: Coordenação de Vigilância Ambiental- CVA - No ano de 2012 foram realizadas 06 Oficinas para elaboração do Plano de Ação de Educação Ambiental 2011 do Projeto Intersetorial de Educação Ambiental (MPE-SEMADES-NATURATINS-SESAU-SEDUC-SANEATINS-CIPAMA-BOMBEIROS DEFESA CIVIL), totalizando 80 participantes. Participação no curso Gestores do SUS oferecido pela Secretaria da Saúde através da SETSUS em parceria com a FIOCRUZ, participação de um servidor da vigilância ambiental em saúde. Participação também em eventos externos como demandas não programadas na reunião dos Dirigentes de Vigilância em Saúde de Estados e representantes do Cosems, em Brasília; Realizada uma palestra ministrada aos graduandos de Nutrição da Universidade Federal do Tocantins sobre Vigilância em Saúde Ambiental no Estado do Tocantins GT - Vigiagua: Realizado (01) Curso de Inspeção Sanitária em Formas de Abastecimento, em parceria com o município de Palmas (21 técnicos municipais, 10 técnicos estaduais e 01 técnico federal), para os municípios de Gurupi, Palmas, Araguaína, Tocantinópolis, Colinas, Porto Nacional, Araguatins, Paraíso e Xambioá. Realizadas (27) capacitações em Serviço do Sistema de Vigilância da Qualidade da água de Consumo Humano, para os municípios de Wanderlândia, Pugmil, Pium, Nova Rosalândia e Cristalândia, Tocantinópolis, Palmeiras, Darcinópolis, Santa Fé do Araguaia, Aguiarnópolis, Almas, Porto Alegre, Rio da Conceição, Dianópolis, Taipas, Taguatinga, Novo Jardim, Ponte Alta do Bom Jesus, Palmeirópolis, Jaú, São Salvador, Peixe, Parã, Tocantina, Lagoa do Tocantins, Santa Tereza, Lajeado, totalizando 27 técnicos municipais. Em demandas não programadas, participação na Oficina de Formação Inicial de Tutores do Curso de Capacitação em Vigilância da Água no Rio de Janeiro. GT - Vigedesastres: Realizadas (06) Capacitações em serviço para o monitoramento de vigilância em saúde de empreendimentos potencialmente poluidores, nos municípios de Rio da Conceição, Arraias, Duerê, Formoso do Araguaia, Darcinópolis, Tocantinópolis. Em demandas não programadas, participação da Oficina sobre a atuação da Vigilância em Saúde Ambiental e da Saúde do Trabalhador em acidentes com produtos químicos perigosos em Brasília/DF e participação no 4º Seminário Nacional sobre Saúde em Desastres como palestrante com o tema: Mapeamento de Ameaças e Vulnerabilidades; Participação do ciclo de capacitações promovidos pelo Ministério da Saúde por meio de 02 (duas) videoconferências; Participação da videoconferência: acidentes químicos - saúde ambiental e saúde do trabalhador no qual foi apresentado pela Equipe Técnica da MS uma projeção do planejamento para o ano de 2013. GT - Vigipeq - Realizadas videoconferências com os seguintes temas: Classificação de Produtos Químicos e Comunicação de Perigo; A vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador no contexto dos acidentes com produtos químicos perigosos: perspectiva para a saúde pública. Participação no Dia Nacional do Campo Limpo: Ação educativa do sistema de destinação final de embalagens vazias de agrotóxicos nos municípios de Silvanópolis e Pedro Afonso, evento promovido pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - INPEV e pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC, onde o Núcleo de Vigilância de População Exposta a Substâncias Químicas - VIGIPEQ, da Coordenadoria de Vigilância Ambiental participou ministrando a palestra Perfil Epidemiológico das Intoxicações por Agrotóxicos no Estado do Tocantins. Publicação do artigo: Vigilância de Populações Expostas a Substâncias Químicas - VIGIPEQ no Boletim Epidemiológico da Diretoria Geral de Vigilância e Proteção à Saúde do Tocantins. Em demandas não programadas, participação de 05 (cinco) Oficinas de trabalho sobre temas da vigilância de população exposta a poluentes atmosféricos - VIGIAR, articuladas pela CGVAM/SVS/MS, sendo: (i) Definição dos indicadores de processo para o VIGIAR; (ii) Avaliação do instrumento de Identificação de Município de Risco - IIMR; (iii) Estratégias de Monitoramento e Vigilância (Painel do VIGIAR); (iv) Avaliação da Estratégia de Unidade Sentinela do VIGIAR; e (v) Consolidação das ferramentas do novo modelo de vigilância de população exposta a poluentes atmosféricos - VIGIAR; Participação na Mostra Nacional de Experiências bem Sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças - EXPOEPI; Participação em Mesa Redonda sobre o Tema: Ações do Poder Público no Seminário Regional sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde e no Meio Ambiente e Lançamento no bico do Papagaio da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Coordenação de saúde do Trabalhador: No ano de 2012 realizado em Palmas o Curso de Epidemiologia Básica nos agravos de saúde do trabalhador (1º Módulo) que contou

com a participação de técnicos do núcleo de Informação dos Cerest-s Regionais de Araguaína e Palmas. Realizado o processo seletivo para o curso de Mestrado Profissional em Vigilância em Saúde do Trabalhador, visando o preenchimento de 03 vagas oferecidas à Coordenação de Saúde do Trabalhador/CEREST, porém a FIOCRUZ ofereceu mais uma vaga sem custo para a área técnica, o que viabilizou a participação de um quarto técnico do CEREST estadual. O Mestrado teve início no mês de maio, e já foram realizados 10 encontros, com aulas presenciais realizados de forma intercalada na FIOCRUZ de Brasília e Rio de Janeiro. Realizado o curso de Formação de Agentes do Controle Social em Saúde do Trabalhador, com dois encontros presenciais e o restante do curso na modalidade EAD. Esta em andamento o curso de Especialização em Epidemiologia em Saúde do Trabalhador, com a participação de dois técnicos do CEREST, com previsão de término em 2013. Como demandas não programada tivemos a participação de dois técnicos no VI Encontro da RENAST; participação de um técnico no V Encontro Nacional da CIST - Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador, realizado pelo CNS - Conselho Nacional de Saúde; participação de um técnico na reunião Nacional, da campanha permanente do Comitê Contra o Agrotóxico, a favor da vida; participação de um técnico como palestrante e facilitador no Seminário Regional sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde humana e ao ambiental, realizado na região do Bico do Papagaio; participação com palestrantes e debatedores I Encontro Estadual dos Técnicos em Segurança no Trabalho do Estado do Tocantins; participações como palestrantes no I Seminário de Saúde do Trabalhador de Porto Nacional; Participação no 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva - ABRASCO, com apresentação de trabalho na modalidade de pôster eletrônico com o tema: A Saúde do Trabalhador na Atenção Primária à Saúde no Tocantins: Um caminho de possibilidades a partir de um estudo de caso. O trabalho descreve o processo de desenvolvimento das ações de Saúde do Trabalhador na Atenção Primária de Saúde, no SUS no Tocantins, identificando possíveis fatores que favorecem e dificultam a implementação dessas ações, a partir de um estudo de caso desenvolvido no município de Palmas e que integra um projeto de pesquisa desenvolvida pela UFMG com apoio do Ministério da Saúde; Participação no II Simpósio Atenção Primária em Saúde do Trabalhador - potencialidades e desafios para o cuidado dos trabalhadores informais em Salvador - BA promovido pela Universidade Federal da Bahia/Instituto de Saúde Coletiva e Coordenação de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde. O evento teve como objetivo apresentar experiências de Saúde do Trabalhador na Atenção Primária a Saúde que estão sendo desenvolvidas em várias regiões do país e discutir estratégias de aproximação entre as áreas da Saúde do Trabalhador e Atenção Básica do Ministério da Saúde. O Tocantins, através do CEREST/ Gerência de Projetos e Pesquisa, expôs um banner da experiência de implantação do Programa de Saúde do Trabalhador na Atenção Primária sob o título: A perspectiva da Saúde do Trabalhador no contexto da Atenção Primária à Saúde no Tocantins. Diretoria de Vigilância Sanitária: No ano de 2012 foram realizadas 02 capacitações para apoiar as VISA-s municipais na Elaboração da Programação Anual de Vigilância Sanitária, sendo que nessas 25 profissionais de Vigilância Sanitária foram capacitados para realizar planejamento em VISA, alimentar Sistemas de Informação de interesse do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SIA/SUS e, ainda, esclarecidos quanto à programação e monitoramento das ações de vigilância sanitária para o ano de 2012. As oficinas foram realizadas em Palmas, sendo 1ª Oficina dias 19 e 20/03/12 e 2ª Oficina dias 21 e 22/03/12. Os municípios participantes foram: Abreulândia, Aparecida do Rio Negro, Araguaína, Arapoema, Barra do Ouro, Cachoeirinha, Carmolândia, Conceição do Tocantins, Esperantina, Guaraí, Itacajá, Itapiratins, Itaporã, Juarina, Miracema, Miranorte, Monte do Carmo, Pedro Afonso, Presidente Kennedy, Rio dos Bois, Tocantínia, Tocantinópolis, Tupirama e Tupiratins. Foi realizado 01 Curso de Qualificação em Vigilância Sanitária no qual foram beneficiados 29 profissionais das VISA-s municipais cujo objetivo é qualificá-los para realizar ações de planejamento, programação, execução e avaliação de ações educativas, de registro, normatização, inspeção e monitoramento de produtos e serviços de interesse da saúde. O curso foi realizado em Palmas no período de 26 a 30/03/12 e de 09 a 13/04/2012, os municípios participantes foram: Abreulândia, Aguiarnópolis, Aparecida do Rio Negro, Araguaína, Barra do Ouro, Cachoeirinha, Carmolândia, Colméia, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Figueirópolis, Gurupi, Lavandeira, Novo Acordo, Novo Jardim, Pium, Ponte Alta do Tocantins, Tupiratins e Wanderlândia. Realizou-se, ainda, no mês de abril, na sede da VISA Estadual, 01 reunião para Revisão técnica-jurídica do Código Sanitário. Nessa ação, conforme programado para 2012 propiciou-se, ainda, a (1) confecção de material gráfico para cursos e o (1) pagamento de passagens e diárias para colaboradores eventuais. LACEN: Na Programação Anual de Saúde de 2012 do LACEN as capacitações foram previstas para iniciar a partir de março/2012, quais sejam: Brigadistas de Incêndio, realizado em parceria com o Corpo de Bombeiros, onde foram treinados 43 (quarenta e três) colaboradores no período de 16 e 17 de abril (16h); Primeiros Socorros, realizado em parceria com o SAMU, onde foram treinados 44 (quarenta e quatro) colaboradores no dia 23 de abril (4h); Participação de 2 (dois) servidores em Visita Técnica (aprendizado e troca de experiência) ao LACEN-CE, Fortaleza/CE, no período de 25 a 31 de março; Participação de 1 (uma) servidora no XII WORKSHOP DE RESISTENCIA BACTERIANA, realizado em São Paulo/SP, no período de 16 a 18 de março; Participação de 1 (um) servidor na Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas, de Epidemiologia, de Vigilância Sanitária, dos Representantes da Saúde Ambiental e LACEN-s no LACEN-DF, Brasília/DF, no período de 26 a 28 de março; Participação de 1 (um) servidor no II Curso de Gerência da Rede de Laboratórios de Tuberculose, realizado no Centro de Referência Professor Hélio Fragas, Rio de Janeiro/RJ, no período de 23 a 27 de abril; Participação de 1 (uma) servidora, a convite do Ministério da Saúde, na Oficina Macrorregional Norte para Avaliação e Planejamento de Ações de Controle das DST/AIDS Hepatites Virais para os Povos Indígenas, em Belém/PA, no período de 23 a 26 de abril; Participação de 1 (uma)

servidora na Capacitação para Multiplicadores em Teste Rápido para HIV e Sífilis e Aconselhamento na Rede Cegonha, realizada em Vitória/ES, no período de 07 a 12 de maio; Participação de 1 (uma) servidora na Oficina da Consolidação da Sub-Rede Analítica Específica (Modulo Medicamentos Antimaláricos), realizada em Brasília/DF, no período de 07 a 11 de maio; Participação de 1 (uma) servidora na Capacitação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS nas Resoluções de Diretoria Colegiada - RDC nº11 e 12/2012, em Goiânia/GO, no período de 29 de maio a 1º de junho - ação não prevista na PAS/2012, sendo necessária devido mudanças nas normas brasileiras regulamentadoras para laboratórios de análises clínicas - requisitos especiais de qualidade e competência; Participação de 1 (uma) servidora no V Congresso do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração - CONSAD, em Brasília/DF, no período de 03 a 07 de junho; Participação de 2 (dois) servidores na Reunião com a FUNTROP e FIOCRUZ sobre a realização de pós-graduação strictu sensu em nível de doutorado, em Araguaína/TO, no período de 05 a 06 de junho; Participação de 1 (uma) servidora na Oficina de Fortalecimento da Vigilância Epidemiológica e Laboratorial da Tuberculose nos povos Indígenas da Região Norte, em Brasília/DF, no período de 11 a 13 de junho; Participação de 1 (uma) servidora na I Reunião dos Diretores dos LACEN - Viagem realizada pela CGLAB (Ministério da Saúde), em Brasília/DF, no período de 11 a 14 de junho; Participação de 2 (dois) servidores na Capacitação em Suspensão e Manutenção de CEPAS ATCC em Laboratório de Referência Nacional, no Instituto Nacional de Qualidade em Saúde - INCQS/RJ-FIOCRUZ/RJ, no período de 11 a 15 de junho; Participação de 1 (uma) servidora no Workshop de Biossegurança e Prevenção de Infecções Nosocomiais, realizado na ANBio/RJ, no período de 10 a 12 de junho; Participação de 1 (uma) servidora na Capacitação em Diagnóstico de Interesse da Vigilância Epidemiológica, realizado no LACEN-DF, no período de 11 a 15 de junho; Participação de 2 (duas) servidoras na Capacitação em Análise de Cosméticos, realizado na FUNED-MG, no período de 11 a 15 de junho; Participação de 1 (uma) servidora na Reunião para Elaboração do Programa Anual de Saúde - PAS do LACEN, realizado em Palmas/TO, no período de 12 e 13 de junho; Participação de 3 (três) servidores na Capacitação de Servidores na Elaboração e Fluxo de Documentos no LSPA, realizado em Araguaína/TO, no período de 18 a 22 de junho; Participação de 1 (uma) técnica na Oficina Nacional sobre a Nova Estrutura de Vigilância para Influenza no Brasil, realizada em Brasília/DF, no período de 18 a 20 de junho; Participação de 1 (uma) servidora na 2ª Capacitação dos Gerentes do Sistema de Ambiente Laboratorial - GAL, realizada em Curitiba/PR, no período de 18 a 23 de junho; Participação de 1 (uma) servidora no Curso sobre a norma da ABNT NBR 15189:2008 do Sistema de Gestão da Qualidade nos LACEN-S, realizado em Brasília/DF, no período de 24 a 27 de junho; Participação de 2 (duas) servidoras na Reunião Técnica: Eixos Estruturantes na Aquisição de Equipamentos e Insumos Laboratoriais, realizada em Brasília/DF, no período de 26 a 28 de junho; Participação de 3 (três) servidores na Implantação de metodologia para análises de amostras provenientes de surtos, envolvendo amostras ambientais, no Setor de Análises e Controle Ambiental, realizada na FUNED-MG, período de 1º a 07 de julho; Participação de 1 (um) servidor no Curso de Atualização no Diagnóstico Laboratorial de Leptospirose, realizado na FIOCRUZ-RJ, no período de 1º a 07 de julho; Participação de 2 (dois) servidores na 1ª Capacitação dos Gerentes do Sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial - GAL Módulo Ambiental/Água de Consumo Humano, realizada em Belo Horizonte/MG, no período de 02 a 07 de julho; Participação de 1 (uma) servidora na Reunião Técnica sobre Análise Fiscal de Rotulagem e Bulas de Medicamentos, realizada em Brasília/DF, no período de 10 a 11 de julho; Participação de 2 (duas) servidoras na Visita Técnica nos Serviços de Higiene e Limpeza, Lavagem de Material e Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde, realizada na FUNED-MG, no período de 23 a 28 de julho; Participação de 1 (uma) servidora do Laboratório de Saúde Pública de Araguaína em reunião técnica sobre licitações, contratos, termo de referência e programação anual de saúde no Laboratório Central do Estado do Tocantins nos dias 12 e 13 de junho; Participação de 1 (um) servidor do Laboratório de Saúde Pública de Araguaína no Treinamento Técnico em Análise de Água realizado na Fundação Ezequiel Dias do Estado de Minas Gerais - Belo Horizonte, no período de 02 a 08 de julho; Participação de 1 (uma) servidora do Laboratório de Saúde Pública de Araguaína em reunião técnica sobre elaboração de termo de referência no Laboratório Central do Estado do Tocantins nos dias 07 e 10 de agosto; Capacitação de profissionais do LACEN/Palmas em Lavagem e Esterilização de Vidrarias Laboratoriais no período de 07 a 09 de agosto; Treinamento de 25 (vinte e cinco) profissionais dos seguintes municípios: Augustinópolis, Taguatinga, Miranorte, Paraíso do TO, Araguaína, Dianópolis, São Miguel, Arraias, Porto Nacional e Palmas em coleta, preparo e transporte de amostras de produtos se adequando as normas de biossegurança laboratorial, no LACEN/Palmas, nos dias 28 e 29 de agosto; Participação de 1 (uma) profissional na Reunião Técnica sobre Microbiologia para Medicamentos Antimaláricos, em Belém/PA, de 09 a 15 de setembro; Capacitação de 25 (vinte e cinco) profissionais do LACEN/Palmas em triagem de amostras biológicas no período de 11 a 14 de setembro; Participação de 1 (um) profissional na Oficina de Trabalho com LACEN e IEC visando a implantação das Diretrizes da Portaria nº2914/2011, em Brasília/DF, de 12 a 14 de setembro; Capacitação de 1 (uma) profissional do LACEN/Palmas em preparo, esterilização e controle de meios de cultura, na FIOCRUZ/RJ, no período de 17 a 21 de setembro; Participação de 1 (uma) profissional na Oficina Macrorregional Integrada Vigilância Epidemiológica - Laboratório de DTP - Região Norte e Nordeste, em Brasília/DF, de 18 a 21 de setembro; Participação de 1 (uma) profissional na 12ª Mostra Nacional de Experiências Bem Sucidadas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças - 12ª EXPOEPI, em Brasília/DF, de 16 a 19 de outubro; Treinamento de profissionais do LACEN/Palmas em Apres. RDC 306/2004, CONAMA RDC 358/2005, classif. de RSS, geração e segregação, acondicionamento, coleta e transporte interno, tratamento de RS, tipos de tratamento, abrigo externo de resíduos, coleta e transporte externo, aterro sanitário em

22 de outubro; Capacitação de 20 (vinte) profissionais dos seguintes municípios: Guaraí, Paraíso do TO, Alvorada, Pugmil, Miranorte, Porto Nacional e Palmas em instrumentalização dos profissionais das unidades que encaminham amostras para o LACEN-TO, a fim de que possam aplicar corretamente as normas e procedimentos que regulamentam o processo pré-analítico, no período de 12 a 14 de novembro; Capacitação de 7 (sete) profissionais de Palmas, Araguaína, Darcinópolis e Miracema do Tocantins em diagnóstico laboratorial de Hanseníase e Tuberculose, com atividades teóricas e práticas, estudo de casos, realização de pré e pós testes, realizada no LACEN/Palmas, de 19 a 23 de novembro; Participação de 1 (um) servidor do Laboratório de Saúde Pública de Araguaína na capacitação diagnóstico laboratorial de Hanseníase e Tuberculose, com atividades teóricas e práticas, estudo de casos, realização de pré e pós testes realizada LACEN/Palmas, de 19 a 23 de novembro; Participação de 1 (uma) profissional na Oficina Integrada de Vigilância Epidemiológica e Laboratorial, em Brasília/DF, de 20 a 23 de novembro; Participação de 1 (uma) profissional na Oficina Macrorregional Integrada Vigilância Epidemiológica-Laboratórios das Meningites Bacterianas - Regiões Norte e Nordeste, em Brasília/DF, de 28 de novembro a 01 de dezembro; Capacitação de 78 (setenta e oito) profissionais em relações interpessoais e desenvolvimento da comunicação interna dos servidores do LACEN-TO (Projeto de Endomarketing) no período de 29 de novembro a 20 de dezembro; Participação de 2 (dois) servidores do LACEN na Oficina de Avaliação, monitoramento e planejamento das atividades do GT Parasitologia, em Brasília, de 03 a 05 de dezembro; Participação de duas (2) servidoras do LACEN no 3º Encontro Nacional dos LACEN's VISA/ANVISA, em Brasília, de 09 a 12 de dezembro; Participação de 2 (dois) servidores do LACEN na Reunião Técnica de final de ano da sub-rede analítica de medicamentos antimaláricos, em Brasília, de 09 a 14 de dezembro; Participação de 1 (um) servidor do LACEN na Jornada de trabalho da Rede Nacional de Laboratórios para carga viral do HIV, em Foz do Iguaçu, de 10 a 14 de dezembro; Participação de 1 (uma) servidora do LACEN no curso Sensibilização em Análise de Risco Microbiológico, em Brasília, de 15 a 19 de dezembro. Diretoria Doenças Vitoriais Reemergentes e Controle de Zoonoses: Entomologia: No a no de 2012 Realizada duas (2) atividades Capacitação em Identificação de Larvas e Pupas de *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* no período de 26 a 28 de março no município de Palmas, foi capacitado 01 profissional de saúde (agente de endemias ou técnico laboratorista) dos municípios de Aliança do Tocantins, Alvorada, Brejinho de Nazaré, Palmeiras do Tocantins, São Sebastião do Tocantins e Wanderlândia, tendo um total de 6 profissionais capacitados, a capacitação visou o conhecimento da sistemática de culicídeos, a 2ª capacitação ocorreu no período de 29 a 31 de outubro também em Palmas, foram capacitados 03 profissionais dos municípios de Goiatins, Novo Acordo e Pezizeiro, com objetivo de subsidiar as ações municipais de combate e controle da dengue; (02) Capacitação em identificação taxonômica e exame parasitológico de triatomíneos no período de 14 a 18 de maio de 2012 no município de Palmas, foi capacitado 01 profissional (agente de endemias ou técnico laboratorista) dos municípios de Almas, Fortaleza do Tabocão, Lizarda, Novo Jardim, Ponte Alta do Bom Jesus, Rio Sono, São Miguel do Tocantins e Santa Terezinha, num total de 08 profissionais capacitados e no período de 22 a 26 de outubro, também em Palmas, foram capacitados 08 profissionais dos municípios de Babaçulândia, Carmolândia, Goiatins, Lavandeira, Nazaré, Palmas, Palmeirópolis e Wanderlândia, com o objetivo de capacitar os profissionais para identificação morfológica e exame parasitológico de triatomíneos, com a finalidade de melhorar as ações de vigilância da doença de chagas nos municípios. Demandas não programadas na PAS: (03) Curso de Malacologia Médica com ênfase em Medicina Tropical curso promovido pela Fundação de Medicina Tropical, no período de 25 a 28 de junho de 2012 no município de Araguaína, foram capacitados 02 técnicos da Secretaria de Estado da Saúde/Núcleo Estadual de Entomologia Médica, com o objetivo de formar pessoal com conhecimento básico para participar de atividades de pesquisa, coleta e identificação de moluscos de importância médica, subsidiando os trabalhos de vigilância e promoção à saúde. Conforme solicitação dos municípios, atividade custeada pelos mesmos, foram realizadas Capacitações em Palmas sobre Identificação de Larvas e Pupas de *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* aos profissionais (agente de endemias ou técnico laboratorista) dos municípios de Almas, Aliança, Santa Maria, Silvanópolis, São Miguel, Carmolândia, Araguaia, Chapada de Areia, Santa Rita, Juarina, Ipueiras, Abreulândia, Maurilândia, Nazaré, Bandeirante, Fortaleza do Tabocão, Bernardo Sayão, Luzinópolis, Oliveira de Fátima, Novo Jardim, São Félix, Chapada de Natividade, Sampaio, Lavandeira, Monte do Carmo, Cachoerinha, Crixás, Bom Jesus, Ponte Alta, Pugmil, Rio dos Bois, Rio Sono, Novo Alegre e Caseara, num total de 37 profissionais capacitados, essa demanda extra ocorreu em decorrência da distribuição de microscópios aos municípios, Curso de bioecologia e taxonomia de Triatominae (Hemiptera, Reduviidae) e investigação de surto de Doença de Chagas realizado em parceria com o Ministério da Saúde/CGLAB, Fundação Oswaldo Cruz - MG/CPqRR no período de 26 de novembro a 05 de dezembro no município de Palmas, foram capacitados 16 técnicos dos Estados do Tocantins, Acre, Rondônia e Piauí, com o objetivo de formar pessoal com conhecimento em morfologia de Triatomíneos, vigilância entomológica ativa e passiva, técnicas de captura, acondicionamento e transporte de amostras, noções de biossegurança, em atividades de campo e investigação de surtos. Zoonoses e Animais Peçonhentos: Realização das atividades (02) Capacitação em serviço para vigilância e profilaxia da raiva em 20 municípios no período de 05 a 16 de março e de 23 a 27 de maio de 2012, nos municípios de Almas, Porto Alegre, Rio da Conceição, Novo Jardim, Ponte Alta do Bom Jesus, Aurora, Taguatinga, Lavandeira, Combinado, Novo Alegre, Miracema, Novo Acordo, Pindorama e Santa Rosa, com o objetivo de fortalecer e melhorar o serviço de vigilância e profilaxia da raiva, nesta atividade foram capacitados 302 profissionais de saúde de nível superior e médio (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes de saúde, agentes de endemias, etc), a seleção dos municípios se deu pela ausência de realização de

capacitação nos últimos 04 anos, associado a alta rotatividade de profissionais e a diversos erros na prescrição de imunobiológicos, por ser uma atividade in loco há um maior número de profissionais capacitados o que ocasiona economicidade de recursos financeiros; (05) Capacitação de coleta, acondicionamento e envio de cérebro para o LACEN para os 139 municípios ocorreu nos períodos de 03 a 04, 07 a 11 e 14 a 18 de maio de 2012, nos municípios de Palmas, Araguaína, Colinas, Guaraí e Gurupi, com o objetivo de capacitar principalmente agentes de saúde, na coleta, acondicionamento e envio de cérebros caninos para o diagnóstico laboratorial e o acompanhamento da circulação do vírus da raiva no estado, foram capacitados 146 profissionais de saúde (agente de endemias, agente de saúde, coordenadores de endemias, biomédicos, etc) de 117 municípios do Estado, os municípios de Taipas, São Valério da Natividade, Ponte Alta do Bom Jesus, Paranã, Novo Alegre, Lavandeira, Figueirópolis, Conceição do Tocantins, Combinado, Arraias, Alvorada, Mateiros, Pedro Afonso, Fortaleza do Tabocão, Goianorte, Bom Jesus do Tocantins, Cachoeirinha, Darcinópolis, Itaguatins, São Bento do Tocantins, Nova Rosalândia e Campos Lindos não enviaram representantes. Participação (01) na XXIII Reunião sobre raiva nas Américas (RITA) no período de 4 a 18 de outubro em São Paulo/SP, (01) Capacitação de técnicos dos núcleos de vigilância hospitalar em acompanhamento e notificação de casos de Zoonoses e Animais Peçonhentos envolvendo 14 núcleos hospitalares de 9 municípios no dia 05 de dezembro em Palmas. Demandas não programadas: (01) participação na Reunião para Coordenadores Estaduais do Programa da Raiva com o objetivo de discutir as atividades da vigilância epidemiológica realizadas em 2011 e planejamento para 2012/2013. Leishmanioses: Realizada duas (02) capacitações em Vigilância, Diagnóstico e Tratamento de Leishmaniose Visceral, no período de 12 e 13 de abril e 30 e 31 de agosto no município de Palmas, sendo a primeira para profissionais médicos, com o objetivo de proporcionar a identificação precoce dos pacientes de Leishmaniose Visceral (LV) que podem evoluir ou que já apresentem sinais de gravidade, visando à melhoria da qualidade da assistência médica e consequente redução da letalidade no Estado do Tocantins, e a segunda para enfermeiros, com o objetivo de proporcionar a identificação precoce de casos suspeitos de LV e orientar quanto às condutas preconizadas durante e após o tratamento dos casos confirmados, visando à melhoria da qualidade da atenção aos pacientes, com ações oportunas, contribuindo para a redução da letalidade no Estado do Tocantins, essa atividade capacitou 16 médicos, procedentes dos municípios de Gurupi, Dianópolis, Colinas, Silvanópolis, Tocantínia, Miracema, Couto Magalhães, Nova Olinda, Arraias, Taipas, Pedro Afonso, Araguaína, Praia Norte, Bom Jesus do Tocantins, Bandeirantes e Palmas, e 29 enfermeiros da atenção básica e/ou da vigilância epidemiológica, procedentes dos municípios de Aguiarnópolis, Almas, Aragominas, Araguacema, Araguaína, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Babaçulândia, Bandeirantes, Buriti do Tocantins, Colinas do Tocantins, Colméia, Couto Magalhães, Guaraí, Juarina, Miracema do Tocantins, Natividade, Nova Olinda, Palmas, Paraíso do Tocantins, Paranã, Porto Nacional e Tocantinópolis; (01) Capacitação para implantação do Teste Rápido Canino foi promovida pelo Ministério da Saúde, no período de 24 a 27 de abril em Belém/PA e capacitou 2 técnicos estaduais que atuaram posteriormente como multiplicadores da capacitação aos 139 municípios do Estado; Demandas não programada na PAS: (05) Capacitação em coleta de amostra canina e realização do TR canino ocorreu em conjunto com a Capacitação de coleta, acondicionamento e envio de cérebros para o LACEN para os 139 municípios, com o objetivo capacitar técnicos dos 139 municípios para realizarem vigilância da LV canina, através das medidas preconizadas, compreendendo técnicas de punção venosa, acondicionamento de amostras coletadas, separação de soro para envio ao LACEN, realização de teste rápido DPP e eutanásia de cães, tendo como público alvo, Agentes de Endemias, foram capacitados 146 profissionais de 117 municípios do Estado, sendo que 22 municípios não compareceram (Taipas do TO, São Valério da Natividade, Ponte Alta do Bom Jesus, Paranã, Novo Alegre, Lavandeira, Figueirópolis, Conceição do TO, Combinado, Arraias, Alvorada, Mateiros, Pedro Afonso, Fortaleza do Tabocão, Goianorte, Bom Jesus do TO, Cachoeirinha, Darcinópolis, Itaguatins, São Bento do TO, Nova Rosalândia, Campos Lindos), a oportunidade de integrar as ações proporcionou economicidade de recurso (aproximadamente R\$ 30.000,00), uma vez que a Capacitação em coleta de amostra canina e realização do TR canino era direcionada ao mesmo público alvo. (02) Capacitação em vigilância, diagnóstico e tratamento de leishmaniose tegumentar americana, Reunião de avaliação com os gestores dos municípios de transmissão intensa e moderada de LV, essas duas ações programadas para ser executadas em agosto e dezembro, respectivamente, não foram realizadas. Malária e Tracoma: Realização das atividades (02) Capacitação em vigilância do tracoma e saúde ocular no nível primário, no período de 29 de maio a 1º de junho e de 19 a 22 de junho, nos municípios de Pedro Afonso e Taguatinga, respectivamente, foram capacitados 28 profissionais dos municípios de Almas, Araguatins, Arraias, Aurora, Bom Jesus do TO, Buriti do TO, Campos Lindos, Chapada da Natividade, Combinado, Couto Magalhães, Dianópolis, Guaraí, Ipueiras, Lavandeira, Lizarda, Mateiros, Miranorte, Natividade, Paranã, Pedro Afonso, Pequizeiro, Recursolândia, Rio da Conceição, São Valério da Natividade, Taguatinga, Taipas, Tupirama e Tupiratin, e teve como objetivo qualificar profissionais de saúde do nível municipal em vigilância e controle do tracoma e saúde ocular no nível primário de atenção, como também prestar assistência ao paciente com emergências de acidentes oculares e realizar o diagnóstico clínico e tratamento do tracoma evitando assim as formas graves da doença; (01) Reunião Nacional de Coordenadores do Tracoma no período de 12 e 13 de dezembro em Brasília/DF contando com a participação de um técnico e (01) 21ª Reunião de Monitoramento do Programa de Controle da Malária evento promovido pelo Ministério da Saúde em Brasília no período de 29 a 31 de maio, para discutir sobre a vigilância e controle da malária na região amazônica e contou com a participação de 3 técnicos estaduais, (01) XVIII Internacional Congress for Tropical Medicine and Malaria e XLIII Congresso f the Brazilian Society of Tropical

Medicine no período de 23 a 27 de setembro no Rio de Janeiro/RJ; Demanda não programada na PAS: Participação na (02) Reunião da Comissão de Acompanhamento do Convênio do Plano de Ação e Controle da Malária, reunião promovida pelo CESTE, no período de 06 a 08 de fevereiro e 05 a 07 de novembro, no município de Carolina/MA, para discutir sobre as ações de controle da malária nas áreas impactadas pela construção da Usina Hidroelétrica de Estreito (UHE) e também para realizar a avaliação final da prestação de contas dos municípios contemplados pelo convênio; (01) Oficina de gestão de medicamentos antimaláricos no período de 29 a 31 de outubro em Brasília (DF), (01) Treinamento em Vigilância Epidemiológica do Tracoma e Ações Básicas de Saúde Ocular, servidora estadual convidada pelo Ministério da Saúde para participar como monitora no treinamento ocorrido em Aracaju-SE, no período de 11 a 15/06/12. Atividade programada e não executada: (01) Capacitação em diagnóstico clínico e terapêutica da malária para médicos e/ou enfermeiros. Doença de Chagas: Realização das atividades (07) Avaliar as metas pactuadas em 2011 para doença de Chagas e construir os parâmetros para 2012, dos 139 municípios, no período de 14 de fevereiro a 9 de março de 2012 no município de Palmas, a atividade teve como objetivo avaliar as metas atingidas em 2011, elaborar a programação para 2012 e construir os parâmetros de avaliação dos indicadores da vigilância, prevenção e controle da doença de Chagas e ainda capacitar os técnicos dos municípios para executarem as ações programadas, foram capacitados 278 profissionais municipais (coordenadores da vigilância epidemiológica, endemias e atenção básica) de 138 municípios do estado, apenas os profissionais do município de Lagoa da Confusão não compareceram, (01) Capacitação em 03 municípios silenciosos nas ações vigilância, prevenção e controle da doença de Chagas no período de 21 a 26 de maio de 2012, foram capacitados 99 profissionais de saúde dos municípios de Araguaçu, Alvorada do Tocantins e Figueirópolis, com o objetivo de capacitá-los a executarem as ações de Vigilância em Saúde e de Atenção Básica relativas a vigilância, prevenção, controle, diagnóstico e tratamento da doença de Chagas. Demanda não programada na PAS: (01) Participação na Capacitação básica em investigação epidemiológica para os estados prioritários em Doença de Chagas Aguda no período de 05 a 09 de novembro em Brasília/DF. Dengue e Febre Amarela: Demandas não programadas - realização da atividade (01) Treinamento para levantamento de índice rápido amostral para *Aedes Aegypti* - LIRAA, no período de 10 a 23 de janeiro de 2012 em Palmas. A atividade foi ofertada para digitadores e coordenadores de endemias dos 42 municípios contemplados pela portaria nº 2.557/2011, foram treinados 37 municípios - Abreulândia, Aguiarnópolis, Almas, Araguacema, Araguaçu, Araguaína, Araguanã, Araguatins, Augustinópolis, Bernardo Sayão, Campos Lindos, Colinas do Tocantins, Crixás do Tocantins, Dianópolis, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Guaraí, Gurupi, Lajeado, Marianópolis do TO, Maurilândia do TO, Miracema do TO, Natividade, Novo Jardim, Palmas, Palmeirópolis, Paraíso do TO, Pequizeiro, Porto Nacional, Rio dos Bois, Santa Maria do TO, Santa Rosa do TO, São Salvador do TO, Silvanópolis, Taguatinga, Tocantina e Tocantinópolis, contabilizando 74 participantes. Dos 5 municípios que não receberam o treinamento, Palmas e Araguaína já realizam o levantamento de índice - não necessitando ser treinado; Monte Santo do Tocantins e Sampaio por não atenderem as exigências do termo de compromisso não foram treinados e Itaguatins não enviou representantes. Capacitação de Médicos e Enfermeiros em Epidemiologia, Diagnóstico e Manejo Clínico do Paciente com Dengue, realizada no município de Palmas nos dias 04 e 05 de setembro de 2012 com a participação de 33 enfermeiros, representando 19 municípios (Araguaína, Araguatins, Arapoema, Arraias, Augustinópolis, Barrolândia, Dianópolis, Divinópolis, Formoso do Araguaia, Guaraí, Gurupi, Miracema do Tocantins, Miranorte, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Pequizeiro, Porto Nacional e Xambioá) e 19 médicos, representando 15 municípios (Araguaína, Arapoema, Arraias, Barrolândia, Divinópolis, Formoso do Araguaia, Guaraí, Gurupi, Miracema do Tocantins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Pequizeiro, Porto Nacional e Xambioá). Demanda não programada - realização da atividade (01) de Treinamento em investigação de epizootias de primatas não humanos e capacitação da rede saúde do Estado do Tocantins para uso das ferramentas de investigação da situação de eventos suspeitos de febre amarela, no período de 10 a 14 de dezembro de 2012 em Natividade. A atividade foi ministrada pelos técnicos do ministério da saúde aos 07 biólogos em saúde desta secretaria, 01 médico veterinário da SESAU, 03 ACE do município de Natividade. Diretoria de Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis: Imunização - No ano de 2012 realizada capacitação em sala de vacinação, rede de frio e vigilância epidemiológica das doenças imunopreveníveis realizada no município de Palmas onde estiveram presentes 42 técnicos, sendo 31 técnicos em enfermagem, 11 enfermeiros, representando técnicos de 29 municípios, a saber: Araguaína (Área Indígena), Palmas, Tocantina, Santa Tereza, Lagoa do TO, Aurora, Dueré, Xambioá, Augustinópolis, Santa Fé do Araguaia, Paraíso, Novo Acordo, Brejinho de Nazaré, Sucupira, Maurilândia, Sítio Novo, Recursolândia, Divinópolis, Oliveira de Fátima, Lavandeira, Miracema, Ipueiras, Miranorte, Itacajá, Lizarda, Pindorama, Formoso do Araguaia, Natividade e Tocantinópolis, que ocorreu nos meses de março e julho de 2012. Realizada capacitação no município de Araguaína para 21 técnicos sendo: 8 enfermeiros, 13 técnicos dos municípios de: Arapoema, Bernardo Sayão, Dueré, Esperantina, Formoso do Araguaia, Goianorte, Lajeado, Nazaré, Palmas, Senc/Palmas, Presidente Kennedy, Sucupira, Tocantina, Tocantinópolis, Tupirama. Capacitação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações foram realizadas 02 turmas/capacitações e Sistema de insumos Estratégicos - SIES (estiveram presentes 37 técnicos, dos quais foram: 17 digitadores, 18 técnicos de sala de vacina e 02 enfermeiros de 19 municípios), a saber: Sandolândia, Recursolândia, Rio da Conceição, Tocantina, Taipas, Ponte Alta do Bom Jesus, Nova Rosalândia, Santa Rita, Peixe, Taguatinga, Santa Teresa, Goiatins, Cristalândia, Novo Acordo, Monte Santo, Talismã, Pau D'arco, Pugmil, Rio dos Bois, Abreulândia, Dois Irmãos, Araguacema, Araguaçu, Dianópolis, Porto Nacional, Cariri, Monte do Carmo, Crixás, Aparecida do Rio Negro,

Aliança, Centenário, Chapada da Natividade, Chapada da Areia, Brasilândia, Arapoema, Santa Maria, Muricilândia, Carmolândia, Bernardo Sayão, Barrolândia, Brejinho de Nazaré, Oliveira de Fátima, Formoso do Araguaia, Miracema e Paraíso, que ocorreu nos meses de abril e maio de 2012. DST/Aids - Participação de 01 técnica no Curso de Licitação e Pregão Eletrônico para profissionais da Saúde; Abertura e monitoramento de processos para aquisição de Bens e Serviços, com vistas a atender as demandas estabelecidas no PAM e no PAS, como: diárias e passagem aérea, dispenser de insumos de prevenção para colocação em locais de vulnerabilidade às DST/HIV/Aids, locação de auditório para a realização de eventos e contratação de serviços de refeição a La carte e bebidas; Articulação com a Imunização para doação de luvas, propés, gorro e jaleco para serem utilizados nas capacitações de teste rápido. Abertura de processo para aquisição de 02 Kits da Sêmia para serem utilizados durante as Oficinas Educativas abordando sexualidade, gênero, sexismo, direitos sexuais e reprodutivos com mulheres dos municípios impactados por grandes obras e outras populações; Locação e abastecimento de 01 ônibus leito e/ou executivo para profissionais de saúde participarem do IX Congresso de DST/Aids (viagem interestadual); Garantir recurso para pagamento de inscrição em eventos (cursos, oficinas, encontros, seminários, simpósios, entre outros) dentro, fora do Estado e no âmbito internacional - Participação de 01 técnico no Curso de Elaboração de Termo de Referência, e Participação de 02 técnicos no IX Congresso Brasileiro de Prevenção das DST e Aids, o II Congresso Brasileiro de Prevenção das Hepatites Virais, o VI Fórum Latino-americano e do Caribe em HIV/Aids e DST e o V Fórum Comunitário serão realizados em São Paulo (SP), de 28 a 31 de agosto de 2012. A solicitação visa atender ação prevista no PAM e PAS 2012. Todas as atividades de capacitação desenvolvidas pela Coordenação previam hospedagem para os participantes, porém como o processo de hospedagem encontra-se em andamento na Comissão Permanente de Licitação, foi utilizado o pagamento de diárias para os referidos. Abertura de Termo de referência para aquisição de material descartável (luvas, propé, gorro, jaleco, entre outros) para utilização nos capacitações de Teste Rápido; Abertura de Termo de Referência para aquisição de dispenser de insumos de prevenção para locais de vulnerabilidade às DST/HIV/Aids (aeroportos e rodoviárias, postos de gasolina de rodovias, escolas) e demais serviços para serem entregues durante as capacitações, conforme perfil epidemiológico dos municípios participantes, aguardando licitação. Realizado o I ENCONTRO MACRO ESTADUAL de DST/Aids, nos dias 05/06 e 06/06/2012, onde foram discutidos assuntos pertinentes ao fortalecimento das políticas públicas no âmbito das DST/HIV/Aids e Hepatites Virais, com o intuito de fomentar a articulação política e operacional com as referentes áreas estratégicas, serviços estaduais e municipais do Estado. Neste evento, contaremos com a participação de técnicos do Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, Fórum ONG/AIDS e RNP+ (Movimento representando as Pessoas Vivendo com HIV/Aids), Serviços de Assistência Especializada da Aids, bem como dos municípios qualificados com recursos federais (Palmas, Araguaína, Gurupi, Paraíso e Porto Nacional). Abertura de Termo de Referência para garantir recurso para custeio de cursos de informática e línguas estrangeiras para qualificação técnica para servidores da coordenação Estadual - Foi aberto de Termo de Referência para o Curso de Inglês instrumental; Abertura de Termo de Referência para Aquisição de material de consumo (escritório) para serem utilizados durante as oficinas, cursos, capacitações, seminários entre outros. Abertura de Termo de Referência para garantir recursos para contratação de serviços de refeição a la carte e bebidas, sucos, refrigerante e água (almoço e jantar) todos esses termos de referencia foram abertos e encontram-se em andamento. GT - Vigilância - Realização de 02 cursos de atualização em Teste Rápido na Plataforma DPP Sífilis, HIV e Hepatites para profissionais dos SAE/CTA de Araguaína; Realização de capacitação em Teste Rápido e Aconselhamento em parceria com o CEREST, DANT e Atenção Primária, no Hospital Regional de Xambioá; Participação de 08 médicos (Ana Virgínia Gama Manduca, Giselly Kazue Oshima, Márcia Darley Maunardes de Oliveira Coelho, Maria Carmelita Sousa e Silva, Fabiana Cândida D. Queiroz Santos Anjos, Maria Regina Pinto Komka, Gilberto Hatano, Sávila Martins Gonçalves) na Oficina de Manejo Clínico Terapia Antirretroviral em Gestante e Profilaxia da Transmissão Vertical do HIV, em Brasília, pelo Ministério da Saúde. Realizar 03 capacitações na plataforma DPP Sífilis e HIV contemplando profissionais da atenção primária de 25% dos municípios que aderirem à Rede Cegonha, municípios da BR 153 e municípios com baixa capacidade instalada da rede laboratorial e de difícil acesso geográfico; Realizada 01 Oficina para profissionais das UDM, SAE/CTA e maternidades do Projeto Nascer (hospitais que participaram das capacitações em TR) no SICLOM Operacional e Gerencial Capacitação sobre Sistema de Controle de Logística de Medicamentos Antirretrovirais - SICLOM, onde participaram 08 farmacêuticos dos Hospitais Maternidade do Projeto Nascer, 02 farmacêuticos do HGP, 01 farmacêutica do Hospital Regional de Porto Nacional, 01 farmacêutico da Unidade de Pronto Atendimento - UPA de Araguaína, 01 profissional do Hospital Infantil de Palmas, 01 profissional dos Hospitais/Maternidades (Arraias, Araguaia, Xambioá, Colinas) e 01 vaga para os profissionais farmacêuticos dos Serviços de Assistência Especializada - SAE (Porto Nacional e Paraíso) Serviços de Assistência Especializada - SAE e Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA (Palmas e Araguaína). Capacitação em Diagnóstico do HIV e triagem para Hepatites Virais e Sífilis, onde foram ofertadas dez (10) vagas para Hospital Geral de Palmas e para os municípios de Barrolândia, Pugmil, Santa Tereza, Sampaio e Muricilândia Realizada Oficina de Aconselhamento em hepatites virais para os coordenadores municipais de vigilância epidemiológica/estratégia saúde da família dos municípios (41) que compõe os colegiados de Miracema, Cantão, Capim Dourado e Porto Nacional; Realizada capacitação em TR para hepatites B e C para técnicos do SAE de Palmas e profissionais da SMS de Palmas GT - Atenção e Prevenção - Capacitação de 01 técnico da área (Alexandre Araripe) na Capacitação de profissionais de Saúde em Teste Rápido para Diagnóstico da Infecção pelo vírus HIV e

Aconselhamento para profissionais do Hospital e Maternidade Dona Regina no atendimento às vítimas de acidente com material biológico, parturientes e violência sexual; Realização de Palestra sobre Sexualidade e Deficiência Mental para Coordenadores da Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação; Realização de Oficina de DST/Aids no Hospital Infantil de Palmas, para servidores e usuários; Realização de Palestra sobre Prevenção no Carnaval, no Memorial Colunas Preste em Palmas, para 140 alunos do ensino médio da rede estadual; Realização de Palestra sobre Prevenção às DST/HIV/Aids, na Unidade Básica de Saúde Novo Horizonte, em Palmas; Realização de Oficina Educativa abordando sexualidade, gênero, sexismo, direitos sexuais e reprodutivos para membros do GTI e do Comitê Técnico de Saúde Integral de LGBT, conforme Portaria nº 2.837, 01 de dezembro de 2011; Oficina de Capacitação em Sexualidade para profissionais de Educação, Rede Básica de Saúde e Movimentos Sociais, de 14 a 18/05/2012. Participaram 27 pessoas, sendo 16 representantes da Educação e Rede básica (CERST, NEP/SERSAU, SEDUC, SEMS-Paraíso, CTA/Henfil de Palmas, SEMUS Palmas, DST/SESAU, UNIMED-TO, nas categorias enfermeiro, professor, assistente social e agente comunitário de saúde. Os 11 participantes dos movimentos dos atingidos por barragens - MAB, D-OCA - Araguaína e movimento dos sem terra de Porto Nacional. A oficina teve por objetivo formar multiplicadores na temática sexualidade para incorporar os conhecimentos adquiridos em sua área de trabalho na categoria de educadores; Treinamento do técnico Alexandre Araripe Fernandes de Prevenção da Coordenação de DST/Aids e Hepatites Virais para operacionalização do SICLOM - Sistema Operacional de Logística de Medicamentos, no Departamento Nacional de DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde. O SICLOM é utilizado para a movimentação de insumos de prevenção (preservativos masculinos e feminino e gel lubrificante). Participação na Oficina do PSE, realizada em parceria com a Diretoria de Atenção Básica, com o Ministério da Saúde e Ministério da Educação para os 139 municípios, totalizando realizada em Palmas/IFTO; Palestra sobre prevenção às DST/HIV/Aids na Semana de Prevenção a Acidentes de Trabalho, na INFRAERO de Palmas, envolvendo as empresas Egeprom, Limpert, Vitsolo, TAM, GOL, Confederal e Passaredo, e o Corpo de Bombeiros; Palestra de sexualidade e prevenção aos 63 menores em cumprimento de medida sócio educativa do CASE (Centro de Apoio Socioeducativo) de Palmas, com distribuição de Cadernos do PSE/SPE (para orientar o trabalho dos profissionais da Saúde e Educação da instituição) e insumos de prevenção; GT - Monitoramento e Acompanhamento - Realização de Curso de Vigilância Epidemiológica e Sindrômica das DST para 21 profissionais da atenção primária e SAE de 10 municípios; Participação de técnica da Gerência (Simone Gondim) na Oficina Educativa abordando sexualidade, gênero, sexismo, direitos sexuais e reprodutivos para membros do GTI e do Comitê Técnico de Saúde Integral de LGBT, conforme Portaria nº 2.837, 01 de dezembro de 2011; Realização do curso sexualidade, gênero, sexismo, direitos sexuais e reprodutivos para membros do GTI e do Comitê Técnico de Saúde Integral de LGBT, conforme Portaria nº 2.837, 01 de dezembro de 2011; Realização do curso básico de Vigilância Epidemiológica de Transmissão Vertical do HIV e sífilis em Araguaína, com a participação de 21 profissionais das secretarias municipais de saúde, entre médicos, enfermeiros, administradores, biomédicos e assistentes sociais. Os municípios representados foram: Ananás, Araguaína, Barra do Ouro, Aguiarnópolis, Babaçulândia, Xambioá, com ausência de representantes de Itacajá, Palmeiras do Tocantins, Darcinópolis, Wanderlândia, Pequizeiro e Augustinópolis. O curso foi realizado no mês de maio e teve como objetivo Capacitar os técnicos municipais de saúde que atuam na rede do SUS, visando proporcionar a atualização dos conhecimentos de vigilância das Doenças Sexualmente Transmissíveis, destacando o processo de notificação compulsória e ações para redução/eliminação da sífilis congênita e AIDS em crianças Suporte Técnico para elaboração da Oficina Regionalizada de Vigilância Epidemiológica das Hepatites Virais em Palmas, voltada aos responsáveis municipais pelas ações de vigilância epidemiológica das hepatites virais. Participação de uma técnica no Curso de relacionamento de bases de dados utilizando Reclink, ofertado pelo Ministério da Saúde, em Brasília no mês de junho, com objetivo de melhoria do monitoramento do banco de dados e redução da subnotificação dos casos de Aids no Tocantins. Doenças e Agravos Não Transmissíveis - Todas as atividades de capacitação e cursos desenvolvidos pela Coordenação previam hospedagem para os participantes, porém como o processo de hospedagem encontra-se em andamento na Comissão Permanente de Licitação, foi utilizado o pagamento de diárias para todos os participantes. GT - Violências e Acidentes - Capacitação para Notificação de Violências Doméstica, Sexual e Outras Formas de Violência, pela técnica Fernanda Campêlo, para profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) dos municípios de Palmas, Araguaína, Gurupi, Paraíso, Tocantinópolis, Taguatinga, Araguaatins, Colinas, Dianópolis e Formoso do Araguaia; Capacitação para Notificação de Violências Doméstica, Sexual e Outras Formas de Violência para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) esta ação não estava prevista porém foi realizada por necessidade da Instituição; Instituto Médico Legal (IML) de Palmas e Serviço de Verificação de Óbito (SVO) Estadual, pelas técnicas do GT; Realizadas capacitações para o preenchimento da Ficha de Notificação de Violências Doméstica, Sexual e Outras Formas de Violência para profissionais médicos, enfermeiros, dentistas, agentes comunitários de saúde, assistentes sociais, escrivão, delegado, promotor público, policiais civis e militares, conselheiros tutelares e professores dos municípios de Colméia, Bernardo Sayão e Novo Acordo, totalizando 12, 17 e 19 profissionais respectivamente. Nas referidas capacitações, foram abordados os seguintes temas: identificação dos sinais e sintomas de violência e a importância do encaminhamento da pessoa em situação de violência às instituições competentes; Capacitação para Notificação de Violências Doméstica, Sexual e Outras Formas de Violência, in loco, nos municípios de Natividade, Silvanópolis (realizada pelas técnicas Micheline Henriques e Fernanda Campêlo) e Pau D'arco (realizada pelas Fernanda Campelo e Karine Santos) para esta ação não havia veículo disponível porém solicitamos o veículo do município conseguido

assim realizar a atividade; Participação da Gerente de Violências e Acidentes, Micheline Henriques, em Capacitação da Coordenação Estadual de DST/Aids e Hepatites Virais sobre diagnóstico de HIV e triagem de Sífilis por meio de Teste Rápido; Capacitação em Qualificação de Profissionais da Área Técnica de Violência, sobre o Fluxo de Atendimento à Pessoa em Situação de Violência, na cidade de Manaus/AM, nesta atividade não havia processo de passagem em vigência, em virtude disto a servidora utilizou o seu programa de pontos da TAM para realizar a atividade. Realizada capacitação para o preenchimento da Ficha Notificação/Investigação de violências domésticas, sexuais e outras formas de violências para profissionais do Grupo de Trabalho - GT que atendem direta e indiretamente as pessoas em situação de violência (médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, agentes comunitários de saúde, técnicos de enfermagem e professores, totalizando 41 profissionais capacitados). A capacitação teve como objetivo melhorar a qualidade das informações contidas nas fichas de notificações e contou com a presença dos municípios que já realizam notificação de violência: Araguatins, Formoso do Araguaia, Lavandeira do Tocantins, Taguatinga, Novo Alegre, Colinas, Wanderlândia, Pugmil, Gurupi, Miracema, Paraíso do Tocantins, Porto Alegre, Lagoa da Confusão, Brasilândia, Porto Nacional, Araguaína, Aguiarnópolis, Santa Terezinha do Tocantins, Buriti, Novo Jardim, Nova Olinda e Dianópolis; assim como os municípios que possuem Núcleo de Prevenção de Violências (Palmas, Cristalândia, Guaraí, Fortaleza do Tabocão, Tocantinópolis e Campos Lindos) e a Secretaria de Saúde Indígena - SESAI; Participação da Gerente de Violências e Acidentes - Fernanda Cristina da Silva Campelo, na oficina do projeto Vida no Trânsito, em Brasília - DF, realizada pelo Ministério da Saúde - MS, que objetivou subsidiar os representantes das Secretarias estaduais e municipais de saúde para o planejamento do Plano de Ação do projeto Vida no Trânsito nas capitais do país; Oficina para apresentação dos Instrumentos de Gestão promovida pela Diretoria de Planejamento do SESAU; Oficina para construção de indicadores para avaliação da situação de saúde do Estado, promovida pela Diretoria Geral de Vigilância e Proteção à Saúde. Realizada capacitação para o preenchimento da Ficha de Notificação de Violências Doméstica, Sexual e Outras Formas de Violência para profissionais médicos, enfermeiros, dentistas, agentes comunitários de saúde, assistentes sociais, escrivão, delegado, promotor público, policiais civis e militares, conselheiros tutelares e professores do município de Fortaleza do Tabocão, realizada durante a supervisão ao Núcleo de Prevenção de Violências daquele município. Foram abordados os seguintes temas: identificação dos sinais e sintomas de violência e a importância do encaminhamento da pessoa em situação de violência às instituições competentes GT - Fatores de Risco e Proteção à Saúde - Realizada palestra sobre Alimentação Saudável na Casa de Apoio Vera Lúcia (em fevereiro), em parceria com GT Doenças Crônicas Degenerativas e GT Dengue, pela técnica Valdirene Santos, não estava prevista na PAS sendo realizada sem custo; Realizada palestra no 22º Batalhão de Infantaria Motorizado do Exército (em março) sobre Alimentação Aliada à Estética, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, pela técnica Valdirene Santos, esta ação não estava prevista na PAS, sendo uma solicitação formal da instituição 22º Batalhão de Infantaria Motorizado do Exército sem custo para este órgão. GT - Doenças Crônicas Degenerativas - Realizado encontro de Vigilância das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e seus Fatores de Risco e Proteção à Saúde (em março), com ênfase em Hipertensão e Diabetes, em parceria com a Diretoria de Atenção Primária (Área Técnica de Diabetes e Hipertensão) e GT Fatores de Riscos e Proteção à Saúde, nos municípios de Crixás e Santa Rita, pela técnica Cleudemar Gonçalves e Gerente de Núcleo Márya Santos. Realizadas Capacitações sobre o Novo Manejo Clínico e Tratamento dos casos de Beribéri com objetivo de contribuir na formação dos profissionais de saúde médicos, enfermeiros e nutricionistas. A referida capacitação foi realizada nos municípios de Araguaína (86 profissionais de saúde capacitados) e Augustinópolis (27 profissionais de saúde capacitados), realizada em parceria com a Gerência Técnica de Alimentação e Nutrição. Essas Capacitações contaram com a participação dos seguintes municípios: Ananás, Angico, Araguaia, Cachoeirinha, Piraquê, Riachinho, Xambioá, Araguaia, Aguiarnópolis, Darcinópolis, Luzinópolis, Nazaré, Palmeiras, Santa Terezinha do Tocantins, Tocantinópolis, Aragominas, Babaçulândia, Barra do Ouro, Campos lindos, Carmolândia, Filadélfia, Goiatins, Muricilândia, Nova Olinda, Pau D'arco, Santa Fé do Araguaia, Wanderlândia, Arapoema, Bandeirantes, Bernardo Sayão, Brasilândia, Colinas do Tocantins, Couto Magalhães, Itapiratins, Juarina, Araguatins, Axixá, Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito, Esperantina, Itaguatins, Maurilândia, Praia Norte, Sampaio, São Bento, São Miguel, São Sebastião, Sítio Novo, Palmeirante e Tupiratins. Também foi realizada capacitação sobre o Novo Manejo Clínico e Tratamento dos casos de Beribéri no município de Palmas onde participaram 90 profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e nutricionistas) dos municípios de Colméia, Fortaleza do Tabocão, Goianorte, Guaraí, Itaporã, Itacajá, Bom Jesus, Centenário, Pedro Afonso, Recursolândia, Santa Maria, Tupirama, Aparecida do Rio Negro, Lagoa do Tocantins, Lajeado, Lizarda, Novo Acordo, Santa Tereza, São Félix, Abreulândia, Araguacema, Barrolândia, Caseara, Chapada de Areia, Cristalândia, Divinópolis, Dois Irmãos, Marianópolis, Pequizeiro, Paraíso do Tocantins.

AÇÃO PRIORITÁRIA		
3017 - Aparelhamento da Atenção Primária do Tocantins		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 30550 - Fundo Estadual de Saúde		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1021 - Saúde Direito do Cidadão		
VINCULADA À INICIATIVA: Ampliação do acesso dos usuários às ações e serviços de saúde da Atenção Primária		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
3 unidades aparelhadas	1	33,33
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
3.215.562,00	120.859,64	3,76
SITUAÇÃO DA AÇÃO:		DEFINIÇÃO:
QUAL: Outras causas		PROBLEMA: NÃO
		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela
NATUREZA: Administrativa e Financeira	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Há dificuldade no desenvolvimento dos processos de aquisição provenientes de propostas do Ministério da Saúde, uma vez que os valores dos objetos conseguidos no Estado do Tocantins não acompanham os valores máximos estipulados pelo Ministério.	CAUSA: Há dificuldade no desenvolvimento dos processos de aquisição provenientes de propostas do Ministério da Saúde, uma vez que os valores dos objetos conseguidos no Estado do Tocantins não acompanham os valores máximos estipulados pelo Ministério.

ANÁLISE: O fortalecimento da gestão estadual da Atenção Primária por meio da aquisição de equipamentos de informática e audiovisuais permite o desenvolvimento das ações de monitoramento e avaliação e de cooperação técnica desenvolvidos nos municípios tocantinenses. A aquisição de equipamentos para a CPPP visa subsidiar a equipe de saúde prisional no enfrentamento dos agravos que mais acometem os reeducandos e evitar o deslocamento para tratamento de saúde. Os equipamentos a serem adquiridos por recursos oriundos de emenda parlamentar objetivam subsidiar o trabalho das equipes de saúde dos municípios tocantinenses, tornando as ferramentas de trabalho mais apropriadas, melhorando o acesso e a qualidade dos serviços de saúde prestados. Recomenda-se determinação de fluxo de processos na Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, para que os processos de aquisição tenham dinâmica menos densa para sua conclusão. Já que a Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública é que realiza as aquisições de equipamentos e serviços de informática para todo o Estado do Tocantins é importante que desenvolva Atas de Registro de Preços para economia e agilidade destas aquisições.

Em 2012 foram adquiridos e pagos 01 eletrocardiógrafo, 01 autoclave e 02 aparelhos de nebulização dos equipamentos previstos para a unidade de saúde prisional da Casa de Prisão Provisória de Palmas; foram empenhados e entregues no Almoxarifado Central 01 aparelho de fax, 01 aparelho telefônico, 01 caixa de som com microfone com fio; 20 nobreaks, 120 gabinetes odontológicos e 120 autoclaves. Os demais equipamentos têm os processos de aquisição em andamento e estão sendo acompanhados. A estruturação da gestão estadual dar-se-á pela aquisição de equipamentos de informática e audiovisuais através do Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF), e de fonte do tesouro estadual (0102). Em virtude de aprovação de proposta de emenda parlamentar houve incremento no valor autorizado para o exercício de 2012 em R\$ 1.999.591,60 destinados aos municípios tocantinenses na aquisição de equipamentos - balanças antropométricas adulto e infantil, detector fetal, esfigmomanômetro e estetoscópios infantis, microcomputador, nobreak e impressoras a laser, gabinete odontológico e autoclave. Os demais objetos solicitados em 2012 tem os trâmites monitorados para o melhor andamento. Solicitações feitas através de termos de referência e acompanhamento do andamento dos processos administrativos para as aquisições.

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4282 - Realização de cursos para profissionais da rede de Atenção Primária		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 30550 - Fundo Estadual de Saúde		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1021 - Saúde Direito do Cidadão		
VINCULADA À INICIATIVA: Capacitação e atualização dos profissionais das equipes de Atenção Primária no âmbito municipal e estadual		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
34 cursos realizados	46	135,29
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
537.845,00	218.380,76	40,60
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal		DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.
		PROBLEMA: NÃO

ANÁLISE: Considerando a meta física de realizar 34 cursos em 2012, foram realizados 46 cursos, o que demonstra superação da meta física prevista, justificada por demanda não programada do Ministério da Saúde em função da necessidade de readequação do Sistema de Informação SISPRENATAL WEB e de participação de técnicos da Diretoria de Atenção Primária em eventos técnico-científicos externos. A execução financeira de 40.6% pode demonstrar economicidade e otimização dos recursos realizados através de parcerias com o Ministério da Saúde, Escola Tocantinense do SUS, Universidade Federal do Tocantins, Secretaria do Trabalho e Assistência Social - SETAS. Cabe inteirar que os cursos da Alimentação e Nutrição e do Tabagismo e Saber Saúde estão elencados como meta física desta ação de realização de cursos, porém os recursos financeiros são executados nas ações 4251 da Promoção da Alimentação e Nutrição e 4252 do Tabagismo, respectivamente. O recurso de fonte 0247, GD 44, relaciona-se a aquisição de coleção de livros do exercício de 2011, porém este processo de aquisição foi arquivado por apresentar procedimento licitatório na modalidade convite deserto por 3 vezes, e por tratar de recurso financeiro do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) não poderia ser feito outra modalidade para aquisição. Os recursos de fonte 225 até o final de 2012 não foram liberados pelo Ministério da Saúde.

Das atividades previstas na PAS-2012 foram realizadas: 01 Curso em temáticas relacionadas à Saúde do Homem para profissionais da Atenção Básica e Especializada de 10 Das atividades previstas na PAS-2012 foram realizadas: 01 Curso em temáticas relacionadas à Saúde do Homem para profissionais da Atenção Básica e Especializada de 10 municípios prioritários - Araguatins, Porto Nacional, Formoso do Araguaia, Palmas, Paraíso, São Miguel, Axixá, Guaraí, Gurupi, Miracema; 01 Webconferência sobre Alimentação do idoso com ênfase na osteoporose, participaram os municípios: Araguaína, Nazaré, Porto Alegre, Maurilândia, Dianópolis, Sucupira, Buriti, Riachinho, Araguaia, Recursolândia e Arapoema; 01 Webconferência sobre o tema Roda de Conversa: Cuidador de Idoso, participaram os municípios: Paraíso, Tocantina, Tocantinópolis, Ipueiras 02 capacitações sobre Consolidação do Registro de Produção Individual e Alimentação do SIA/BPA para os profissionais de saúde da Casa de Prisão Provisória de Palmas e Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota - Araguaína com a participação dos profissionais da unidade de saúde prisional e de 04 técnicos da Diretoria de Atenção Primária e 01 técnica da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos; Realizado 01 evento para Integração entre as famílias de reeducandos com a instituição levando informações de saúde como promoção e prevenção de agravos, onde participaram 150 pessoas entre agentes penitenciários, profissionais de saúde e familiares dos reeducandos; Participação de 03 profissionais da Atenção Primária na I Oficina em Palmas sobre A Saúde no Sistema Prisional, onde foram abordados os aspectos positivos e negativos das ações desenvolvidas pelo Estado do Tocantins com representantes do Ministério da Justiça e do Ministério da Saúde; Realização de 01 intercâmbio para conhecer as experiências de organização da municipalização da saúde no sistema prisional que acontece de forma descentralizada no Estado do Rio Grande do Sul; Participação de 1 (um) técnico da Gerência de Núcleo Saúde do Idoso (GNSI) na 1ª Capacitação de Conselheiros na Política da Pessoa Idosa no município de Palmas; Participação de 1 (um) técnico da Gerência de Núcleo Saúde do Idoso (GNSI) no evento alusivo ao Dia Nacional e Internacional do Idoso: Envelhecimento Ativo nas agendas das políticas públicas e Reunião Técnica com o objetivo de identificar e discutir linhas estratégicas de ações para implementação e fortalecimento da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa nos Estados, em Brasília - DF; Participação de 2 (dois) Técnicos na Reunião Ordinária Ampliada do Conselho Estadual do Idoso para discussão ampliada do Conselho Estadual do Idoso com órgãos estaduais, Organizações não Governamentais, Autarquias, e outros órgãos que prestam serviço e assistência no que se refere a Política Estadual do Idoso nos moldes da violência nas mais variadas modalidades e expressões e buscar parcerias para amenizar e erradicar a demanda; Participação de 1 (um) técnico da Gerência de Núcleo Saúde do Idoso (GNSI) na 1ª Capacitação de Conselheiros na Política da Pessoa Idosa no município de Palmas; Participação de 2 (dois) Técnicos na Reunião Ordinária Ampliada do Conselho Estadual do Idoso para discussão ampliada do Conselho Estadual do Idoso com órgãos estaduais, Organizações não Governamentais, Autarquias, e outros órgãos que prestam serviço e assistência no que se refere a

Política Estadual do Idoso nos moldes da violência nas mais variadas modalidades e expressões e buscar parcerias para amenizar e erradicar a demanda; Participação de um técnico da Gerência de Alimentação e Nutrição em um evento externo técnico científico, realizado em Brasília pelo Ministério da Saúde com objetivo de implementar no Estado ações de Nutrição como o Plano de Controle da Obesidade e Encontro Nacional dos Coordenadores Estaduais de Alimentação e Nutrição; Participação de 04 técnicos da gestão estadual nos 30 anos do CONASS no Simpósio Internacional sobre Redes, em Brasília - DF; Participação de 02 técnicos na I Oficina de Realinhamento Atenção Integral a Doenças Prevalentes na Infância Neonatal, em Brasília - DF, pelo Ministério da Saúde; Participação de 01 técnico da Gerência de Monitoramento e Avaliação e 01 técnico da Tecnologia da Informação em intercâmbio para capacitação em serviço para o desenvolvimento de software para o Geoportal, em Salvador -BA; Participação de 03 técnicos na Apresentação do SISPRENATAL WEB, em março, em Brasília; Participação de 01 técnico na Capacitação do SISPRENATAL WEB, em junho, em Brasília -DF; Participação de 01 técnico no I Fórum Nacional da Atenção Básica - PMAQ, 05 a 07 de março, em Brasília -DF; Participação de 01 técnico no Seminário Regional de Gestão Participativa e Políticas de Promoção de Equidade, de 14 a 16 de março, em Brasília -DF; Participação de 01 técnico no II Encontro Nacional de Tutores do Método Canguru, em Brasília - DF; Participação de 01 técnico no III Encontro Nacional de Coordenadores de Saúde da Criança dos Estados e Capitais, 20 a 23 de março, em Brasília - DF; Participação de 5 técnicos de Capacitação de multiplicadores em Teste Rápido para gravidez, sífilis, HIV e aconselhamento, 07 a 12 de maio, em Vitória - ES; Participação de 01 técnico no VII Encontro Nacional para o Controle do câncer de colo de útero e mama, de 15 a 19 de maio, no Rio de Janeiro - DF; Participação de 02 técnicos na Oficina Intersetorial Nacional do Programa Bolsa Família, 22 e 23 de maio, em Brasília - DF; Participação de 01 técnico no Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia, no Rio de Janeiro - RJ; Participação de 02 técnicos na Reunião de Coordenadores Nacionais de Saúde Prisional, 21 e 22 de maio, em Brasília - DF; Participação de 01 técnico no Seminário Intersetorial do Bolsa Família, em São Paulo -SP; Participação de 02 técnicos na Reunião de Coordenadores Estaduais de Saúde Bucal e Encontro Nacional dos Administradores e Técnicos do Serviço Público Odontológico (ENATESPO), em Belo Horizonte - MG; Participação de 01 técnico no Congresso Brasileiro de Enfermagem em Neonatologia, 23 a 28 de junho, em Fortaleza - CE; Participação de 02 técnicos na Câmara Técnica da Atenção Básica e treinamento prático dos instrumentos de Avaliação Externa do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica e em Metodologia de Avaliação dos indicadores para certificação das equipes, 27 e 28 de junho, em Brasília - DF; Participação de 01 técnico na 9ª Conferência Nacional da Criança e do Adolescente, 11 a 14 de julho, em Brasília - DF; Participação de 01 técnico Seminário de Revisão da PNAISM, 7 e 8 de agosto, em Brasília - DF; Participação de 03 técnicos Reunião de Coordenadores de Saúde da Criança e XII Encontro Nacional de Aleitamento Materno e II Encontro de Alimentação Complementar, de 19 a 23 de agosto, em Fortaleza - CE. Realização de 02 Oficinas sobre Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa com ênfase na Prevenção de Quedas, Fraturas, Osteoporose e 02 Oficinas sobre Violência contra a Pessoa Idosa com profissionais das ILPI's do município de Porto Nacional, Palmas, Formoso do Araguaia e Gurupi. Foi realizada 01 Oficina de capacitação em Sistemas de Informação; 01 Curso de capacitação para implantação e implementação de ambulatório de abordagem e tratamento ao fumante; 01 Curso de capacitação para implantação do Saber Saúde nas Escolas de Rede Pública Estadual e municipal; Participação de um técnico da Gerência de Alimentação e Nutrição em um evento externo técnico científico, realizado em Brasília pelo Ministério da Saúde com objetivo de implementar no Estado ações de Nutrição como o Plano de Controle da Obesidade; Participação de 04 técnicos da gestão estadual nos 30 anos do CONASS no Simpósio Internacional sobre Redes, em Brasília; Participação de técnicos na I Oficina de Realinhamento Atenção Integral a Doenças Prevalentes na Infância Neonatal, em Brasília, pelo Ministério da Saúde; Participação de 01 técnico da Gerência de Monitoramento e Avaliação e 01 técnico da Tecnologia da Informação em intercâmbio em Salvador - BA para capacitação em serviço para o desenvolvimento de software para o Geoportal; Realizadas 10 capacitações do SISPRENATAL WEB para os profissionais enfermeiros, digitadores e coordenadores dos municípios de Palmas, Lagoa do Tocantins, Aparecida do Rio Negro, São Félix, Lajeado, Lizarda, Novo acordo, Santa Tereza, Babaçulândia, Carmolândia, Santa Fé, Aragominas, Wanderlândia, Muricilândia, Goiatins, Nova Olinda, Barra do Ouro, Campos Lindos, Filadélfia, Araguaína, Pau D'Arco, Arapoema, Bandeirante, São Bento, Augustinópolis, Araguatins, Carrasco Bonito, Esperantina, Sítio Novo, São Miguel, Axixá, São Sebastião, Buriti, Sampaio, Praia Norte, Maurilândia, Bom Jesus, Gurupi, Nova Rosalândia, Peixe, Taguatinga, Xambioá, Barrolândia, Marianópolis, Fátima, Ananás - esta atividade faz parte das ações priorizadas pela área técnica da saúde da mulher no programa Rede Cegonha; Realização de 02 oficinas (rodas de conversa) sobre promoção da alimentação saudável em crianças menores de dois anos para profissionais de saúde que atuam no município de Porto Nacional; Realização de 02 oficinas sobre Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, em Palmas no mês de junho, com a participação 54 profissionais (enfermeiros, digitadores) de 33 municípios (Angico, Araguaia, Bernardo Sayão, Campos Lindos, Colinas do Tocantins, Combinado, Lajeado, Lizarda, Monte do Carmo, Nova Olinda, Novo Acordo, Paraná, Palmeirante, Pedro Afonso, São Félix do Tocantins, Aliança do Tocantins, Araguacema, Babaçulândia, Marianópolis, Porto Alegre do Tocantins, Porto Nacional, Presidente Kennedy, Pium, Pugmil, Recursolândia, Santa Fé do Araguaia, Santa Rita do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, Tocantinópolis, Tupiratins, Xambioá); Realizada 01 Oficina de Implantação do Caderno de Alimentação e Nutrição na Atenção Básica, nos dias 29 e 30 de agosto de 2012, em Miracema. Participaram 31 profissionais da saúde dos municípios de Miracema, Miranorte, Rio dos Bois e Tocantina; 01 Oficina do Programa Saúde na Escola, dias 09 e 10

de agosto/2012, no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), destinada aos integrantes do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal dos 100 municípios que aderiram ao Programa Saúde na Escola, 232 participantes de 90 municípios – Municípios participantes: Abreulândia, Aguiarnópolis, Aliança, Almas, Alvorada, Ananás, Angico, Aragominas, Araguaçu, Araguaína, Araguanã, Araguatins, Augustinópolis, Aurora do TO, Axixá, Bernardo Sayão, Bom Jesus do TO, Barra do Ouro, Brasilândia do TO, Brejinho de Nazaré, Buriti, Campos Lindos, Cariri, Carmolândia, Crixás, Carrasco Bonito, Cachoeirinha, Centenário, Chapada de Areia, Colinas do TO, Colméia, Conceição do TO, Darcinópolis, Dianópolis, Divinópolis do TO, Dois Irmãos do TO, Dueré, Esperantina, Fátima, Formoso do Araguaia, Guaraí, Gurupi, Ipueiras, Itacajá, Itapiratins, Itaporã, Jaú do Tocantins, Juarina, Lagoa do Tocantins, Lajeado, Lavandeira, Luzinópolis, Marianópolis-TO, Miracema, Miranorte, Monte do Carmo, Monte Santo, Natividade, Nazaré, Nova Rosalândia, Novo Alegre, Paraíso, Palmas, Palmeiras do TO, Palmeirópolis, Pequizeiro, Pedro Afonso, Piraquê, Ponte Alta do TO, Porto Alegre do TO, Porto Nacional, Praia Norte, Pugmil, Presidente Kennedy, Recursolândia, Rio dos Bois, Riachinho, Sandolândia, Santa Fé do Araguaia, Santa Maria, Santa Rita do TO, Santa Tereza do TO, Santa Terezinha do TO, São Miguel do TO, Silvanópolis, Sítio Novo do TO, Taguatinga, Talismã, Tocantinópolis, Tupirama, Wanderlândia. 01 Web Conferência PSE, com 50 participantes; 01 Oficina Fase 2 do PMAQ, 03 de abril, Auditório térreo do Anexo I, público alvo: Secretários municipais, coordenadores da atenção primária, coordenadores do PMAQ nos municípios, número de participantes: 106, 47 Municípios: Ananás, Angico, Riachinho, Xambioá, Araguatins, Augustinópolis, Axixá, Carrasco Bonito, São Bento, Tocantinópolis, Araguaína, Babaçulândia, Barra do Ouro, Carmolândia, Pau D'Arco, Brasilândia, Colinas, Juarina, Palmeirante, Presidente Kennedy, Centenário, Recursolândia, Tupirama, Rio dos Bois, Rio Sono, Tocantina, Barrolândia, Caseara, Chapada de Areia, Dois Irmãos, Nova Rosalândia, Paraíso, Pium, Pugmil, Lajeado, Palmas, Santa Tereza, São Félix, Monte do Carmo, Porto Nacional, Silvanópolis, Aliança do Tocantins, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Santa Rita, Palmeirópolis. 01 Webconferência em PMAQ, 04 de abril, na UFT, para secretários municipais de saúde, coordenadores de Atenção Básica, coordenadores de Saúde da Família, coordenadores do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica dos municípios, 29 participantes. 02 Webconferência em PSE, abril e outubro, na UFT, para secretários municipais de saúde, coordenadores de Atenção Básica, coordenadores de Saúde da Família, coordenadores do PSE dos municípios, totalizando 98 participantes; Participação de um técnico da Gerência de Nutrição na Oficina de Planejamento das Ações de Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Básica, realizada nos dias 16 e 17 de outubro de 2012, em Brasília-DF; Participação de um técnico da Área de Nutrição e um técnico da Área da Criança na Oficina de Formação de Facilitadores da Estratégia Alimentar e Alimenta Brasil, no período de 22 a 26 de outubro de 2012, em Brasília-DF; Participação de um técnico da Área de Nutrição no III Encontro com as Referências Estaduais de Alimentação e Nutrição, em Brasília no período de 21 a 23 de novembro de 2012; Participação de um técnico da Área de Nutrição no III Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, nos dias 21 e 22 de novembro de 2012, no Turim Palace Hotel, em Palmas-TO; Participação de um técnico da Área de Nutrição no I Seminário sobre o Programa Academia da Saúde, de 03 a 05 de dezembro de 2012, em Brasília-DF; Participação de um técnico da Área de Nutrição em Encontro com Ministério da Saúde e parceiros, com objetivo de avaliar ações realizadas em 2012 e discutir os planos para enfrentamento do Beribéri dos Estados de Tocantins, Maranhão e Roraima, no dia 03 de dezembro de 2012.

AÇÃO PRIORITÁRIA		
3059 - Estruturação da Rede Cegonha		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 30550 - Fundo Estadual de Saúde		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1021 - Saúde Direito do Cidadão		
VINCULADA À INICIATIVA: Fortalecimento e ampliação da Rede Cegonha		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
4 unidades estruturadas	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
1.000.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).	
QUAL: Outras causas		PROBLEMA: SIM
		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela
NATUREZA: Outra	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: As atividades de ampliação / reforma de algumas obras já foram aprovadas e aguardamos o envio do recurso do MS para início das atividades. Reunião com os gestores para falar sobre a política da Rede Cegonha, visita técnica para avaliação das cond	CAUSA: As atividades de ampliação / reforma de algumas obras já foram aprovadas e aguardamos o envio do recurso do MS para início das atividades. Reunião com os gestores para falar sobre a política da Rede Cegonha, visita técnica para avaliação das cond
ANÁLISE: As atividades de ampliação/ reforma de algumas obras já foram aprovadas e aguardamos o envio do recurso do MS para início das atividades. Reunião com os gestores para falar sobre a política da Rede Cegonha, visita técnica para avaliação das condições destas unidades para implantação da política, formação de grupos condutores, assessoramento nas práticas que já podem ser seguidas conforme Portaria da Rede Cegonha. Elaboração de Projetos para Casa Parto Normal, Adequação de Ambiência, Casa da Gestante, Bebê e Puérpera para as Regiões de Saúde do Bico do Papagaio, Capim Dourado, Médio Norte e Miracema, juntamente com os gestores hospitalares e solicitação de equipamentos. Inserção das propostas no SINCOV, acompanhamento dos pareceres, readequações e implementação das diligências, quando solicitado pelos técnicos do MS. Elaboração juntamente com o setor de Engenharia Biomédica do memorial descritivo dessas adequações nos hospitais. Reunião com os gestores para falar sobre a política da Rede Cegonha, visita técnica para avaliação das condições destas unidades para implantação da política, formação de grupos condutores, assessoramento nas práticas que já podem ser seguidas conforme Portaria da Rede Cegonha. Elaboração dos Termos de Referência.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4218 - Modernização da gestão e gerencia hospitalar e ambulatorial própria		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 30550 - Fundo Estadual de Saúde		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1021 - Saúde Direito do Cidadão		
VINCULADA À INICIATIVA: Fortalecimento, modernização e ampliação das ações e serviços da média e alta complexidade		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
17 unidades	17	100,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
286.277.902,00	265.340.342,22	92,69
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal		DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.
QUAL: Morosidade de Processos Administrativos		PROBLEMA: SIM
		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A etapa apresenta interrupção ou atrasos no processo de licitação.
ANÁLISE: O monitoramento da Ação de Modernização da Gestão foi realizado pelo Núcleo Gestor dos contratos, CAF (Comissão de Acompanhamento e Fiscalização) e Diretoria da Atenção Especializada por meio de visitas de membros das equipes aos 17 hospitais, relatório de desempenho quadrimestral das unidades e relatórios estatísticos apresentados pela OSS Pró Saúde. As metas alcançadas e tiveram grande impacto na ação, pois trouxeram mudanças no processo de gerenciamento das unidades e avanços na oferta de serviços e processos de trabalho, contribuindo para a iniciativa de fortalecer, modernizar e ampliar os serviços de média e alta complexidade. Ações de grande impacto que estão sendo ou foram realizadas nas 17 unidades hospitalares gerenciadas pela Pró Saúde ABASH neste primeiro quadrimestre. Inaugurados leitos de UTI: 10 leitos de UTI Hospital Regional Público de Gurupi; 10 leitos cirúrgicos no Hospital e Maternidade Pública Dona Regina; Contratados leitos externos para UTI (neo/adulto) e cirurgia nos Hospitais Privados de Palmas; Implantado serviço de hemodinâmica no HGP com a realização de 200 procedimentos mês (Cateterismo, angioplastia coronariana, arteriografia cerebral, arteriografia vascular, Angioplastia com utilização de endoprótese, estudo eletrofisiológico, diagnóstico e terapêutico com ablação), investimento na ordem de R\$ 1.600.000,00; Implantado o Programa de Internação Domiciliar PID, no Hospital Geral de Palmas, com capacidade para atendimento domiciliar de 20 usuários; Finalizado o Manual para Cuidadores a serem entregues pelas unidades aos familiares de pacientes dependentes; Elaborado o Projeto Cuidando dos cuidadores no HGPP; Implantado o sistema de gestão hospitalar módulo faturamento nos hospitais de Porto Nacional, Dianópolis, Guaraí, Doenças Tropicais de Araguaína, HGP, Paraíso e Miracema; o que permitiu o aumento de 30% do faturamento destas unidades; Realizadas diversas reformas e adequações nas estruturas físicas dos Hospitais, principalmente nas unidades da Região Norte, Gurupi, Miracema, Paraíso e Porto Nacional; Adquiridos equipamentos médico-hospitalares, de informática e de manutenção (investimento na ordem de R\$11.814.229,61); Implantado o sistema de gestão hospitalar nas 17 unidades, em funcionamento os módulos de logística, recepção, prontuário cidadão e portal de indicadores; interligando os hospitais e possibilitando o acompanhamento real de todas as ações realizadas nas unidades. Implantadas e em atuação as comissões hospitalares obrigatórias (óbito, ética, farmácia, CCIH, revisão de prontuário); Realizados diversos cursos profissionalizantes para 3.457 funcionários celetistas e estatutários das unidades; Implantado o sistema de gerenciamento de leitos nas 17 unidades o que permitiu, principalmente nos hospitais de alta complexidade redução da média de permanência nos de 12 para 5 dias; Implantado o gerenciamento de processos nas 17 unidades com o objetivo de mapear e auxiliar na consolidação e tradução dos processos em instruções de trabalho, Procedimentos de Gestão, fluxogramas e cronogramas; - Realizado treinamento Sistema Interact - Módulo Plano de Ação cronograma; - Realizado cadastro dos usuários no sistema, Planejamento, Ferramentas da Qualidade (5W2H, PDCA); -Realizada revisão do fluxo de liberação de prontuários e impressos; - Elaborado impresso de empréstimo de prontuário; -Elaborado relatório de Visita Técnica realizada pelo Escritório da Qualidade e Enfermagem no CC,PS,UTI I e II e Relatório de Visita de Diagnóstico realizada pela Qualidade; - Realizada reunião de Trabalho - Gestão de Documentos; - Elaboradas as descrições das Políticas Institucionais das unidades (PGRSS, Qualidade, Gestão de Pessoas, Gestão de Riscos, Termo de Consentimento Informado, Comunicação); - Apresentados os Procedimentos de Gestão Institucionais; - Realizada a Padronização dos Manuais Institucionais (O manual da SCIH ficou sob a responsabilidade do Escritório da Qualidade de Araguaína); - Realizado pelo consultor do Interact treinamento com Analista da Qualidade - Módulo Gestão de Documentos; -Implantado Plantão de Dúvidas Sistema Interact - Módulo Plano de Ação; - Inserido os nomes das equipes de Hotelaria das unidades no Interact; - Montado cronograma de		

inventário enxoval - Inserido o plano de ação no Interact do SPR; - Realizadas reuniões com as coordenações médicas do Pronto Socorro para elaboração do protocolo de acolhimento; - Criados instrumentos de coleta de dados para a implantação do acolhimento; - Realizada sensibilização das equipes quanto a necessidade da implantação do SAE; - Elaboradas aulas de SAE para a equipe; - Realizadas auditorias nas unidades para levantamento de diagnóstico situacional e após elaboração de plano de ação; - Realizadas capacitações quanto ao uso da Manta Térmica, disponibilizado ao Centros Cirúrgicos; - Avaliados os materiais (Filtros HigroBac) no Almoxarifado central (Galpão) quanto a viabilidade para uso; - Realizado acompanhamento, avaliação e orientação do trabalho da equipe de técnicos de Enfermagem da CMPA; - Realizadas reuniões com Diretoria e Coordenações de Enfermagem na elaboração de plano de controle de entrada e saída de material da CME; - Realizadas orientações sobre sistema Interact em todas as unidades; - Implantadas em todas as unidades ações de assistência Nutricional; - Enviado a SESAU e Assessoria de Imprensa Pró Saúde texto de divulgação sobre descarte de lâmpadas fluorescente; - Elaborada a Política de Gestão da Qualidade; - Elaborado Cronograma da Visita de Acompanhamento do Plano de Ação; - Discutido proposta de implantação de um piloto do Plano Terapêutico nas UTI; - Verificadas as Instruções de Trabalho Atribuições do Núcleo de Vigilância Epidemiológica; - Verificadas as Instruções de Trabalho Rotinas do RHC; - Realizadas reuniões com as Comissões de Qualidade das unidades; - Realizadas reuniões com a rede Gestão de Humanização (Estado) e Consultora do Ministério da Saúde para implantação da ACCR; - Realizadas reuniões com as equipes das unidades dos setores de Arquivo, Enfermagem, Faturamento, RHC, Radioterapia e Ambulatório Quimioterapia de Araguaína para definição do fluxo de prontuários; - Verificadas as Instruções de Trabalho Rotinas do Ambulatório da Quimioterapia, nos hospitais de Araguaína e HGPP; - Realizadas reuniões com os Gerentes de Logística, Diretores de Enfermagem Consultoria de Logística e Consultorias de Enfermagem; Implantado o SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário) nas 17 unidades; No decorrer do período, como resultado dos alinhamentos realizados e acompanhamento dos indicadores, os Hospitais alcançaram uma média de satisfação de 85,28%. Analisando-os em grupo percebe-se que o empenho das equipes com o trabalho realizado, assim como na busca da qualidade dos serviços foi acolhida e percebida pelos usuários nos Hospitais. Contratados de 330 profissionais nas áreas administração, nutrição, vigilância, higienização e lavanderia; Realizadas reformas de ambulâncias e carros administrativos; Realizadas atividades de interação com a comunidade nas 17 unidades tais como missas e cultos, treinamento de cuidadores, comemorações de dias festivos, doações de gêneros alimentícios, fraldas e roupas; ações voluntárias de corte de cabelo, maquiagem, manicure e massagens; Realizada entrega de uniformes e EPI's as 17 unidades.

AÇÃO PRIORITÁRIA		
3124 - Reestruturação da rede de assistência hospitalar, laboratorial e ambulatorial		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 30550 - Fundo Estadual de Saúde		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1021 - Saúde Direito do Cidadão		
VINCULADA À INICIATIVA: Fortalecimento, modernização e ampliação das ações e serviços da média e alta complexidade		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
2 unidades reestruturadas	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
63.827.867,00	1.264.148,51	1,98
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Atrasada	DEFINIÇÃO: Execução iniciada, mas com entrave burocrático, orçamentário ou financeiro. Atrasada em relação ao cronograma previsto (com atraso entre 21 a 40% do tempo previsto).	PROBLEMA: SIM
QUAL: Outras causas	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela	
NATUREZA: Administrativa	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Quando a execução da etapa necessita de algum procedimento administrativo interno ou externo, de tomada de decisão administrativa ou ainda, quando a execução foi interrompida em consequência de alterações na organização administrativa do Governo	CAUSA: A maior dificuldade tem sido no acesso aos projetos arquitetônicos e complementares atualizados, o que nos obriga a realizar todos os levantamentos necessários para atualização para posterior a isso dar início aos estudos preliminares para a adequa
QUAL: Outras causas	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela	
NATUREZA: Técnica	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Depende de avaliação ou estudos técnicos para realização da etapa programada	CAUSA:
ANÁLISE: 1. Visita técnica para vistoria de conclusão de obra da unidade básica de saúde do Município de Buriti do Tocantins; 2. Visita técnica para vistoria de conclusão de obra da unidade básica de saúde do Município de Augustinópolis; 3. Visita técnica para vistoria de conclusão de obra da unidade básica de saúde do Município de Arixá; 4. Visita técnica para vistoria de conclusão de obra da unidade básica de saúde do Município de Formoso do Araguaia; 5. Visita técnica para vistoria de conclusão de obra da unidade básica de saúde do Município de Pium; 6. Visita técnica para vistoria da obra de reforma do Hospital de Referência de Porto Nacional; 7. Elaboração de Projeto Arquitetônico para adequação do prédio da Superintendência de Atenção e Promoção a Saúde; 8. Visita ao Hospital de Miracema para fazer reconhecimento dos maiores problemas técnicos que comprometem o labor no dia a dia; 9. Fiscalização de obra para conclusão do Bloco B do LACEN - Laboratório Central de Saúde Pública; 10. Acompanhamento na elaboração de Projeto para a implantação da Radioterapia e Oncologia no Hospital Geral de Palmas; 11. Acompanhamento constante junto aos profissionais da Secretaria de Infraestrutura realizando o levantamento nas áreas Hospitalares da Saúde; 12. Vistoria em Prédio da Assistência Farmacêutica do Município de Gurupi; 13. Vistoria em Prédio da Assistência Farmacêutica do Município de Araguaína; 14. Acompanhamento na elaboração de Projeto para a implantação do setor Colo de Útero e Mama no Hospital de Dianópolis; 15. Acompanhamento na elaboração de Projeto para a implantação do setor Colo de Útero e Mama no Hospital de Augustinópolis; 16. Acompanhamento na elaboração de Projetos complementares para a construção do Hospital Geral de Gurupi; 17. Visita técnica para vistoria de conclusão de obra da Unidade de pronto Atendimento 24h do Município de Porto Nacional - TO;		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4074 - Contratualização dos serviços ambulatoriais, laboratoriais e hospitalares sob gestão estadual		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 30550 - Fundo Estadual de Saúde		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1021 - Saúde Direito do Cidadão		
VINCULADA À INICIATIVA: Regulação para garantia do acesso dos usuários às ações e serviços de saúde de acordo com as necessidades e a oferta existente		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
77 unidades contratualizadas	75	97,40
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
99.527.735,00	74.645.779,79	75,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal	DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.	PROBLEMA: SIM
QUAL: Outras causas	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela	
NATUREZA: Outra	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Inexistência de redes de atenção que compõem a alta complexidade; Inexistência do mapa da saúde que tem com objetivo identificar as necessidades de saúde, capacidade instalada, vazios assistencial, proporcionando um diagnóstico situacional auxili	CAUSA: Inexistência de redes de atenção que compõem a alta complexidade; Inexistência do mapa da saúde que tem com objetivo identificar as necessidades de saúde, capacidade instalada, vazios assistencial, proporcionando um diagnóstico situacional auxili

ANÁLISE: Em cumprimento ao orçamento autorizado de R\$ 99.527.735,00 (noventa e nove milhões, quinhentos e vinte e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais) previsto para o exercício de 2012, com o objetivo de garantir o cumprimento das ações prevista nesta ação, pode-se afirmar que, conforme o relatório de Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária - Anexo N.º11, neste segundo quadrimestre o valor liquidado foi de R\$ 74.645.779,79 (setenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta e nove reais e setenta e nove centavos), o que corresponde a 75% do orçamento autorizado. Desta forma podemos afirmar que a ação foi eficiente ponderando que os instrumentos de contratualização (Contratos e/ou Convênios) estão subordinados a Lei Nº. 8.666, que regulamenta e institui normas para licitação e contratos da administração pública, garantindo o princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Elaboração de Termo de Referência/ Projeto Básico, com as especificações/critérios de execução necessária para a compra dos serviços; - Acompanhamento do andamento do Termo de Referência/ Compra do Serviço desde a autuação do processo, liberação de recurso financeiro, licitação e formalização do contrato; - Encaminhamento de cópias dos contratos aos interessados; - Acompanhamento da vigência dos instrumentos contratuais; - Assistência técnica aos Hospitais e prestadores no que se alude aos serviços contratualizados; - Recebimento de Notas Fiscais dos prestadores contratualizados, observando no caso dos Hospitais se estas estão devidamente atestadas e/ou recolher os atestos no caso dos serviços prestados para os serviços realizados para referencias; - Atualização dos relatórios dos contratos em vigência, orçamento e aditivos formalizados; - Elaboração de previsão orçamentária para pagamento dos processos das Unidades Hospitalares e TCEP's sob Gestão Estadual e demais processos dos serviços complementares de saúde contratualizados; - Elaboração de memorando da estimativa anual e encaminhar mensalmente ao financeiro memorando para pagamento da Produtividade; Conferência, via solicitação das guias de exames, da produção x faturamento das unidades prestadoras de serviço de SADT (por amostragem); - Fornecimento suporte telefônico e presencial aos gestores das unidades hospitalares e a prestadores privados; - Neste período atendemos algumas decisões judiciais, onde foram comprados serviços não disponibilizados na rede SUS (Elaboração do Termo de Referência), realizando acompanhamento do processo de compra desde a autuação de processo até a emissão de Nota Fiscal para pagamento do prestador; - Recebimento de processos para serviços complementares contratualizados encaminhando-os posteriormente com análise e saneamento dos questionamentos advindos dos demais setores; - Controle dos Serviços Programados de acordo com o pactuado na PPI - Programação Pactuada Integrada da Assistência, através das sínteses de produção/ faturamento dos Estabelecimentos de Saúde sob Gestão Estadual: Sistema de Informação Ambulatorial -SIA, Sistema de Informação Hospitalar- SIH, Ficha de Programação Física Orçamentária - FPO magnética; - Elaboração de memorandos e encaminhamento de processos para pagamento dos Estabelecimentos de Saúde sob Gestão Estadual (Unidades Hospitalares e TCEP); - Atendimentos presenciais e telefônicos orientando os municípios em assuntos pertinentes a PPI - Programação Pactuada Integrada, incluindo a Oficina de Pactuação da nova PPI.

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4009 - Apoio à municipalização do trânsito		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 32470 - Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1020 - Segurança e Proteção ao Cidadão		
VINCULADA À INICIATIVA: Apoio a municipalização do trânsito		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
39 municípios apoiados	18	46,15
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
12.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal	DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.	PROBLEMA: SIM
QUAL: Pendência de decisão	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: Os gestores atuais, que não buscavam reeleição entenderam que a decisão caberia ao novos prefeitos.	
NATUREZA: Política	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: A decisão política ultrapassava o período em que o prefeito poderia ou não deixar o cargo.	CAUSA: Assumir compromisso que iria vigorar após a eleição ou não do gestor.
ANÁLISE: A ação, apesar de não ter ocorrido despesa financeira, foi possível a realização de 46,15% do proposto inicialmente. Os técnicos do Detran realizaram convites para diversos municípios, relacionados no relatório, para visitarem o órgão, onde foi possível realizar contatos para esclarecer e informar a forma de implantação da municipalização do trânsito. Aproveitando as visitas dos gestores a Capital, onde participavam de encontros com outras secretarias, os servidores realizaram palestras e contatos para divulgar a importância da ação de Apoio a Municipalização do Trânsito. Os técnicos do órgão, durante a FLIT – FEIRA LITERÁRIA DO TOCANTINS, aproveitando esta oportunidade, levaram diversos esclarecimentos da importância da ação e estabeleceram com os técnicos das prefeituras os contatos iniciais, que naquela oportunidade, em virtude das eleições municipais, não tiveram como realizar os convênios ou aprofundar os contatos. Os municípios relacionados informaram que tinham interesse em realizar o estudo técnico para a municipalização, porém o órgão deveria aguardar o período eleitoral para uma tomada de decisão, tendo em vista que muitos dos gestores municipais não estavam buscando a reeleição, não sendo possível assumir compromissos que iriam extrapolar suas gestões frente às prefeituras.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4278 - Realização de campanhas educativas de trânsito		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 32470 - Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1020 - Segurança e Proteção ao Cidadão		
VINCULADA À INICIATIVA: Realização de campanhas educativas de trânsito		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
15 campanhas realizadas	36	240,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
1.543.000,00	1.501.828,90	97,33
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal		DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.
		PROBLEMA: NÃO

ANÁLISE: A Realização de Campanhas Educativas de Trânsito foi o grande destaque do órgão no ano 2012, apesar das dificuldades, em virtude de redução das receitas arrecadadas pelo órgão, coube a Diretoria de Educação para o Trânsito e Qualificação de Pessoal a realização de um conjunto de atividades que superaram as expectativas. Trabalhando de forma simples, porém objetiva e, talvez o mais importante, com aplicação de poucos recursos atingir um universo de mais de 500.000 pessoas, entre crianças, jovens, adultos, condutores de veículos, pedestres etc. A realização da Semana Nacional de Trânsito, em praticamente todas as unidades (CIRETRANS E POSTOS), contando com o apoio incondicional da Direção Geral permitiu que todo o Estado do Tocantins tivesse acesso a informações, capacitações, treinamentos e temas sobre o trânsito. Participando ativamente da FEIRA LITERÁRIA INTERNACIONAL DO TOCANTINS na edição da Capital e daquelas realizadas no interior o DETRAN oportunizou a população uma aproximação jamais vista no Estado com as questões do trânsito. Utilizando de mecanismos simples com teatro, fantoches e palestras atraiu a atenção do público e permitiu uma visão crítica da situação do trânsito em nosso Estado. Para o ano de 2013 a Diretoria manterá as iniciativas já previstas e pretende implementar novas campanhas, principalmente aquelas voltadas para jovens que estão obtendo a CNH, despertar nesses jovens a importância do respeito a legislação de trânsito é o grande objetivo do órgão. A realização de capacitações com moto-taxistas e condutores de motocicletas, já iniciada em 2012 irá estender-se durante os próximos 3 (três anos). O público alvo das campanhas foi jovem e motociclistas, onde, de acordo dados estatísticos do órgão, ocorrem o maior número de vítimas do trânsito.

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4162 - Implementação da fiscalização de trânsito em todo o Estado		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 32470 - Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1020 - Segurança e Proteção ao Cidadão		
VINCULADA À INICIATIVA: Implementação da fiscalização do trânsito		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
35 fiscalizações realizadas	18	51,43
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
4.366.000,00	4.358.920,64	99,84
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal	DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.	PROBLEMA: SIM
QUAL: Insuficiência de crédito orçamentário	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA: A instituição do Fundo Estadual de Transporte - FET não permitiu ao órgão a realização das ações programadas	
NATUREZA: Financeira	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Redução de 30% dos recursos arrecadados com taxas e serviços prestados pelo órgão	CAUSA: A aprovação da Lei 2.583/2012 não permitiu a realização de diversas ações planejadas pelo órgão
ANÁLISE: Durante o ano de 2012 o órgão desenvolveu 18 ações específicas de fiscalização nas regiões do Estado. Foram fiscalizados mais de 20.000 veículos, sendo apreendidos aproximadamente 300 veículos e aplicados mais 800 autos de infração. Em virtude das dificuldades de ordem financeira a ação foi realizada parcialmente e procurou-se priorizar as regiões onde houve necessidade de uma maior presença do Detran e seus parceiros.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1015 - Aparelhamento das unidades da Policia Militar		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 09030 - Policia Militar do Estado do Tocantins		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1020 - Segurança e Proteção ao Cidadão		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação, aparelhamento, ampliação e reformas das unidades da PM		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
14 unidades aparelhadas	4	28,57
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
355.292,00	83.895,94	23,61
SITUAÇÃO DA AÇÃO:	DEFINIÇÃO:	PROBLEMA:
ANÁLISE:		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2136 - Estratégias operacionais de repressão qualificada		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 31010 - Secretaria da Segurança Pública		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1020 - Segurança e Proteção ao Cidadão		
VINCULADA À INICIATIVA: Repressão e investigação ao crime e aos criminosos		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FÍSICA
30.000 ocorrências registradas	51.808	172,69
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
782.929,00	629.412,16	80,39
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal	DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.	PROBLEMA: SIM
QUAL: Insuficiência de recursos humanos	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA:	
NATUREZA: Política	ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO: Depende de vontade ou decisão política para viabilização da etapa prevista	CAUSA: Falta de efetivo policial
ANÁLISE: A ação teve sua execução eficiente diante do que foi proposto inicialmente, atingindo a meta física para o ano. Principais operações realizadas pela Polícia Civil em todo o Estado: Apoio ao evento carnavalesco realizado na AV. Teotônio Segurado; Apoio a Feira Literária Internacional - FLIT, com escalas de policiais durante todo o evento cultural; Operações constantes realizadas pela DENARC, onde no ano de 2012, foram apreendidos 977 Kg de drogas e foram presos 452 pessoas através de Autos de Prisões em Flagrante, referentes às Operações denominadas: Tolerância Zero Contra o Crack I, Tolerância Zero Contra o Crack II, Quaresma I; Quaresma II; Zumbi I, Zumbi II, Vida I, Vida II, São João, Shamash, dentre outras; Apoio e operacionalidade da Delegacia Virtual, onde foram registradas 5.000 ocorrências; Operação Pré-carnaval nas DRPCs de Araguaína, Araguatins, Guaraí, Miracema, Paraíso, Dianópolis, Porto Nacional, Gurupi e Arraías; Operação de cumprimento de Mandados de busca e apreensão e prisão temporária na cidade de Colinas do Tocantins; Operações policiais no âmbito de todas as regionais, visando o combate à criminalidade, bem como, a mobilização de grande efetivo policial na busca de criminosos especializados em roubo a banco, eventos que ocorreram nas cidades de Taguatinga, Fátima, Gurupi, Alvorada, Itaguatins e comarcas de Araguaína e Goiatins, referente ao roubo a banco ocorrido na cidade de Carolina-MA, divisa com o Estado do Tocantins. Operação Phishing desencadeada na região da 10ª DRPC de Araguatins, que desarticulou a quadrilha deackers. Operação Pente Fino II na área da 10ª DRPC de Araguatins; Operação de intensificação das buscas aos seqüestradores da criança de cinco anos que foi raptada no município Maranhense de Imperatriz; Operação Jaguará III conjunta com o Exército Brasileiro e com as demais Forças da Segurança no extremo sul do Estado; Operação Capim Dourado Projeto Rondon; Operação Senhor do Bonfim; Operação Teen, no município de Araguaína. Comandada pela Delegacia da Criança e do Adolescente - DECA daquela cidade; Operação Eleição Limpa nos municípios de Santa Fé do Araguaia, Aragominas e Muricilândia; Operação Eleições 2012, com reforço policial em todos os municípios do Estado, visando a garantia do cidadão ao exercício democrático e ao sufrágio do voto para escolha de seus representantes; Operação ENEM/2012, escolta no transporte das provas e apoio policial na sua aplicação. Operação Policial denominada BOAS FESTAS, com o objetivo de executar ações repressivas com a finalidade de promover sensação de segurança aos cidadãos tocantinenses.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2165 - Implantação e modernização do sistema de informação		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 31010 - Secretaria da Segurança Pública		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1020 - Segurança e Proteção ao Cidadão		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação e modernização de sistemas de informação da segurança pública		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FÍSICA
2 sistemas implantados/modernizados	6	300,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
2.315.027,00	665.026,64	28,73
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento normal		DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Mesmo com baixa execução a iniciativa conseguiu atingir a meta física proposta para o ano com seis sistemas modernizados/implantados, é importante anotar que houve a implantação do sistema da Delegacia Virtual entre outros e foi desenvolvido mais três sistemas para apoio aos trabalhos da polícia, em conjunto com a área administrativa, bem como manutenção em dois sistemas GERPOL e SGI sem acréscimo no orçamento e despesas desta ação. A maior parte dos recursos não executados são recursos de fonte 0225, sendo uma das dificuldades encontradas, devido a demora nas licitações em virtude dos trâmites processuais da Administração Pública, e até mesmo a liberação pela Seplan dos Termos de Referência para itens de informática, para início do processo licitatório. Principais realizações: Ampliação do Sistema Guardiã; Aquisição de licença de uso de software de Digitalização de fichas datiloscópicas dos prontuários de identificação civil e criminal; Modernização da Delegacia Virtual contemplando a junção dos serviços de furto e perda e denúncias; Modernização Sistema de Apoio ao Policial - SIAP; Contratação de uma empresa para suporte técnico apropriado para alimentação do programa de banco de dados web civil e criminal, com serviços de assessoria, customização, e transferência de tecnologia, bem como de todos os equipamentos necessários ao seu uso diário; Serviço de manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas de informação AFIS; Modernização da Delegacia Virtual contemplando a junção dos serviços de furto e perda e denúncias; - Implantação do sistema Perfil do Profissional de Segurança Pública para atualização dos dados dos servidores; Aparelhamento da Delegacia Especializada na Repressão a Narcóticos, com aquisição de 05 impressoras multifuncionais, 05 notebooks e 01 binóculo, Implantação do sistema Perfil do Profissional de Segurança Pública para atualização dos dados dos servidores; Aparelhamento das Delegacias Especializadas no Atendimento a Mulher na capital e interior com aquisição de 63 Nobreaks.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
3045 - Desenvolvimento das áreas no entorno dos pátios da FNS		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 36600 - Fundo de Desenvolvimento Economico		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1016 - Transporte e Logística		
VINCULADA À INICIATIVA: Desenvolvimento das áreas nos entornos dos pátios da Ferrovia Norte Sul		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
Uma áreas do entorno desenvolvida	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
100.000,00	2.570,00	2,57
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Não iniciada	DEFINIÇÃO: Sem execução física, nem financeira, não foi iniciada no prazo previsto ou por decisão do gestor da unidade, não há interesse, necessidade ou condições de executá-la (orçamento financeiro insuficiente ou não liberado)	PROBLEMA: SIM
ANÁLISE: Em evento realizado em setembro de 2012 com objetivo de apresentar aos empresários de outros estados o potencial do Tocantins para receber investimentos e tendo em vista as oportunidades decorrentes de seu posicionamento estratégico e da logística tocantinense de escoamento de produção. Mantivemos contato frequente e incisivo perante as empresas que estiveram presentes (preferencialmente a indústria de motos, eletrônicos e bibliotecas), informando sobre as atualizações dos investimentos na hidrovia que ligará Manaus –AM a Praia Norte – TO e ligação à ferrovia Norte-Sul. Apesar da baixa execução financeira e orçamentaria, houve um bom desempenho da ação o que contribuiu para o desempenho da ação o que contribuiu para o desempenho do órgão.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2234 - Promoção da segurança nas rodovias estaduais		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 37010 - Secretaria da Infraestrutura		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1016 - Transporte e Logística		
VINCULADA À INICIATIVA: Oferecimento de condições de segurança nas rodovias estaduais		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
10 rodovias seguras	1	10,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
11.580,00	11.580,00	100,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento Normal		DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.
QUAL:		PROBLEMA: NÃO
NATUREZA:		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA:
ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO:		CAUSA:
QUAL:		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA:
NATUREZA:		CAUSA:
ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO:		CAUSA:
QUAL:		ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA:
NATUREZA:		CAUSA:
ESPECIFICAÇÃO DO DETALHAMENTO:		CAUSA:
ANÁLISE: Foram adquiridas tendas para fiscalização móvel em Porto Nacional no período de janeiro até junho de 2012 quando esta ação foi transferida para unidade orçamentária do Fundo Estadual de Transportes.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1077 - Duplicação de rodovias Estaduais		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 37010 - Secretaria da Infraestrutura		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1016 - Transporte e Logística		
VINCULADA À INICIATIVA: Pavimentação e duplicação de rodovias		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
58 km de rodovias duplicadas	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
31.326.920,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Não iniciada	DEFINIÇÃO: Sem execução física, nem financeira, não foi iniciada no prazo previsto ou por decisão do gestor da unidade, não há interesse, necessidade ou condições de executá-la (orçamento financeiro insuficiente ou não liberado)	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: O projeto está em fase de elaboração, não sendo possível nesse momento medir a eficiência da ação.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1157 - Pavimentação de rodovia estadual PDRIS		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 37010 - Secretaria da Infraestrutura		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1016 - Transporte e Logística		
VINCULADA À INICIATIVA: Pavimentação e duplicação de rodovias		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
5 km de rodovias pavimentadas	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
0,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Não iniciada	DEFINIÇÃO: Sem execução física, nem financeira, não foi iniciada no prazo previsto ou por decisão do gestor da unidade, não há interesse, necessidade ou condições de executá-la (orçamento financeiro insuficiente ou não liberado)	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Houve uma redução total dos recursos orçamentários dessa ação. Portanto, não há execução de meta física ou orçamentária.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1158 - Pavimentação de rodovias		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 37010 - Secretaria da Infraestrutura		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1016 - Transporte e Logística		
VINCULADA À INICIATIVA: Pavimentação e duplicação de rodovias		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
200 km de rodovia pavimentada	273	136,50
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
311.325.823,00	161.252.495,71	51,80
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento Normal		DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: TO-080/Barrolândia - Execução de serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica e obras de arte especiais na rodovia TO-348, concluído; TO-080/Porto Nacional - Execução de serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica e obras de arte correntes na rodovia TO-454/455, em andamento; Silvanópolis/Pindorama - Execução de serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica e obras de arte especiais na rodovia TO-262, em andamento; Santa Tereza/Ponte Alta - Execução de serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica e construção de pontes no estado do Tocantins, concluído; Novo Acordo/Santa Tereza - Execução de serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica e obras de arte especiais na rodovia TO-130, concluído; TO-050/Ipueiras - Execução de serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica e obras de arte especiais na rodovia TO-458, em andamento; Pindorama/Ponte Alta - Execução de serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica e construção de pontes no estado do Tocantins, concluído; Almas/Pindorama - Execução de serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica e obras de arte especiais na rodovia TO-040, em andamento; Entroncamento-335/Juarina - Execução de serviços de complementação de pavimentação na rodovia TO-430, concluído; Xambioá/Km 16 - Execução de serviços de complementação de pavimentação na rodovia TO-164, em andamento; Acesso Agrotins, em andamento; Barrolândia/Campos Lindos TO-020, em andamento; Guaraí/Povoado Beira Rio - TO-431, em andamento.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2216 - Melhoramento nas estradas vicinais nas regiões Centro Oeste, Sudoeste e Nordeste - PDRIS		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 37010 - Secretaria da Infraestrutura		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1016 - Transporte e Logística		
VINCULADA À INICIATIVA: Melhoria nas estradas vicinais		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
667 km de estradas vicinal melhorada	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
12.000.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Não iniciada	DEFINIÇÃO: Sem execução física, nem financeira, não foi iniciada no prazo previsto ou por decisão do gestor da unidade, não há interesse, necessidade ou condições de executá-la (orçamento financeiro insuficiente ou não liberado)	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Obras na fase de projetos		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
2132 - Implantação do Plano Estadual de Logística e Transportes (PDRIS)		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 37010 - Secretaria da Infraestrutura		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1016 - Transporte e Logística		
VINCULADA À INICIATIVA: Elaboração de planos e projetos		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
50% do plano estadual elaborado	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
3.000.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Não iniciada	DEFINIÇÃO: Sem execução física, nem financeira, não foi iniciada no prazo previsto ou por decisão do gestor da unidade, não há interesse, necessidade ou condições de executá-la (orçamento financeiro insuficiente ou não liberado)	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Não houve execução física e nem orçamentária nesta ação, pois os recursos serão oriundos do financiamento com o Banco Mundial que está em fase de aprovação e liberação dos recursos.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4273 - Qualificação da mão de obra profissional e empresarial para o turismo		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 10930 - Agencia de Desenvolvimento Turístico - ADTUR		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1009 - Turismo		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação da Estratégia do Produto Turístico		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
3 serviços turísticos qualificados	451	15.033,33
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
10.264.022,00	47.689,00	0,46
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Andamento Normal		DEFINIÇÃO: Em execução normal, dentro do cronograma previsto, com uma margem de atraso de 20% do tempo previsto para início ou fim.
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Ações significativas, embora não tenham como mensurar financeiramente o trabalho foi de muita mobilização como cursos de condutores, barraqueiros, meios de hospedagem, restaurante em maior qualidade dos serviços turísticos ofertados no Estado do Tocantins.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
1002 - Adequação urbana, acessos e revitalização das estruturas e atrativos turísticos		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 13010 - Secretaria do Planejamento e da Modernizacao da Gestao Publica		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1009 - Turismo		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação de Infraestrutura Básica e Turística		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
2 atrativos turísticos adequados	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
1.495.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: A ser iniciada	DEFINIÇÃO: Prevista para ser iniciada em data futura	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Não houve execução devido ao Empréstimo com o Banco Mundial ter sido contratado em dezembro de 2012. Não havendo tempo hábil para execução.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4271 - Promoção nacional e internacional do turismo		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 10930 - Agencia de Desenvolvimento Turistico - ADTUR		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1009 - Turismo		
VINCULADA À INICIATIVA: Implementação da Estratégia de Marketing		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
4 turismos promovidos	26	650,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
3.376.700,00	1.604.972,07	47,53
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Concluída		DEFINIÇÃO: Execução finalizada
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Foram firmados convênios com o Ministério do Turismo e o EMBRATUR para campanhas nacionais e internacionais do turismo Tocantinense, foram apoiados 10 eventos geradores de fluxo turístico, participação em 10 eventos para divulgação e promoção do turismo e foram elaboradas 6 campanhas publicitárias.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4107 - Estruturação do segmento sol e praia		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 10930 - Agencia de Desenvolvimento Turístico - ADTUR		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1009 - Turismo		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação da Estratégia do Produto Turístico		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
30 unidades	14	46,67
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
1.280.000,00	832.362,50	65,03
SITUAÇÃO DA AÇÃO: Concluída		DEFINIÇÃO: Execução finalizada
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Em função de contingências orçamentarias sofridas no exercício de 2012, o não cumprimento da meta planejada não afetou diretamente o índice de execução nesta ação, conseguimos atender 14 municípios com repasse de recursos, com qualificação profissional e pesquisas nas praias prioritárias.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
4129 - Fomento à iniciativa privada nas atividades da produção associada ao turismo		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 10930 - Agencia de Desenvolvimento Turístico - ADTUR		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1009 - Turismo		
VINCULADA À INICIATIVA: Implantação da Estratégia do Produto Turístico		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
4 iniciativas de fomento desenvolvidas	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
62.900,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: A ser iniciada		DEFINIÇÃO: Prevista para ser iniciada em data futura
		PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: As atividades previstas nesta ação foram priorizadas para serem executadas no exercício de 2013 em função do financiamento do projeto PDRIS e PRODETUR.		

AÇÃO PRIORITÁRIA		
3104 - Implementação e gestão das atividades turísticas nas Unidades de Conservação		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 10930 - Agencia de Desenvolvimento Turístico - ADTUR		
VINCULADA AO PROGRAMA: 1009 - Turismo		
VINCULADA À INICIATIVA: Estruturação das Unidades de Conservação para o Uso Público		
META DA AÇÃO	META EXECUTADA	% EXECUTADO FISICA
1 unidade de conservação estruturada	0	0,00
AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUTADO FINANCEIRO
2.276.000,00	0,00	0,00
SITUAÇÃO DA AÇÃO: A ser iniciada	DEFINIÇÃO: Prevista para ser iniciada em data futura	PROBLEMA: NÃO
ANÁLISE: Os principais recursos destinados para esta ação serão do PDRIS que será executado pela SEPLAM em parceria com a ADTUR e o NATURATINS. Encontra-se em andamento a elaboração de um Termo de Parceria Técnica entre a ADTUR e o NATURATINS para a implementação do uso Público nas Unidades de Conservação.		

A nova roupagem na metodologia do Plano Plurianual 2012-2015 demonstra que as ações governamentais estão sendo desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo, de forma transversal e integrada, com o propósito de alcançar os objetivos e metas vinculados a cada política pública, com dimensão tática alicerçada na produção, no desenvolvimento ambiental, na infraestrutura, na segurança pública, na saúde, na inclusão social, no conhecimento, na cidadania e na gestão pública, caracterizando-se a frustração de receitas obstáculo à realização plena de investimentos em atendimento as prementes demandas da sociedade tocantinense.



Capítulo 6

RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
CONTAS CONSOLIDADAS DE 2011

CAPÍTULO 6

RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – CONTAS CONSOLIDADAS DE 2011

Ao emitir o Relatório e Parecer Prévio favorável à aprovação das Contas do Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado do Tocantins referente ao exercício de 2011, o Tribunal de Contas do Estado – TCE/TO prolatou 13 (treze) Recomendações direcionadas à Administração Pública Estadual. Em virtude de incumbência da Controladoria Geral do Estado, como Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, apoiar o Tribunal de Contas do Estado – TCE/TO no exercício de sua missão institucional, consoante estatuído no art. 36, inciso IV, da Constituição Estadual, foram envidados esforços junto aos órgãos e entidades alcançados pelas Recomendações dessa Corte de Contas, informando sobre as medidas a serem implementadas, com o acompanhamento das ações saneadoras adotadas.

Concluindo o ciclo, coube à Controladoria Geral do Estado demonstrar, de forma consolidada e transparente, as informações prestadas pela Administração Pública do Poder Executivo quanto ao atendimento das diligências apontadas, conforme a seguir:

6.1 RECOMENDAÇÕES/MEDIDAS ADOTADAS:

Recomendação nº 1

1. À Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, como órgão responsável pela elaboração, monitoramento, avaliação e revisão dos instrumentos orçamentários que:

- a) adote medidas de forma a evitar a execução orçamentária sem que haja orçamento inicial autorizado;**

Medidas adotadas (a):

A Secretaria do Planejamento e Modernização da Gestão Pública, por meio do Ofício nº 63/2013/GABSEC, apresentou os seguintes esclarecimentos a respeito das Recomendações:

“No que se refere a letra “a”, em que o Tribunal de Contas recomenda evitar a execução orçamentária sem que haja orçamento inicial autorizado, destacamos que esta excepcionalidade ocorre somente nos casos previstos em lei, em observância ao Art. 43 da Lei 4.320/64, bem como em conformidade com a Lei 2.437, de 31 de março de 2011 – Lei Orçamentária Anual:

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

III – abrir créditos suplementares, com a finalidade de atender às insuficiências nas dotações orçamentárias, até o limite correspondente a 40% do total da despesa inicialmente fixada em cada orçamento de que o art. 4º desta Lei, na forma permitida no art. 43 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, mediante a utilização dos seguintes recursos:

- a) da reserva de contingência;*
- b) do excesso de arrecadação;*
- c) da anulação de dotações orçamentárias;*
- d) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior;*
- e) do produto de operações de crédito internas e externas”*

- b) Identifique os Fundos que não obtiveram execução orçamentária insignificante, bem como aqueles que não atingiram as finalidades previstas no art. 71 da lei n.º 4.320/64, e se for o caso, tome as providências necessárias para a extinção dos mesmos;**

Medidas adotadas (b):

”Os Fundos Especiais foram criados em obediência aos artigos 71 a 74 da Lei 4.320/64, com o propósito de melhor flexibilização das ações propostas pelos poderes, e de acordo com o art. 40 da Lei 2.408, de 28/10/2010 — LDO- 2011, a criação de fundos especiais deverá ser resultante de anteprojetos apresentados à Secretaria do Planejamento — SEPLAN, onde são procedidas análises da viabilidade de criação dos respectivos fundos. Vale destacar que os saldos não executados dos fundos especiais são repassados para o Tesouro e são programados para atender outras prioridades, conforme dispõe o Art. 14 da LDO — 2011:

Art. 14. As receitas próprias de fundos especiais, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado serão programadas para atender, prioritariamente:

I — gastos com pessoal e encargos sociais;

II — juros, encargos e amortizações da dívida;

III — contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades”.

- c) Articule juntamente com os órgãos setoriais que executam os programas, a elaboração de um plano de ação para fortalecer os sistemas de avaliação dos programas contemplando a formulação de indicadores para o controle anual dos programas da administração pública, o que compromete a identificação dos impactos gerados por boa parte da ação governamental.**

Medidas adotadas (c):

“Quanto a recomendação feita pelo Tribunal de Contas, em relação à deficiência na formulação dos indicadores e do sistema de controle dos resultados dos programas e ações, informamos que a SEPLAN implantou um setor de

acompanhamento de resultados que está estruturando um sistema de avaliação, acompanhamento e formulação de indicadores que meçam os resultados previstos no PPA.

Assim, a SEPLAN, visando melhorar o foco dos órgãos nos resultados previstos no PPA, entendendo que a avaliação de políticas e programas públicos se constitui em urna das principais ferramentas gerenciais para conferir maior qualidade ao gasto público e melhorar os resultados da ação governamental, estruturou em conformidade com a Lei nº 2.582, de 22 de maio de 2012 a Diretoria de Acompanhamento de Resultados, que tem por finalidade avaliar o desempenho dos resultados do Governo, com base em duas perspectivas:

- PPA 2012-2015, por meio dos Indicadores de Objetivos Estratégicos e de Contribuição; e

- Gerenciamento dos Projetos priorizados nas Iniciativas e ações orçamentárias.

Esta Diretoria, portanto, atua articulando-se com os demais órgãos setoriais, executando suas atividades por meio do acompanhamento gerencial dos resultados esperados e da elaboração de mudanças necessárias, proporcionando maior visibilidade aos resultados das ações de Governo previstas no Plano Plurianual — 2012/2015 e no Mapa Estratégico.”

d) Quando da propositura da Lei Orçamentária Anual para os próximos exercícios:

d.1) regulamente a matéria disposta na respectiva LDO, definindo o percentual da reserva como limite máximo, bem como expressando no próprio texto da LOA ou em seus anexos o montante estimado da Receita Corrente Líquida, parâmetro utilizado para verificação de várias exigências constantes da LRF;

Medidas adotadas (d.1):

“Quanto á recomendação feita pelo Tribunal de Contas de que se regulamente a matéria disposta na respectiva LDO, definindo-se o percentual da reserva como limite máximo, bem como expressando no próprio texto da LOA ou em seus anexos o montante estimado da Receita Corrente Líquida, parâmetro utilizado para verificação das várias exigências constantes da LRF, esclarecemos que na elaboração do texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Tocantins, a SEPLAN, orientou-se pela Lei de Diretrizes Orçamentária da União, e esta define relativamente à reserva apenas o percentual mínimo, conforme artigo transcrito abaixo, do texto da LDO para 2013 do Governo Federal, Lei nº 12.708, de 17.08.2012.

Art. 13. A Reserva de Contingência, observado o inciso III do **caput** do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, será constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, 12 **equivalendo no Projeto e na Lei Orçamentária de 2013 a, no mínimo, 2% (dois por cento) e 1% (um por**

cento) da receita corrente líquida, respectivamente, sendo pelo menos metade da Reserva, no projeto de lei, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal. **(grifo nosso)**.

Outrossim, informamos que não consta do texto da LOA ou em seus anexos o montante estimado da Receita Corrente Líquida, pois esta não é uma exigência legal. Quando da elaboração do orçamento é apresentada uma justificativa contendo a metodologia e a memória de cálculo utilizada para a preparação do Projeto da LOA, onde consta todo o método empregado para a estimativa da Receita Corrente Líquida cujo cálculo é realizado em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, e disponibilizado para os demais Poderes e Ministério Público, observando-se às normas técnicas e legais, cumprindo-se o preconizado no § 3º do Art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.”

d.2) observe a vedação quanto a concessão ou utilização de créditos ilimitados, nos termos fixados no art. 167, inciso VII da Constituição Federal;

Medidas adotadas (d.2):

“No que concerne a autorização pelo Poder Executivo para abertura de créditos suplementares, conforme dispõe a Lei 2.437, de 31 de março de 2011 — Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou do desmembramento de Órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação;

II - utilizar recursos do orçamento fiscal para suprir necessidades ou cobrir déficit de sociedades de economia mista e fundo, observados os limites estabelecidos nesta Lei;

III - abrir créditos suplementares, com a finalidade de atender as insuficiências nas dotações orçamentárias, ate o limite correspondente a 40% do total da despesa inicialmente fixada em cada orçamento de que trata o art. 4º desta Lei, na forma permitida no art. 43 da Lei Federal 4.320, de 17 de marco de 1964, mediante a utilização dos seguintes recursos:

- a) da reserva de contingência;
- b) do excesso de arrecadação;
- c) da anulação de dotações orçamentárias;
- d) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior;
- e) do produto de operações de crédito internas e externas.

Esclarece-se que quando da aprovação da Lei pelo Poder Legislativo, há a autorização prévia disposta no art. 82, Incisos V e VI da Constituição Estadual, bem como nos incisos V e VI do art. 167 da Constituição Federal.

Quanto a autorizar na LOA créditos adicionais ilimitados, explica-se que o Poder Executivo não está descumprindo a força constitucional. A regra da vedação, a concessão ou utilização de créditos ilimitados impede a fixação da despesa por critério indexado e a autorização para a atualização monetária do orçamento, sendo nesses casos equivalente a ilimitação dos créditos. Porém, não é o que se observa na execução do exercício de 2011, de acordo com o estabelecido no Inciso III, do art. 7º acima transcrito.”

d.3) evite a elaboração da peça orçamentária superestimada, vez que o total da Receitas e Despesas realizadas sequer alcançaram o valor inicialmente planejado.

Medidas adotadas (d.3):

“Quanto à recomendação do Tribunal de Contas do Estado de que se “evite a elaboração da peça orçamentária superestimada, vez que o total das Receitas e Despesas realizadas sequer alcançou o valor inicialmente planejado”; ponderamos que o fato do orçamento não ter sido executado na sua totalidade, não significa que houve superestimativa da peça orçamentária e sim frustração de receitas, especificamente as oriundas de operações de crédito e de convênios federais, restando prejudicada a execução do programa de trabalho. Sendo relevante ressaltar que o orçamento é sempre estimativo.

Várias são as restrições que podem ser enfrentadas na execução de uma ação e que interferem no seu resultado, podendo ser orçamentárias, financeiras, institucionais, administrativas, políticas, etc, de forma que a análise não deve restringir-se a percentuais do tipo executado X autorizado.”

e) adotem as medidas necessárias à descentralização dos recursos orçamentários necessários ao pagamento de precatórios ao Tribunal de Justiça, Poder Competente para o pagamento dos precatórios aos efetivos credores, e que deve efetuar o registro orçamentário e financeiro das despesas oriundas de sentenças judiciais decorrentes de precatórios, tendo em vista o disposto no artigo 10 da Lei Complementar n.º 101/00.

Medidas adotadas (e):

“Esta recomendação está adstrita à matéria de Competência da Procuradoria Geral do Estado.”

Recomendação nº 2:**2. À Superintendência de Gestão Contábil da SEFAZ que:**

- a) realize procedimentos contábeis destinadas a reavaliação e depreciação dos bens móveis da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo em cumprimento a Portaria n.º 664/2010 da Secretaria do Tesouro Nacional;**

Medidas adotadas (f):

Conforme Ofício n.º 250/2013/GABSEC, a Secretaria de Estado da Fazenda apresentou os seguintes esclarecimentos a respeito das Recomendações:

“Em 2012, deu-se início à implantação dos procedimentos de depreciação dos bens móveis da administração direta e indireta do Poder Executivo, em conformidade com o Decreto n.º 4.480, de 23 de janeiro de 2012, bem como a Portaria SECAD/SEFAZ/CGE n.º 02, de 03 de dezembro de 2012.”

- b) que proceda a contabilização do valor da renúncia, em conta redutora da respectiva receita, com vistas a refletir a situação da receita orçamentária do Estado;**

Medidas adotadas (g):

“O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público dispõe que, contabilmente, seja utilizada a metodologia da dedução de receita para evidenciar as renúncias, sendo que o registro poderá ser efetuado no momento da arrecadação da receita objeto da renúncia ou em momento posterior ao de arrecadação.

Face ao exposto, a Secretaria da Fazenda por meio da Superintendência de Gestão Contábil vem desde o exercício de 2011 realizando reuniões com os técnicos da arrecadação estadual para viabilizar a implementação do referido procedimento contábil, haja vista a necessidade de levantamento e consequente controle de toda a renúncia de receita existente no Estado.

Muito embora não haja o registro contábil, ressalta-se que o montante da renúncia foi considerado no momento da elaboração da LOA, em conformidade com o disposto no anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011, através do Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Tabela I - AMF (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2011	2012	2013	
ICMS	CREDITO OUTORGADO	COMÉRCIO/CH. MORADIA (Lei 1532)	15.000.000	15.000.000	15.000.000	
ICMS	SIMPLES NACIONAL	COMERC./IND./PREST. SERV. (Lei 123)	11.587.250	12.020.254	12.402.053	
ICMS	CRÉDITO PRESUMIDO / REDUÇÃO BC	COM. INTERNET(Lei 1641/05)	1.938.113	2.010.538	2.074.399	
ICMS	CRÉDITO PRESUMIDO /ISENÇÃO	AGROINDÚSTRIA (Lei 1695)	5.442.961	5.646.359	5.825.704	
ICMS	CRÉDITO PRESUMIDO /REDUÇÃO BC / ISENÇÃO/	ATAC. MEDICAMENTO (Lei 1790/07)	2.565.853	2.661.736	2.746.281	
ICMS	CRÉDITO PRESUMIDO/ RED BC	COM. ATACADISTA (Lei 1201/00)	39.317.224	40.786.470	42.081.970	
ICMS	ISENÇÃO/ CRÉDITO PRESUMIDO/INEXIGIBILIDADE	PROINDÚSTRIA (Lei1385)	21.264.482	22.059.115	22.759.779	
ICMS	REDUÇÃO BC/ ISENÇÃO E CRED. PRESUMIDO	PECUÁRIA (Lei 1173/00)	20.924.994	21.706.940	22.396.418	
ICMS	REDUÇÃO BC/ ISENÇÃO E CRED. PRESUMIDO	COM/IND/AGRI/PEC (Lei 1303/03)	9.686.407	10.048.378	10.367.545	
ICMS	ISENÇÃO	COM (Lei 1.095/99)	3.157.082	3.275.059	3.379.085	
ICMS/IPVA	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS FISCAIS - REFIS	TODOS	11.014.437	11.426.035	11.788.960	
ICMS	CONVÊNIOS CONFAZ	DIVERSOS	17.052.275	17.689.502	18.251.373	
ICMS	RED BC SUSPENSÃO DE ALÍQUOTA (DEC. 3413/08)	DIESEL/ QUEROSENE AVIAÇÃO/AVGÁS(Lei 1375/03)	24.677.845	25.600.031	26.413.165	
ICMS	FUNDO DE INVESTIMENTO		30.000.000	30.000.000	30.000.000	
ICMS	CRÉDITO PRESUMIDO / ISENÇÃO	APICULTURA (Lei 1086/99)	55.072	57.130	58.945	
ICMS	ENERGIA ELÉTRICA	ISENÇÕES ATÉ 50 Kwh	1.875.831	1.945.929	2.007.738	
ICMS	ENERGIA ELÉTRICA	ISENÇÕES ATÉ 80 Kwh	4.541.042	4.710.737	4.860.364	
ICMS	ENERGIA ELÉTRICA	ISENÇÕES ATÉ 220 Kwh	3.096.789	3.212.513	3.314.552	
ICMS	ENERGIA ELÉTRICA	ISENÇÕES SUBVENÇÃO	8.393.526	8.707.183	8.983.749	
ICMS	ENERGIA ELÉTRICA	PROSPERAR	160.542	166.541	171.831	
ICMS	ENERGIA ELÉTRICA	PROINDUSTRIA	12.385.615	12.848.453	13.256.558	
ICMS	ENERGIA ELÉTRICA	AGROINDÚSTRIA	2.037.086	2.113.210	2.180.332	
ICMS	ENERGIA ELÉTRICA	RURAL	6.506.658	6.749.806	6.964.200	
ICMS	SUBVENÇÃO	IND. AUTOMOBILISTICA (Lei 1349)				
		SUB TOTAL	252.681.085	260.441.920	267.285.001	
IPVA	ISENÇÃO PORTADORES DE DEFICIÊNCIA/LOCADORAS FROTA/MOTOTAXI E OUTROS	CONTRIBUINTES IPVA	1.356.979	1.407.688	1.452.400	
IPVA	DESCONTO DE 10% PARA PAGAMENTO À VISTA	CONTRIBUINTES IPVA	2.753.609	2.856.509	2.947.240	
		SUB TOTAL	4.110.588	4.264.196	4.399.640	
		TOTAL	256.791.673	264.706.116	271.684.641	

FONTE: SEFAZ / GIAM/COMUNICAÇÃO/SIMPLES NACIONAL

Obs.: I - a metodologia usada para a projeção dos valores para os anos de 2011, 2012 e 2013 foi a de regressão linear di IGP-DI.

- c) na qualidade de órgão supervisor do recursos repassados aos Municípios, que corrija a divergência dos valores entre aqueles informados no ofício n.º 444/2012/SEFAZ/GASEC e o constante da execução orçamentária registrada no Balanço Geral (Anexo 11), referentes ao ICMS e IPVA transferidos aos Municípios, bem como de transparência aos valores efetivamente transferidos aos Municípios, haja vista que não se observa a publicação pela SEFAZ ou pelo Conselho, os valores efetivamente transferidos as unidades municipais;**

Medidas adotadas (h):

“Em relação à informação prestada através do expediente nº 444/2012/SEFAZ/GASEC, a mesma representa dados consolidados dos quais não constavam os ajustes contábeis como restituições, retificação e outros, e que os valores efetivamente arrecadados são os demonstrados nos relatórios contábeis apresentados na prestação de contas.”

- d) **Evidencie os dados de participação no capital de empresas com a criação de contas específicas através da contabilidade e/ou demonstrativos gerenciais;**

Medidas adotadas (i):

“Não há o que se falar em falta de transparência na contabilidade, uma vez que é desnecessária a duplicação de contas contábeis no plano de contas, tendo em vista que o SIAFEM apresenta o controle das participações acionárias por conta corrente, permitindo o detalhamento ao nível de CNPJ, conforme exemplo abaixo:

```

___ SIAFEM2012-CONTAB,CONSULTAS,DETACONTA ( DETALHA CONTA CONTABIL ) _____
UNIDADE GESTORA : 250100 - SECRETARIA DA FAZENDA
GESTAO          : 00001 - ADMINISTRACAO DIRETA
POSICAO         : JULHO - ABERTO
CONTA           : 141110100 - = PART. EMPRESAS-MEP
LI CONTA CORRENTE CONTABIL
-----
01 25086034000171    CIA DE ENERGIA ELETRICA- TO - CE          290.473.294,80D
02 25089152000133    COMPANHIA DE COMUNICACAO DO EST.          5.854.396,65D
                                TOTAL :          296.327.691,45D

LINHA(LI) PARA DETALHAR : ___ DATA INICIAL : ___ DATA FINAL : ___

```

“

- e) **justifique os gastos realizados na "função previdenciária" em Autarquias e o Fundo Estadual de Meio Ambiente;**

Medidas adotadas (j):

“Conforme citado no item 6.7.7 em que recomenda a justificativa dos gastos referentes à execução de despesas na função previdência realizadas por Autarquias e Fundo Estadual de Meio Ambiente, informa-se a esse Tribunal que houve um equívoco quanto à execução na função acima citada, de maneira que em 2012 a **Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública** não mais reincidiu neste equívoco.”

- f) **proceda a baixa da dívida do Passivo Permanente relativos aos precatórios já transferidos para o Passivo Financeiro em conta de caução no Tribunal de Justiça, objetivando que referidas dívidas não sejam evidenciadas em duplicidade no Balanço Geral do Estado;**

Medidas adotadas (k):

“No procedimento contábil adotado para registro dos precatórios, a execução orçamentária ocorre no Poder Executivo, havendo apenas o repasse

financeiro ao Tribunal de Justiça, justificando a inscrição de um **passivo permanente na Procuradoria Geral do Estado, pelo reconhecimento da dívida, e um passivo financeiro no Tribunal de Justiça, pela obrigação em quitar o precatório** da unidade transferidora, não havendo, portanto, duplicidade de inscrição. Quanto às baixas dos referidos valores, dar-se-ão quando do efetivo pagamento ao credor. Porém, quando há contestação por parte deste relativo ao valor expedido no alvará, para fins de controle gerencial, há a transferência entre passivos financeiros, da conta contábil 2.1.2.2.1.01.00 – Precatórios a Pagar – EC 62/09 para 2.1.1.4.1.01.XX – Caução. Ressalta-se que os passivos, financeiro e permanente, continuam pendentes no Tribunal de Justiça e na Procuradoria Geral do Estado, respectivamente, até o efetivo pagamento a quem de direito.”

- g) adotem as medidas necessárias à correta identificação dos valores dos depósitos vinculados a precatórios transferidos e a transferir ao Tribunal de Justiça.**

Medidas adotadas (I):

“As inconsistências foram sanadas e os saldos em 31 de dezembro de 2012 refletem a realidade.”

Recomendação nº3:**3. Ao IGEPREV que:**

- h) adote medidas para atualizar o cadastramento de todos os beneficiários faltantes e efetuar o controle dos inativos e pensionistas por Poder;**

Medidas adotadas (m):

“O Recadastramento foi concluído em maio de 2011, com a entrega do relatório de conclusão para conhecimento, apreciação e deliberação quanto às providências a serem adotadas conforme o disposto no art. 10, da Portaria nº 75/2010, de 09 de abril de 2010.

Providências: os beneficiários não cadastrados foram convocados por Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial nº 3.500, de 09 de novembro de 2011, para regularizarem a situação junto ao Instituto no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação. Em 17 de agosto de 2012, foi publicada nova convocação, no Diário Oficial nº 3.695, para os beneficiários se regularizarem junto ao Instituto no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de publicação, implicando o não atendimento, na imediata suspensão do pagamento dos respectivos benefícios, conforme preceitua o art. 7º, inciso II, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins. Os beneficiários que não atenderam as convocações tiveram o pagamento dos respectivos benefícios suspensos, até a devida regularização. Atualmente, existem 08 (oito) inativos e 14 (catorze) pensionistas que continuam com os pagamentos bloqueados e desativados da folha de pagamento devido a não regularização da situação junto ao Instituto.”

- i) classifique as receitas por Poder, através de demonstrativos contábeis e ou relatórios gerenciais;**

Medidas adotadas (n):

“Informamos que o IGEPREV adotou medida para tornar esse controle efetivo e eficaz, conforme se observa com a edição da Instrução Normativa IGEPREV nº001, de 18 de agosto de 2011, quando passou a ser exigido pelos órgãos e entidades da administração pública, o envio de relatório mensal contendo as informações em comento, o qual deve ser transmitido nos moldes do layout desenvolvido e disponibilizado pela Diretoria de Tecnologia da Informação do Instituto.”

- j) Apresente nota explicativa quanto à divergência constatada entre o saldo das aplicações financeiras no Balanço Patrimonial e o informado no Ofício/IGEPREV/PRES/N.º 1641/2012, no valor de R\$ 910.086,10;**

Medidas adotadas (o):

“A divergência verificada entre a tabela "Aplicações do RPPS", anexa ao OFICIO/IGEPREV/PRES/Nº 1641/2012, e o saldo das aplicações registrado no Balanço Patrimonial, no montante de R\$ 910.086,10, ocorreu em razão de o referido valor ter sido considerado como uma aplicação na tabela mencionada. No entanto, trata-se de saldo de conta corrente com aplicação no mercado financeiro através de fundo de investimento de curto prazo (rendimento diário).”

Recomendação nº4:**4. À Secretaria da Fazenda:**

- p) apresente medidas adotadas para regularizar os débitos contabilizados na conta "Outros Devedores" visando a recuperação dos valores que o Estado tem a receber desde o exercício de 2004;**

Medidas adotadas (p):

A Secretaria de Estado da Fazenda apresentou, por meio do Ofício n.º 250/2013/GABSEC, os seguintes esclarecimentos a respeito das Recomendações:

“A Secretaria da Fazenda por meio da Superintendência de Gestão Contábil vem orientando às unidades gestoras, por meio de ofício e reuniões, a efetuarem a análise dos saldos em “Outros Devedores”. Ressalta-se que em 2011 houve uma redução de 58,43%, passando de R\$ 60.247.339,46 no início do exercício para R\$ 24.986.525,84 no final de 2011. E em 2012 essa redução foi ainda mais significativa, passando de R\$ 24.986.525,84 no início do exercício para R\$ 3.175.464,16 no final de 2012, resultando numa redução de 87,29%.”

- q) justifique as medidas adotadas para a pouca expressividade de arrecadação em relação ao estoque da dívida ativa em atendimento ao disposto nos artigos 11 e 13 da LC n.º 101/2000, bem como nos termos do art. 58 da referida Lei;**

Medidas adotadas (q):

“A recuperação de créditos é resultado de vários fatores, entre os quais se cita: velocidade da Execução Fiscal, desenvolvida pela Procuradoria Geral do Estado; adoção anual de políticas de benefícios nos programas de recuperação (REFIS); adoção de regras muito flexíveis nos programas de recuperação; qualificação da dívida; número de execuções fiscais; proximidade da conclusão dos processos de execução judiciais.

Assim, visando melhorar o índice de recuperação da dívida ativa, foi constituída o Grupo de Trabalho de Atualização da Dívida Ativa – GTDA com o objetivo de desenvolver atividades que permitam conhecer os valores reais inscritos na dívida ativa e atender as normas de contabilidade aplicada ao setor público, conforme Portaria SEFAZ 1189, de 18 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial n.º3.488, de 20 de outubro de 2011.”

- r) por ocasião da elaboração dos demonstrativos consolidados, verifique a regularidade dos saldos referente aos restos a pagar anterior ao exercício de 2010 fazendo consonância entre o RREO e o RGF e intime-se os demais órgãos e poderes para**

que faça as devidas correções, caso encontrado inconsistências;

Medidas adotadas (r):

“O Relatório Resumido da Execução Orçamentária através do Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão - Anexo IX, na linha referente à unidade gestora 050100 - Tribunal de Justiça e o seu respectivo fundo – UG 060100 apresentou um saldo de restos a pagar não processados de R\$ 1.628.027,19, conforme se pode observar em balancete das duas unidades gestoras na conta 212160300 (UG 050100 – R\$ 1.517.063,09) e (UG 060100 – R\$ 110.964,10), contudo, o Poder Executivo não tem a competência de interferir na elaboração dos demonstrativos relacionados ao referido órgão, caso haja alguma divergência ou incorreção na elaboração dos mesmos.”

Recomendação nº 5:**5. À Secretaria Estadual da Fazenda; Secretaria Estadual da Administração e Secretaria da Saúde, que:**

- a) *adotem as medidas cabíveis para apurar a regularidade e controle dos pagamentos a título de indenizações e despesa com exercícios anteriores vinculados a Secretaria da Saúde, por meio do REDASA face as Leis Estaduais n.º 1448/2004 alterada pelas Leis n.º 1617/2005 e Lei n.º 2.216, de 11/11/2004 e a Lei n.º 1449/2004, alterada pela Lei n.º 1618/2005, incluindo nos quadrimestre seguintes, no limite de despesa com pessoal conforme artigos 18, 19 e 20 da LC 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e em atenção ao Acórdão n.º 668/2012-TCU -Plenário (Processo TC 015.588/2011-4).*

Medidas adotadas (a):**Secretaria Estadual da Fazenda:**

Por meio do Ofício n.º 250/2013/GABSEC, a Secretaria de Estado da Fazenda apresentou os seguintes esclarecimentos a respeito das Recomendações:

“Em decorrência da ressalva apontada, as referidas despesas foram incluídas no limite das despesas com pessoal a partir do quadrimestre seguinte ao da recomendação, conforme recomendação nº 5 do relatório técnico do Tribunal de Contas do Estado.”

Secretaria Estadual da Administração

“Informamos que a Secretaria da Administração não tem gestão sobre o REDASA, uma vez que o seu pagamento é efetuado diretamente na conta do servidor, pela Secretaria da Saúde, não configurando despesa com Folha de Pagamento. De igual modo, compete à Secretaria da Saúde o controle dos pagamentos efetuados.

Assim, diante da impossibilidade de prestarmos quaisquer esclarecimentos acerca do tema, recomendamos que a presente consulta seja formulada diretamente à Secretaria da Saúde.”

Secretaria da Saúde

Por meio do Ofício n.º 1945/2013/GABSEC, a Secretaria de Estado da Saúde apresentou os seguintes esclarecimentos a respeito das Recomendações:

“(…) comunicamos que esta Secretaria de Estado da Saúde está sendo auditada pelo DENASUS e pela Receita Federal do Brasil.

Cumprе ressaltar que o questionamento suscitado pelo Tribunal de Contas do Estado vem sendo analisado pela Corte de Contas da União.

Diante do exposto, informamos que serão encaminhados os resultados das auditorias retrocitadas, bem como, a documentação e respostas aos questionamentos do OFÍCIO/CGE/GABSEC Nº 15604 assim que findada a auditoria.”

Recomendação nº 6:**6. À Procuradoria Geral do Estado que:**

- b) adotem rotinas de conciliações regulares dos saldos financeiros e dívidas individualizadas por credor, efetuando-se os registros contábeis das atualizações devidas, objetivando que os saldos demonstrados nos Balanços demonstrem adequadamente a posição patrimonial e financeira dos valores concernentes a precatórios, em atendimento aos Princípios de Contabilidade;**

Medidas adotadas (b):

“A Procuradoria Geral do Estado procurou a orientação da Superintendência de Contabilidade da Secretaria da Fazenda para adotar medidas que visem a regularização dos registros patrimoniais para que demonstrem adequadamente a posição patrimonial e financeira dos valores concernentes a precatórios e ao cumprimento do Princípio da Contabilidade, a fim de sanar o apontamento do TCE.”

- c) Adotem as medidas necessárias à descentralização dos recursos orçamentários necessários ao pagamento de precatórios ao Tribunal de Justiça, Poder competente para o pagamento dos precatórios aos efetivos credores, e que deve efetuar o registro orçamentário e financeiro das despesas oriundas de sentenças judiciais decorrentes de precatórios, tendo em vista o disposto no artigo 10 da Lei Complementar n.º 101/00;**

Medidas adotadas (c):

“O item apontado é objeto de discussão de política orçamentária e financeira no âmbito dos Órgãos Centrais de Planejamento e Finanças de modo que esse assunto foi alvo de reuniões recentes nas instâncias superiores da SEFAZ, SEPLAM e PGE no sentido de se chegar a um consenso sobre o modus operandi de transferência dos recursos dos precatórios diretamente ao Tribunal de Justiça.”

- d) apresente em Nota Explicativa, ato normativo ou equivalente, que demonstrem as rotinas internas e procedimentos de controle que asseguram o cumprimento da ordem cronológica bem como o prazo de 60 (sessenta) dias para pagamento das Requisições de Pequeno Valor de que trata a EC Nº 62/2009 e o Art. 4º da Lei Complementar Estadual n.º 69/2010;**

Medidas adotadas (d):

*“A Procuradoria Geral do Estado não tem ato normativo ou equivalente que regulamente **internamente a rotina de pagamento das Requisições de Pequeno Valor**, haja vista que o teor do Art. 4º caput e Parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 69/2010, dispensa regulamentação ao tratar diretamente do assunto atribuindo a conduta nesses termos à Procuradoria Geral do Estado, portanto, não podendo esta furtar-se ao que determina referida Lei.”*

- e) apresente um plano de ação para reduzir o estoque de prestação de contas não analisadas, considerando, entre outras, ações voltadas para melhoria na gestão do quadro de pessoal vinculado aos processos de prestações de contas de recursos descentralizados; b) priorize a implementação de um sistema informatizado gerencial que permita o controle efetivo dos recursos repassados a título de convênios e suprimento de fundos, a ser disponibilizado na Internet contendo informações sobre a liberação, execução e prestação de contas dos recursos oriundos de convênios, suprimento de fundos, dentre outros.”**

Medidas adotadas (e):

“O apontamento supracitado não se aplica às atividades desta Procuradoria Geral Estado, vez que não detém nenhum convênio, bem como não se utiliza de descentralização de recursos orçamentários ou financeiros para cumprimento de suas atividades.”

Recomendação nº 7:

7. Ao Tribunal de Justiça do Estado

(....)

Recomendação nº 8:**8. À Secretaria Estadual de Educação que:**

- h) apresente em notas explicativas os fatos que ensejaram o valor negativo de R\$ 16.699,57;***

Medidas adotadas (h):

“Na alínea “h”, a insuficiência financeira de R\$ 16.699,57 (dezesesseis mil seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos), ocorreu em razão de haver na fonte de recursos 0216, o valor de R\$ 27.125,00 (vinte sete mil cento e vinte cinco reais), referente à receita não classificada, lançada em recolhimento a classificar no dia 01 de dezembro de 2011;

O valor de R\$ 27.125,00 (vinte sete mil cento e vinte cinco reais) trata-se de uma devolução de recurso financeiro, transferência direta, destinado ao transporte escolar da Prefeitura Municipal de Itacajá, Processo nº. 2011/2700/000166;

Após análise e identificação do fato, realizou-se a devida regularização contábil, com remanejamento da conta recolhimentos diversos a classificar para a conta outras receitas, conforme Decreto nº 4.679 de 27 de novembro de 2012, que dispõe sobre encerramento do exercício financeiro de 2012.”

- i) adote medidas no sentido de identificar as receitas de restituições contendo o número do convênio, órgão recebedor e o exercício em que os recursos foram repassados.”***

Medidas adotadas (i):

“Na alínea “i”, será designado um servidor específico para acompanhar as contas correntes desta Secretaria, com a finalidade de verificar todos os créditos oriundos de restituições, para, em conjunto com o setor de contabilidade, identificar a origem e realizar a competente regularização, contendo as informações recomendadas pelo Tribunal de Contas do Estado.”

Recomendação nº 9:

9. À Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação e Secretaria da Fazenda, que:

- j) adotem medidas para que a vinculação dos recursos oriundos do FUNDEB 60% E 40%, sejam controlados por fonte de recursos no ato de ingresso da receita e consequentemente na execução da despesa, orçamentariamente e financeiramente, de forma a dar maior transparência na aplicação dos recursos.**

Medidas adotadas (j):**Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública**

“A recomendação constante neste item refere-se à matéria de competência das Secretarias Estaduais de Educação e da Fazenda.”

Secretaria Estadual de Educação

A Secretaria de Estado da Educação, por meio do Ofício n.º 1.236/2013/SEDUC, apresentou os seguintes esclarecimentos a respeito das Recomendações:

“Quanto à sugestão desse egrégio Tribunal, informamos que já foi criado, em 2012, o detalhamento contábil para apropriar despesas dos profissionais do magistério vinculados aos 60% dos recursos do FUNDEB (fonte: 0214777760) e pessoal de apoio e outras despesas vinculadas aos 40% dos recursos do FUNDEB (fontes: 02177777-Pessoal de apoio e 0214999988 – outras despesas de custeio e capital).

No que diz respeito à vinculação da distribuição dos recursos do Fundo, no ato de seu ingresso, à fonte de 60% e 40%, é feita na conta banco 00136153809608, 00136153809403 e na conta 0013615300801984, respectivamente. A liberação de recursos nas fontes 0214777777, 0214777760, 0214888888 e 0214666666 se dá no momento da solicitação do mesmo por esta Pasta, para liquidação das despesas contraídas (despesas de pessoal, despesas correntes e despesas de capital).

O fato em comento, não traduz nenhum prejuízo de transparência, já que as receitas do Fundeb são creditadas em conta específica e a contabilização da despesa evidencia, de forma transparente, a aplicação em cada percentual (60% e 40%).”

Secretaria da Fazenda

A Secretaria de Estado da Fazenda, por meio do Ofício n.º 250/2013/GABSEC, apresentou os seguintes esclarecimentos a respeito das Recomendações:

“Tendo em vista a dificuldade levantada, foi implementada a partir de 2012 a criação de fonte de recurso detalhada para a aferição dos limites mínimos a serem aplicados na remuneração do magistério com recursos do FUNDEB 60%, conforme abaixo:

```
SIAFEM2012-TABELAS,FONTE,LISFONTE ( LISTA FONTE DE RECURSOS )
FONTE          N O M E
INDICADORES DE DETALHAMENTO DA FONTE
-----
0214 FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB
PODE OU NAO SER DETALHADA
0214777760 FUNDEB - 60%
0214777777 PESSOAL
0214888888 EXTRA-COTA FUNDEB
0214999988 BLOQUEIO ORCAMENTO P/ANEXO III
0214999999 FONTE BLOQUEIO PARA LICITACAO
```

”

Recomendação nº 10:**10. À Secretaria Estadual da Fazenda, em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação que:**

10) Realize, diariamente, conciliações bancárias vinculadas ao FUNDEB, de forma a evitar informações divergentes.

Medidas adotadas (10):**Secretaria da Fazenda**

“No sentido de evitar que ocorra futuras divergências, e em atendimento à recomendação proposta por essa egrégia corte de contas, foi implementada conciliações bancárias diariamente entre a conta corrente do FUNDEB e a execução da despesa.”

Secretaria Estadual de Educação

A Secretaria de Estado da Educação, por meio do Ofício n.º 1.236/2013/SEDUC, apresentou os seguintes esclarecimentos a respeito das Recomendações:

“Em atenção à recomendação da egrégia Corte de Contas, informamos que já esta sendo realizada, diariamente, a conciliação da conta corrente do FUNDEB, pela Secretaria da Fazenda e por esta Secretaria.”

Recomendação nº 11:**11. À Secretaria de Infraestrutura e Secretaria da Habitação que:**

- k) apurem a atual situação física e contratual de todas as obras paralisadas, nos diversos órgãos ordenadores de despesas e realizem um planejamento eficaz de retomada das mesmas, elaborando, inclusive, um cronograma físico-financeiro de ataque, de modo a prestar os devidos esclarecimentos à Sociedade;*
- l) em conjunto e com o apoio de outras Secretarias interessadas, implementem um sistema de informações para registro de dados das obras públicas executadas com recursos estaduais que consubstancie um Cadastro Geral de Obras Públicas que permita o controle e acompanhamento dos empreendimentos, bem como forneça informações não apenas a Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado e da União e outros órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, mas também a qualquer cidadão que queira acompanhar os gastos públicos realizados nas obras estaduais, por meio da Internet, facilitando o controle social. As informações sobre programas e ações do Governo disponíveis nos sistemas informatizados atuais não são suficientes para fornecer a transparência à sociedade sobre as despesas realizadas com obras, tampouco para proporcionar dados gerenciais aos órgãos do Sistema de Planejamento e Orçamento Estadual;*
 - Na concepção do sistema de que trata o subitem anterior, contemple os seguintes parâmetros:*
 - vinculação de todos os contratos de uma determinada obra ao mesmo código (Chave Obra);*
 - necessidade do nome da obra ser diferente da ação orçamentária, visto que uma mesma ação pode contemplar mais de uma obra e vice-versa;*
 - condicionamento da liberação inicial de recursos para a obra à criação do referido código no sistema (Chave OBRA);*
 - cadastramento dos cronogramas físico-financeiros de todos os contratos de uma obra em módulo específico para este fim, para o posterior acompanhamento das medições, de forma a cotejar a execução prevista e a realizada, sendo o registro das informações dos cronogramas da obra e das medições condição obrigatória para emitir as notas de lançamento no SIAFEM;*
 - permanência dos registros até a efetiva conclusão da obra;*

- m) adotem as providências cabíveis para o cumprimento do § único do art. 45 da LRF, com o encaminhamento, à Assembleia Legislativa, até a data do envio do projeto da LDO, do relatório com as informações previstas no "caput" do citado dispositivo;**
- n) até que seja implementado o sistema de que trata o subitem anterior, encaminhem ao TCE, anualmente, até o final de cada exercício, informações sobre as obras anteriormente listadas, assim como sobre outras obras inacabadas identificadas posteriormente, com nível de detalhamento que abranja o cronograma físico-financeiro previsto, a porcentagem de execução física e financeira já executada, a dotação consignada, bem como outros dados relevantes sobre o andamento da obra."**

Medidas adotadas (k, l, m e n):

Secretaria de Infraestrutura

"Informamos que a Secretaria de Estado da Infraestrutura possui um sistema de gestão e controle de contratos e obras que possibilita o acompanhamento total da obra a partir do momento de sua contratação, passando pelas etapas de autorização de serviço, medições, paralisação, reinício, aditivos, e termos de entrega das mesmas, além de relatórios operacionais e gerenciais.

O referido sistema é utilizado no âmbito desta Secretaria, não estando preparado para utilização em outros órgãos, pois para se desenvolver um sistema de nível estadual existe uma grande dificuldade no que se refere a recursos humanos.

Dentre os itens solicitado o sistema atende da seguinte forma, respectivamente:

- O código chave de obra foi criado no sistema, necessitando apenas a atualização das informações pelos departamentos gestores de contratos, permitindo que todos os contratos referentes à mesma obra sejam agrupados, possibilitando assim a análise de custo total do empreendimento para os cofres públicos;*
- O critério de utilização do nome da obra já é diferenciado da ação orçamentária;*
- O condicionamento de liberação inicial de recursos para a obra fica dificultado por não se tratar de um sistema de âmbito estadual, pois fica limitado as ações desta secretaria;*
- O sistema permite o cadastramento de cronograma físico-financeiro das obras e gera gráficos de acompanhamento de desempenho;*
- A permanência dos registros é ilimitada, pois o sistema possibilita além de acompanhamento da obra, relatórios gerenciais e histórico de ações;*
- Informamos ainda, que estamos em fase de desenvolvimento do*

módulo de disponibilização de informações online para o cidadão, onde poderão ser acompanhadas as obras que estão sendo executadas pela Secretária”.

Secretaria da Habitação

“Informamos que o Sistema de Informação para registro de dados das obras desta Secretaria está em fase inicial de criação, não sendo capaz de fornecer informações, no entanto, quando este for concluído, atenderá integralmente as recomendações do Tribunal de Contas do Estado.

Outrossim, encaminhamos as informações pertinentes via relatório digital (cd), anexo.”

Recomendação nº 12:

12. À Assembleia Legislativa que:

(....)

Recomendação nº 13:**13. À Controladoria Geral que:**

- a) *informe nas próximas contas acerca do cumprimento das recomendação efetivadas concernentes às falhas referentes ao exercício anterior, fazendo constar as medidas adotadas em cumprimento às recomendações propostas.*

Medidas adotadas (a):

A Controladoria Geral do Estado, por meio de ofícios e diversas reiteraões, comunicou sobre as medidas a serem adotadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo em observância às Recomendações prolatadas pelo Tribunal de Contas do Estado, sendo sintetizadas neste capítulo, de forma consolidada e transparente, as informações prestadas pelos diversos entes envolvidos.

b) Recomendar à Controladoria Geral do Estado que:

- a) *Apresente um plano de ação para reduzir o estoque de prestação de contas não analisadas, considerando, entre outras, ações voltadas para melhoria na gestão do quadro de pessoal vinculado aos processos de prestação de contas de recursos descentralizados; b) priorize a implementação de um sistema informatizado gerencial que permita o controle efetivo dos recursos repassados a título de convênios e suprimentos de fundos, a ser disponibilizado na Internet, contendo informações sobre a liberação, execução e prestação de contas dos recursos oriundos de convênios, suprimento de fundos, dentro outros.*

Medidas adotadas (a e b):

“Quanto ao sistema que permita o controle efetivo dos recursos de convênios, convém destacar que o papel institucional desempenhado pela Controladoria Geral do Estado na fiscalização e Acompanhamento dos Convênios concedidos é executado através de consultas ao Diário Oficial do Estado do Tocantins e ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, armazenando as informações de liberação, execução e prestação de contas através de planilhas eletrônicas disponibilizadas na internet para acesso restrito aos órgãos concedentes.

Com o propósito de melhor desempenhar a missão institucional do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e cumprir à determinação dessa Egrégia Corte de Contas a Controladoria Geral do Estado desenvolveu e encontra-se em fase de implementação o Sistema de Controle Interno, constituído pelos módulos Contratos, Convênios e Adiantamentos, o qual atende as recomendações

desse Tribunal de Contas no que diz respeito à transparência e ao controle, porém, a conclusão do processo de implantação depende de esforços mútuos dos órgãos e entidades estaduais.

Outro aspecto relevante quanto ao controle de recursos repassados a título de Suprimento de Fundos, esta CGE em parceria com a Secretaria da Fazenda e a Secretaria do Planejamento e Modernização da Gestão Pública, foram sugeridas medidas que culminaram na edição de regulamento por parte do Chefe do Poder Executivo e de normatização em conjunto pelas referidas Pastas, sendo estabelecidas regras quanto ao uso de cartão corporativo como meio de pagamento, redução nos limites de concessão e obrigatoriedade de aprovação da prestação de contas e baixa do adiantamento em prazo não superior a trinta dias. Essa medida guarda perfeita sintonia com a recomendação exarada por essa Corte de Contas, pois possibilitará a drástica redução nos elevados somatórios das contas contáveis suprimento de fundos a comprovar e em processo de análise.

Por outra vertente e guardando harmonia com as recomendações desse TCE, os órgãos elencados no parágrafo anterior, elaboraram, também a título de sugestão, minuta de regulamento que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos do Estado do Tocantins mediante convênios, acordos e instrumentos congêneres. É importante destacar que esta medida vem preencher lacuna existente quanto ao regramento sobre transferências voluntárias no âmbito do Estado do Tocantins, que realiza suas ações com suporte em legislação federal, portanto, não guardando estreita relação com as peculiaridades inerentes a este Ente Federado.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório das Contas Consolidadas do Governo do Estado do Tocantins, exercício de 2012, tem como objetivo atender o disposto no artigo 99, § 2º, da Lei nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001 (Lei Orgânica do TCE-TO), e em cumprimento ao artigo 40, inciso VII, da Constituição Estadual, mostrando, por meio de dados e informações técnicas, os resultados alcançados com a aplicação dos recursos públicos nas funções, subfunções, programas e ações de governo.

2. O balanço evidencia o esforço do Governo do Estado em consolidar a política de responsabilidade social, criando estruturas capazes de assegurar investimentos em projetos consistentes e duradouros, em parceria com os municípios e com o Governo Federal, voltadas para a promoção de um ambiente de grande atenção e cuidado com as pessoas, propiciando a prestação de relevantes serviços à população.

3. As receitas arrecadadas no ano de 2012 totalizaram R\$ 6,69 bilhões, alcançando um índice de realização de 86,06% em relação à previsão atualizada. As despesas empenhadas totalizaram R\$ 5,78 bilhões, correspondendo a 73,36% do orçamento autorizado para o exercício. O referido exercício fechou com um superávit orçamentário de R\$ 908 milhões.

4. Da análise da composição patrimonial do Estado, constata-se que o passivo permanente apresentou um aumento das obrigações em 20,74% em 2012, se comparado com o ano de 2011. Esta situação foi influenciada pela contabilização da previsão matemática do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, num montante superior a R\$ 1,2 bilhões, contribuindo significativamente para o aumento do passivo real descoberto, que já era deficitário em 2011 em 2,1 bilhões, passando, em 2012, para 2,7 bilhões.

5. A Receita Corrente Líquida, constituída pelo somatório das Receitas Correntes, deduzidas as Transferências Constitucionais e Legais, das contribuições de servidores para o plano de seguridade social e das receitas oriundas de compensação entre sistemas de previdência, evoluiu 9,73%, passando de R\$ 4.548.795.397,79, em 2011, para R\$ 4.991.475.367,76, no exercício de 2012.

6. As funções de governo que tiveram maior destinação de recursos foram: Administração com R\$ 1.382.937.702,77; Saúde com R\$ 978.903.560,22; Educação com R\$ 999.439.879,82; e Segurança Pública com R\$ 623.882.887,19, que em percentual representaram, respectivamente, 23,91%, 16,93%, 17,28% e 10,79% do total da despesa realizada.

7. As despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino atingiram 25,15% da Receita Líquida de Impostos, superando em 0,15% o percentual mínimo de aplicação previsto no art. 212 da Constituição Federal.

8. Os recursos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde alcançaram um percentual de 18,48%, ultrapassando em 6,48% o mínimo previsto no art. 77, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

9. As despesas com Pessoal e Encargos Sociais do Estado corresponderam a 58,01% da Receita Corrente Líquida – RCL, ficando 1,99% abaixo do limite permitido. As despesas do Poder Executivo com pessoal ficaram situadas em 48,79% sobre a RCL, excedendo o limite prudencial (46,55%) em 2,24%, e a 0,21% de atingir o Limite Máximo Permitido (49,00%).

10. O Estado encontra-se em situação bastante favorável em relação à Dívida Consolidada Líquida e Operações de Crédito, pois a Dívida Consolidada Líquida é de R\$ 1,02 bilhão e representa apenas 20,61% da Receita Corrente Líquida – RCL, bem inferior ao limite fixado na Resolução nº 40 do Senado Federal, em seu art. 3º, inciso I. As Operações de Crédito, contraídas no exercício, tiveram índice de 1,31% da RCL, mantendo-se aquém do limite máximo definido pela Resolução nº 43, artigo 7º, do Senado Federal, em 16%.

11. A Meta de Resultado Nominal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2012 foi de R\$ 378,4 milhões e o valor realizado foi de R\$ 89,5 milhões. Traçando o comparativo entre o realizado e a meta fiscal, podemos afirmar que o Resultado Nominal foi favorável à Administração Pública Estadual, pois não ultrapassou o limite máximo estabelecido para o exercício de 2012, apresentando uma diferença de R\$ 288,9 milhões.

12. O valor do Resultado Primário, no período em análise, correspondeu a R\$ 102,9 milhões, superior à meta anual prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2012, de R\$ 720,8 milhões negativos.

13. Além das demonstrações contábeis, merecem destaque as principais realizações do Governo, desenvolvidas a partir da implementação, de forma silenciosa e gradativa, da estratégia de modernizar a gestão das políticas públicas do Estado, com o efetivo suporte metodológico e técnico do Mapa Estratégico do Governo na definição das principais diretrizes de gestão, numa visão de longo prazo estruturada em eixos que orientam a produção, o desenvolvimento ambiental, a infraestrutura, a segurança pública, a saúde, a inclusão social, o conhecimento, a cidadania e a gestão pública.

14. As cinco áreas de resultados do Mapa Estratégico – Desenvolvimento da Economia; Cuidado com as Pessoas; Valorização do Meio Ambiente; Desenvolvimento do Conhecimento e Modernização; e Implantação da Gestão para Resultados – tem objetivos que visam proporcionar o aumento da participação do Tocantins no PIB nacional, assegurando a desconcentração regional, a promoção da inclusão social, de modo a cuidar das pessoas reduzindo a pobreza e a desigualdade e a garantia de um desenvolvimento plenamente sustentável.

15. Dentro dessa estratégia de modernização da gestão, que tem uma visão de longo prazo, duradoura, pode-se dizer que 2012 foi o primeiro ano de atuação do Governo nesse formato, tendo alcançado, nas respectivas áreas estratégicas os seguintes resultados:

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA

O processo de desenvolvimento econômico supõe que ajustes institucionais, fiscais e jurídicos são necessários, incentivos para inovações, empreendedorismo e investimentos, assim como fornecer condições para um sistema eficiente de produção, circulação e distribuição de bens e serviços à população.

Nesse sentido, com o fito de alcançar as metas sugeridas e modernizar e manter os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Governo do Estado realizou a Feira de Tecnologia Agropecuária – AGROTINS, que alcançou uma cifra de interesses na seguinte ordem: público de 71.971 pessoas; 432 expositores; capacitação de 16.761 participantes em 457 eventos técnicos (palestras, clínicas tecnológicas, dinâmicas e dias de campo); propostas de negócios na ordem de R\$ 325.705.080,00, fortalecendo o cenário agrotecnológico.

Os esforços do Governo também se dirigiram no sentido de implementar políticas públicas e mecanismos de apoio à geração e socialização de tecnologias e extensão rural e contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, amparando a efetivação e participação em eventos tecnológicos, tais como: realização de oficinas para elaboração do Programa ABC - Agricultura de Baixo Carbono e apoio à realização de feiras agropecuárias.

Congregada, ainda, à divulgação de tecnologias de reprodução de banana, conhecida como micro propagação vegetativa, em que uma muda é capaz de se multiplicar em outras 250, beneficiando alunos do Curso de Fruticultura do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, aliada à superação, em 14%, da quantidade de técnicos capacitados do Escritório Central, das Unidades Regionais e dos Locais de Execução de Serviços do RURALTINS, situados em 91 municípios, para atuação no fortalecimento da agricultura familiar.

Impulsionando o Agronegócio, por meio do incentivo ao aumento da produção agropecuária, e contribuindo para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental no Estado do Tocantins, foram produzidas trinta mil mudas de banana, quinze mil mudas de mangaba, dez mil mudas de açaí, cinco mil mudas de caju, duas mil mudas de maracujá, para distribuição a produtores da agricultura familiar, bem como incentivo à ampliação da produção de grãos com a promoção de dias de campo e encontros técnicos nas regiões produtora, com destaque para as culturas de soja, feijão e arroz.

Buscando apoiar atividades de suporte a comercialização da produção de origem vegetal, no intuito de oferecer produtos de qualidade, agregar valor e melhorar o nível socioeconômico da população do Estado, houve a realização de

atividades de agenciamento da classificação de 43.744,37 mil toneladas de produtos de origem vegetal, como arroz beneficiado, arroz em casca, feijão, soja e milho, assim como comercialização, por meio da Central de Abastecimento, de 28.800 toneladas de hortifrutigranjeiros, sendo mais de 8.000 toneladas adquiridas de agricultores do próprio Estado.

Além disso, houve, ainda, esteio à implantação de 10 agroindústrias, com a elaboração de plantas arquitetônicas, projetos técnicos e assessoria ao serviço de inspeção, beneficiando 7 municípios, além da destinação de recursos para execução das obras civis no Projeto Polo de Fruticultura Irrigada São João.

Também, foi instituído o Distrito de Irrigação Manoel Alves, com a conclusão da subestação de energia elétrica para o Projeto, a capacitação do Conselho de Administração e Fiscal e licitação de 48 lotes destinados a pequenos produtores qualificados e 5 lotes empresariais.

Almejando o fortalecimento e melhoria da qualidade de vida dos Agricultores Familiares e das populações diferenciadas, foram realizadas ações que permitiram o aumento de suas rendas, estimularam a organização sociocultural, o conhecimento e a defesa do meio ambiente, tais como aquisição e comercialização de 710.990,45 quilos de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar de 124 municípios, atendimento de 3.620 famílias de agricultores para inserção nos Programas de Agricultura Familiar, por meio de conferências, congressos, reuniões técnicas e dias de campo e a superação, em 136%, da meta estabelecida para implantação de hortas.

Ao mesmo tempo, houve a promoção, em parceria com os municípios e a iniciativa privada, de 14 eventos que beneficiaram aproximadamente 9.400 pessoas, entre agricultores familiares, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, mulheres e jovens de comunidades rurais.

Objetivando promover o sistema de defesa, inspeção e sanidade animal e vegetal, garantindo a oferta de produtos dentro dos padrões de sanidade, e sua comercialização com a qualidade necessária para o consumo final, além de prevenir, controlar e/ou erradicar enfermidades infecto contagiosas, carências e parasitárias do rebanho, e manter a qualidade dos insumos agrícolas, alcançou-se recorde de cobertura vacinal contra febre aftosa, com 99,64% do rebanho vacinado, realizou-se, em parceria com o SENAR-TO, de 287 cursos para capacitação de 6.190 produtores rurais, técnicos e outras pessoas da sociedade em Educação Sanitária, além da transformação de 7 matadouros em matadouros-frigoríficos, com a exigência de instalação de câmaras frigoríficas, e um aumento em 10%, em relação ao ano anterior, o número de fiscalizações realizadas pela ADAPEC TOCANTINS, para controle com mais eficácia da sanidade animal e vegetal (carne/sementes de soja).

Somada, ainda, à implantação do Cartão do Produtor Rural, em parceria com a Confederação Nacional da Agricultura, que possibilita ao produtor, de onde ele estiver e a qualquer hora do dia, o acesso a documentos como a Guia de Trânsito Animal – GTA, Permissão de Trânsito Vegetal, Certificado Fitossanitário de Origem e Nota Fiscal.

A fim de promover políticas de legalização das posses legítimas, por intermédio de um conjunto de ações que envolvem o estabelecimento de parcerias com órgãos federais, para otimização dos serviços prestados ao público-alvo, houve a arrecadação e matrícula em nome do Estado, para efeito de regularização fundiária, de uma área de 583.769,2216 ha, muito superior à área de 85.334,0000 ha estipulada como meta física, assim como foram realizadas 946 vistorias de imóveis rurais, superando em 236% a meta inicial para medição e demarcação de terras.

Buscando beneficiar o escoamento da produção, com agilidade no transporte intermodal do Estado, propiciando uma redução de custos no transporte de cargas e mais segurança para todos os usuários, foram executados 273 km de terraplenagem e pavimentação asfáltica, bem como conservação de 2.138 km de rodovias estaduais pavimentadas e manutenção dos equipamentos de balança rodoviária instalados em 11 municípios do Estado.

Visando estimular o Desenvolvimento Econômico através da qualificação dos processos produtivos, com vistas à inovação, disseminação do conhecimento e aumento da competitividade dos produtos tocaninenses, houve a implantação e revitalização de 2 distritos empresariais: Distrito Industrial Tocantins III – Colinas do Tocantins; e Distrito Industrial Álvaro Milhomem – Paraíso do Tocantins, bem como a realização de 4 missões nacionais e internacionais para divulgação das potencialidades e oportunidades do Estado, e assinatura de 3 grandes contratos de financiamento para obras de infraestrutura, totalizando a importância de mais de R\$ 1 bilhão. Com foco nesse nicho negocial houve a criação do Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Com o intuito de transformar o potencial turístico do Estado em produtos competitivos, garantindo sua sustentabilidade, consolidando o turismo como importante instrumento de desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental, foi celebrado convênios com o Ministério do Turismo e a EMBRATUR para realização de campanhas nacionais e internacionais do turismo tocaninense, além da destinação de recursos financeiros a 14 municípios para estruturação do segmento Sol e Praia.

Procurando assegurar que os produtos e serviços produzidos e ou comercializados no Estado estejam em conformidade com os regulamentos técnicos do INMETRO, o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins – IPEM/TO realizou mais de 17 mil ações de fiscalização metrológica, o que representou crescimento de 6% em relação a 2011.

Para Executar os registros públicos de empresas mercantis e atividades afins no Estado, garantir a legalidade, facilitar e simplificar a abertura de empresas, com maior qualidade e celeridade, a Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS atendeu 37.344 serviços protocolizados, efetuou constituição de 10.577 empresas e atualizou 2.079 cadastros de empresas.

Aspirando promover o desenvolvimento da rede de cidades tocaninense de forma equitativa, sustentável, inovadora e socialmente justa, a Secretaria das Cidades e do Desenvolvimento urbano apoiou mais de 30 municípios com

assistências técnicas, capacitações e elaboração de projetos de desenvolvimento urbano.

CUIDADO COM AS PESSOAS

Objetivando promover atenção integral à saúde da mulher e da criança, bem como melhoria da assistência prestada às mulheres e neonatos do Estado do Tocantins, houve implementação de novos equipamentos com vistas a reestruturar as unidades de saúde, com ampliação de 8 leitos de terapia intensiva neonatal e de 10 leitos cirúrgicos no Hospital e Maternidade Pública Dona Regina Siqueira Campos.

Na tentativa de ampliar o acesso ao atendimento com qualidade das necessidades de saúde da população e aos serviços de atenção especializada (média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar), conseguiu-se a ampliação de 10 leitos de terapia intensiva adulta no Hospital Regional Público de Gurupi Ampliação e de mais 10 leitos no Hospital Regional de Araguaína, além da ampliação e qualificação de 8 leitos de terapia intensiva adulta no Hospital Geral de Palmas.

Também, buscou-se a utilização da rede privada de saúde, com a contratação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI adulta e neonatal, de acordo com a necessidade, e ainda, a contratação de 5 leitos de UTI adulta para atendimento da demanda de neurologia cirúrgica em Palmas.

Além desses serviços, foram realizadas, por conseguinte, 230.784 consultas médicas em Atenção Especializada, e 24.653 cirurgias nas unidades hospitalares, até setembro. Foi adquirido ainda equipamentos de informática para interligação da rede hospitalar e implantação do Sistema MV Integrado em 17 unidades hospitalares, além da realização de 152 internações domiciliares (maioria idosos).

O acesso aos serviços de saúde foi ampliado, também, por meio da implantação do sistema de gerenciamento de leitos nos hospitais, onde foi possível reduzir a média de permanência de 12 para 5 dias, além disso, foram realizados 14.329 atendimentos aos usuários dos Centros de Reabilitação de Araguaína, Palmas e Porto Nacional, com atendimentos em fisioterapia, terapia ocupacional, nutrição, serviço social, psicologia, enfermagem, fonoaudiologia, clínica médica, neurologia, ortopedia e pediatria.

Quanto ao fornecimento de material hospitalar, houve a concessão de 6.105 equipamentos (órteses, próteses, bolsas coletoras e meios auxiliares de locomoção) aos usuários.

No que pertine às ações de prevenção, foram distribuídos materiais educativos referentes ao controle dos cânceres de colo de útero, mama e tabagismo em todos os municípios do Estado, além da implantação do Centro Qualificador de Ginecologistas e de 2 ambulatorios de tratamento e abordagem ao fumante.

A fim de reduzir os riscos, doenças e agravos de relevância epidemiológica, sanitária e ambiental à saúde da população por meio das ações de promoção, prevenção, proteção e Vigilância em Saúde, houve a realização de 403 inspeções sanitárias em serviços de saúde e em produtos farmacêuticos e alimentares manipulados, bem como investigação de 4 surtos de infecção hospitalar nos municípios de Palmas e Araguaína.

Visando promover a gestão dos processos educacionais e de pesquisa, voltados para o desenvolvimento dos trabalhadores no âmbito da saúde do Tocantins, e contribuir para a formação e qualificação adequada, consoante às Políticas de Educação Permanente, Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, foram proporcionadas atualizações de servidores, com a realização de 84 cursos para capacitação em saúde de 1.533 pessoas de 127 municípios, e 47 cursos para profissionais da Rede de Atenção Primária.

Com o intuito de oferecer serviços de saúde aos servidores públicos e seus dependentes, houve a promoção de 1.853.522 atendimentos pelo PLANSAÚDE.

Propendendo garantir a universalização dos serviços públicos de saneamento básico, através de um conjunto de atividades que propicie a população tocaninense acesso ao abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e dos resíduos sólidos de forma integrada, foi implantado e ampliado o sistema de abastecimento de água, de sistema de manejo de águas pluviais e de sistema de resíduos sólidos, e também implementado o "Programa Tocantins Sem Sede", onde foram construídas 11.350 cisternas para atendimento de famílias da zona rural ressentidas com a falta de água em épocas de estiagem no Bico do Papagaio e Região Sudeste.

Com o intento de produzir habitações de interesse social, objetivando reduzir o déficit habitacional, foram realizadas, em primeiro lugar, a regularização de 3.618 lotes de 7 municípios para construção de habitações, e, em seguida, houve a conclusão de 300 casas em 4 municípios, com recursos do Pró-Moradia

Para assegurar à população tocaninense qualidade e eficiência sobre os serviços públicos de Saneamento Básico, houve o acompanhamento das obras e fiscalização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento. Já para os Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros Intermunicipal (Convencional e Alternativo) e Interestadual, foi intensificada a fiscalização do transporte de passageiros e do combate ao transporte clandestino, com diversas autuações e notificações.

Fomentando a elaboração de políticas públicas para o segmento juvenil e estimular a participação do jovem na construção dessas políticas, por meio de eventos que reúnam a juventude, foi implementada política de apoio e amparo à juventude, dentro do Projeto Papo Show, nas 12 regionais da Feira Literária Internacional – FLIT, com a participação de gestores, educadores e mobilizadores, além da realização de 12 etapas do Circuito Estadual de Corrida de Rua e 4 etapas do Circuito de Ciclismo, envolvendo 1.680 atletas.

Para facilitar o acesso da população ao emprego por meio da oportunidade de cursos que proporcionem melhores condições de competitividade e permanência no mercado de trabalho, foram realizadas ações de capacitação que permitiram a participação de 3.500 jovens nos cursos do Programa de Capacitação Profissional Projovem Trabalhador, bem como a capacitação de 2.190 trabalhadores para o ingresso no mercado de trabalho ou em atividades produtivas.

Por meio da intermediação entre as vagas disponíveis e os trabalhadores desempregados ou subempregados, conseguiu-se realizar o atendimento de 280 mil trabalhadores nas 12 unidades do Sistema Nacional de Emprego – SINE/TO, proporcionando a colocação de 16.192 pessoas no mercado de trabalho e aprovação de 26.686 habilitações para o recebimento do seguro-desemprego.

O fortalecimento das ações das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, à população que se encontra em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional, foi alcançado por meio da capacitação de 1.702 multiplicadores de segurança alimentar e nutricional, higiene e conservação de alimentos em 18 municípios, e também da entrega do Cartão de Crédito Alimentar a 36.667 famílias para atendimento no âmbito do Programa Tocantins Sem Fome, e entrega de 1.868 Cartões, nos 139 municípios, para garantia aos idosos de gratuidade no transporte intermunicipal (Lei nº 2.001/08).

Além dessas ações, foram implantadas 12 unidades de produção alimentar, sendo 8 roças comunitárias de mandioca, feijão caupi e abóbora, 1 horta comunitária e 3 de mel, em quilombos de 7 municípios, com atendimento de mais de 140.000 famílias em situação de vulnerabilidade social nos 139 municípios, com doações de cestas básicas, auxílio funerário, passagens terrestres, cadeiras de rodas motorizadas e outros materiais, além de atendimento das necessidades nutricionais de 219.899 alunos da Rede Estadual de Ensino.

Já a melhoria do desempenho acadêmico dos alunos da rede estadual, bem como a redução do abandono e da evasão escolar, identificadas pelo Censo Escolar – INEP/MEC, foi obtida por meio da realização de ações de distribuição de 245 mil kits de material escolar, 214.798 uniformes escolares, 3 mil pares de tênis e outros materiais (livros, guias de aprendizagem), e aquisição de 220 ônibus para transporte escolar.

O trabalho infantil foi enfrentado com a promoção dos serviços, programas e benefícios de proteção social, por meio de capacitação, monitoramento, co-financiamento, implantação e orientação, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Tipificação Nacional de Serviços Sócio Assistenciais, tendo sido realizada a capacitação de equipes de 77 municípios quanto aos Serviços de Proteção Social de Média Complexidade, com ênfase no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.

No âmbito do Programa Pioneiros Mirins foram atendidas 40.847 crianças e adolescentes.

A ampliação dos serviços prestados ao cidadão, relativo ao Detran, foi conseguida por intermédio do atendimento em unidades móveis, nos municípios que ainda não contam com CIRETRAN, tendo alcançado mais de 80.000 pessoas com a expedição da Carteira de Nacional de Habilitação.

A promoção da segurança pública ocorreu com a melhoria do atendimento prestado ao cidadão, por meio do reaparelhamento das polícias técnico-científicas, dos núcleos de medicina legal, de criminalística, de identificação, de delegacias especializadas no atendimento à mulher, substituição da frota de veículos, aparelhos técnicos, equipamentos de informática, móveis e utensílios dessas unidades, incluindo as reformas das instalações físicas da Academia de Polícia Judiciária, do Sistema Integrado de Operações – SIOP e da Sede da Secretaria de Segurança Pública.

Outra estratégia adotada foi a realização de diversos cursos de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento dos profissionais da segurança pública (Delegados, Agentes de Polícia, Agentes Penitenciários, Policiais Militares, Papiloscopistas, Peritos Criminais e Técnicos do Sistema).

Todas essas ações culminaram na apreensão de mais de 21 toneladas de drogas, dentre crack, maconha e cocaína, e de diversas de armas e veículos furtados e roubados, autuação de 130 pessoas em flagrante delito e desarticulação de quadrilhas de assaltantes a bancos e sequestradores.

Aliada às ações de segurança mencionadas acima, também houve o aprimoramento do sistema penitenciário do Tocantins, com a realização de reforma das unidades prisionais do sistema de segurança.

A Polícia Militar, para preservar a ordem pública, executou 6.253 prisões/apreensões em flagrante e recuperação de 715 veículos furtados e roubados, e ainda atendeu 7.135 policiais no Centro de Atenção Integral à Saúde do Policial Militar.

A fim de intensificar o enfrentamento às drogas, foram atendidos 36.292 estudantes, com o acompanhamento dos pais, no âmbito do Programa Educacional de Resistência às Drogas.

Para promover a proteção e a defesa dos direitos humanos, o Balcão da Cidadania e PROCON realizaram 9.500 atendimentos a cidadãos;

Através do Instituto Social Divino Espírito Santo - PRODIVINO –por meio do Programa Nossa Oportunidade, houve concessão de empréstimos financeiros a 5.428 famílias em todo o Estado, o que permitiu a Ampliar a oferta de microcrédito.

VALORIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Com intuito de Valorizar o Meio Ambiente e proporcionar maior qualidade de vida e garantir o desenvolvimento sustentável do Estado, foram realizados

diversos fóruns, seminários, oficinas, feiras, encontros, conferências, cursos, workshops, entre outros, com vistas à formação de técnicos e à interação com a comunidade para disseminação de conteúdos ambientais educativos. Houve, ainda, realização de audiências públicas para apresentação das diretrizes do Plano de Controle de Poluição Veicular Tocantins – PCPV/TO.

Para apoiar a implantação da Gestão Ambiental nos municípios, realizaram-se parcerias com os municípios para levantamento de dados relativos ao Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA, e efetivou-se, ainda, a realização de cursos e seminários para envolvimento de equipes municipais com o Projeto Corredor Ecológico do Jalapão.

Buscando fortalecer institucionalmente a Semades e o Naturatins, como forma de oferecer uma melhor prestação de serviço público e avançar na gestão ambiental do Estado, houve a realização de parcerias internacionais para conhecer, discutir, atrair investimentos e firmar protocolos, além da avaliação do desenvolvimento dos convênios internacionais de cooperação celebrados.

No intuito de Controlar e Ordenar o Uso dos Recursos Naturais, por meio do Licenciamento, do Monitoramento e da Fiscalização Ambiental, foram concedidas 8.925 licenças ambientais, e houve apreensão de 34.585 metros de redes de pescar, 8,5 toneladas de peixes, 1.640 metros de carvão e 1.012 m³ de madeiras, tendo sido emitidos 681 autos de infração e 510 termos de apreensões.

Com o escopo de capacitar e fortalecer as Organizações Ambientais da Sociedade Civil que atuam no Estado, aumentando assim a sua contribuição para a conservação e preservação ambiental, foi celebrado convênio entre a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o Fundo Nacional do Meio Ambiente para execução do Projeto Fortalecimento da Gestão de Resíduos Sólidos no Tocantins.

A fim de criar e consolidar unidades de conservação no Estado, visando a proteção e preservação dos ecossistemas, houve a elaboração do Projeto Cerrado Sustentável com o objetivo de consolidar as quatro Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado: Cantão, Jalapão, Reserva do Lajeado e Monumento Natural das Árvores Fossilizadas, bem como apoio à revitalização dos rios na área urbana do município de Ponte Alta do Tocantins.

Houve, também, a implementação do Programa Mais Ambiente e do Programa TO-Legal para fortalecimento da gestão florestal e da regularização ambiental da propriedade rural.

A promoção da redução das taxas de desmatamento e o uso do fogo no Estado do Tocantins, foi efetivada por meio de um conjunto de ações integradas de monitoramento, gestão territorial e da paisagem, gestão florestal e incentivo a alternativas produtivas sustentáveis, a exemplo do fortalecimento de parcerias em ações e projetos de controle e combate a incêndios, incluindo o Programa de Controle de Queimadas do Tocantins – PACQTO.

Destaca-se, ainda, o início da revitalização de época na planície do Araguaia, nos municípios de Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia, a implantação do Protocolo do Fogo e elaboração do Plano de Ação 2012 de controle do uso do fogo, o plantio de mudas nativas do cerrado no Assentamento União II e entorno do Parque Estadual do Cantão e soltura de filhotes no Projeto Quelônios.

Ao mesmo tempo, houve o apoio ao processo de criação da Unidade de Conservação da Serra da Cangalha, o monitoramento e conservação da fauna e flora nas Unidades de Conservação Lobo-Guará, Pato Mergulhão, Fauna Atropelada, Fauna Apreendida, Quelônios e Capim Dourado, bem como análises de processos de licenciamento ambiental, outorga de água e de licenciamento florestal da propriedade rural.

O apoio à Gestão do ICMS - Ecológico, foi efetivado com a mobilização dos municípios para a entrega dos documentos necessários à comprovação do ICMS Ecológico.

Por fim, houve o monitoramento e a fiscalização ambiental em propriedades rurais com Termos de Compromisso para Recuperação de Danos Ambientais – TECORDA, a fiscalização ambiental com vistas a coibir crimes ambientais, como: pesca predatória, caça, desmatamento ilegal, extração e comercialização ilegal de produtos e subprodutos florestais, atividades de instalação e operação de empreendimentos sem licença e outros, bem como as fiscalizações nos Parques da Ilha do Bananal/Cantão e do Jalapão e o recolhimento de animais silvestres para soltura ou tratamento para soltura.

DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO E MODERNIZAÇÃO

O desenvolvimento do conhecimento passa pelo aprimoramento da qualidade da gestão educacional, utilizando mecanismos que fortaleçam a gestão democrática, tendo sido realizado para isso a II Feira Literária Internacional do Tocantins – FLIT nos 12 municípios-sede de 12 Regionais de Ensino e na Capital, que contou com a participação de mais de 500 mil pessoas e proporcionou a realização de 132 oficinas e 131 palestras para cerca de 32 mil servidores.

Passa também pela promoção do desenvolvimento e da valorização dos

profissionais da educação, com a realização de ações voltadas para a seleção, o ingresso, a formação inicial e continuada, a avaliação de desempenho, a exemplo da realização de cursos de formação para cerca de 10.000 gestores e técnicos e 10.858 professores, bem como oferta de cursos de graduação a 523 professores das unidades escolares das redes públicas estadual e municipais e realização de 2 encontros de Formação Continuada da Educação Profissional, com o fim de promover a melhoria da qualidade de ensino ofertado nos cursos das escolas técnicas

Houve, ainda, oferta de cursos de qualificação profissional de Operador de Microcomputador, Auxiliar Administrativo, Programador de Sistemas, Web

Design, Cadista, entre outros, e cursos técnicos de Segurança no Trabalho, Informática, Vendas etc., atendendo 7.202 cursistas.

Visando promover a melhoria do desempenho acadêmico dos alunos da rede estadual, através de ações que contribuam para a elevação dos indicadores de aprovação e de qualidade do ensino, houve a implantação de 7 escolas de tempo integral atendendo 11.605 alunos e o atendimento em jornada ampliada, por meio do Programa Mais Educação do Governo Federal, de 42.670 alunos em 215 unidades escolares.

Objetivando conseguir a redução do abandono e da evasão escolar, foram realizadas ações de capacitação e assessoramento de dirigentes e técnicos das Secretarias Municipais de Educação dos 139 municípios nos diversos programas do Governo Estadual, quanto à institucionalização dos sistemas municipais de educação, à elaboração do Plano de Ações Articuladas – PAR e ao Levantamento da Situação Escolar – LSE.

Como forma de alcançar o objetivo proposto acima, obteve-se avanço significativo quanto à participação das escolas no Prêmio Gestão Escolar, resultando na premiação de 20 unidades escolares e de seus servidores, e redução significativa do abandono escolar devido a atuação do Grupo de Trabalho Intersetorial nas Diretorias Regionais de Ensino e Unidades Escolares, com a participação de pais, alunos representantes de turmas, orientadores educacionais, coordenadores, diretores e professores, em articulação com o Ministério Público e Conselho Tutelar.

Houve atendimento de melhor qualidade aos alunos, professores e demais profissionais da educação, com a realização de investimentos para ampliação de 22, construção de 13, reforma de 27 e aparelhamento de 300 unidades escolares.

Para fomentar a produção, circulação e o acesso à cultura e todas as suas manifestações, ampliar a formação artístico-cultural em suas diversas linguagens, foram realizadas 8 oficinas, em 7 municípios selecionados, para aperfeiçoamento da cadeia produtiva do artesanato tocantinense, além da promoção de um Workshop, por meio do Projeto Trabalho, Artesanato e Autonomia das Mulheres e em parceria com o Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor e a Fundação Banco do Brasil, visando a profissionalização de mais de oitenta artesãos de diversas regiões do Estado.

O artesanato foi incentivado, também, com o apoio aos artesãos na exposição de produtos tocantinenses em feiras estaduais e nacionais, como: Feira de Folclore, Comidas Típicas e Artesanato do Tocantins – FECOARTE; Feira Literária Internacional – FLIT; Rio + 20; XIII Feira Nacional de Negócios do Artesanato em Pernambuco – FENEARTE; Feira Nacional do Artesanato em Minas Gerais – FNA; e Feira de Artesanato no Rio de Janeiro.

A pesquisa científica e a inovação foram fomentadas pela aprovação de 71 projetos, com efetivação de parcerias com órgãos federais nos programas Bolsas de Iniciação Científica Júnior – IC-Jr e Bolsas de Desenvolvimento Científico

Regional – DCR; e celebração de convênio com o Ministério da Saúde para implementação do Programa de Pesquisa para o SUS – PPSUS.

IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO PARA RESULTADOS

Com o intuito de se alcançar os melhores resultados na Administração Pública, foi retomado e finalizado o Concurso do Quadro Geral 2008/2009, considerado o maior concurso público já realizado no Estado, que contou com a participação de 197.630 candidatos inscritos para ocupação de 6.352 vagas ofertadas;

Houve, também, a celebração de acordos com entidades sindicais representativas dos servidores do Quadro da Saúde e do Quadro Geral, com a finalidade de alterar os respectivos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração, resultando em vários benefícios aos servidores, como é o caso da ampliação da atual tabela de progressão que possibilita a evolução do servidor até sua aposentadoria.

Tendo em vista o princípio da Economia e melhoria no desempenho funcional dos servidores foi implantado nova jornada de 6 horas de trabalho, das 12:30h às 18:30h, no período do horário de verão, assim como remodelagem da estrutura organizacional do Poder Executivo visando a melhoria da capacidade de gestão dos órgãos/entidades.

Quanto aos investimentos tecnológicos, houve implantação parcial (90%) do Sistema de Gestão de Recursos Humanos – ERGON, que permite a interligação, via internet, da Secretaria da Administração com as Unidades Setoriais de Recursos Humanos, e capacitação de 2.690 servidores, por meio da Escola de Governo, com palestras e cursos voltados para o desenvolvimento de competências gerenciais, específicas, técnico-administrativas e de informática.

Além da aquisição e implantação da Plataforma WebDoc/e-Posse visando a redução do tempo e dos custos na produção documental e a otimização dos processos de gestão que envolvem as etapas de nomeação, posse e entrada em exercício do servidor público concursado.

Outro importante investimento foi a Fundação do Banco de Talentos, que visa conhecer e registrar o conjunto das habilidades dos servidores públicos para otimizar a lotação nos diversos órgãos/entidades, com edição do Manual do Servidor para facilitar o acesso às informações e orientações acerca dos procedimentos necessários à obtenção de documentos e benefícios previstos na legislação de pessoal do Estado, bem como para padronizar as normas e a tramitação dos respectivos processos administrativos.

O aprimoramento da gestão pública também passou pela adequação do Sistema de Controle Patrimonial para processamento da depreciação, avaliação e reavaliação dos bens móveis da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

Houve, ainda, a realização do II Encontro Estadual de Planejamento e Orçamento Público, aperfeiçoamento do Sistema Unificado de Planejamento e Orçamento e preparação do modelo de acompanhamento da ação orçamentária e do Plano Plurianual, e também a efetivação de Reuniões de Acompanhamento da Estratégia – RAE e finalização da estruturação dos Painéis de Contribuição dos Órgãos, com objetivos, indicadores, metas e iniciativas transformadoras, e elaboração do Relatório de Avaliação e do Relatório de Acompanhamento da Execução Orçamentário-Financeira.

Implantação do Gespública no âmbito da Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, também foi uma ação muito importante no caminho do aperfeiçoamento da Administração Pública.

Para dar maior acesso às informações aos servidores aposentados, foi confeccionada a nova Cartilha do Segurado, bem como outros materiais gráficos com informações precisas sobre os benefícios e serviços disponibilizados pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV, além da implantada da Ouvidoria do IGEPREV, com a finalidade de proporcionar mais qualidade e agilidade na prestação de serviços pelo Instituto.

Procurou-se dar maior agilidade na prestação de serviços públicos com a administração da Unidade Rápida de Atendimento ao Cidadão “É PRA JÁ”, onde foram realizados mais de 425 mil atendimentos em Araguaína e Gurupi.

Também fora efetuada avaliação do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS, nas regiões do Bico do Papagaio, Nordeste e Jalapão, com atualização da versão preliminar do Perfil Socioeconômico Municipal e Regional do Tocantins, com os principais indicadores econômicos e sociais dos 139 municípios.

E ainda, a elaboração da Base de Dados Geográficos do Tocantins, com arquivos georreferenciados, contendo informações sobre recursos naturais, infraestrutura, dados físicos, limites municipais, terras indígenas e unidades de conservação.

Para delinear, sistematizar, planejar e pactuar estratégias e ações para a gestão e ordenamento territorial no estado do Tocantins, efetivou-se a formulação e aprovação, junto à Assembleia Legislativa, da Lei nº 2.656, de 6 de dezembro de 2012, que institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins – ZEE, bem como atualização cartográfica e mapeamento do uso do solo para o Município de Palmas.

Com vistas ao desenvolvimento foi empreendido esforços para a captação de recursos financeiros nos organismos nacionais e internacionais para ampliação da capacidade de investimento do Estado, culminando com assinatura de acordo de empréstimo junto ao Banco Mundial – BIRD para implementação do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS.

Ainda nesse intuito, concretizou-se a criação da Comissão Técnica da Hidrovia Tocantins-Araguaia para a implantação, em parceria com o DNIT, AHITAR,

MARINHA e PIPES, dos trechos da hidrovía do Rio Tocantins, de Peixe a Aguiarnópolis, bem assim a criação da Comissão Técnica de Parcerias Público Privadas – PPP-TO e reestruturação da Comissão Técnica para elaboração do Programa de Desenvolvimento Regional da Área de Influência da Ferrovia Norte-Sul.

A fim de modernizar a gestão fiscal do Estado, concretizou-se a aprovação, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, financiamento para implementação do Projeto de Modernização Fiscal do Estado do Tocantins – PROFISCO, com vistas a uma maior eficiência e justiça na cobrança dos impostos, assim como a melhoria da relação Estado-Contribuinte, e ainda o aperfeiçoamento da gestão fiscal com a capacitação de 499 disseminadores da educação fiscal e de 927 servidores da Secretaria da Fazenda.

Procurando promover o desenvolvimento da rede de cidades tocaninense de forma equitativa, sustentável, inovadora e socialmente justa, foi realizado Encontro do Governo do Estado com os Prefeitos Eleitos do Tocantins, com vistas à promoção das políticas de desenvolvimento socioeconômico em conjunto com os gestores municipais, e também se efetuou a assinatura de parceria com a Universidade Federal do Tocantins – UFT, para oferecimento de cursos extensivos em administração pública, inclusive para os assessores dos novos prefeitos.

Realização da Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social, sob a coordenação da Controladoria Geral, onde o Tocantins destacou-se com a apresentação de 20 propostas na Conferência Nacional, dentre as quais 8 foram priorizadas;

Objetivando aumentar a transparência e a participação social no âmbito da administração pública, de forma a promover maior interação entre o estado e a sociedade, foi disseminado, pela Controladoria Geral do Estado e órgãos parceiros, o tema “Transparência e Informação na Gestão Pública”, por meio de treinamentos e capacitações aos prefeitos e vereadores eleitos, bem como aos técnicos municipais.

A Controladoria Geral, também desenvolveu o Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária, que propicia melhor eficiência e eficácia no acompanhamento dos gastos públicos e garante maior confiabilidade dos dados financeiros utilizados nas prestações de contas, e via de consequência, houve o fortalecimento do controle, com a intensificação do acompanhamento da execução dos gastos públicos e a efetivação de intervenções preventivas em questões merecedoras de revisão e correção.

16. Com estas considerações, pode-se afirmar que os resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, fiscal e operacional mostraram-se satisfatórios sob os aspectos formais, contábeis e operacionais, exceto quanto ao cumprimento do limite prudencial de gastos com pessoal do Poder Executivo, e que o organismo estatal esforçou-se para consolidar a política de responsabilidade social, procurando assegurar a desconcentração regional, a inclusão social e a sustentabilidade do desenvolvimento.

**GABINETE DO SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO**, em Palmas, aos 26 dias do mês de março do ano de 2013.

RICARDO EUSTÁQUIO DE SOUZA
Secretário-Chefe

JUVENAL GOMES DOS SANTOS
Diretor do Departamento de
Acompanhamento da Gestão

LÚCIA HELENA Q. LIMA CÂMARA
Diretora de Avaliação das Contas
Consolidadas